Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0011050-37.2016.5.15.0093

PARA ACESSAR O SUMÁRIO, CLIQUE AQUI

Tramitação Preferencial

- Acidente de Trabalho

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 20/05/2016
Valor da causa: R$ 40.000,00

Partes:

AUTOR: ROSANA DUARTE
ADVOGADO: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO
ADVOGADO: FABRICIO AUGUSTO DE SOUZA GUIMARAES
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME
ADVOGADO: MAURO PEZZUTTI
RÉU: ADRIANO MONTONI ROMERO
RÉU: BIANCA MONTONI ROMERO
RÉU: CARLOS DE JESUS ROMERO
ADVOGADO: MAURO PEZZUTTI
INVENTARIANTE: EDNA MONTONI ROMERO
TERCEIRO INTERESSADO: EDNA MONTONI ROMERO
ADVOGADO: MAURO PEZZUTTI

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

ROSANA DUARTE, brasileira, divorciada, auxiliar odontológica, portadora do RG nº 21.982.532-4, inscrita no CPF sob nº 102.278.628-80 e no PIS sob n. 12007478635, CTPS nº 00090229 , série 00013 SP, residente e domiciliada na rua Erasmo Braga, 901, fundos, Jardim Chapadão, Campinas/SP, CEP: 13.070-147, por sua advogada que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência apresentar a presente

R E C L A M A Ç Ã O T R A B A L H I S T A

Com pedido de tutela antecipada URGENTE

em face de **MONTONI E ROMERO CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS**, inscrita no CNPJ sob nº 10.482.466/0003-96, estabelecida na rua Alferes João José, 446, Jardim Chapadão, Campinas/SP, CEP: 13.184-420, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

DOS FATOS

A Reclamante foi admitida aos serviços da Reclamada em 13/06/2014, para exercer a função de auxiliar odontológica

Sua jornada de trabalho era de segunda à sexta feira, com uma hora de intervalo.

Era usual a prestação de serviço em horário extraordinário (média mensal de 30 horas), recebendo devidamente estas horas com acréscimo legal, conforme apontam os demonstrativos de pagamento anexos.

Em 30/06/2015, ao se dirigir a pé para o trabalho, a Reclamante sofreu um acidente de percurso, sofrendo lesão em seu joelho esquerdo.

Neste mesmo dia, a Reclamante, com muita dor, passou por consulta médica, sendo afastada por 02 (dois) dias a partir de 01/07/2015, com CID S80 (contusão no joelho).

Em 01/07/2015, foi aberta a CAT (COMUNICAÇÃO ACIDENTE DO TRABALHO), onde consta a lesão no joelho.

Assim, a Reclamante ficou afastada até 03/07/2016, voltando a trabalhar no dia 04/07/2016.

A Reclamante, muito embora ainda tivesse com muita dor, continuou a trabalhar, sempre apresentando suas queixas à Reclamada.

Decorrido mais de um mês do acidente de trabalho, a dor no seu joelho tinha se agravado, dificultando inclusive sua locomoção.

Não obstante, a Reclamada em 07/08/2015, entregou à Reclamante aviso prévio de sua dispensa, mesmo sabendo do estado de saúde da Reclamante diante do acidente de trabalho ocorrido em 30/06/2015.

A fim de corroborar suas queixas, apresentou à Reclamada relatório do fisioterapeuta Renato P. da Costa datado de 12/08/2015, no qual é solicitado o afastamento das atividades laborais, bem como repouso absoluto, relatório este entregue à Sra. Bianca Montoni Romero. Não obstante, o aviso prévio da Reclamante foi mantido.

Após algum tempo realizando sessões de fisioterapia para controle do processo inflamatório e do quadro álgico, **com diagnóstico de ruptura do menisco**, foi direcionada a dar continuidade do seu tratamento por meio de abordagem cirúrgica, conforme encaminhamento de seu fisioterapeuta, abaixo transcrito:

Dr. Valmir Crepaldi

Informamos que a senhora Rosana Duarte encontra-se em acompanhamento pelo grupo de preparo cirúrgico. Após submetê-la a abordagem conservadora para controle do processo inflamatório e do quadro álgico, optamos pela continuidade do tratamento por meio de abordagem cirúrgica. Sendo assim, solicito nova avaliação deste caso e a emissão do pedido para o procedimento.

Dr. Renato P. da Costa

Fisioterapeuta

CREFITO 3/22201-F

Mesmo diante das queixas e atestados apresentados, todos em decorrência do acidente de percurso ocorrido em 30/06/2015, a demissão sem justa causa foi mantida, ocorrendo em 08/09/2015 seu efetivo afastamento, conforme Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho anexo.

Em 09 de setembro, um dia após o seu desligamento, realizou o exame de ressonância magnética de seu joelho esquerdo, com o seguinte diagnóstico:

> ***Menisco lateral com rotura completa vertical na transição entre o corpo e corno posterior; além de fissura longitudinal no corno anterior.***
>
> ***Menisco medial com fissura obliqua no corno posterior, que se estende para a superfície articular inferior.***
>
> ***Ligamentos cruzados e colaterais com continuidade, espessura e sinal normais.***
>
> ***Afilamento condral femorotibial lateral.***
>
> ***Focos de edema ósseo no platô tibial lateral.***
>
> ***Demais estruturas ósseas de morfologia e sinal medular normais.***
>
> ***Discreto derrame articular.***
>
> ***Tendões do quadríceps e patelar sem alterações.***
>
> ***Pequena quantidade de líquido no recesso do gastrocnemio medial/semimembranoso.***

Ainda, após sua demissão e antes da homologação da sua rescisão, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de serviços de saúde de Campinas, representando a Reclamante, expediu ofício à Reclamada requerendo fosse considerada nula a dispensa diante da sua incapacidade laborativa, conforme documento datado de 28 de outubro de 2015, o que foi ignorado pela Reclamada.

Logo após, em 10 de novembro de 2015, o médico que a assiste, Dr. Valmir Crepaldi da Silva, CRM 67.241, assim declarou:

> ***"Ao INSS***
>
> ***Relatório médico***
>
> ***Declaro que a Sra. Rosana Duarte encontra-se em tratamento médico devido à lesão no joelho esquerdo, onde será submetida à cirurgia, devendo ser afastada do serviço por 90 dias . M 23-0 M 23.2"***

Em 11 de novembro de 2015 passou por perícia médica perante o INSS, sendo constatada a sua incapacidade laborativa e deferido o afastamento e recebimento do auxílio até 18 de fevereiro de 2016, entretanto, foi concedido, por equívoco, o auxílio doença comum, quando na verdade, deveria ter sido concedido o auxílio-doença acidentário.

Em 18 de novembro de 2015, conforme ficha de internação anexa, foi submetida à cirurgia de sutura de menisco no Hospital Samaritano de Campinas.

Em 19 de novembro de 2015, mesmo alegando todo o histórico acima mencionado, foi homologada a rescisão do seu contrato de trabalho, ou seja, mais de 02 meses após a rescisão.

Assim, é certo que a rescisão do contrato de trabalho da Reclamante deve ser considerada nula.

DO DIREITO

De acordo com o artigo 118 da Lei 8.213/91, é garantido ao segurado que sofreu acidente de trabalho a manutenção do contrato de trabalho por doze meses:

> ***"Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente."***

Ou seja, no caso concreto, em que a Reclamante foi vítima de acidente de trabalho em 30/06/2015, ficando incapacitada para voltar ao trabalho, é certo que tem direito à estabilidade de 12 meses, independentemente de receber o benefício do auxílio acidentário ou não. Ademais, foi constatada, pelo INSS, após a sua despedida, a ruptura do menisco e sua incapacidade laborativa.

A Súmula 378 do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho assim preceitua:

> ***OJ Nº 378. Estabilidade Provisória. Acidente de Trabalho. Art.118 da Lei nº 8.213/91***
>
> ***I- É constitucional o artigo 118 da Lei nº 8.213/1991 que assegura o direito àvestabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado. (ex-OJ nº 105 da SBDI-1 - inserida em01.10.1997)***
>
> ***II- São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada,***

após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego. (primeira parte - ex-OJ nº 230 da SBDI-1 - inserida em20.06.2001)

III- O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza da garantia provisória de emprego, decorrente de acidente de trabalho, prevista n oart. 118 da Lei nº 8.213/91. (Redação determinada na Resolução TST/TP nº 185,de 14.9.2012, DJes-TST disp. 25, 26 e 27.9.2012)

Frisa-se, portanto, que a demissão se deu com a Reclamante inapta para o trabalho, eis que o acidente sofrido por ela durante o percurso do trabalho (vide CAT anexa) , lesionou o seu joelho esquerdo, devendo ser considerada como acidente de trabalho, gerando, portanto, a estabilidade provisória.

Os artigos 19 e 20 da lei Lei 8.213/91, estabelecem os critérios para a caracterização de acidente de trabalho ou doença ocupacional:

Art.19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Art.20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I- doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II- doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função decondições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacionediretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

§1º Não são consideradas como doença do trabalho:

a)a doença degenerativa;

b)a inerente a grupo etário;

c)a que não produza incapacidade laborativa;

d)a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

§2º Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos incisos I e II deste artigo resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente do trabalho.

No presente caso, deve-se admitir que o auxílio doença normal foi concedido à Reclamante indevidamente no lugar do auxílio-doença acidentário, devendo, portanto o dispositivo ser entendido de forma mais ampla, ou seja, de que a estabilidade tem início após a cessão do auxilio-doença normal.

A jurisprudência pátria tem entendimento no sentido de que incide a Súmula 378, II do Colendo TST quando o obreiro foi demitido da Reclamada mesmo sem ter sido necessariamente afastado para tratamento médico em decorrência do acidente:

Ementa: ESTABILIDADE - ACIDENTE DO TRABALHO - AFASTAMENTO - Resta inadequada a exigência de concessão prévia do auxílio acidentário pelo órgão previdenciário, eis que o obreiro foi demitido da reclamada sem ter sido necessariamente afastado para tratamento médico, incidindo à espécie o entendimento consubstanciado na Súmula nº 378, II do C. TST.[1]

Ementa: ESTABILIDADE PROVISÓRIA - ACIDENTE DE TRABALHO - AFASTAMENTO POR PERÍODO SUPERIOR A QUINZE DIAS - INDENIZAÇÃO - SÚMULA 378, II, DO TST. 1. A jurisprudência pacificada nesta Corte Superior, consubstanciada na Súmula 378, II, segue no sentido de que são pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a quinze dias e a conseqüente percepção do auxílio doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do trabalho. 2. Na hipótese vertente, o Regional, com base no conjunto fático-probatório dos autos, constatou que o Reclamante sofreu acidente de trabalho durante a vigência do contrato de trabalho, emergindo licença médica superior a quinze dias e que apesar da comunicação do fato à Empregadora ocorrer no dia seguinte, esta não emitiu a Comunicação de Acidente de Trabalho (guia CAT), tampouco foi providenciado pelo próprio interessado. Tal circunstância prejudicou a percepção, à época, do auxílio-doença acidentário. Contudo, não impede o reconhecimento do acidente de trabalho e a estabilidade provisória, depois da rescisão, nos termos do disposto no referido verbete sumulado, pois presentes os requisitos exigidos pelo art. 118 a Lei 8.213 /91. Agravo de instrumento desprovido.[2]

Ementa: GARANTIA DE EMPREGO. ACIDENTE DE TRABALHO. AFASTAMENTO POR PERÍODO SUPERIOR A 15 DIAS. Ocorrendo acidente de trabalho que resulte em afastamento do trabalhador por mais de 15 (quinze) dias, há que se reconhecer a garantia do emprego prevista no art. 118 da Lei 8.213 /91, mesmo que não tenha sido emitida a CAT e deflagrado o processo previdenciário, porque a empresa não pode se beneficiar da própria torpeza.[3]

Deste modo, totalmente cabível a reintegração da Reclamante.

-

DA NECESSIDADE DE TUTELA DE URGÊNCIA

De acordo com artigo 300 e seguintes do Código de Processo Civil, o juiz concederá a tutela provisória de urgência, se verificar, a verossimilhança das alegações iniciais e, ainda, o risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

No presente caso, a verossimilhança das alegações iniciais corresponde ao direito da Reclamante à estabilidade no emprego, tendo em vista que teve seu joelho esquerdo gravemente lesionado em decorrência de acidente de trabalho, tendo recebido auxílio até 18/02/16.

O risco de dano irreparável se mostra pelo fato da Reclamante estar doente, sem receber qualquer salário e sem a possibilidade de manter-se em tratamento, colocando sua saúde em risco.

Deve-se levar em conta, também, que o aguardo de uma decisão final, acarretará longa espera, o que, por si só, fatalmente, causará danos à saúde da Reclamante, tendo em vista o seu desamparo material e psicológico.

Portanto, todos os requisitos legais à concessão da tutela, restam comprovados, motivo pelo qual esse D. Juízo deverá considerar nula a demissão da Reclamante, condenando as Reclamadas a reintegrá-lo na sua função anteriormente exercida, com o pagamento dos salários devidos.

DA INDENIZAÇÃO

Entretanto, se assim não entender Vossa Excelência pela reintegração da obreira, deve a Reclamante ser indenizada pelo período da estabilidade, com direito às seguintes verbas:

- Salários Vencidos e Vincendos, devidamente corrigidos, de 19/02/16 até 19/02/17, quando se daria o término da estabilidade, com reflexo das horas extras habitualmente laboradas(vide holerites anexos), recolhimento do FGTS e contribuições previdenciárias, com juros e correção monetária

DA MULTA DO ARTIGO 477 PELO ATRASO DE 02 MESES NA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO

-

-

Como pode se verificar dos documentos anexos, a Reclamada não providenciou a homologação da rescisão do contrato de trabalho ocorrida em 15 de setembro de 2015 , somente vindo a fazê-lo em 19 de novembro de 2015, quando instada pelo Sindicato de Classe (ofício anexo).

A jurisprudência pátria tem entendimento no sentido de que havendo atraso na homologação da rescisão, é devida a multa, mesmo havendo depósito das verbas rescisórias:

-

> ***Ementa: MULTA DO ART. 477 DA CLT. ATRASO NA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL. O simples depósito das verbas rescisórias não elide a obrigação do empregador, já que o reclamante não teve disponibilizado o TRCT, ficando impossibilitado de levantar seu FGTS e habilitar-se no seguro desemprego, fazendo jus à multa do artigo 477, parágrafo 8º, da CLT. Recurso obreiro provido para acrescer à condenação o pagamento da multa prevista no parágrafo 8º do art. 477, da CLT.[4]***

Deste modo, deve ser a Reclamada condenada ao pagamento da multa prevista no parágrafo 8º do artigo 477 da CLT.

DOS PEDIDOS

Assim sendo, é a presente para requerer se digne Vossa Excelência a:

a-) conceder a tutela de urgência determinando seja considerada nula a demissão da Reclamante e a sua imediata reintegração ao trabalho, tendo em vista sua incapacidade pelo acidente de trabalho ocorrido em 30 de junho de 2015, até o fim da sua estabilidade;

b-) determinar a notificação da Reclamada na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar a presente reclamação, sob pena de ser considerado confessa;

c-) determinar a realização de audiência de conciliação, nos termos do artigo 319, inciso VII do Novo Código de Processo Civil;

d-) não havendo possibilidade de reintegração, determinar seja o período referente à estabilidade indenizado com base na remuneração atualizada e reflexos das horas extras habitualmente prestadas, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais;

e-) condenar a Reclamada ao pagamento da multa prevista no parágrafo 8º do artigo 477 pelo atraso na homologação da rescisão;

f-) condenar a Reclamada ao recolhimento de toda a contribuição previdenciária referente ao período de estabilidade;

g-) condenar a Reclamada ao recolhimento de todo o FGTS do período de estabilidade;

h-) conceder os benefícios da **Justiça Gratuita**, por não ter o Reclamante condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo próprio e de sua família, conforme declaração anexa;

DAS PROVAS/ CONCLUSÃO

Por derradeiro, requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pelo depoimento pessoal da Reclamada, oitiva de testemunhas, juntada de documentos, **prova pericial** e outros que se fizerem necessários, para ao final ver julgada TOTALMENTE PROCEDENTE a reclamatória, confirmando-se a tutela antecipada, com a condenação da reclamada nos pedidos, acrescidos de juros, correção monetária, honorários advocatícios no importe de 20% e demais cominações legais, sem exceção.

Dá-se a causa o valor de R$ 40.000,00. (quarenta mil reais).

Campinas, 19 de maio de 2016.

Cristina Etter Abud Penteado

OAB/SP 148.086

---

[1] TRT-2 - RECURSO ORDINÁRIO RECORD 2929200106002005 SP 02929-2001-060-02-00-5 (TRT-2)

Data de publicação: 05/09/2008

[2] TST - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA AIRR 438404320065100003 43840-43.2006.5.10.0003 (TST) Data de publicação: 11/04/2008

[3] TRT-23 - RECURSO ORDINARIO TRABALHISTA RO 1357200902123007 MT 01357.2009.021.23.00-7 (TRT-23) Data de publicação: 23/02/2011

[4]TRT-2 - RECURSO ORDINÁRIO RO 00014074920105020086 SP 00014074920105020086 A28 (TRT-2) Data de publicação: 14/02/2014

ANA LÚCIA BERNARDES AYQUE DE MEIRA
CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO

ADVOGADAS ASSOCIADAS

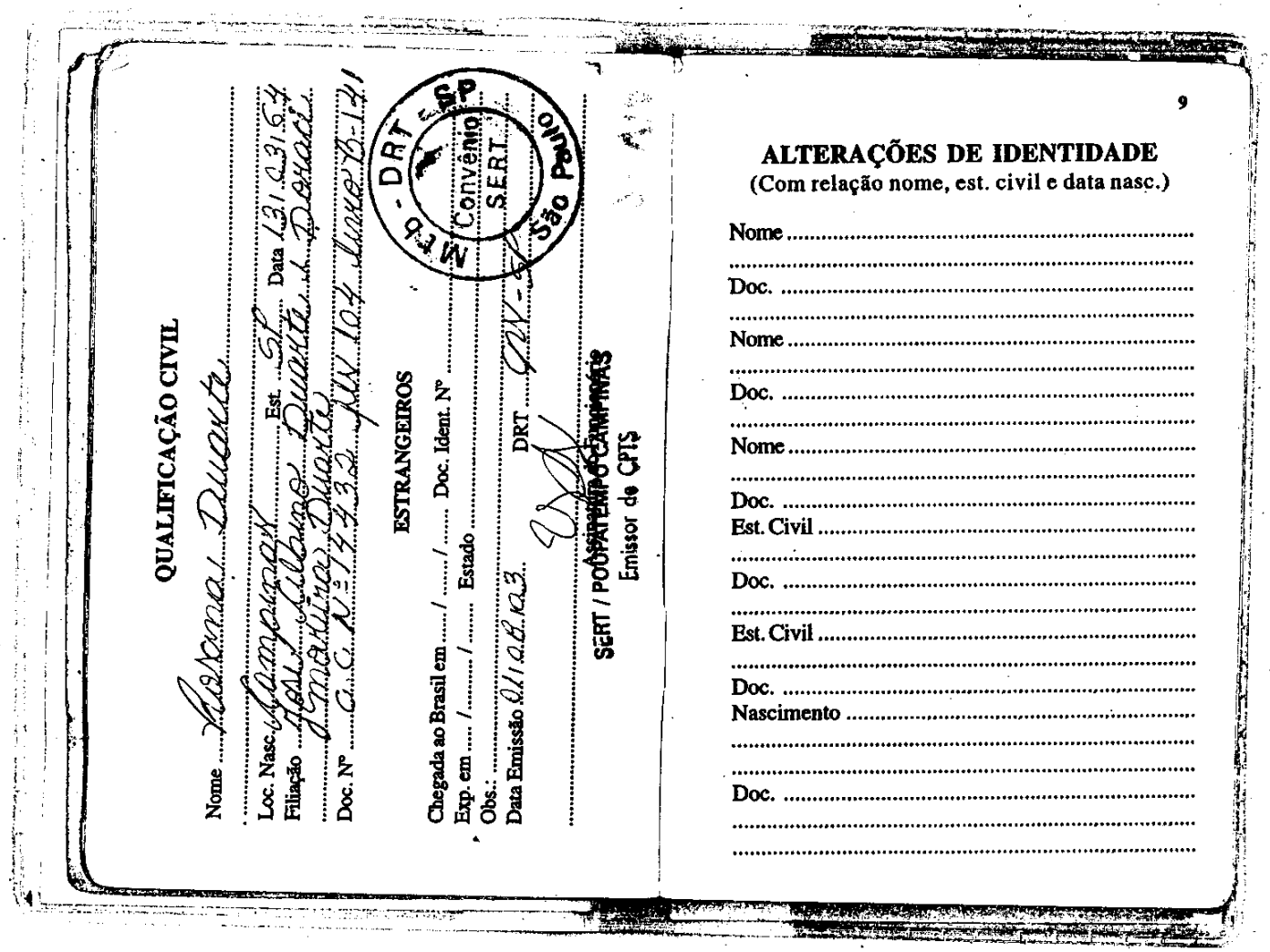
PROCURAÇÃO

Outorgante:	**ROSANA DUARTE,** brasileira, divorciada, auxiliar odontológica, portadora do RG nº 21.982.532-4, inscrita no CPF/MF sob n. 102.278.628-80, residente e domiciliada na rua Erasmo Braga, n. 901, Jardim Chapadão, Campinas/SP

pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia(m) e constitui(em) seu(s) bastante procurador(es) o(s) outorgado(s) a seguir:

Outorgados:	**ANA LÚCIA BERNARDES AYQUE DE MEIRA,** brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/SP sob n. 139.021, **CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO,** brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/SP sob nº 148.086, com escritório profissional na rua Barão de Jaguara, 655 – salas 904/905 – tel: 19-32392209, fax: 19-3234.0606, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo;
Poderes da cláusula "ad judicia" e especiais:	a quem confere(m) amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula 'ad judicia' em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive procedimentos administrativos em geral, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-las nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os e conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente;
Poderes específicos:	Além dos poderes acima indicados, são conferidos poderes específicos para propor reclamação trabalhista em face de MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA ME.
Validade:	Indeterminada.
Substabelecimento:	Permitido com ou sem reservas, no todo ou em parte.
Local e data:	Campinas, 05 de abril de 2016.
Assinatura(s)	Rosana Duarte

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:03 - 05d9b94
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022015243000000036152799
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 05d9b94 - Pág. 1
Número do documento: 16052022015243000000036152799



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Roxana Duarte

Loc. Nasc. Campanario Est. SP Data 13.03.64

Filiação Joaquim Duarte e Maria Duarte

Doc. Nº C.C. Nº 14.432.104 Emissão 23-12-91

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em ... / ... / ... Doc. Ident. Nº ...

Exp. em ... / ... / ... Estado ...

Obs.: ...

Data Emissão 01.08.03 DRT GRV-4

SERT / POUPATEMPO CAMPINAS

Emissor do CPTS

MTb - DRT - SP - SERT - Convênio - São Paulo

9

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE

(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome .....

Doc. .....

Nome .....

Doc. .....

Nome .....

Doc. .....

Est. Civil .....

Doc. .....

Est. Civil .....

Doc. .....

Nascimento .....

Doc. .....

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:03 - a1a3256
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022020984300000036152804
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. a1a3256 - Pág. 1
Número do documento: 16052022020984300000036152804

você também está obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é eletricista, não se meta a fazer serviços de eletricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Conversa e discussão no trabalho predispõem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

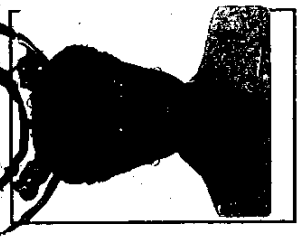
Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

2ª VIA

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Convênio SERT



Número 90229 Série 00013

ASSINATURA DO PORTADOR

46

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

O Pentagon foi admitido em caráter de experiência por 45 dias conforme contrato assinado Poderá ser prorrogado por mais 45 dias.

R C M S COMERCIAL DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Em 13/06/14 foi firmado contrato de trabalho à título de experiência por 45 dias sendo que se aprovado por ambas as partes, poderá ser prorrogado por mais 45 dias

MONTONI E ROMERO CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS LTDA.
Empregador

47

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

* Recebi a via do contrato de trabalho em 13/06/2015

MONTONI E ROMERO CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS LTDA.
Rua [illegible]
[illegible]

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Comunicação de Acidente de Trabalho

CAT Parcial

Informações do Emitente

Emitente	1 - Empregador	Data Emissão	01/07/2015
Tipo de CAT	1 - Inicial	Comunicação Óbito	
Filiação	1 - Empregado	E-mail	ANAPAULA@CAPITALPRIME.COM.BR

Informações do Empregador

Razão Social/Nome	MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME		
Tipo/Num. Doc.	1 - CGC/CNPJ 104824660003-96	CNAE	86305
CEP	13070188	Endereço	R ALFERES JOAO JOSE 446
Bairro	JARDIM CHAPADAO	Estado	SP
Município	CAMPINAS	Telefone	0019-30266365

Informações do Acidentado

Nome	ROSANA DUARTE	Data Nascimento	13/03/1964
Nome da Mãe	DORACI MOREIRA DUARTE	Sexo	Fem
Grau de Instrução	7 - Ensino médio incompleto		
Estado Civil	Sep.Judic.	Remuneração	1.200,00
CTPS	090229 Série: 00013 Dt emissão: 01/08/2003 UF: SP	Identidade	21982532400 Dt emissão: 01/08/2003 Org Exp: 01 UF: SP
PIS/PASEP/NIT	1200747863-5	Endereço	R ERASMO BRAGA 901
Bairro	JARDIM CHAPADAO	CEP	13070147
Estado	SP	Município	CAMPINAS
Telefone	-	CBO	322415 - AUXILIAR EM SAUDE BUCAL
Aposentado	Não	Área	Urbana

Informações do Acidente

Data do Acidente	30/06/2015	Hora do Acidente	08:00
Horas Trabalhadas	00:00	Tipo	3 - Trajeto
Houve afastamento?	Sim	Reg. Policial	Não
Local do Acidente	3 - Área Pública	Esp. Local	RUA ALBERTO SARMENTO
CGC da Prestadora	CNPJ - -	UF do Acidente	SP
Município do Acidente	CAMPINAS	Ultimo dia Trabalhado/Dt Óbito	30/06/2015
Parte do Corpo	75.70.10.400 - JOELHO		
Agente Causador	30.70.40.300 - FRASCO, GARRAFA - EMBALAGEM, RECIPIENTE, VA		
Sit. Gerador	20.00.20.300 - APRISIONAMENTO EM, SOBRE OU ENTRE		
Morte	Não	Data Óbito	
Descrição do Acidente		Nome Testemunha	
Endereço		CEP	
Município/UF		Telefone	

Cps 01/07/2015

Local e Data

MONTONI E ROMERO CLÍNICAS ODONTOLÓGICAS LTDA.
CAMPINAS - SP

Assinatura e carimbo do emitente

Informações do Atestado Médico

Unidade	CHO	Data Atend.	1/7/15
Hora Atend.		Houve Internação?	Não
Deverá o acidentado afastar-se durante o tratamento?	Sim		
Nat. Lesão	Fratura		
CID - 10	S82.8		
Observações		CRM	73751

Cps, 28/7/15

Local e Data

DR. LUIZ FERNANDO MARCHULLI
CRM 73751

Assinatura(*) e carimbo (legível) do médico com CRM

Cadastrada parcialmente em 01/07/2015 às 16:59:23

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:04 - eaebe6b
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022023047300000036152813
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. eaebe6b - Pág. 1
Número do documento: 16052022023047300000036152813

* A apresentação do atestado médico original,com as informações de identificação do médico assistente, substituí o prenchimento deste campo.

Somente com as Informações do Atestado Médico a CAT será reconhecida junto ao INSS

HOSPITAL EVANGÉLICO
Samaritano
Campinas

ATESTADO MÉDICO 106319

Atesto para os devidos fins que o Sr.(a) Roseane Duarte
compareceu
neste hospital no dia de hoje das 13 **hs às** 15 **hs para**

- ☐ Consulta Médica
- ☐ Tratamento Médico
- ☐ Exames Complementares
- ☐ Acompanhar Familiar

O paciente deverá ficar afastado do trabalho ou de outras atividades:

- ☐ No horário acima
- ☐ No dia de hoje
- ☐ No período matutino
- ☐ No período vespertino
- ☒ No período de 2 dias à partir desta data 1/7/15

Outras Informações: _____

CID: S60

Campinas, 30/6/15

Médico/CRM

Rua Engenheiro Monlevade, 206 - Fone: PABX (19) 3736-1000 - Campinas - SP
Cia da Arte - 029 MV.13.115

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:04 - bf63d7c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022024480400000036152821
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. bf63d7c - Pág. 1
Número do documento: 16052022024480400000036152821

AVISO PRÉVIO DO EMPREGADOR - DISPENSA

Ao Sr.(a)
Empregado: ***ROSANA DUARTE***
Número Carteira Profissional: ***90229*** Série: ***00013***
Depto./Setor/Seção: ***0000/0000/0000***
Cargo: ***AUXILIAR ODONTOLOGICA***

Pelo presente o(a) notificamos que a partir de 30 dia(s), a contar do primeiro dia subsequente da data de entrega deste, não mais serão utilizados os seus serviços pela nossa empresa, e por isso, vimos avisá-lo(a) nos termos e para os efeitos do disposto da CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO.

Pedimos a devolução do presente com seu "CIENTE" e OPÇÃO" abaixo.

Atenciosamente

MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA ME

MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA.
CAMPINAS - SP

CIENTE E OPÇÃO

Declaro-me ciente, exercendo-me a opção por:

(___) Redução de 02 (duas) horas diárias
(___) Falta de _____ dias corridos
Data: **07/08/2015**

Responsável quando menor ROSANA DUARTE

Obs.:
Devo comparecer para acerto em / /
Local: ***AGUARDAR CONTATO DA EMPRESA***
Endereço: Número:
Complemento: Bairro:
Cidade:

Observações:

Horario: ***: hr.***

1ª Via

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:05 - 572b16c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022030318900000036152825
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 572b16c - Pág. 1
Número do documento: 16052022030318900000036152825

CAPITAL PRIME ASSESSORIA CONTABIL SS LTD

FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Recibo de Pagamento de Salário
JULHO/2015
Data do Crédito: 06/08/2015

Código - Nome do Funcionário	C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	3224-15		0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.200,00	
0810	HORA EXTRA 50%	16,2300	132,79	
0820	HORA EXTRA 100%	0,5700	6,22	
1006	CESTA BASICA	1,0000	125,00	
1040	ADICION. INSALUBRIDADE	20,0000	153,77	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		20,59	
5658	ASSISTENCIA MEDICA	1,0000		54,88
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		72,00
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		24,00
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	5,3500		29,18
9860	I.N.S.S.	9,0000		133,58

R.G.: 21.982.532-4
T.P.: MENSALISTA

BCO.: - AG.: - - C/C: --CARGO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.638,37	313,64
TOTAL LÍQUIDO	1.324,73

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.200,00	1.484,19	1.484,19	118,73	1.350,61	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LIQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

CAPITAL PRIME ASSESSORIA CONTABIL SS LTD

FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Demonstrativo de Pagamento de Salário
JULHO/2015
Data do Crédito: 06/08/2015

Código - Nome do Funcionário	C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	3224-15		0000	0000	0000	1

Cód	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.200,00	
0810	HORA EXTRA 50%	16,2300	132,79	
0820	HORA EXTRA 100%	0,5700	6,22	
1006	CESTA BASICA	1,0000	125,00	
1040	ADICION. INSALUBRIDADE	20,0000	153,77	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		20,59	
5658	ASSISTENCIA MEDICA	1,0000		54,88
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		72,00
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		24,00
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	5,3500		29,18
9860	I.N.S.S.	9,0000		133,58

R.G.: 21.982.532-4
T.P.: MENSALISTA

BCO.: - AG.: - - C/C: --CARGO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.638,37	313,64
TOTAL LÍQUIDO	1.324,73

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.200,00	1.484,19	1.484,19	118,73	1.350,61	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LIQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:05 - 5b9d89b
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022034965700000036152835
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 5b9d89b - Pág. 1
Número do documento: 16052022034965700000036152835

CAPITAL PRIME ASSESSORIA CONTABIL SS LTD

FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Recibo de Pagamento de Salário
JUNHO/2015
Data do Crédito: 06/07/2015

Código - Nome do Funcionário
000006 - ROSANA DUARTE

C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
3224-15		0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.200,00	
0810	HORA EXTRA 50%	29,4600	241,04	
0820	HORA EXTRA 100%	2,4200	26,40	
1006	CESTA BASICA	1,0000	125,00	
1040	ADICION. INSALUBRIDADE	20,0000	153,90	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		41,14	
5658	ASSISTENCIA MEDICA	1,0000		54,88
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		72,00
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		24,00
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	5,1700		28,20
9860	I.N.S.S.	9,0000		147,09

R.G.: 21.982.532-4
T.P.: MENSALISTA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.787,48	326,17

BCO.: - AG.: - - C/C: --CARGO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

TOTAL LÍQUIDO 1.461,31

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.200,00	1.634,28	1.634,28	130,74	1.487,19	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

CAPITAL PRIME ASSESSORIA CONTABIL SS LTD

FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Demonstrativo de Pagamento de Salário
JUNHO/2015
Data do Crédito: 06/07/2015

Código - Nome do Funcionário
000006 - ROSANA DUARTE

C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
3224-15		0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.200,00	
0810	HORA EXTRA 50%	29,4600	241,04	
0820	HORA EXTRA 100%	2,4200	26,40	
1006	CESTA BASICA	1,0000	125,00	
1040	ADICION. INSALUBRIDADE	20,0000	153,90	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		41,14	
5658	ASSISTENCIA MEDICA	1,0000		54,88
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		72,00
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		24,00
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	5,1700		28,20
9860	I.N.S.S.	9,0000		147,09

R.G.: 21.982.532-4
T.P.: MENSALISTA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.787,48	326,17

BCO.: - AG.: - - C/C: --CARGO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

TOTAL LÍQUIDO 1.461,31

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.200,00	1.634,28	1.634,28	130,74	1.487,19	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S — FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Demonstrativo de Pagamento de Salário
MAIO/2015
Data do Crédito: 05/06/2015

Código - Nome do Funcionário	C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	3224-15		0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.091,00	
0810	HORA EXTRA 50%	30,4400	226,43	
0820	HORA EXTRA 100%	2,4000	23,80	
1006	CESTA BASICA	1,0000	110,00	
1040	ADICION. INSALUBRIDADE	20,0000	146,23	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		60,06	
5650	FALTAS (DIAS)	1,0000		36,37
5652	DESC DSR	1,0000		36,37
5658	ASSISTENCIA MÉDICA	1,0000		54,88
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		65,46
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		21,82
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	8,5400		42,35

R.G.: 21.982.532-4
T.P.: MENSALISTA

BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
TOTAL LÍQUIDO	

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

CONTINUA NA PRÓXIMA FOLHA

___/___/_____ DATA

Rosana Duarte
ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S — FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Demonstrativo de Pagamento de Salário
MAIO/2015
Data do Crédito: 05/06/2015

Código - Nome do Funcionário	C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	3224-15		0000	0000	0000	2

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
9860	I.N.S.S.	9,0000		128,92

R.G.: 21.982.532-4
T.P.: MENSALISTA

BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.657,52	386,17
TOTAL LÍQUIDO	1.271,35

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.091,00	1.432,43	1.432,43	114,59	1.303,51	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

___/___/_____ DATA

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Recibo de Pagamento de Salário
ABRIL/2015
Data do Crédito: 07/05/2015

Código - Nome do Funcionário	C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	3224-15		0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.091,00	
0810	HORA EXTRA 50%	21,5800	160,53	
0820	HORA EXTRA 100%	1,4500	14,38	
1006	CESTA BASICA	1,0000	110,00	
1040	ADICION. INSALUBRIDADE	20,0000	151,80	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		34,98	
5658	ASSISTENCIA MÉDICA	1,0000		54,50
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		65,46
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		21,82
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	3,1000		40,17
9860	I.N.S.S.	9,0000		127,13

R.G.: 21.982.532-4
T.P.: MENSALISTA

BCO.: - AG.: - - C/C: – FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.562,69	309,08
TOTAL LÍQUIDO	1.253,61

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.091,00	1.412,52	1.412,52	113,00	1.285,39	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S FOLHAMATIC

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Recibo de Pagamento de Salário
MARCO/2015
Data do Crédito: 07/04/2015

Código - Nome do Funcionário
000006 - ROSANA DUARTE

C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
3224-15		0000	0000	0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.091,00	
0810	HORA EXTRA 50%	25,4100	189,02	
0820	HORA EXTRA 100%	2,3500	23,31	
1006	CESTA BASICA	1,0000	110,00	
1040	ADICION. INSALUBRIDADE	20,0000	147,09	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		40,83	
5650	FALTAS (DIAS)	2,0000		72,73
5652	DESC DSR	1,0000		36,37
5658	ASSISTENCIA MÉDICA	1,0000		49,00
5750	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	1,0000		36,37
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		65,46
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		21,82

R.G.: 21.982.532-4
T.P.: MENSALISTA

Total de Vencimentos	Total de Descontos

BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

TOTAL LÍQUIDO

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

CONTINUA NA PRÓXIMA FOLHA

____/____/_____
DATA

_____
ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Recibo de Pagamento de Salário
MARCO/2015
Data do Crédito: 07/04/2015

Código - Nome do Funcionário
000006 - ROSANA DUARTE

C.B.O.	Emp. Local	Depto.	Setor	Seção	Fl.
3224-15		0000	0000	0000	2

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
9860	I.N.S.S.	8,0000		110,57

R.G.: 21.982.532-4
T.P.: MENSALISTA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.601,25	392,32

BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

TOTAL LÍQUIDO 1.208,93

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.091,00	1.382,15	1.382,15	110,57	1.271,58	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/_____
DATA

_____
ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:05 - 5b9d89b
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022034965700000036152835
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 5b9d89b - Pág. 5
Número do documento: 16052022034965700000036152835

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S — FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Demonstrativo de Pagamento de Salário
FEVEREIRO/2015
Data do Crédito: / /

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	0000/0000/0000	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	13/06/2014	3224-15		1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.091,00	
0810	HORA EXTRA 50%	21,1400	157,25	
0820	HORA EXTRA 100%	0,3200	3,17	
1006	CESTA BASICA	1,0000	110,00	
1040	ADICION. INSALUBRIDADE	20,0000	149,43	
5650	FALTAS (DIAS)	1,0000		36,37
5651	DESCONTO DSR	1,0000		36,37
5658	ASSISTENCIA MÉDICA	1,0000		49,00
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		65,46
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		21,82
5840	CONTRIB. ASSISTENCIAL	2,0000		21,82
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	4,0700		20,18

R.G.: 21.982.532-4
CTPS n. 90229 /00013 -CPF: 102.278.628-80 -Data Nasc.: 13/03/1964 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
TOTAL LÍQUIDO	

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO ____/____/_____ _____
CONTINUA NA PRÓXIMA FOLHA — DATA — ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S — FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Demonstrativo de Pagamento de Salário
FEVEREIRO/2015
Data do Crédito: / /

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	0000/0000/0000	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	13/06/2014	3224-15		2

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
9860	I.N.S.S.	8,0000		107,54

R.G.: 21.982.532-4
CTPS n. 90229 /00013 -CPF: 102.278.628-80 -Data Nasc.: 13/03/1964 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.510,85	358,56
TOTAL LÍQUIDO	1.152,29

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.091,00	1.344,30	1.344,30	107,54	1.236,76	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO ____/____/_____ _____
DATA — ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:05 - 5b9d89b
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022034965700000036152835
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 5b9d89b - Pág. 6
Número do documento: 16052022034965700000036152835

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S — FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Recibo de Pagamento de Salário
JANEIRO/2015
Data do Crédito: / /

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	0000/0000/0000	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	13/06/2014	3224-15		1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.091,00	
0810	HORA EXTRA 50%	20,2100	150,33	
0820	HORA EXTRA 100%	0,4800	4,76	
1006	CESTA BASICA	1,0000	110,00	
1040	ADICION. INSALUBRIDADE	20,0000	156,73	
5658	ASSISTENCIA MÉDICA	1,0000		49,00
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		65,46
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		21,82
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	1,2200		6,05
9860	I.N.S.S.	8,0000		111,74

1.258
126
1384

R.G.: 21.982.532-4
CTPS n. 90229 /00013 -CPF: 102.278.628-80 -Data Nasc.: 13/03/1964 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.512,82	254,07
TOTAL LÍQUIDO	1.258,75

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.091,00	1.396,77	1.396,77	111,74	1.285,03	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S — FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Demonstrativo de Pagamento de Salário
JANEIRO/2015
Data do Crédito: / /

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	0000/0000/0000	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	13/06/2014	3224-15		1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.091,00	
0810	HORA EXTRA 50%	20,2100	150,33	
0820	HORA EXTRA 100%	0,4800	4,76	
1006	CESTA BASICA	1,0000	110,00	
1040	ADICION. INSALUBRIDADE	20,0000	156,73	
5658	ASSISTENCIA MÉDICA	1,0000		49,00
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		65,46
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		21,82
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	1,2200		6,05
9860	I.N.S.S.	8,0000		111,74

R.G.: 21.982.532-4
CTPS n. 90229 /00013 -CPF: 102.278.628-80 -Data Nasc.: 13/03/1964 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.512,82	254,07
TOTAL LÍQUIDO	1.258,75

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.091,00	1.396,77	1.396,77	111,74	1.285,03	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

110
155
300
1165

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Recibo de Pagamento de Salário
DEZEMBRO/2014
Data do Crédito: / /

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	0000/0000/0000	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	13/06/2014	3224-15		1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.091,00	
0810	HORA EXTRA 50%	17,1000	127,20	
0820	HORA EXTRA 100%	0,4300	4,26	
1006	CESTA BASICA	1,0000	110,00	
1040	ADICION. INSALUBRIDADE	20,0000	140,07	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		25,28	
5658	ASSISTENCIA MÉDICA	1,0000		49,00
5730	VALE TRANSPORTE	6,0000		65,46
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		21,82
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	7,1900		35,66
5860	I.N.S.S.	9,0000		121,69

CTPS n. 90229 /00013 -CPF: 102.278.628-80 -Data Nasc.: 13/03/1964 R.G.: 21.982.532-4 T.P.: MENSALISTA
BCO. - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.497,81	293,63
TOTAL LÍQUIDO	1.204,18

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.091,00	1.352,15	1.352,15	108,17	1.230,46	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Demonstrativo de Pagamento de Salário
DEZEMBRO/2014
Data do Crédito: / /

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	0000/0000/0000	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	13/06/2014	3224-15		1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.091,00	
0810	HORA EXTRA 50%	17,1000	127,20	
0820	HORA EXTRA 100%	0,4300	4,26	
1006	CESTA BASICA	1,0000	110,00	
1040	ADICION. INSALUBRIDADE	20,0000	140,07	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		25,28	
5658	ASSISTENCIA MÉDICA	1,0000		49,00
5730	VALE TRANSPORTE	6,0000		65,46
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		21,82
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	7,1900		35,66
5860	I.N.S.S.	9,0000		121,69

CTPS n. 90229 /00013 -CPF: 102.278.628-80 -Data Nasc.: 13/03/1964 R.G.: 21.982.532-4 T.P.: MENSALISTA
BCO. - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.497,81	293,63
TOTAL LÍQUIDO	1.204,18

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.091,00	1.352,15	1.352,15	108,17	1.230,46	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:06 - b497fa4
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022041488600000036152840
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. b497fa4 - Pág. 1
Número do documento: 16052022041488600000036152840

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Recibo de Pagamento de Salário
NOVEMBRO/2014
Data do Crédito: / /

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	0000/0000/0000	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	13/06/2014	3224-15		1

Cod.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.091,00	
0810	HORA EXTRA 50%	28,4900	211,93	
0820	HORA EXTRA 100%	0,4300	4,26	
1006	CESTA BASICA	1,0000	110,00	
1040	ADICION. INSALUBRIDADE	20,0000	140,77	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		54,05	
5658	ASSISTENCIA MÉDICA	1,0000		49,00
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		65,46
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		21,82
5840	CONTRIB. ASSISTENCIAL	2,0000		21,82
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	6,1300		30,40
9860	I.N.S.S.	9,0000		132,44

R.G.: 21.982.532-4
CTPS n. 90229 /00013 -CPF: 102.278.628-80 -Data Nasc.: 13/03/1964 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.612,01	320,94
TOTAL LÍQUIDO	1.291,07

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.091,00	1.471,61	1.471,61	117,72	1.339,17	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Demonstrativo de Pagamento de Salário
NOVEMBRO/2014
Data do Crédito: / /

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	0000/0000/0000	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	13/06/2014	3224-15		1

Cod.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.091,00	
0810	HORA EXTRA 50%	28,4900	211,93	
0820	HORA EXTRA 100%	0,4300	4,26	
1006	CESTA BASICA	1,0000	110,00	
1040	ADICION. INSALUBRIDADE	20,0000	140,77	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		54,05	
5658	ASSISTENCIA MÉDICA	1,0000		49,00
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		65,46
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		21,82
5840	CONTRIB. ASSISTENCIAL	2,0000		21,82
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	6,1300		30,40
9860	I.N.S.S.	9,0000		132,44

R.G.: 21.982.532-4
CTPS n. 90229 /00013 -CPF: 102.278.628-80 -Data Nasc.: 13/03/1964 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.612,01	320,94
TOTAL LÍQUIDO	1.291,07

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.091,00	1.471,61	1.471,61	117,72	1.339,17	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

...ICAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S. FOLHAMATIC

...262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA

R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS

10.482.466/0003-96

Demonstrativo de Pagamento de Salário

OUTUBRO/2014

Data do Crédito: / /

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.		Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	13/06/2014	3224-15	0000/0000/0000	1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.091,00	
0810	HORA EXTRA 50%	63,1000	469,38	
0820	HORA EXTRA 100%	2,0400	20,23	
1006	CESTA BASICA	1,0000	110,00	
1040	ADICION. INSALUBRIDADE	20,0000	131,12	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		72,53	
5650	FALTAS (DIAS)	1,0000		36,37
5651	DESCONTO DSR	1,0000		36,37
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		65,46
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		21,82
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	13,4500		66,70
9860	I.N.S.S.	9,0000		151,31

R.G.: 21.982.532-4

CTPS n. 90220 /00013 CPF: 102.278.628-60 Data Nasc.: 13/03/1964 T.P.: MENSALISTA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.894,26	378,03

BCO.: - AG.: - - C/C: –FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

TOTAL LÍQUIDO R$516,23

Salario Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.091,00	1.681,19	1.681,19	134,49	1.529,88	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Demonstrativo de Pagamento de Salário
SETEMBRO/2014
Data do Crédito: / /

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	0000/0000/0000	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	13/06/2014	3224-15		1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.091,00	
1006	CESTA BASICA	1,0000	110,00	
1023	PAGTO DIF CESTA BASICA	3,0000	39,00	
1029	DIF. DISSIDIO MES ANT.	3,0000	216,00	
1040	ADICION. INSALUBRIDADE	20,0000	144,80	
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		65,46
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		21,82
5840	CONTRIB. ASSISTENCIAL	2,0000		21,82
9860	I.N.S.S.	9,0000		130,66

R.G.: 21.982.532-4
CTPS n. 90229 /00013 -CPF: 102.278.628-80 -Data Nasc.: 13/03/1964 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - - C/C: - -FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.600,80	239,76
TOTAL LÍQUIDO	1.361,04

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.091,00	1.451,80	1.451,80	116,14	1.321,14	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO ____/____/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S — FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Recibo de Pagamento de Salário
AGOSTO/2014
Data do Crédito: / /

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	0000/0000/0000	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	13/06/2014	3224-15		1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.019,00	
0810	HORA EXTRA 50%	36,2800	252,06	
0820	HORA EXTRA 100%	2,0000	18,53	
1006	CESTA BASICA	1,0000	97,00	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		52,04	
5650	FALTAS (DIAS)	1,0000		33,97
5651	DESCONTO DSR	1,0000		33,97
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		61,14
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		20,38
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	3,0800		14,27
9860	I.N.S.S.	8,0000		103,47

CTPS n. 90229 /00013 -CPF: 102.278.628-80 -Data Nasc.: 13/03/1964 — R.G.: 21.982.532-4 — T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.438,63	267,20
TOTAL LÍQUIDO	1.171,43

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.019,00	1.293,39	1.293,39	103,47	1.189,92	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO ____/____/_____ (DATA) _____ (ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO)

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S — FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Demonstrativo de Pagamento de Salário
AGOSTO/2014
Data do Crédito: / /

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	0000/0000/0000	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	13/06/2014	3224-15		1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.019,00	
0810	HORA EXTRA 50%	36,2800	252,06	
0820	HORA EXTRA 100%	2,0000	18,53	
1006	CESTA BASICA	1,0000	97,00	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		52,04	
5650	FALTAS (DIAS)	1,0000		33,97
5651	DESCONTO DSR	1,0000		33,97
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		61,14
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		20,38
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	3,0800		14,27
9860	I.N.S.S.	8,0000		103,47

CTPS n. 90229 /00013 -CPF: 102.278.628-80 -Data Nasc.: 13/03/1964 — R.G.: 21.982.532-4 — T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.438,63	267,20
TOTAL LÍQUIDO	1.171,43

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.019,00	1.293,39	1.293,39	103,47	1.189,92	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO ____/____/_____ (DATA) _____ (ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO)

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S — FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Recibo de Pagamento de Salário
JUNHO/2014
Data do Crédito: / /

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	0000/0000/0000	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	13/06/2014	4110-05		1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	18,0000	611,40	
1006	CESTA BASICA	1,0000	97,00	
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		36,68
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		20,38
9860	I.N.S.S.	8,0000		48,91

R.G.: 21.982.532-4
CTPS n. 90229 /00013 -CPF: 102.278.628-80 -Data Nasc.: 13/03/1964 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
708,40	105,97
TOTAL LÍQUIDO	602,43

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.019,00	611,40	611,40	48,91	562,49	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S — FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Demonstrativo de Pagamento de Salário
JUNHO/2014
Data do Crédito: / /

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	0000/0000/0000	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	13/06/2014	4110-05		1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	18,0000	611,40	
1006	CESTA BASICA	1,0000	97,00	
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		36,68
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		20,38
9860	I.N.S.S.	8,0000		48,91

R.G.: 21.982.532-4
CTPS n. 90229 /00013 -CPF: 102.278.628-80 -Data Nasc.: 13/03/1964 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: --FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
708,40	105,97
TOTAL LÍQUIDO	602,43

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.019,00	611,40	611,40	48,91	562,49	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO

____/____/_____ DATA

_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

FOLHAM

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Recibo de Pagamento de Salário
JULHO/2014
Data do Crédito: / /

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	0000/0000/0000	Fl.
000006 - ROSANA DUARTE	13/06/2014	4110-05		1

Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.019,00	
0810	HORA EXTRA 50%	36,0800	250,67	
0820	HORA EXTRA 100%	1,0000	9,26	
1006	CESTA BASICA	1,0000	97,00	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		38,51	
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		61,14
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		20,38
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	0,0700		0,32
9860	I.N.S.S.	9,0000		118,54

CTPS n. 90229 /00013 -CPF: 102.278.628-80 -Data Nasc.: 13/03/1964 R.G.: 21.982.532-4 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: –FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.414,44	200,38
TOTAL LÍQUIDO	1.214,06

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.019,00	1.317,12	1.317,12	105,36	1.198,58	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO ____/____/_____ DATA _____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO

EVOLUCAO - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

FOLHAMATIC

0262 - MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA
R R ALFERES JOAO JOSE, 446 - CAMPINAS
10.482.466/0003-96

Demonstrativo de Pagamento de Salário
JULHO/2014
Data do Crédito: / /

Código - Nome do Funcionário	Data Admissão	C.B.O.	0000/0000/0000
000006 - ROSANA DUARTE	13/06/2014	4110-05	

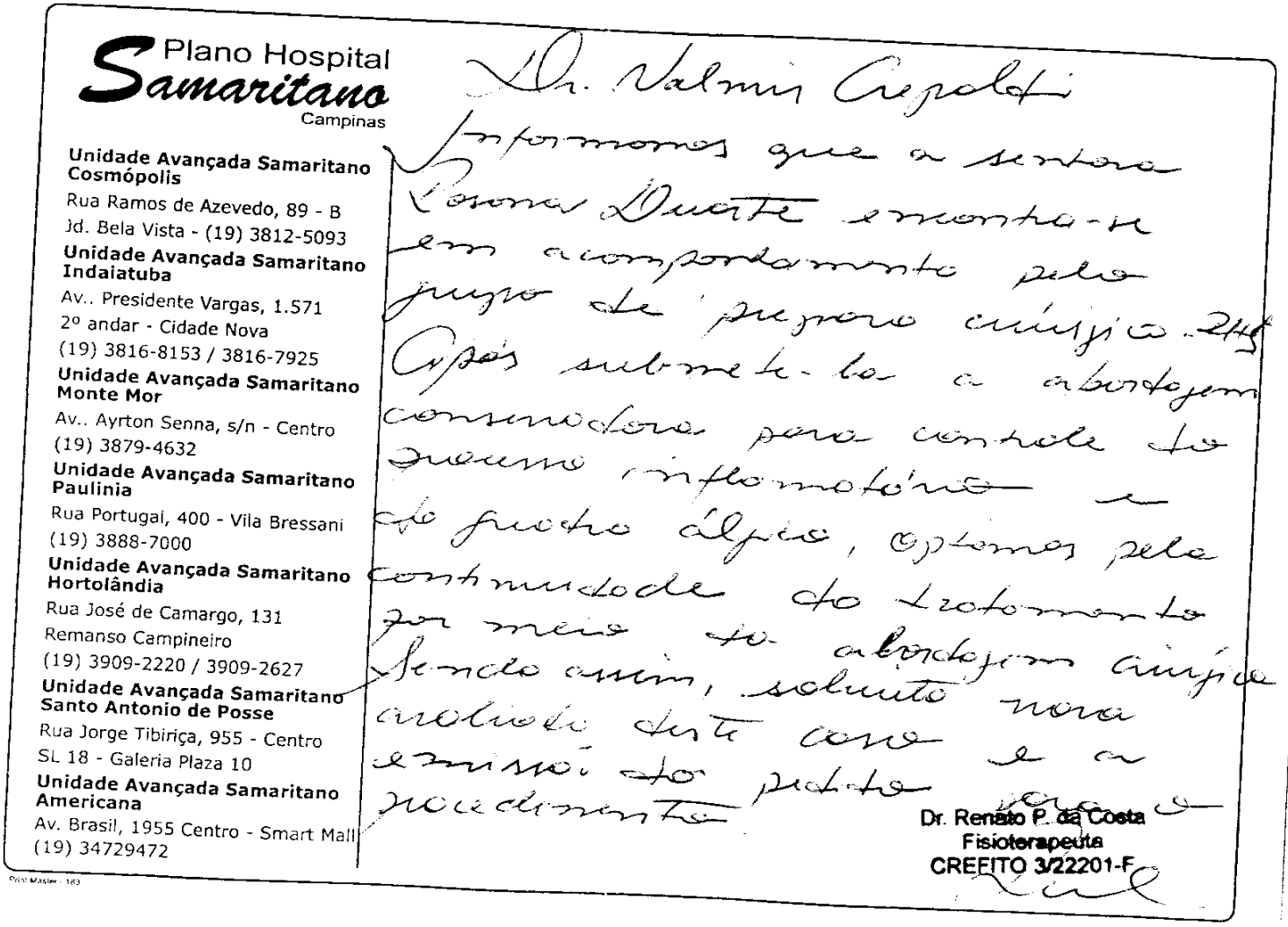
Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos
0001	SALÁRIO	30,0000	1.019,00	
0810	HORA EXTRA 50%	36,0800	250,67	
0820	HORA EXTRA 100%	1,0000	9,26	
1006	CESTA BASICA	1,0000	97,00	
1080	D.S.R. S/ HORAS EXTRAS		38,51	
5780	VALE TRANSPORTE	6,0000		61,14
5791	CONT CONFEDERATIVA	2,0000		20,38
5850	FALTAS E ATRASOS (T/H)	0,0700		0,32
9860	I.N.S.S.	9,0000		118,54

CTPS n. 90229 /00013 -CPF: 102.278.628-80 -Data Nasc.: 13/03/1964 R.G.: 21.982.532-4 T.P.: MENSALISTA
BCO.: - AG.: - - C/C: –FUNÇÃO: AUXILIAR ODONTOLOGICA

Total de Vencimentos	Total de Descontos
1.414,44	200,38
TOTAL LÍQUIDO	1.214,06

Salário Base	Sal. Contr. INSS	Base Calc. FGTS	F.G.T.S. do Mês	Base Cálc. IRRF	Faixa IRRF
1.019,00	1.317,12	1.317,12	105,36	1.198,58	0,00

DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO ____/____/_____ DATA _____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO



Plano Hospital Samaritano
Campinas

Unidade Avançada Samaritano Cosmópolis
Rua Ramos de Azevedo, 89 - B
Jd. Bela Vista - (19) 3812-5093

Unidade Avançada Samaritano Indaiatuba
Av.. Presidente Vargas, 1.571
2º andar - Cidade Nova
(19) 3816-8153 / 3816-7925

Unidade Avançada Samaritano Monte Mor
Av.. Ayrton Senna, s/n - Centro
(19) 3879-4632

Unidade Avançada Samaritano Paulinia
Rua Portugal, 400 - Vila Bressani
(19) 3888-7000

Unidade Avançada Samaritano Hortolândia
Rua José de Camargo, 131
Remanso Campineiro
(19) 3909-2220 / 3909-2627

Unidade Avançada Samaritano Santo Antonio de Posse
Rua Jorge Tibiriça, 955 - Centro
SL 18 - Galeria Plaza 10

Unidade Avançada Samaritano Americana
Av. Brasil, 1955 Centro - Smart Mall
(19) 34729472

Dr. Valmir Cepaldi

Informamos que a senhora Rosana Duarte encontra-se em acompanhamento pelo nosso serviço cirúrgico. Após submete-la a abordagem conservadora para controle do quadro inflamatório e de dor aguda, optamos pela continuidade do tratamento por meio de abordagem cirúrgica. Sendo assim, solicito nova avaliação desta conduta e a emissão do pedido para o procedimento.

Dr. Renato P. da Costa
Fisioterapeuta
CREFITO 3/22201-F

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:06 - 725d637
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022052009200000036152858
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 16052022052009200000036152858
ID. 725d637 - Pág. 1

HOPE

ortopedia e traumatologia

Ao JRPS

Relatório médico

Dr. Luiz Adriano Garcia Massa
CRM 89.120

Dr. Marcos José Garcia Costa
CRM 96.068

Dr. Miguel Chati
CRM 83.864

Dr. Valmir Crepaldi Silva
CRM 67.241

Declaro que A. Sp. Rosa Duarte encontra-se em tratamento médico, devido a lesão no joelho esquerdo, onde será submetida a cirurgia; devendo ser afastada do serviço por 90 dias. M23-0 M23-2 M25-4

Dr. Valmir Crepaldi Silva
Ortopedia e Traumatologia
CRM 67.241

10/11/2015

- Traumas
- Fraturas
- Lesões do Esporte
- Cirurgias Ortopédicas
- Ortopedia Clínica
- Procedimentos Ortopédicos
- Raio X
- Fisioterapia
- Reabilitação e Condicionamento Físico

Rua Engenheiro Monlevade, 110 - Ponte Preta - CEP 13041-304 - Campinas - SP
Fone/Fax: (19) 3239-3492 - clihope@terra.com.br

PJe
Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:06 - ab8a77c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022055421500000036152875
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. ab8a77c - Pág. 1
Número do documento: 16052022055421500000036152875

HOSPITAL EVANGÉLICO
Samaritano
Campinas

DEPARTAMENTO DE RADIOLOGIA
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA
ULTRASSONOGRAFIA

Nome: ROSANA DUARTE Atend.: 318864
Convênio: PHS - PHS Pedido.....: 90569
Med. Solicitante...: LUIZ FERNANDO MARCHILLI
Data da Solicitação: 09/09/2015 procedência: SADT PROPRIO

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DO JOELHO ESQUERDO

Método:
Exame realizado com sequência FSE com cortes multiplanares com 3 e 4 mm de espessura.

Análise:

Menisco lateral com rotura completa vertical na transição entre o corpo e corno posterior; alem de fissura longitudinal no corno anterior.

Menisco medial com fissura obliquoa no corno posterior, que se estende para a superficie articular inferior.

Ligamentos cruzados e colaterais com continuidade, espessura e sinal normais.

Afilamento condral femorotibial lateral.

Focos de edema ósseo no plato tibial lateral.

Demais estruturas ósseas de morfologia e sinal medular normais.

Discreto derrame articular.

Tendões do quadríceps e patelar sem alterações.

Pequena quantidade de liquido no recesso do gastrocnemio medial/semimembranoso

Dr.(a) DANIEL ARRUDA TEIXEIRA
CRM: 111755

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:07 - 04bbb8c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022062197300000036152885
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 04bbb8c - Pág. 1
Número do documento: 16052022062197300000036152885

20160120700L

PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

000443

CPL 201601077737

COMUNICAÇÃO DE DECISÃO

NIT. 1.200.747.863.5

Número do Benefício: 612.469.256.6 **Espécie:** 31

Ao Sr(a): ROSANA DUARTE

Endereço: ERASMO BRAGA 901 , JARDIM CHAPADAO

CEP: 13.070.147 **Município:** CAMPINAS **UF:** SP

Assunto: Requerimento de Auxílio - Doença

Decisão: DEFERIDO

Motivo: Constatação de incapacidade laborativa

Fundamentação Legal: Art. 59 da Lei nº 8.213, de 24/07/1991 e arts. 71 e 78 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3048, de 06/05/1999.

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção ao requerimento de Auxílio-Doença, efetuado em 10/11/2015 , a Previdência Social comunica que foi reconhecido o direito ao benefício, em razão de o exame médico-pericial realizado pelo INSS ter concluído que existe incapacidade para o trabalho e/ou atividade habitual.

O Auxílo-Doença foi concedido até 18/02/2016 , Data da Cessação do Benefício - DCB.

Caso não recupere a capacidade para o trabalho e/ou atividade habitual até a data da cessação fixada, o (a) Senhor(a) poderá requerer novo exame médico-pericial, mediante Pedido de Prorrogação - PP, no prazo de 15(quinze) dias antes da cessação do benefício 18/02/2016 , observado o disposto no art.78, § 2º, do Regulamento da Previdencia Social.

Cessado o benefício, o (a) Senhor(a) poderá requerer novo exame médico-pericial, mediante Pedido de Reconsideração - PR, ou apresentar Recurso à Junta de Recursos da Previdência Social, ambos no prazo de 30(trinta) dias contados a partir de 18/02/2016 , observado o disposto nos arts. 78, § 1º e 305, § 1º, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo decreto nº 3.048/99.

Os pedidos de Prorrogação, de Reconsideração e a apresentação do Recurso poderão ser agendados por meio do portal da Previdência Social na internet (www.previdencia.gov.br), da Central 135 ou em uma Agência da Previdência Social.

Caso haja recuperação da capacidade para o trabalho e /ou atividade habitual antes do prazo fixado, orienta-se o comparecimento a uma Agência da Previdência Social para marcação de exame médico-pericial.

O prazo para a revisão do benefício é de 10(dez) anos contados da data da concessão ou do indeferimento, de acordo com o prazo decadencial previsto no art.103 da Lei nº 8.213/91 e art. 347 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

AG DA PREVIDENCIA SOCIAL CAMPINAS

ENDERECO: RUA BARRETO LEME, 1117 - CENTRO

CEP: 13010.201 MUNICIPIO: CAMPINAS UF: SP

Impresso pela Dataprev

FORM: ATU34X

883,00

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:07 - f581560
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022072940900000036152919
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. f581560 - Pág. 1
Número do documento: 16052022072940900000036152919

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CAMPINAS

SEDE CENTRAL:
Rua Duque de Caxias, 368 - Centro
CEP.: 13015-310 – Campinas - SP
Fone/Fax.: (19) 3739-4277

Caixa Postal 488
Site.: http://www.sinsaude.org.br
E-mail.: sinsaude@sinsaude.org.br

Campinas, 28 de outubro de 2015.

Ofício nº 437 /2015 - DJ

Ao(a)
Ilmo(a) Sr(a)
Administrador(a) da
MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLOGICA LTDA ME
Localização: Rua Alferes João José, nº 446, Jd. Chapadão
Campinas-SP

Prezado (a) Senhor (a):

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS EM SERVIÇOS DE SAÚDE DE CAMPINAS, neste ato representado por seus representantes infra-assinados, vem à presença de Vossa Senhoria, expor e ao final solicitar o quanto segue:

Fomos procurados por sua ex-funcionária, nossa associada Sra. ROSANA DUARTE, portadora do RG nº 21.982.532-4, questionando-nos quanto a sua dispensa.

Informou-nos a Sra. Rosana que foi admitida por esta C. Empresa em 13/06/2014, porém foi imotivadamente dispensada no dia 07/08/2015.

Ocorre que, encontra-se a Sra. Rosana incapacitada para o trabalho, conforme se comprova o incluso relatório médico, expedido pelo Dr. Renato P. da Costa – fisioterapeuta, no dia 12/08/2015 (doc. incluso), no qual solicita o afastamento das atividades laborais e repouso absoluto. Documento este entregue via fax a Sra. Bianca Montoni.

Assim, nula é a dispensa da Sra. Rosana, fazendo jus a sua imediata reintegração nesta Empresa, nos termos da legislação vigente.

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:08 - 65549b0
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022083232300000036152942
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 65549b0 - Pág. 1
Número do documento: 16052022083232300000036152942

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CAMPINAS

ATO DA SAÚDE DE CAMPINAS E REGIÃO

SEDE CENTRAL:
Rua Duque de Caxias, 368 - Centro
CEP.: 13015-310 – Campinas - SP
Fone/Fax.: (19) 3739-4277

Caixa Postal 488
Site.: http://www.sinsaude.org.br
E-mail.: sinsaude@sinsaude.org.br

Dessa forma, considerando que a Sra. Rosana, encontra-se incapaz para o trabalho, por doença em razão do acidente de trabalho ocorrido no dia 30/06/2015, necessário se faz o cancelamento da imotivada dispensa, com a imediata reintegração nesta C. Instituição.

Certos do pronto atendimento ao ora solicitado, bem como da disponibilidade desta C. Empresa em solucionar a presente problemática, de forma administrativa, aguardaremos no prazo de 03 (dias) dias a contar do recebimento deste ofício, resposta do procedimento a ser adotado por esta C. Empresa.

Atenciosamente,

PAULO GONÇALVES
DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS

JÉSSICA AMANDA DE OLVEIRA
ADVOGADA

ROSANA DUARTE
CPF: 102.278.628-80

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:08 - 65549b0
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022083232300000036152942
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 65549b0 - Pág. 2
Número do documento: 16052022083232300000036152942

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE CAMPINAS
Rua Engenheiro Monlevade, 206 - Ponte Preta | Campinas/SP
(19) 3736.1000 | www.samaritanocampinas.com.br

Ficha de Internação

Médico.....: 67241 VALMIR SILVA Data internação: 18/11/2015
Plano.....: PHS Atendimento: 347579
Conv.....: PHS Internação: ELETIVA
Setor.....: ALA DE INTERNACAO Quarto: COLETIVO Leito..: DH-05
Val.Carteira: 02/02/2020 Dt. Pgto.:
Matricula...: 87666200002010 Guia.: 3679000

DADOS DO PACIENTE: Senha:

Prontuário..: 104989
Nome.....: ROSANA DUARTE Data Nasc.: 13/03/1964
Sexo.....: F Estado Civil: SOLTEIRO Idade.....: 51 anos
Rg.....: 219825324 CPF: 102.278.628-80
Profissão...: Tel: 1925141419 991813478
Endereço....: ERASMO BRAGA 901 Cep: 13070147
Bairro.....: JARDIM CHAPADAO
Cidade.....: CAMPINAS
Nome Pai....: JOSE ALBINO DUARTE
Nome Mãe....: DORACI MOREIRA DUARTE
Diagnostico.: NAO DEFINIDO CID: M232
Cod. Proc...: 30733065 2ºCod.Proc: Lib de Leito:
Procedimento: REPARO OU SUTURA DE UM MENISCO
Espec: CLINICA MEDICA Recepção....: TPEREIRA

DADOS DO RESPONSÁVEL:
Responsável.....: ROSANA DUARTE
RG: CPF: Telefone:

TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONSENTIMENTO INFORMADO

I. Autorizo os médicos prestadores de serviço ou membros do corpo clinico do Hospital Evangélico Samaritano de Campinas a realizarem os procedimentos necessários ao tratamento e/ou diagnóstico do(a) paciente acima, estando ciente dos potenciais riscos e complicações que possam surgir.

II. Estou ciente que:

Sendo atendimento conveniado, ainda que o(a) paciente possua convênio médico poderá haver procedimentos, medicamentos, materiais especiais entre outros que necessitem de prévia autorização por parte do convênio assumindo a responsabilidade pelo pagamento dos mesmos caso aquele negue autorização.

Em caso do(a) paciente acima identificado(a) não possuir convênio médico ao qual o Hospital Evangélico Samaritano de Campinas seja credenciado, assumo o pagamento integral de todas as despesas oriundas do tratamento dispensado.

III. Tenho pleno conhecimento que o Hospital Evangélico Samaritano de Campinas não é conveniado ao Sistema Ùnico de Saúde (SUS) autorizando a transferência do(a) paciente para Hospital da rede pública de saúde nos casos de:

a) Descumprimento das obrigações ora assumidas;

b) Pela falsidade das informações fornecidas, sendo que a obtenção de vaga em Instituição Pública será de responsabilidade de ambas as partes.

IV. O Hospital Evangélico Samaritano de Campinas não se responsabiliza por objetos de uso pessoal, valores ou quaisquer outros pertences trazidos ao Hospital durante o período de internação.

V. Nas complementações de quarto coletivo para apartamento individual, serão cobrados honorários médicos, além da parte hospitalar.

VI. Para segurança dos pacientes, seus familiares e amigos devem colaborar, observando o horário de visitas e procedimentos que garantam a segurança de todos os pacientes , particularmente em área de circulação restrita.

VII. Conforme estatuto, será permitido acompanhante para menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 60 (sessenta).

VIII.Elegem as partes, de comum acordo, o foro da Comarca de Campinas/SP, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste termo.

Fica o paciente ou seu(s) responsável(eis) ciente(s) de que não são permitidos pagamentos diretamente aos profissionais que prestam assistência aos pacientes, independente do vínculo jurídico com o hospital, sendo proibida a cobrança por médicos, anestesistas, instrumentadores, enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas, entre outros, diretamente dos pacientes ou seu(s) responsável(eis).

Campinas-SP, 18/11/2015

Assinatura do Responsável: _____

Md.:004 Impresso em: 18/11/2015 09:52

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:08 - 960e467
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022090407800000036152952
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 960e467 - Pág. 1
Número do documento: 16052022090407800000036152952

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CAMPINAS

SEDE CENTRAL:
Rua Duque de Caxias, 368 - Centro
CEP.: 13015-310 – Campinas - SP
Fone/Fax.: (19) 3739-4277

Caixa Postal 488
Site.: http://www.sinsaude.org.br
E-mail.: sinsaude@sinsaude.org.br

Campinas, 10 de novembro de 2015.

Ofício nº 454 /2015 - DJ

Ao(a)
Ilmo(a) Sr(a)
Administrador(a) da
MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLOGICA LTDA ME
Localização: Rua Alferes João José, nº 446, Jd. Chapadão
Campinas-SP

Prezada Senhora:

O **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS EM SERVIÇOS DE SAÚDE DE CAMPINAS,** neste ato representado por seu Diretor e advogado "in fine" assinados, vem, mui respeitosamente à presença de V.Sa., expor e ao final solicitar o quanto segue:

Fomos procurados por seu funcionário, nosso associado, **Sra. ROSANA DUARTE**, que relatou-nos a seguinte situação:

Que na data de 15 setembro de 2015 foi dispensada deste C. Estabelecimento, e até a presente data não houve agendamento para realização da homologação.

Neste sentido, pelo presente, solicitamos v. comparecimento em para efetivação do ato homologatório em data de **19/11/2015 as 09h00min.**

Certos de contarmos com o bom senso desde c. estabelecimento em resolver administrativamente a problemática suscitada.

Despedimo-nos.

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:09 - 16c8098
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022211888900000036153045
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 16c8098 - Pág. 1
Número do documento: 16052022211888900000036153045

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CAMPINAS

SEDE CENTRAL:
Rua Duque de Caxias, 368 - Centro
CEP.: 13015-310 – Campinas - SP
Fone/Fax.: (19) 3739-4277

Caixa Postal 488
Site.: http://www.sinsaude.org.br
E-mail.: sinsaude@sinsaude.org.br

PAULO GONÇALVES
DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS

VALÉRIA ANZAI
ADVOGADA

ROSANA DUARTE
CPF: 102.278.628-80

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:09 - 16c8098
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022211888900000036153045
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 16c8098 - Pág. 2
Número do documento: 16052022211888900000036153045

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR

01 CNPJ/CEI	02 Razão Social / Nome			
10.482.466/0003-96	MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA ME			
03 Endereço (logradouro, nº, andar, apartamento)				04 Bairro
R R ALFERES JOAO JOSE, 446				JARDIM CHAPADAO
05 Município	06 UF	07 CEP	08 CNAE	09 CNPJ/CEI Tomador / Obra
CAMPINAS	SP	13070-188	8630-5/04	

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR

10 PIS - PASEP	11 Nome			
12007478635	ROSANA DUARTE			
12 Endereço (logradouro, nº, andar, apartamento)				13 Bairro
RUA DR ERASMO BRAGA, 00901				JD CHAPADAO
14 Município	15 UF	16 CEP	17 Carteira de Trabalho (nº, série, UF)	18 CPF
CAMPINAS	SP	13070-147	90229 / 00013 / SP	102.278.628-80
19 Data de nascimento	20 Nome da mãe			
13/03/1964	DORACI MOREIRA DUARTE			

DADOS DO CONTRATO

21 Tipo de Contrato

Contrato trabalho por prazo indeterminado

22 Causa do Afastamento

Despedida sem justa causa, pelo empregador

23 Remuneração Mês Anterior Afast.	24 Data de admissão	25 Data do Aviso Prévio	26 Data de afastamento	27 Cód. Afastamento
1.200,00	13/06/2014	10/08/2015	08/09/2015	SJ2

28 Pensão alimentícia (%) (TRCT)	29 Pensão alimentícia (%) (Saque FGTS)	30 Categoria do trabalhador
0,00	0,00	01 - Empregado

31 Código Sindical	32 CNPJ e Nome da Entidade Sindical Laboral

DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

VERBAS RESCISÓRIAS

Rubrica	Valor	Rubrica	Valor	Rubrica	Valor
50 Saldo de 8 dias Sal. (líquido de 0 faltas e 4.51 horas de atrasos acre	295,40	51 Comissões	0,00	52 Gratificações	125,00
53 Adicional de Insalubridade 20,00%	38,80	54 Adicional de Periculosidade 0,00%	0,00	55 Adicional Noturno 0,00 horas 0%	0,00
56.1 Horas Extras 7.52 horas 50%	61,53	56.2 Horas Extras 0,26 horas 100%	2,84		
57 Gorjetas	0,00	58 Descanso Semanal Remunerado (DSR)	0,00	59 Reflexo do DSR sobre Salário Variável	0,00
60 Multa Art. 477, § 8º/CLT	0,00	61 Multa Art. 479/CLT	0,00	62 Salário Família	0,00
63 13º Salário Proporcional 8/12 avos	905,07	64.1 13º Salário Exercício /12 avos	0,00	65 Férias Proporcionais 3/12 avos	339,40
66.1 Fér. Venc. Per. Aquis. 13/06/2014 a 12/06/2015 9,60/12 avos	1.086,08	67 Férias Vencidas (Reflexo/Dobra)	0,00	68 Terço Constitucional de Férias	475,16
69 Aviso-Prévio Indenizado	120,00	70 13º Salário (Aviso-Prévio Indenizado)	0,00	71 Férias Aviso-Prévio Indenizado	0,00
95 D.s.r. S/ Horas Extras	21,46	95.1 Médias S/ 13º Sal. Rescisão	141,18	95.2 Médias S/férias Venc. Rescisão	195,64
95.3 1/3 Médias S/férias Venc. Resc	65,21	95.4 Médias S/férias Prop. Na Resc	45,01	95.5 1/3 Médias S/férias Prop. Resc	15,00
99 Ajuste do saldo devedor	0,00			**TOTAL RESCISÓRIO BRUTO**	**3.932,78**

DEDUÇÕES

Desconto	Valor	Desconto	Valor	Desconto	Valor
100 Pensão Alimentícia	0,00	101 Adiantamento Salarial	0,00	102 Adiantamento de 13º Salário	0,00
103 Aviso Prévio Indenizado	0,00	104 Inden. Art. 480 CLT	0,00	105 Empréstimo em Consignação	0,00
106 Vale Transporte	19,20	112.1 Previdência Social	43,20	112.2 Previdência Social - 13º Salario	83,70
114.1 IRRF	0,00	114.2 IRRF sobre 13º Salário	0,00	115.1 Assistencia Médica	54,88
				TOTAL DAS DEDUÇÕES	**200,98**
				VALOR RESCISÓRIO LÍQUIDO	**3.731,80**

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:09 - de7a3e1
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022214046700000036153047
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. de7a3e1 - Pág. 1
Número do documento: 16052022214046700000036153047

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR

01 CNPJ/CEI	02 Razão Social / Nome
10.482.466/0003-96	MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA ME

TRABALHADOR

10 PIS - PASEP	11 Nome
12007478635	ROSANA DUARTE

17 Carteira de Trabalho (nº, série, UF)	18 CPF	19 Data de nascimento	20 Nome da mãe
90229 / 00013 / SP	102.278.628-80	13/03/1964	DORACI MOREIRA DUARTE

CONTRATO

22 Causa do Afastamento
Despedida sem justa causa, pelo empregador

24 Data de admissão	25 Data do Aviso Prévio	26 Data de afastamento	27 Cód. Afastamento	29 Pensão alimentícia (%) (Saque FGTS)
13/06/2014	10/08/2015	08/09/2015	SJ2	0,00

30 Categoria do trabalhador
01 - Empregado

31 Código Sindical	32 CNPJ e Nome da Entidade Sindical Laboral

Foi prestada, gratuitamente, assistência na rescisão do contrato de trabalho, nos termos do artigo n.º 477, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo comprovado neste ato o efetivo pagamento das verbas rescisórias especificadas no corpo do TRCT, no valor líquido de R$ 3.731,80 é parte integrante do presente Termo de Homologação.

As partes assistidas no presente ato de rescisão contratual foram identificadas como legítimas conforme previsto na Instrução Normativa/SRT n.º 15/2010.
Fica ressalvado o direito de o trabalhador pleitear judicialmente os direitos informados no campo 155 abaixo.

19 NOV. 2015

_____, _____ de _____ de _____

150 Assinatura do Empregador ou Preposto
BIANCA MONTONI ROMERO CPF: 32574167848

151 Assinatura do Trabalhador
ROSANA DUARTE

152 Assinatura do Responsável Legal do Trabalhador
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CAMPINAS
R. Dr. [illegible], 363 - Campinas-SP - F: (19) 3733-4277
Carta Sindical - CNT - 19500 de 29/10/1943 - Livro 05 - Fls. 20
CNPJ: 46.087.854/0001-58

153 Carimbo e Assinatura do Assistente

154 Nome do Órgão Homologador

155 Ressalvas
Campo 31: 91202 115002589-1
Campo 32: Sindicato dos Empregados em Estab. de Serviços de Saúde de Campinas.

156 Informações à CAIXA:

A ASSISTÊNCIA NO ATO DA RESCISÃO CONTRATUAL É GRATUITA
Pode o trabalhador iniciar ação judicial quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho (Inc. XXIX, Art. 7º da Constituição Federal/1988).

DECLARAÇÃO PARA OBTENÇÃO JUSTIÇA GRATUITA

Eu, , **ROSANA DUARTE,** brasileira, divorciada, auxiliar odontológica, portadora do RG nº 21.982.532-4, inscrita no CPF/MF sob n. 102.278.628-80, residente e domiciliada na rua Erasmo Braga, n. 901, Jardim Chapadão, Campinas/SP , declaro não ter condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo próprio e de minha família.

Campinas, 05 de abril de 2016

Rosana Duarte

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 20/05/2016 22:23:09 - 00206bf
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16052022220980200000036153056
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 00206bf - Pág. 1
Número do documento: 16052022220980200000036153056

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Justiça do Trabalho - 15ª Região

6ª Vara do Trabalho de Campinas

cbs
PROCESSO: 0011050-37.2016.5.15.0093
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

DECISÃO PJe-JT

Vistos,

Trata-se de pedido de tutela de urgência visando a nulidade da dispensa e a reintegração imediata em virtude de estabilidade provisória decorrente de acidente de trabalho com o pagamento dos salários e demais benefícios.

Não há como deferir, por ora, a tutela requerida.

No presente caso, embora a reclamada tenha preenchido a Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT (ID eaebe6b - fl. 16), não há prova de que a reclamante esteve afastada em virtude de percepção de auxílio-doença acidentário (espécie 91), mas tão somente em decorrência de auxílio-doença previdenciário (espécie 31) - ID f581560 - fl. 37 em razão de doença incapacitante para o trabalho sem relação com o labor.

Outrossim, para a caracterização de que o problema que teve no joelho, que a obrigou a submeter-se à cirurgia e reabilitação posterior, guarde relação de causalidade com o acidente de trabalho sofrido é imprescindível a realização de perícia médica.

Face à necessidade de dilação probatória não é possível, em juízo de cognição sumária deferir os efeitos da tutela pretendida. Destarte, com esteio no artigo 300, parágrafo 3º do Novo Código de Processo Civil, indefiro a tutela de urgência.

O pedido poderá ser reapreciado após a realização da perícia médica elaborada por perito da confiança do Juízo, a ser designada no momento oportuno.

Sem prejuízo, intime-se o reclamante acerca do indeferimento da tutela, bem como notifique-se a reclamada quanto à ação ajuizada e audiência designada.

Campinas, 06 de junho de 2016.

MAÍRA GUIMARÃES ARAUJO DE LA CRUZ

Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Justiça do Trabalho - 15ª Região

6ª Vara do Trabalho de Campinas

cbs
PROCESSO: 0011050-37.2016.5.15.0093
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

DECISÃO PJe-JT

Vistos,

Trata-se de pedido de tutela de urgência visando a nulidade da dispensa e a reintegração imediata em virtude de estabilidade provisória decorrente de acidente de trabalho com o pagamento dos salários e demais benefícios.

Não há como deferir, por ora, a tutela requerida.

No presente caso, embora a reclamada tenha preenchido a Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT (ID eaebe6b - fl. 16), não há prova de que a reclamante esteve afastada em virtude de percepção de auxílio-doença acidentário (espécie 91), mas tão somente em decorrência de auxílio-doença previdenciário (espécie 31) - ID f581560 - fl. 37 em razão de doença incapacitante para o trabalho sem relação com o labor.

Outrossim, para a caracterização de que o problema que teve no joelho, que a obrigou a submeter-se à cirurgia e reabilitação posterior, guarde relação de causalidade com o acidente de trabalho sofrido é imprescindível a realização de perícia médica.

Face à necessidade de dilação probatória não é possível, em juízo de cognição sumária deferir os efeitos da tutela pretendida. Destarte, com esteio no artigo 300, parágrafo 3º do Novo Código de Processo Civil, indefiro a tutela de urgência.

O pedido poderá ser reapreciado após a realização da perícia médica elaborada por perito da confiança do Juízo, a ser designada no momento oportuno.

Sem prejuízo, intime-se o reclamante acerca do indeferimento da tutela, bem como notifique-se a reclamada quanto à ação ajuizada e audiência designada.

Campinas, 06 de junho de 2016.

MAÍRA GUIMARÃES ARAUJO DE LA CRUZ

Juíza do Trabalho Substituta

ÃO AOS CORREIOS:
NCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

Carta
9912353797-DR/S
TRT 15ª Regiã
CORREIOS

6ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123

Registrado Postal nº JO758358921BR Postado em 20/06/2016

DESTINATÁRIO:

MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME
RUA ALFERES JOAO JOSE, 446, JARDIM CHAPADAO, CAMPINAS - SP - CEP: 13070-188

PROCESSO: 0011050-37.2016.5.15.0093
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: ROSANA DUARTE
MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME CNPJ: 10.482.466/0001-24

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL EM PROCESSO ELETRÔNICO (PJe)

Fica V. Sa. notificada para comparecer à audiência INICIAL que se realizará no dia **02/08/2016 13:30 h**, na sala de audiências da **6ª Vara do Trabalho de Campinas**, situada à Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123. A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Decisão	Decisão	16060609074015600000037038302
Declaração hipossuficiêmcia0001	Declaração de Hipossuficiência	16052022220980200000036153056
trct0001	Termo de Homologação de Rescisão do Contrato de Trabalho	16052022214046700000036153047
		16052022211888900000

Ofício atraso homologação0001	Documento Diverso	0036153045
Ficha internação0001	Documento Diverso	16052022090407800000036152952
Ofício sindicato0001	Documento Diverso	16052022083232300000036152942
Comunicação de decisão - Previdência social0001	Documento Diverso	16052022072940900000036152919
Ressonância Magnética0002	Exame Médico - Resultado	16052022062197300000036152885
Relatório ortopedista0001	Atestado	16052022055421500000036152875
Relatório fisioterapeuta0001	Atestado	16052022052009200000036152858
Demonstrativo de pagamento0002	Contracheque / Hollerith	16052022041488600000036152840
Demonstrativo de pagamento0001	Contracheque / Hollerith	16052022034965700000036152835
Aviso prévio0001	Aviso Prévio	16052022030318900000036152825
Atestado 30 junho0001	Atestado	16052022024480400000036152821
CAT0001	Comunicação de Acidente de Trabalho /CAT	16052022023047300000036152813
CTPS0001	CTPS	16052022020984300000036152804
Procuração0001	Procuração	16052022015243000000036152799
Petição Inicial	Petição Inicial	16052017075844200000036142252

Caso V. S.ª não consiga consultá-los via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso a eles ou receber orientações.

PARA VISUALIZAÇÃO, UTILIZAR O NAVEGADOR MOZILLA FIREFOX

A audiência será INICIAL, ficando as partes dispensadas de trazerem testemunhas.

A defesa e os documentos deverão ser apresentados dentro do Processo Judicial Eletrônico (PJe), acessado com assinatura digital, até o horário da abertura da audiência, nos termos da Lei 11.419 /2006, da Resolução 136/2014 do CSJT e do Provimento GP-VPJ-CR Nº 4/2013 do TRT da 15ª Região.

Caso a antecedência não seja observada, a defesa poderá ser apresentada oralmente em audiência, nos termos do artigo 847 da CLT.

Se V. S.ª não possuir equipamento para conversão ou escaneamento de documentos em formato PDF, deverá comparecer à Unidade Judiciária para proceder à adequação dos documentos por meio dos equipamentos disponíveis na Central de Atendimento.

Na audiência referida lhe é facultado fazer-se substituir por um preposto (empregado) que tenha conhecimento direto dos fatos, bem como fazer-se acompanhar por advogado(a), sendo que o não comparecimento à audiência poderá acarretar sérios prejuízos, presumindo-se aceitos como verdadeiros

todos os fatos alegados pelo autor e constantes da petição inicial, nos termos do Art. 844 da CLT, esclarecendo, por fim que em se tratando de pessoa jurídica, deverá apresentar com a defesa a cópia atual do estatuto constitutivo (contrato social) de forma eletrônica.

Não será aceita contestação ou qualquer outro tipo de petição relativa a esse processo eletrônico que sejam encaminhadas por intermédio de e-Doc, protocolo integrado ou outros meios disponíveis no TRT da 15ª Região (Art. 13 do Provimento GP-VPJ-CR Nº 4/2013).

Em havendo pedido que necessite de perícia, as partes deverão apresentar quesitos e indicar assistente técnico até a data d a audiência

Salvo tratar-se de situação que efetivamente exija a adoção do procedimento, RECOMENDA-SE NÃO UTILIZAR A OPÇÃO

"SIGILO" QUANDO DA JUNTADA DA CONTESTAÇÃO E DOCUMENTOS.

CAMPINAS, 16 de Junho de 2016.

A conciliação é uma forma de resolver melhor e mais rapidamente o conflito. Se houver essa disposição venha ao Centro Integrado de Conciliação do 1o. Grau, localizado na Cobertura do Fórum Trabalhista de Campinas ou entre em contato pelo telefone 32327997 (ramal 1997) ou pelo e-mail cic1campinas@trt15.jus.br. Temos várias modalidades para intermediar a solução do seu conflito.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS /SP

Processo nº 0011050.37.2016.5.15.0093

MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA. ("Reclamada"), por sua advogada devidamente constituída por meio do contrato social, procuração e substabelecimento anexos, nos autos da Reclamação Trabalhista que lhe move **ROSANA DUARTE** ("Reclamante"), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a habilitação da sua advogada, que esta subscreve.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 02 de agosto de 2016.

Daniela de Freitas

OAB/SP nº 227.788

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato **MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA-ME,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 10.482.466/0001-24, com sede na Rua Treze de Maio, n° 34, Santa Cecília, na cidade de Paulínia – SP, CEP: 13140-000 (doravante denominado "**OUTORGANTE**"), representada por **BIANCA MONTONI ROMERO** brasileira, divorciada, portadora do RG nº 34.207.537-8, inscrita no CPF nº 325.741.678-48, residente e domiciliada na Avenida Imperatriz Leopoldina, n° 550, T6, apto 116, Vila Nova, na cidade de Campinas/SP, nomeia e constitui seu procurador as(os) advogadas(os) **CLAUDIO HENRIQUE ORTIZ JR.**, inscrito na OAB/SP sob o nº 225.209, **DANIELA DE FREITAS**, inscrita na OAB/SP 227.788; **EDUARDO FREDIANI DUARTE MESQUITA**, inscrito na OAB/SP 259.400; **MATEUS MIRANDA ROQUIM**, inscrito na OAB/SP 260.035; **MAURICIO AUGUSTO SAPATA MARTINS,** inscrito na OAB/SP sob nº 370.412; , **NATHÁLIA RIBEIRO DE CARVALHO GERALDO**, inscrita na OAB/SP sob nº 293.146 e **YARA SIQUEIRA FARIAS MENDES**, inscrita na OAB/SP sob o nº 229.337 (doravante denominados "**OUTORGADOS**"), todos integrantes da sociedade de advogados **MESQUITA ROQUIM FREDIANI FREITAS ADVOGADOS**, localizada na Av. José Bonifácio, nº 2021, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP 13092-305, aos quais confere os poderes da cláusula "*ad judicia et extra*" para obter vista e certidões de quaisquer processos, assinar iniciais, defesas, recursos compromissos ou termos, receber e dar quitação, desistir, transigir, conciliar e substabelecer, representando o Outorgante em qualquer juízo ou instância, podendo os Outorgados, no desempenho deste mandato, agir em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação.

Campinas, 12 de fevereiro de 2016.

MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA-ME

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE FREITAS - 02/08/2016 11:47:32 - 6005d72
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16080211465811800000040951366
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 6005d72 - Pág. 1
Número do documento: 16080211465811800000040951366

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS /SP

Processo nº 0011050.37.2016.5.15.0093

MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA. ("Reclamada"), por sua advogada devidamente constituída por meio do contrato social, procuração e substabelecimento anexos, nos autos da Reclamação Trabalhista que lhe move **ROSANA DUARTE** ("Reclamante"), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar sua **CONTESTAÇÃO,** pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

I. INEXISTÊNCIA DE PROVA DO ACIDENTE DE TRAJETO

1. A Reclamante alega que, em razão do suposto acidente de percurso sofrido em 30/06/2015, faz jus à estabilidade de 12 meses prevista no art. 118 da Lei nº 8.213/91 e na Súmula 378 do C. TST, razão pela qual a sua demissão sem justa causa efetivada em 08/09/2015 deve ser considerada nula com a consequente reintegração ao emprego.

2. Entretanto, a Reclamada impugna todas as alegações da Reclamante. Em primeiro lugar, não há prova nos autos do alegado acidente de percurso, o qual se baseia única e exclusivamente nas alegações da Reclamante.

3. Com efeito, a Reclamante compareceu para trabalhar normalmente no dia 30/06/2015, data do alegado acidente, com se infere do anexo cartão de ponto (**DOC. Nº 01**).

4. Durante a jornada de trabalho, a Reclamante se queixou de dores no joelho, alegando ter sofrido uma queda em via pública durante o trajeto entre a sua residência e a Reclamada. Apesar disso, não há testemunhas do alegado acidente, tampouco a comprovação de que a Reclamante foi socorrida por ambulância, policiais, ou qualquer outro meio.

5. Apesar disso e, diante das queixas da Reclamante, a Reclamada a levou para ser atendida no Hospital Samaritano, o que se comprova pelo atestado juntado com a Inicial ID nº bf63d7c.

6. Posteriormente, a CAT foi emitida pela Reclamada, conforme documento juntado pela Reclamante ID nº eaebe6b. Entretanto, as informações ali constantes baseiam-se única e exclusivamente nas alegações da Reclamante, inexistindo qualquer testemunha do alegado acidente.

7. Importante frisar que **a emissão da CAT não gera qualquer presunção de veracidade quanto o alegado acidente**, por se tratar apenas do cumprimento de uma obrigação legal da Reclamada, baseada em informações prestadas unilateralmente pela Reclamante.

8. Ademais, o acidente de trajeto não é um acidente típico de trabalho, mas sim equiparado por força do disposto no art. 21, IV, d, da Lei nº 8.213/91, não tendo este ocorrido nas dependências.

9. Importante ainda destacar que **a Reclamante recebia vale transporte para se locomover ao trabalho, entretanto, por livre e espontânea vontade e, à revelia da Reclamada, fazia o percurso a pé.**

10. Dessa forma, não se pode olvidar que **a Reclamante assumiu, de certa forma, o risco de sofrer qualquer intempérie ao decidir fazer o deslocamento residência-trabalho a pé, deixando de utilizar o transporte custeado pela Reclamada**.

11. Com efeito, note-se da CAT emitida que a Reclamante declara que a causa da sua queda teria sido um objeto jogado na via pública, sobre o que **a Reclamada não tem qualquer ingerência ou**

possibilidade de agir preventivamente, sendo impossível garantir a segurança da Reclamante ou de qualquer outro empregado contra tal intempérie.

12. Não se pode olvidar que, diante da inexistência de testemunhas do alegado acidente de trajeto, a alegada lesão sofrida pela Reclamante pode ter ocorrido em qualquer local e atividade que não tenha relação com o trabalho na Reclamada.

13. Por fim, cumpre à Reclamada salientar que a Reclamante se encontrava apta ao trabalho no momento da rescisão contratual, conforme Exame Médico Demissional anexo (**DOC. Nº 02**). Isso significa dizer que não havia qualquer incapacidade ou outro motivo médico que obstasse a sua demissão.

14. Assim, a Reclamada impugna a ocorrência de acidente de trajeto, o qual deverá ser cabalmente comprovado pela Reclamante, nos termos do art. 818 da CLT.

15. Diante da ausência de provas do alegado acidente de trajeto, todos os pedidos da Reclamante deverão ser julgados improcedentes.

II. INEXISTÊNCIA DO DIREITO À ESTABILIDADE - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 118 DA LEI 8.213/91 E DA SÚMULA 378 DO C. TST

16. Não obstante a falta de provas do alegado acidente de trajeto, a Reclamante não tem direito à estabilidade, pois **não preenche os requisitos do art. 118 da Lei nº 8.213/91, bem como da Súmula 378 do C. TST, quais sejam (i) afastamento superior a 15 dias e (ii) percepção de auxílio doença acidentário**, como será demonstrado a seguir.

17. O art. 118 da Lei 8.213/91 dispõe o que segue:

> ***Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.***

18. Por sua vez, a Súmula 378, do TST estabelece:

> ***Súmula nº 378 do TST***
>
> *ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DO TRABALHO. ART. 118 DA LEI Nº 8.213 /1991. (inserido item III) - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012*
>
> *I - É constitucional o artigo 118 da Lei nº 8.213/1991 que assegura o direito à estabilidade provisória por período de 12 meses após a cessação do auxílio-doença ao empregado acidentado. (ex-OJ nº 105 da SBDI-1 - inserida em 01.10.1997)*
>
> ***II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a consequente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego. (primeira parte - ex-OJ nº 230 da SBDI-1 - inserida em 20.06.2001)***
>
> *III - III - O empregado submetido a contrato de trabalho por tempo determinado goza da garantia provisória de emprego decorrente de acidente de trabalho prevista no art. 118 da Lei nº 8.213/91.*

19. Logo, ao fazer o seu pedido fundamentado nos referidos dispositivos, a Reclamante deixa de comprovar o preenchimento dos requisitos legais para o seu pretenso direito à estabilidade.

20. **A Reclamante não se afastou do trabalho por prazo superior a 15 (quinze dias).** Como a própria Reclamante informa em sua Inicial, **ela se afastou por apenas 02 dias**, conforme atestado ID nº bf63d7c.

21. **A Reclamante não recebeu auxílio-doença acidentário**, pois não houve a necessidade de afastamento por prazo superior a 15 dias, tampouco a de recebimento do benefício previdenciário.

22. Ausentes os requisitos legais, inexistente o direito à estabilidade, conforme ampla jurisprudência abaixo colacionada:

> ***ACIDENTE DE TRABALHO - AFASTAMENTO INFERIOR A 15 DIAS - ESTABILIDADE NÃO RECONHECIDA - Demonstrado nos autos que o reclamante sofreu acidente de trabalho de trajeto, com afastamento de apenas 15 dias e, assim sendo, não faz jus ao período estabilitário previsto em lei.****(TRT-2 - RO: 00017001020115020401 SP 00017001020115020401 A28, Relator: ODETTE SILVEIRA MORAES, Data de Julgamento: 22/04/2014, 11ª TURMA, Data de Publicação: 29/04/2014, disponível em http://trt-2.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/125314439/recurso-ordinario-ro-17001020115020401-sp-00017001020115020401-a28)*

> ***ACIDENTE DE TRAJETO. AFASTAMENTO INFERIOR A 15 DIAS. INEXISTÊNCIA DE DIREITO À ESTABILIDADE PROVISÓRIA PREVISTA NO ART. 118 DA LEI Nº 8.213/1991****. **Constatando-se que não há nos autos prova cabal de que o afastamento do serviço em decorrência do sinistro ocorreu por lapso temporal superior a 15 dias, inexiste direito à estabilidade provisória prevista no art. 118 da Lei nº 8.213/1991, eis que não preenchidos todos os requisitos autorizadores da concessão da referida garantia de emprego, nos termos da Súmula 378 do TST****. (TRT-18 286200905318007 GO 00286-2009-053-18-00-7, Relator: PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO, Data de Publicação: DJ Eletrônico Ano IV, Nº 17 de 02.02.2010, pág.7, disponível em http://trt-18.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18918592/286200905318007-go-00286-2009-053-18-00-7)*

> *RECURSO DE REVISTA. ESTABILIDADE. ACIDENTE DE TRABALHO. REQUISITOS. CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. SÚMULA N.º 378 DO TST. Superada a questão relativa ao reconhecimento da estabilidade acidentária prevista no art. 118 da Lei n.º 8.213/91 também aos contratos de trabalho por prazo determinado, conforme disposição da Súmula n.º 378, item III, do TST, direciona-se a insurgência recursal ao afastamento da mesma nos casos em que o **empregado ficou afastado de suas atividades por apenas seis dias, segundo recomendação médica, e sem usufruto de qualquer benefício previdenciário. Tal situação não reflete o preenchimento dos requisitos indicados no item II da referida Súmula, devendo ser afastada a estabilidade reconhecida pela instância regional**. Recurso de Revista conhecido e provido.(TST - RR: 5246720125150152, Relator: Maria de Assis Calsing, Data de Julgamento: 11/03/2015, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/03/2015, disponível em http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/173809972/recurso-de-revista-rr-5246720125150152)*

23. Tais circunstâncias são suficientes para que todos os pedidos da Inicial sejam julgados improcedentes. Não obstante e, em atenção ao princípio da eventualidade, cumpre à Reclamada impugnar especificamente todos os pontos da Inicial, conforme segue.

24. Cumpre à Reclamada impugnar veementemente as alegações da Reclamante de que a Reclamada sabia do seu quadro médico antes da dispensa. Nesse sentido, **a Reclamada impugna os atestados médicos colacionados com a Inicial, os quais não comprovam que a lesão sofrida pela Reclamante tenha como causa o alegado acidente de trajeto.**

25. A **Reclamada impugna especificamente o documento ID nº** 725d637, o qual a Reclamante alega ter entregue para a Reclamada ainda durante o contrato de trabalho.

26. Trata-se de uma carta **emitida por um fisioterapeuta**, o qual não tem o condão de gerar qualquer obrigação para a Reclamada, por **não se tratar de um documento emitido por um médico**, o que contraria o disposto no Decreto 27.048/49, que aprova o regulamento da Lei nº 605/49, em seu artigo 12:

Art. 12:

*§ 1º: **A doença será comprovada mediante atestado passado por médico da empresa ou por ela designado e pago**.*

*§ 2º: **Não dispondo a empresa de médico da instituição de previdência a que esteja filiado o empregado, por médico do Serviço Social da Indústria ou do Serviço Social do Comércio, por médico de repartição federal, estadual ou municipal, incumbido de assunto de higiene ou saúde, ou, inexistindo na localidade médicos nas condições acima especificados, por médico do sindicato a que pertença o empregado ou por profissional da escolha deste**.*

27. Além disso, note-se que **o referido documento não possui data**, não sendo possível afirmar quando foi produzido. O documento **não atesta qualquer incapacidade para o trabalho, tampouco indica a necessidade de afastamento do trabalho por prazo superior a 15 dias**.

28. **O atestado ID nº 725d637, emitido por um fisioterapeuta, não atesta relação de causalidade entre a lesão da Reclamante e o alegado acidente de trajeto.**

29. No mesmo sentido, **a Reclamada impugna especificamente o atestado de 10/11/2015, ID nº ab8a77cproduzido quase 05 meses após o alegado acidente de trabalho**. Esse longo lastro temporal impede o estabelecimento de qualquer relação de causalidade entre o acidente e a lesão indicada no atestado.

30. Repise-se que, a despeito de provas do alegado acidente e do atestado não comprovar relação de causalidade entre o acidente e a lesão, esta pode ter sido causada ou agravada por movimentos que não guardam relação com o trabalho, já que a Reclamante já não trabalhava para a Reclamada há 03 meses.

31. Ademais, **não há qualquer prova de que a Reclamante estivesse ou esteja incapacitada para o trabalho, especialmente considerando que a afastamento médico quando do alegado acidente foi de apenas 02 dias**.

32. Corroborando com esse fato, **a Reclamada requer a juntada do anexo Exame Médico Demissional (DOC. Nº 02), o qual declarou a Reclamante apta para o trabalho**, ou seja, no ato demissional, em 08/09/2016, a Reclamante não possuía qualquer restrição ou incapacidade para o trabalho.

33. Acrescente-se as **flagrantes contradições entre as alegações da Reclamante e os documentos por ela mesma apresentados fundamentam a dúvida da Reclamada**.

34. Chama a atenção o fato de o atestado médico ID nº (inserir), referente ao atendimento do alegado acidente, indicar como Código Internacional de Doenças ("CID") o número "S60", que se refere a "**traumatismo superficial do punho e da mão**", quando a alegação da Reclamante é a de que o acidente ocorrido em 30/06/2015 causou-lhe um **traumatismo no joelho**.

35. Tal contradição coloca em dúvida se o atestado de 10/11/2015, ID nº (inserir), bem como a cirurgia realizada em 18/11/2015 no joelho da Reclamante, de fato se referem ao alegado acidente ou se referem à doença pregressa, de cunho degenerativo, que além de nenhuma relação ter com o trabalho, tampouco relação possui com o alegado acidente.

36. **Assim, a Reclamada requer seja a Reclamada instada a exibir o atestado médico original ou se digne esse MM. Juízo oficiar o médico para declarar qual o CID correto.**

37. Da mesma forma, o benefício previdenciário requerido em 10/11/2015 e concedido até 18/02/2016 não é suficiente para preencher os requisitos legais para o direito à estabilidade ou para caracterizar eventual nexo entre a lesão da Reclamante e o alegado acidente de trajeto.

38. Com efeito, cumpre impugnar as frágeis alegações da Reclamante de que o auxílio-doença comum foi incorretamente deferido à Reclamante. O fato de o INSS ter deferido o auxílio-doença comum só corrobora a tese da Reclamada de que a lesão da Reclamante não tem relação com o alegado acidente de trajeto.

39. Importante frisar que o caso da Reclamante não se enquadra na exceção do inciso II da Súmula 378 do C. TST, pois não há alegação de doença ocupacional, tampouco foi constatado, após a demissão sem justa causa, que o seu problema de saúde tem relação com o trabalho.

40. Nesse sentido, **nenhum dos documentos médicos apresentados pela Reclamante declaram relação de causalidade entre o alegado acidente de trajeto e a lesão da Reclamante, não se podendo perder de vista que essa lesão pode ter sido causada em outro momento e local que não o trajeto residência-trabalho, bem como bem como que pode se tratar de um problema degenerativo, de cunho pessoal**.

41. Assim, a Reclamada impugna as alegações da Reclamante, requerendo sejam todos os pedidos da Inicial julgados improcedentes.

42. Caso não seja esse o entendimento desse MM. Juízo, o que se cogita por argumentar, a Reclamada pondera que eventual período estável da Reclamante está em vias de se esgotar, não sendo recomendável a sua reintegração, a qual deverá, então, ser convertida em reintegração.

43. Nesse sentido, a Reclamada impugna o pedido da Reclamante de eventual reconhecimento de estabilidade a partir de 19/02/2016 até 19/02/2017. Com efeito, eventual estabilidade, se reconhecida, deverá se limitar a 12 meses da data da demissão, ou seja, 08/09/2016.

III. QUESITOS

44. Caso Vossa Excelência entenda necessária a realização de perícia médica, a Reclamada requer sejam os quesitos abaixo respondidos pelo Sr. Perito, sem prejuízo da apresentação de quesitos complementares após a apresentação do laudo, conforme segue:

É possível atribuir de forma exclusiva relação de causalidade entre o alegado acidente de trajeto que teria sofrido a Reclamante em 30/06/2015 à cirurgia pela qual foi submetida em 18.11.2015 em seu joelho esquerdo?

O fato de a Reclamante ter se afastado do trabalho por apenas 02 dias quando do alegado acidente revela que a lesão sofrida pela Reclamante não pode ser a única motivação da cirurgia à qual foi submetida?

A lesão que motivou a referida cirurgia tem origem em lesão ou doença de cunho degenerativo da qual a Reclamante é portadora?

Antes do alegado acidente, a Reclamante sofreu lesão no joelho esquerdo ou sofria de doença de cunho degenerativo que seja a motivação da cirurgia à qual foi submetida?

É possível ao Sr. Perito atribuir de forma exclusiva relação de causalidade entre o alegado acidente e as lesões apontadas nos documentos médicos ID nº 725d637 e ab8a77c?

Pede-se ao Sr. Perito confirmar qual o CID indicado no documento ID nº bf63d7c?

Antes do acidente, a Reclamante sentia dores ou tinha algum outro tipo de queixa em relação ao joelho esquerdo?

A Reclamante encontra-se capacitada para o trabalho?

A Reclamante trabalha atualmente? Quais as funções desempenhadas?

Antes do acidente, a Reclamante praticava alguma atividade física (doméstica, esportiva, etc) além do trabalho? E após o acidente? Dependendo da resposta, pede-se ao Sr. Perito analisar se tais atividades poderiam influenciar de forma prejudicial na lesão diagnosticada na Reclamante que gerou a cirurgia acima referida.

IV. DA MULTA DO ARTIGO 477 PELO ATRASO DE 02 MESES NA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO

45. A Reclamada impugna a alegação da Reclamante de que a Reclamada não providenciou a homologação da sua rescisão contratual, ou que esta demorou para ser feita por sua culpa e que, por isso, faria jus à multa prevista no artigo 477 da CLT.

46. Primeiro, note-se que a Reclamante não fundamenta o seu pedido em eventual atraso no pagamento das verbas rescisórias, mas apenas e tão somente na demora da homologação.

47. Ora, sendo assim, não há que se falar em imposição de multa, primeiro porque o artigo acima mencionado é expresso quanto à incidência da penalidade apenas para o caso de atraso no pagamento das verbas rescisórias.

48. Além disso, a homologação depende da disponibilidade do Sindicato, e não da Reclamada, a quem não se pode atribuir qualquer culpa pela demora em ato privativo do Sindicato.

49. **Repise-se, a demora na homologação da rescisão da Reclamante é de responsabilidade única e exclusiva do Sindicato Profissional, de quem a Reclamada depende para ultimar a homologação**.

50. Assim, a Reclamada requer seja julgado improcedente o pedido de imposição de multa prevista pelo artigo 477 da CLT, haja vista que a Reclamada quitou todas as verbas rescisórias no prazo legal, bem como não deu causa ao suposto atraso na homologação.

V. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

51. A Reclamada impugna o pedido de honorários advocatícios, posto que o descabimento de honorários na Justiça do Trabalho é matéria pacificada, conforme entendimento consubstanciado na Súmula nº 219, ratificada pela Súmula nº 329, ambas do C. TST.

52. Ressalte-se, quanto a esse aspecto, não ter havido revogação nem do artigo 791, da CLT, nem da Lei nº 5.584/70, pela Lei nº 8.906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a OAB, pelo que continuam indevidos honorários nesta Justiça Especializada.

53. O artigo 133 da Constituição Federal dispõe que "o advogado é indispensável à administração da Justiça sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei". E os limites da lei, em matéria trabalhista, encontram-se estabelecidos no artigo 791, da CLT, e na Lei nº 5.584 /70. Os requisitos previstos nesses dispositivos legais não estão presentes, já que o Reclamante não se encontra assistido por seu Sindicato de classe, mas sim por advogado particular, hipótese em que não se admite a condenação em honorários.

54. Por esses motivos, requer que seja julgado improcedente o pedido de honorários advocatícios. Não obstante, caso se admita a sucumbência na Justiça do Trabalho, há que ser integralmente, para ambas as partes, devendo à Reclamante ser possível a condenação em honorários, os quais, desde logo, requer sejam limitados a 15%, conforme Súmula 219 do C. TST.

VI. REQUERIMENTOS

(i) Dedução/Compensação

55. Na remota e improvável hipótese de condenação em qualquer dos títulos pleiteados na Inicial, requer-se a compensação dos valores já pagos à Reclamante e que possam ser comprovados pela confissão da Reclamante, documentos juntados aos autos pela Reclamada e outras provas produzidas no processo.

(ii) Juntada de documentos

56. A Reclamada impugna os documentos juntados pela Reclamante com a Inicial, já que nenhum deles serve de prova para os pedidos formulados.

Juros e correção monetária

57. Na hipótese de deferimento de alguma parcela, o que se admite apenas para argumentar, os juros devem ser computados à base de 1% ao mês, não capitalizados, como determina a legislação aplicável.

58. Quanto à incidência de correção monetária sobre o valor dos títulos pleiteados, esta deve ser efetuada pelo índice do mês subsequente ao da prestação dos serviços pelo empregado, de acordo com o art. 459, § 1º, da CLT, e a Súmula 381 do C. TST.

59. Especificamente quanto à correção monetária em relação ao pedido de danos morais, requer a Reclamada a observância da Súmula 362 do C. Superior Tribunal de Justiça e da Súmula 439 do C. TST.

VII. CONCLUSÃO

60. Ante o exposto, protestando pela produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente pelo depoimento pessoal da Reclamante, sob pena de confissão, pela oitiva de testemunhas, juntada de documentos, exames, perícias e demais necessários à prova do quanto aqui afirmado, a Reclamada requer e aguarda seja a presente Reclamação Trabalhista julgada improcedente em relação a si, com a condenação da Reclamante no pagamento das custas processuais.

61. Por fim, requer que as notificações e/ou intimações de atos processuais sejam feitas em nome da advogada **DANIELA DE FREITAS, OAB/SP nº. 227.788**, qualificada na procuração, cujo escritório localiza-se na Avenida José Bonifácio, nº 2.021, Jd. das Paineiras, CEP 13092-305, Município de Campinas, Estado de São Paulo, devendo ser considerada nula qualquer publicação em nome de advogado diverso, a teor da Súmula 427 do C.TST.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas 02 de agosto de 2016.

Daniela de Freitas

OAB/SP nº 227.788

Nicole Capovilla Fernandes

OAB/SP nº 367.270

ESCRITÓRIO CENTRAL
SINGULAR

JUCESP PROTOCOLO
0.534.576/13-8

MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLÓGICA LTDA
CNPJ/MF 13.482.466/0001-24

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

CONVÊNIO 196

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual,

CARLOS DE JESUS ROMERO, brasileiro, natural de São Paulo/SP, nascido em 04/10/1946, casado pelo regime comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 3.154.431 SSP/SP, inscrito na CPF/MF sob o nº 304.632.628-91, residente e domiciliado à Avenida Santino Faraone, 815, Casa 01, Bairro Iate Clube de Campinas, Americana/SP, CEP 13.465-000;

ADRIANO MONTONI ROMERO, brasileiro, natural de Osasco/SP, nascido em 29/12/1975, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresa, portador da cédula de identidade RG 20.628.005-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 160.925.588-74, residente e domiciliado à Rua 14 (quatorze) nº 162, Residencial Campos do Conde, Bairro João Aranha, Paulínia/SP CEP 13.140-000.

BIANCA MONTONI ROMERO DA SILVA, brasileira, natural de Campinas/SP, nascida em 08/01/1983, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, cirurgiã dentista, portadora da cédula de identidade RG 34.207.537-8 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 325.741.678-48 e no CRO-SP sob o nº 86.282, residente e domiciliada à Avenida Imperatriz Leopoldina, 550, Torre 06, apto. 116, Vila Nova, Campinas/SP, CEP 13073-035,

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada denominada **"MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLÓGICA LTDA"**, com sede estabelecida à Rua Treze de Maio, 34, Santa Cecília, CEP 13.140-365, município de Paulínia/SP, inscrita no CNPJ nº 10.482.466/0001-24, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE nº 35.222.573.405 em sessão de 05 de novembro de 2008, e posterior alteração contratual arquivada e registrada nessa mesma repartição, sob o nº 345.109/11-9 em sessão de 13/09/2011,

Têm entre si justo e combinado a proceder a presente alteração na seguinte forma e condição:

1) DA QUALIFICAÇÃO DOS SÓCIOS

Considerando a correção e do endereço dos sócios, **CARLOS DE JESUS ROMERO** e **ADRIANO MONTONI ROMERO**, suas qualificações passam a ser as seguintes:

CARLOS DE JESUS ROMERO, brasileiro, natural de São Paulo/SP, nascido em 04/10/1946, casado pelo regime comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 3.154.431 SSP/SP, inscrito na CPF/MF sob o nº 304.632.628-91, residente e domiciliado à Avenida Santino Faraone, 815, Casa 01, Bairro Iate Clube de Campinas, Americana/SP, CEP 13.475-600;

ADRIANO MONTONI ROMERO, brasileiro, natural de Osasco/SP, nascido em 29/12/1975, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresa, portador da cédula de identidade RG 20.628.005-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 160.925.588-74, residente e domiciliado à Rua 14 (quatorze) nº 162, Residencial Campos do Conde, Bairro São José, Paulínia/SP CEP 13.146-030.

2) ABERTURA DE FILIAIS.

Os sócios resolvem neste ato constituir:
Filial 02 instalada na Rua Alferes João José nº 446 – Jardim Chapadão, CEP 13.070-188 – Campinas/SP;
Filial 03, instalada na Rua Dr. Luiz Camilo de Camargo, 864, Jardim das Paineiras, Hortolândia/SP, CEP 13.184-420;
Filial 04, instalada na Rua Duque de Caxias, 290, Centro, Itapira/SP, CEP 13.974-345;

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE FREITAS - 02/08/2016 12:03:44 - 6628775
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16080212002261500000040953473
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 6628775 - Pág. 1
Número do documento: 16080212002261500000040953473

Filial 05, instalada na Rua João Batista Calmazine, 32, Parque Cidade Nova, Mogi Guaçu/SP, CEP 13.845-426;
Filial 06, instalada na Av. Lothario Teixeira, 366, Parque Cidade Nova, Mogi Guaçu/SP, CEP 13.845-430;
Filial 07, instalada na Rua Cabo José Guedes, 125, Jardim Brasília, Mogi Mirim/SP, CEP 13.801-021;
Filial 08, instalada na Rua Jânio Quadros, 32, Centro, Monte Mor/SP, CEP 13.190-000;
Filial 09, instalada na Rua 15 de novembro, 407, Centro, Pedreira/SP, CEP 13.920-000;
Filial 10, instalada na Rua General Câmara, 869, Centro, Santa Barbara D'Oeste/SP, CEP 13.450-029;
Filial 11, instalada na Rua João Lino, 21, Centro, Santa Barbara D'Oeste/SP, CEP 13.450-033 e
Filial 12, instalada na Praça Lourenço Franco de Oliveira 26, Centro, Serra Negra/SP, CEP 13.930-000.
Filial 13, instalada na Rua Alberto de Souza, 21, São Lourenço, Estiva Gerbi, CEP: 13.857-000.

Em consequência a cláusula segunda de seu contrato de constituição passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SEDE SOCIAL

A sociedade terá sua sede social e domicílio legal à:
Matriz: Rua Treze de Maio, 34, Santa Cecília, CEP 13.140-000, Paulínia/SP,
Filial 01 instalada à Rua Ramos de Azevedo nº 278 – Centro, CEP 13.150-000 - Cosmópolis/SP;
Filial 02 instalada na Rua Alferes João José nº 446 – Jardim Chapadão, CEP 13.070-188 - Campinas/SP;
Filial 03, instalada na Rua Dr. Luiz Camilo de Camargo, 864, Jardim das Paineiras, Hortolândia/SP, CEP 13.184-420;
filial 04, instalada na Rua Duque de Caxias, 290, Centro, Itapira/SP, CEP 13.974-345;
Filial 05, instalada na Rua João Batista Calmazine, 32, Parque Cidade Nova, Mogi Guaçu/SP, CEP 13.845-426;
Filial 06, instalada na Av. Lothario Teixeira, 366, Parque Cidade Nova, Mogi Guaçu/SP, CEP 13.845-430;
Filial 07, instalada na Rua Cabo José Guedes, 125, Jardim Brasília, Mogi Mirim/SP, CEP 13.801-021;
Filial 08, instalada na Rua Jânio Quadros, 32, Centro, Monte Mor/SP, CEP 13.190-000;
Filial 09, instalada na Rua 15 de novembro, 407, Centro, Pedreira/SP, CEP 13.920-000;
Filial 10, instalada na Rua General Câmara, 869, Centro, Santa Barbara D'Oeste/SP, CEP 13.450-029;
Filial 11, instalada na Rua João Lino, 21, Centro, Santa Barbara D'Oeste/SP, CEP 13.450-033.
Filial 12, instalada na Praça Lourenço Franco de Oliveira 26, Centro, Serra Negra/SP, CEP 13.930-000.
Filial 13, instalada na Rua Alberto de Souza, 21, São Lourenço, Estiva Gerbi, CEP: 13.857-000.
Podendo estabelecer outras filiais, sucursais, escritórios ou outros estabelecimentos comerciais, em qualquer ponto do território nacional ou no exterior, obedecidas as disposições legais vigentes.

3) CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas e em virtude das alterações supra descritas os sócios resolvem consolidar o texto do contrato social desta sociedade o qual passa a ter a seguinte redação:

MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLÓGICA LTDA
CNPJ/MF 10.482.466/0001-24

CARLOS DE JESUS ROMERO, brasileiro, natural de São Paulo/SP, nascido em 04/10/1946, casado pelo regime comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 3.154.431 SSP/SP, inscrito na CPF/MF sob o nº 304.632.628-91, residente e domiciliado à Avenida Santino Faraone, 815, Casa 01, Bairro Iate Clube de Campinas, Americana/SP, CEP 13.475-600;

ADRIANO MONTONI ROMERO, brasileiro, natural de Osasco/SP, nascido em 29/12/1975, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresa, portador da cédula de identidade RG 20.628.005-1 SSP/SP,

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE FREITAS - 02/08/2016 12:03:44 - 6628775
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16080212002261500000040953473
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 6628775 - Pág. 2
Número do documento: 16080212002261500000040953473

inscrito no CPF/MF sob o nº 160.925.588-74, residente e domiciliado à Rua 14 (quatorze) nº 162, Residencial Campos do Conde, Bairro São José, Paulínia/SP CEP 13.145-030.

BIANCA MONTONI ROMERO DA SILVA, brasileira, natural de Campinas, Estado de São Paulo, nascida em 08/01/1983, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, cirurgiã dentista, portadora da cédula de identidade RG 34.207.537-8 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 325.731.678-48 e no CRO-SP sob o nº 86.282, residente e domiciliada no município de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Imperatriz Leopoldina, 550, Torre 6, apto. 116, Vila Nova, CEP 13073-035.

Têm entre si, justo e contratado, a constituição de uma sociedade limitada, que se regerá pelo presente contrato e pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade girará sob a denominação social de **MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SEDE SOCIAL

A sociedade terá sua sede social e domicílio legal à:
Matriz: Rua Treze de Maio, 34, Santa Cecília, CEP 13.140-000, Paulínia/SP,
Filial 01 instalada à Rua Ramos de Azevedo nº 278 – Centro, CEP 13.150-000 - Cosmópolis/SP;
Filial 02 instalada na Rua Alferes João José nº 446 – Jardim Chapadão, CEP 13.070-188 - Campinas/SP;
Filial 03, instalada na Rua Dr. Luiz Camilo de Camargo, 864, Jardim das Paineiras, Hortolândia/SP, CEP 13.184-420;
filial 04, instalada na Rua Duque de Caxias, 290, Centro, Itapira/SP, CEP 13.974-345;
Filial 05, instalada na Rua João Batista Calmazine, 32, Parque Cidade Nova, Mogi Guaçu/SP, CEP 13.845-426;
Filial 06, instalada na Av. Lothario Teixeira, 366, Parque Cidade Nova, Mogi Guaçu/SP, CEP 13.845-430;
Filial 07, instalada na Rua Cabo José Guedes, 125, Jardim Brasília, Mogi Mirim/SP, CEP 13.801-021;
Filial 08, instalada na Rua Jânio Quadros, 32, Centro, Monte Mor/SP, CEP 13.190-000;
Filial 09, instalada na Rua 15 de novembro, 407, Centro, Pedreira/SP, CEP 13.920-000;
Filial 10, instalada na Rua General Câmara, 869, Centro, Santa Barbara D'Oeste/SP, CEP 13.450-029;
Filial 11, instalada na Rua João Lino, 21, Centro, Santa Barbara D'Oeste/SP, CEP 13.450-033.
Filial 12, instalada na Praça Lourenço Franco de Oliveira 26, Centro, Serra Negra/SP, CEP 13.930-000,
Filial 13, instalada na Rua Alberto de Souza, 21, São Lourenço, Estiva Gerbi, CEP: 13.857-000.
podendo estabelecer outras filiais, sucursais, escritórios ou outros estabelecimentos comerciais, em qualquer ponto do território nacional ou no exterior, obedecidas as disposições legais vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO SOCIAL

A sociedade explorará o ramo de atividade de: **CLINICA ODONTOLÓGICA**

CLÁUSULA QUARTA – DO CAPITAL SOCIAL

O capital é de R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) devidamente subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios, em MOEDA CORRENTE DO PAÍS, dividido em 10.000 (Dez Mil) quotas no valor unitário de R$ 1,00 (Hum Real) cada uma, ficarão, assim, distribuídos entre os sócios:

Sócios	Quotas	Participação	Valor (R$)
CARLOS DE JESUS ROMERO	7.000	70	7.000,00
ADRIANO MONTONI ROMERO	1.500	15	1.500,00
BIANCA MONTONI R DA SILVA	1.500	15	1.500,00

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE FREITAS - 02/08/2016 12:03:44 - 6628775
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16080212002261500000040953473
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 6628775 - Pág. 3
Número do documento: 16080212002261500000040953473

Total	**10.000**	**10.000,00**

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do art. 1.052 do Código Civil vigente, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA QUINTA – DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Sua duração será por tempo INDETERMINADO, ressalvando o direito de qualquer um dos sócios que desejar retirar-se da sociedade, o fazer a qualquer momento, desde que cumpridos os termos deste instrumento. Assim tendo seu início de atividade em 29 de Outubro de 2008.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida pelos sócios, **ADRIANO MONTONI ROMERO, BIANCA MONTONI ROMERO DA SILVA** e **CARLOS DE JESUS ROMERO**, já qualificados, **individualmente**, os quais terão poderes para praticar todos os atos de gestão e representá-la, ativa ou passivamente, perante terceiros, judicial ou extrajudicial, repartições públicas em geral, nomear ou distinguir procuradores "*ad negotia*" ou "*ad judicia*", representar a sociedade perante bancos e instituições financeiras, podendo para tanto prestar fianças, dar cauções, aceitar endossos, assinar duplicatas ou quaisquer títulos de créditos, sempre visando à consecução dos objetivos sociais. Contratar com bancos ou outros estabelecimentos, a concessão de créditos ou a abertura de contas correntes, com ou sem garantia. Adquirir, vender ou onerar bens imóveis da sociedade; firmar contratos e compromissos, enfim, praticar todos os atos necessários para seu bom desempenho.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica expressamente proibido o uso da denominação social em avais, fianças, cauções, títulos de favor, contrários aos objetivos sociais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RETIRADAS DE PRÓ-LABORE

Os sócios, CARLOS DE JESUS ROMERO, ADRIANO MONTONI ROMERO E BIANCA MONTONI ROMERO DA SILVA, farão jus a uma retirada de pró-labore, as quais serão levadas as respectivas contas de despesas operacionais, desde que obedecendo aos limites estipulados pela legislação do imposto de Renda.

CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica e profissional do estabelecimento se fará por um profissional habilitado junto ao CRO-SP nº 86.282, sendo a sócia **BIANCA MONTONI ROMERO DA SILVA**, fazendo parte integrante da sociedade comercial.

CLÁUSULA NONA – DA ALIENAÇÃO DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações dos quotistas. As deliberações dos quotistas serão tomadas por maioria dos votos.

As quotas não podem ser cedidas, transferidas por qualquer outra forma, alienadas ou mesmo oneradas sem o consentimento prévio e expresso do outro quotista, que terá sempre, em igualdade de condições, e na mesma proporcionalidade de participação na capital social, direito de preferência pela aquisição dessas quotas.

A intenção de, por qualquer forma, alienar ou mesmo onerar parte ou totalidade de suas quotas, deverá ser comunicado pelo respectivo sócio, ao outro quotista através de carta registrada endereçada à sociedade, comunicação esta que caberá o preço e demais condições da alienação ou operação a ser realizada.

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE FREITAS - 02/08/2016 12:03:44 - 6628775
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16080212002261500000040953473
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 6628775 - Pág. 4
Número do documento: 16080212002261500000040953473

O quotista que pretender exercer seu direito de preferência, comunicará sua intenção por meio de carta registrada endereçada à sociedade, dentro de 90(noventa) dias contados a partir da data do recebimento, pela sociedade, da comunicação feita pela quotista alienante.
Ultrapassando o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem que o outro sócio tenha se manifestado, demonstrando seu interesse em exercer seu direito de preferência, fica o quotista alienante, liberado para oferecê-las a terceiro, sempre observando as mesmas condições de prazo e preço oferecidos ao outro quotista.
A admissão de terceiros, na qualidade de sócio fica condicionada ao prévio consentimento, por escrito, a ser manifestado pelo outro quotista, dentro do prazo de **30 (trinta)** dias contados da comunicação por escrito a ser feita à sociedade pelo terceiro interessado em ingressar na mesma.

PARAGRAFO ÚNICO: - Os haveres dos sócios, que desejar retirar-se da sociedade, serão apurados em balanço especialmente levantado, na data da comunicação, conforme exposto no capitulo da presente clausula, e ser-lhe-ão pagos em **24(vinte e quatro)** parcelas mensais e sucessivas, sem juros, vencendo-se a primeira **90 (noventa)** dias, após a comunicação, sendo que o sócio retirante estará automaticamente desligado de suas funções na sociedade, assim, que entregar tal comunicado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA MORTE, INCAPACIDADE OU RETIRADA DE QUOTISTA.

A sociedade não se dissolvera pela morte, incapacidade ou retirada de qualquer um dos quotistas.
Ao quotista remanescente será assegurado o direito de preferência na aquisição das quotas do falecido, incapacitando ou retirante, pelo seu valor contábil.
Aos herdeiros do quotista falecido ou incapaz, será assegurado o direito da permanência na sociedade se assim o desejarem, prevalecendo o direito de preferência previsto acima, caso pretendam alienar por qualquer forma as quotas herdadas.
A alienação das quotas para os herdeiros ou sócios retirantes, obedecerá ao disposto na clausula 5ª (quinta) e seus itens. Será levantando um balanço especial em caso de retirada de um dos quotistas, na forma da cláusula 9ª (nona) e seus itens. Os haveres do quotista retirante serão pagos a ele ou a seus sucessores em 24 (vinte e quatro) parcelas iguais e consecutivas, a partir da data da conclusão do citado balanço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO BALANÇO

O exercício social inicia-se em **1º DE JANIERO** e termina em **31 DE DEZEMBRO** de cada ano. Ao fim de cada exercício levantar-se-á um **BALANÇO**, conforme dispõe a legislação em vigor, onde os lucros ou prejuízos verificados serão divididos ou suportados, pelos sócios, na proporção das quotas de cada um.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO DESIMPEDIMENTO

Os administradores declaram, neste ato, sob as penas da lei, de que não estão incursos em quaisquer restrições previstas no parágrafo 1° do artigo 1.011 do Código Civil que os impeçam de exercer a atividade de exercer a administração, não tendo, portanto, sido condenados à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé publica ou a prosperidade, não sendo, outrossim, impedidos por lei especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DELIBERAÇÕES SOCIETÁRIAS

As deliberações societárias serão tomadas em reunião dos sócios, conforme artigo 1.072 do Código Civil.

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE FREITAS - 02/08/2016 12:03:44 - 6628775
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16080212002261500000040953473
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 6628775 - Pág. 5
Número do documento: 16080212002261500000040953473

Dentre as deliberações sócias abrangidas a possível reforma do contrato social quanto à administração (art. 46, IV), e a extinção da sociedade (art. 46, VI), sendo que neste caso o patrimônio social será dividido entre os sócios na proporção de cada um no Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

Os casos omissos neste instrumento, e na falta de previsão pelo Capítulo da Sociedade Limitada do Código Civil, serão aplicados supletivamente a Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6404/76), elegendo, desde já, o foro Paulínia/SP, para qualquer ação fundada no presente, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento em 03 vias de iguais teores e forma, para que o mesmo, como vem redigido, produza seus devidos e legais efeitos de direito. Assim também, duas testemunhas a tudo presente.

Paulínia, 01 de março de 2013.

CARLOS DE JESUS ROMERO
RG: 3.154.431 SSP/SP

ADRIANO MONTONI ROMERO
RG: 20.628.008-1 SSP/SP

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 187.892/13-1 EM SISELA SISTEMA DE EMPRESA
SECRETÁRIA GERAL
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
25 JUN 2013

BIANCA MONTONI ROMERO DA SILVA
RG: 34.207.537-8 SSP/SP

Testemunhas:

Lilian Breda Bonadio
RG: 30.463.408-0
CPF: 285.011.258-57

Fabiana da Silva Nogueira
RG: 42.712.971-0
CPF: 330.839.528-21

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE FREITAS - 02/08/2016 12:03:44 - 6628775
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16080212002261500000040953473
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 6628775 - Pág. 6
Número do documento: 16080212002261500000040953473

Cartão Ponto

Período: 21/06/2015 à 20/07/2015

W.PE Vrs. 10.00.001
Emissão: 22/07/201515:06

Empregador: MONTONI E ROMERO CLINICAS ODONTOLÓGICAS
C.N.P.J.: 10.482.466/0003-96 Cidade: CAMPINAS - SP
Endereço: RUA ALFERES JOAO JOSE, nº. 446 Bairro: JD CHAPADÃO CEP: 13184-420

Empregado: ROSANA DUARTE Matrícula: 154 PIS: 120.07478.63.5
[illegible]: 50229-00013 Cargo: AUX ODONTOLOGICA Localização: Odontológico
Horário: 30 - 8:30 12:00 13:00 17:30
44 - 10:00 12:30 13:30 19:00

Data	Hor	Marcações	H.Nor	FALTAS	H.EXTRA	H.DSR	HEDIONDA	Atest
21/06/2015 Dom	952	(DSR)						
22/06/2015 Seg	44	10:04r 11:59r 12:46r 18:59r Horas Normais	8:00		0:11			
23/06/2015 Ter	30	08:00r 12:00r 12:55r 18:58r Horas Normais	8:00		1:58			
24/06/2015 Qua	30	07:37r 12:23r Horas Normais	3:53	4:07	0:53			
25/06/2015 Qui	30	08:30r 11:46r 12:37r 17:23r Horas Normais	7:53	0:07	0:09			
26/06/2015 Sex	30	Atestado					8:00	
27/06/2015 Sab	951	Folga Sabado						
28/06/2015 Dom	952	(DSR)						
29/06/2015 Seg	30	09:04r 12:31r 13:22r 18:58r Horas Normais	7:26	0:34	1:37			
30/06/2015 Ter	30	08:10r 11:43r 12:41r 13:08r Horas Normais	3:38		0:20		4:22	
01/07/2015 Qua	30	Atestado					8:00	
02/07/2015 Qui	30	Atestado					8:00	
[illegible] Sex	30	07:47r 12:38r 13:25r 18:36r Horas Normais	8:00		2:00	0:02		
[illegible] Sab	951	Folga Sabado						
05/07/2015 Dom	952	(DSR)						
06/07/2015 Seg	30	08:23r 12:28r 13:23r 19:00r Horas Normais	8:00		1:37			
07/07/2015 Ter	30	08:28r 12:31r 13:08r 18:59r Horas Normais	8:00		1:52			
08/07/2015 Qua	30	07:44r 11:59r 12:58r 19:13r Horas Normais	8:00		2:00	0:29		
09/07/2015 Qui	30	* Feriado Revolução de 32*						
10/07/2015 Sex	30	* Feriado EMENDA FERIADO*						
11/07/2015 Sab	951	Folga Sabado						
12/07/2015 Dom	952	(DSR)						
13/07/2015 Seg	30	08:41r 11:56r 12:57r 16:54r Horas Normais	7:13	0:47				
14/07/2015 Ter	30	08:16r 11:52r 12:56r 13:24r Horas Normais	3:54	4:06	0:14			
15/07/2015 Qua	30	07:36r 11:58r 12:54r 19:02r Horas Normais	8:00		2:00	0:26		
16/07/2015 Qui	30	08:33r 12:24r 13:23r 19:02r Horas Normais	8:00		1:32			
17/07/2015 Sex	30	Faltas Injustificada		8:00				
18/07/2015 Sab	951	Folga Sabado						
19/07/2015 Dom	952	(DSR)						
[illegible] Seg	30	Faltas Injustificada		8:00				

1	Horas Normais	97:57	2	Horas Repouso	51:20	3	Faltas Injustificada 16:00
8	Horas Extras 50%	16:23	10	Horas Extras 100 %	0:57	14	Atestado 28:22
23	Horas Atraso	0:45	26	Saidas Antecipadas	8:56		

Assinatura Empregado

Assinatura Empregador

Justificativas do Período

30/06/2015 14 Atestado 4:22 CONSULTA MÉDICA

Licenciado para: BUCAL HELP ASS. ODONTOLÂ"GICA LTDA

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE FREITAS - 02/08/2016 12:03:47 - 0f58b4c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16080212003590700000040953504
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 0f58b4c - Pág. 1
Número do documento: 16080212003590700000040953504

ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL

ASO: 1722543
PCMSO: 0/0

CAMPINAS MEDICINA E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA CNPJ: 08.788.350/0001-76
AV DR ALBERTO SARMENTO, 870 - BONFIM
CAMPINAS/SP - Fone (19) 3243-7108 - WWW.GRUPOMEDNET.COM.BR

MONTONI E ROMERO CLINICA

Empresa	CNPJ	Tipo Exame	Data
MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME/UNIDADE CENTF	10.482.466/0003-96	DEMISSIONAL	14/10/2015

Colaborador	RG/CTPS	Setor/Função
ROSANA DUARTE	219825324	OPERACIONAL/AUXILIAR ODONTOLOGIA

CPF	Nascimento	Coordenador PCMSO	CRM	Resultado
102.278.628-80	13/03/1964	NÃO INDICADO		APTO

Riscos Ocupacionais
**

Exames Realizados
14/10/2015 - EXAME CLÍNICO

Davi Beltrami M. R. C. Lima
Médico
CRM-SP 146.259

Médico Examinador

Rosana Duarte

Declaro ter recebido uma via deste atestado.
ROSANA DUARTE

** Valide seu ASO em http://web.grupomednet.com.br/Assessor/ValidadorAso.aspx*

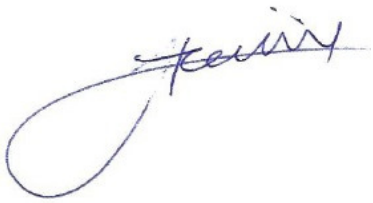
** Os resultados dos exames complementares encontram-se arquivados no prontuário*
*** A apresentação deste ASO sem PPRA/PCMSO válidos não exime a Empresa de multas por parte dos fiscais do Ministério do Trabalho*
**** Os dados do PCMSO foram fornecidos pelo funcionário.*

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE FREITAS - 02/08/2016 12:03:48 - f5f3dcb
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16080212021345100000040953733
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. f5f3dcb - Pág. 1
Número do documento: 16080212021345100000040953733

S U B S T A B E L E C I M E N T O

Com reservas de iguais para mim, substabeleço na pessoa de **NICOLE CAPOVILLA FERNANDES,** inscrita na OAB/SP sob o nº 367.270 integrante do escritório **MESQUITA ROQUIM FREDIANI FREITAS ADVOGADOS**, localizado na Avenida José Bonifácio, nº 2.021, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP 13092-305, Telefone: (19) 3342-3113, os poderes que me foram conferidos por **MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA.**, constante do instrumento de procuração juntado nos autos.

Campinas, 02 de agosto de 2016.



Daniela de Freitas

OAB/SP nº 227.788

Assinado eletronicamente por: DANIELA DE FREITAS - 02/08/2016 12:03:49 - ee91d2c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16080212023832200000040953775
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. ee91d2c - Pág. 1
Número do documento: 16080212023832200000040953775

6ª VARA DO TRABALHODECAMPINAS-SP

ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO: **11050-37.2016**
AUTOR(ES): ROSANA DUARTE
RÉU(RÉ): MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

Em 02 de agosto de 2016, na sala de sessões da MM. 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS /SP, sob a direção da Exmo(a). Juíza VERANICI APARECIDA FERREIRA, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 13h33min, aberta a audiência, foram, de ordem da *Exmo(a).* Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.

Presente o(a) autor(es), acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO, OAB nº 148086/SP.

Presente o sócio do(a) réu(ré), Sr(a). Adriano Montoni Romero, acompanhado(a) do(a) advogado (a), Dr(a). DANIELA DE FREITAS, OAB nº 227788/SP.

CONCILIAÇÃO REJEITADA.

Apresentada a defesa com documentos pela reclamada no PJe, o que fica deferido pelo Juízo. Concedo o prazo de 10 dias para que o autor apresente sua manifestação ou requeira o que entender de direito.

Determino ao Hospital Samaritano que junte aos autos cópia integral do prontuário de atendimento da reclamante, no prazo de 15 dias. A presente ata serve como ***OFÍCIO*** ao hospital e neste ato é entregue à reclamante para encaminhamento, visando à celeridade.

Vencido o prazo acima, as partes poderão se manifestar no prazo de 5 dias sobre o documento juntado, sendo que o silêncio será considerado desistência do pedido de designação de perícia.

Caso alguma das partes deseje a realização de perícia, providencie a Secretaria, devendo também retirar a audiência de instrução de pauta.

Para prosseguimento fica designada a audiência de **INSTRUÇÃO** para o dia **06/09/2016, às 15h00min**, cientes as partes de que deverão comparecer pessoalmente para depor, sob a cominação de serem, em sua ausência, reputadas confessas quanto à matéria de fato. Poderá o reclamado se fazer substituir por preposto na forma da lei.

As partes se comprometem a trazer suas testemunhas independentemente de intimação, ***sobpena de preclusão da produção de prova testemunhal.***

As testemunhas deverão portar documento de identidade oficial, de preferência Carteira Profissional, sob pena de indeferimento de sua oitiva.

Cientes os presentes.

Audiência encerrada às 13h45min.

Nada mais.

VERANICI APARECIDA FERREIRA
Juíza do Trabalho

Autor(es)	Réu(ré)
Advogado(a) do Autor(es)	Advogado(a) do Réu(ré)

P/ GIULIANA KARINA RIBEIRO DE GODOY DEL NERO

Diretora de Secretaria

Laura Sant'Ana Castro

Técnico Judiciário

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que reconheço como autêntica a assinatura da MM. Juíza do Trabalho, Dra. **VERANICI APARECIDA FERREIRA**. Nada mais.

Campinas, data supra.

Laura Sant'Ana Castro

Técnico Judiciário

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA SEXTA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo nº 0011050.37.2016.5.15.0093

ROSANA DUARTE, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por sua advogada que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **manifestar-se sobre a contestação** apresentada por **MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLÓGICA LTDA - ME**, o que faz pelos fundamentos a seguir expostos:

Em síntese a Reclamada alega que não há prova nos autos do alegado incidente de percurso, sendo baseada única e exclusivamente nas alegações da Reclamante. Alega ainda que a Reclamante compareceu para trabalhar normalmente no dia 30/06/2015, data do acidente.

Confirma que durante a jornada de trabalho a Reclamante se queixou de dores no joelho, alegando uma queda em via pública durante o trajeto entre a sua residência e o trabalho. Entretanto, alega que não há testemunhas do alegado acidente, tampouco a comprovação de que a Reclamante foi socorrida por ambulância, policiais, ou qualquer outro meio.

Entretanto, alega que diante das queixas da Reclamante, a levou, em 30 de junho de 2016, data do acidente, para ser atendida no Hospital Samaritano de Campinas.

Alega que foi emitida a CAT, baseando-se em informações prestadas unilateralmente pela Reclamante.

Afirma que a Reclamante recebia vale transporte para se locomover ao trabalho, entretanto, por livre e espontânea vontade, fazia o percurso a pé. Alega que dessa forma, a Reclamante assumiu o risco de sofrer qualquer intempérie ao decidir fazer o deslocamento residência-trabalho a pé, deixando de se utilizar o transporte custeado pela Reclamada.

Afirma que diante da inexistência de testemunhas do alegado acidente de trajeto, este pode ter ocorrido em qualquer local e atividade que não tenha relação com o trabalho na Reclamada.

Alega que a Reclamante se encontrava apta ao trabalho quando da realização do exame médico demissional.

Entende que a Reclamante não tem direito à estabilidade, pois não preenche os requisitos do artigo 118 da lei 8213/91, bem como da Súmula 378 do C.TST: agastamento superior a 15 dias e percepção de auxílio doença acidentário.

Impugna os atestados médicos colacionados com a inicial, entendendo não serem comprobatórios que a lesão sofrida pela Reclamante tenha como causa o alegado acidente de trajeto., especificamente o documento ID 725d637, pelo fato de ter sido emitido por um fisioterapeuta.

Por fim, impugna o atestado médico datado de 30 de junho de 2015, data do acidente, pois indica como CID S60, que se refere a traumatismo superficial do punho e da mão.

Ora Exa., as alegações da Reclamada não tem como prosperar, como a seguir se demonstrará.

DA EMISSÃO DA CAT – acidente de trajeto a menos de 05 minutos do local de trabalho

É evidente que a Reclamada não teria emitido a CAT se não tivesse certeza do ocorrido! Por qual motivo o teria feito se tivesse alguma dúvida?

Não restam dúvidas de que a Reclamante chegou ao seu posto de trabalho no dia 30 de junho de 2015 acidentada, eis que havia sofrido uma queda no seu percurso, muito perto do seu local de trabalho, na Avenida Dr. Alberto Sarmento, ou seja, a menos de 05 minutos da clínica. Tanto assim é verdade, que a própria Reclamada conduziu a Reclamante ao Hospital para que pudesse socorrida.Isto será comprovado por prova testemunhal, além dos documentos já juntados com a inicial.

DA CONFIGURAÇÃO DO ACIDENTE NO TRAJETO A PÉ – INDIFERENÇA SE RECEBIA VALE TRANSPORTE OU NÃO

O artigo 21 da lei 8213/91 assim prescreve:

> ***Artigo 21 – Equiparam-se ao acidente de trabalho***
> ***(...)***
> ***d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.***

Salienta-se que as únicas condições que caracterizam o acidente de trajeto são: (i) estar no percurso de ida e volta para a empresa; (ii) sofrer acidente que gere algum tipo de lesão.

Portanto, não há como ser aceita a alegação da Reclamada de que não tem como se responsabilizar por acidente de percurso a pé, eis que fornecia vale transporte.

DO ATESTADO DO DIA DO ACIDENTE – CID S80 E NÃO S60 COMO QUER INDUZIR EM ERRO A RECLAMADA

Alega a Reclamada que o atestado juntado (id nº) tem como CID S60, que se refere a traumatismo superficial do punho e da mão.

Ora Exa., não procede referida alegação. Ao se analisar este atestado, verifica-se que o **CID é S80** e não S60, que se refere a **traumatismo superficial da perna, comprovando o acidente da Reclamante.**

Apenas a título de ilustração, verifica-se que o número "6" na grafia do médico, ao datar o atestado é bem diferente da constante no CID, não havendo dúvidas de que se trata do CID S80.

DO RELATÓRIO EMITIDO POR FISIOTERAPEUTA

Não pretende a Reclamante que seja o atestado trazido aos autos emitido por fisioterapeuta o único comprobatório do seu acidente, pelo contrário, este documento, emitido por um profissional da área de ortopedia vem somente corroborar todos os outros que comprovam que a lesão no joelho da Reclamante se deu em virtude de acidente de percurso ocorrido em 30 de junho de 2015.

Diante de todo o exposto, reitera os pedidos da inicial, a fim de que seja julgado totalmente procedente o pedido, por ser medida de

Justiça!

Termos em que

Pede deferimento.

Campinas, 11 de agosto de 2016.

CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO

OAB/SP 148.086

-

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS /SP

Processo nº 0011050.37.2016.5.15.0093

MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA. ("Reclamada"), por sua advogada, nos autos da Reclamação Trabalhista que lhe move **ROSANA DUARTE** ("Reclamante"), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

Restou determinado na audiência de 02.08.2016, que o Hospital Samaritano juntasse aos autos o prontuário médico da Reclamante, para que as partes pudessem definir se a perícia médica seria ou não necessária.

Ocorre que, decorrido o prazo do Hospital Samaritano, nenhum documento foi anexado ao processo até a presente data.

Assim, a fim de evitar qualquer prejuízo ao seu pleno direito de defesa, a Reclamada requer sejam as partes devidamente intimadas via Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho assim que o prontuário for juntado aos autos.

Por fim, tendo em vista a proximidade da audiência de instrução designada para o dia 06.09.2016, às 15h00, bem como a necessidade de eventual prova pericial ser realizada antes da prova oral, a Reclamada

requer o cancelamento da audiência e a sua redesignação após a manifestação das partes sobre o prontuário médico.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas 19 de agosto de 2016.

Daniela de Freitas

OAB/SP nº 227.788

Nicole Capovilla Fernandes

OAB/SP nº 367.270

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
6ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.6vt.campinas@trt15.jus.br

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico para os devidos fins que anexo nesta data, documentos enviados pelo Hospital Samaritano.

CAMPINAS, 29 de Agosto de 2016.

ADELINA DO AMARAL MARTINS

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE CAMPINAS
Rua Engenheiro Monlevade, 206 - Ponte Preta | Campinas/SP
(19) 3736.1000 | www.samaritanocampinas.com.br

FAM - FICHA DE ATENDIMENTO MÉDICO

SENHA: 396

Atend: 290423 Prontuário:104989
Nome: ROSANA DUARTE
Data Nsc.: 13/03/1964 **Idade: 51a 3m** Sexo: FEMININO
RG: 219825324 CPF:
Endereço: ERASMO BRAGA 901
CEP: 13070147 Barrio: JARDIM CHAPADAO
Cidade: CAMPINAS Telefone: 1925141419
Mae: DORACI MOREIRA DUARTE
Responsável:
RG: CPF: Tel:
Médico: GUSTAVO RORATTO SANDI
Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLO
Convênio: PHS Matricula: 82126202076012
Pgto Boleto: Guia:
Vencimento do Boleto: Val. Cart.:
Religião: Prof.:
Recepção: CGIMENES CID:

Atend. Medico:___/___/___ ___:___ Atend. Enfermagem:___/___/___ ___:___

PA:_____ FC:_____ FR:_____ T:_____

Anotação de Enfermagem:_____

Histórico de Doença Atual:_____

Dor de + Trauma Mecânico Lombar
+ Lombar Não Ciática

Exame Físico: ① Amplo...
Contra ②

Diagnóstico: Lombalgia ① CID Principal: S80

Conduta:_____

Ap. Lombar

Observações:
(Nota fiscal, SAD...):_____

Dr. Gustavo Roratto
Ortopedia e Traumatologia
CRM: 136580 TEOT: 13657

Entrada: 30/06/2015 13:22 Saída:

Rosana Duarte
Ass. Paciente/Responsável

Ass. Profissional (com carimbo)

mod.009

Impresso em: 30/06/2015 13:37

CÓPIA

Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:03 - eb53a7e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910090379100000042727135
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. eb53a7e - Pág. 1
Número do documento: 16082910090379100000042727135

HOSPITAL EVANGÉLICO Samaritano Campinas

Prescrição Médica

Nome Paciente: Lorena Duarte Nº Atendimento: 29 04 23

Convênio: _____ Data: 30 / 6 / 15

Prescrição Médica	Horário
O Profund p/ Dm	Valéria F. M. de Almeida Téc. Enfermagem COREN-SP 282291 15:35
	CANCELADO
Dr. Gustavo Porat Ortopedia e Traumatologia CREMESP 130962 RQE 15562	Valéria F. M. de Almeida Téc. Enfermagem COREN-SP 282291 Horário de Prescrição: _____
Assinatura e Carimbo Médico	Assinatura e Carimbo Enfermagem

Cia da Arte - 203

CÓPIA

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE CAMPINAS
Rua Engenheiro Monlevade, 206 - Ponte Preta | Campinas/SP
(19) 3756.1000 | www.samaritanocampinas.com.br

AUTORIZAÇÃO DE ENVIO DE PRONTUÁRIO

Eu, ROSANA DUARTE , RG:219825324 , CPF:102.278.628-80 , autorizo a Associação Evangélica Beneficente de Campinas - Hospital Samaritano a enviar parte ou a totalidade de meu Prontuário Médico ao meu Plano de Saúde PHS por ocasião de minha internação.

Campinas, 18 de novembro de 2015

Rosana Duarte

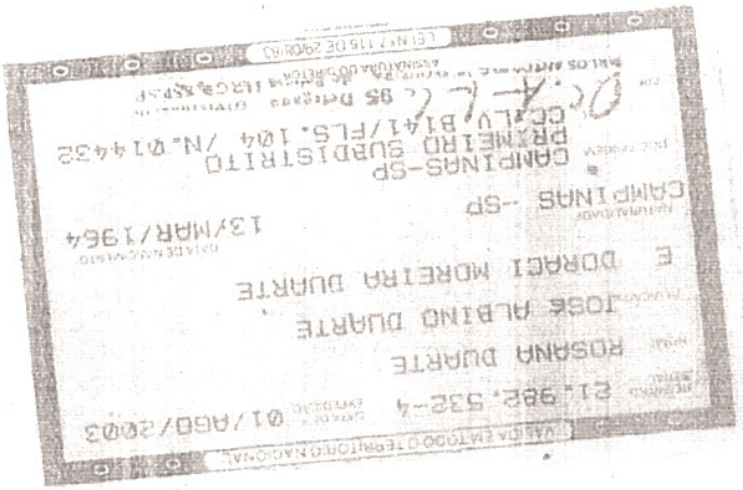
ASSINATURA DO PACIENTE E/OU RESPONSAVEL

Cod.Pac.: 104989 Num.Atd.: 347579
Paciente.: ROSANA DUARTE
Sexo: F Cor: Est.Civil: SOLTEIRO Idade: 51 a 8 m
Cod.Cart.: 87666200002010 Val.Cart.: 02/02/2020
Medico...: VALMIR CREPALDI SILVA
Convênio: PHS PHS
Ala: DAY HOSPITAL Quar.: DH Leito: DH-05
Atd.: 18/11/15 09:50

CÓPIA

Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:04 - a9dadf4
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910094897000000042727258
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. a9dadf4 - Pág. 1
Número do documento: 16082910094897000000042727258


ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT


CAMPINAS-SP
PRIMEIRO SUBDISTRITO
CCLLV B141/FLS. 104 /N. 01443
13/MAR/1964
CAMPINAS --SP
E DORACI MOREIRA DUARTE
JOSE ALBINO DUARTE
ROSANA DUARTE
01/AGO/2003

CÓPIA

1953(-2.15880.1.1) Doc.: 17376

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE CAMPINAS
Rua Engenheiro Monlevade, 206 - Ponte Preta | Campinas/SP
(19) 3736.1000 | www.samaritanocampinas.com.br

FAM - FICHA DE ATENDIMENTO MÉDICO

SENHA: 346

Atend: 316868 **Prontuário:**104989
Nome: ROSANA DUARTE
Data Nsc.: 13/03/1964 **Idade:** 51a 5m **Sexo:** FEMININO
RG: 219825324 **CPF:** 102.278.628-80
Endereço: ERASMO BRAGA 901
CEP: 13070147 **Barrio:** JARDIM CHAPADAO
Cidade: CAMPINAS **Telefone:** 1925141419
Mae: DORACI MOREIRA DUARTE
Responsável:
RG: **CPF:** 102.278.628-80 **Tel:**
Médico: DANIELLE MELONI
Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLO
Convênio: PHS **Matricula:** 82126202076012
Pgto Boleto: **Guia:**
Vencimento do Boleto: **Val. Cart.:**
Religião: **Prof.:**
Recepção: GBARBOSA **CID:**

Atend. Medico: __/__/__ __:__ **Atend. Enfermagem:** __/__/__ __:__

PA: _____ **FC:** _____ **FR:** _____ **T:** _____

Anotação de Enfermagem: _____

Histórico de Doença Atual: Entou INZ E há mes. já em
em acompanhamento. Aguarda RMN.

Exame Físico: dor difusa
ADM dolo e em enfacas BNM
tenta prejudicada pela dor

Diagnóstico: dor AIE **CID Principal:** M25

Conduta: outros
aine
profud 01 AM JN

Observações:
(Nota fiscal, SAD...): _____

Entrada: 03/09/2015 09:41

Rosana Duarte
Ass. Paciente/Responsável

Ass. Profissional (com carimbo)

mod.009

Impresso em: 03/09/2015 09:41

PJe
Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:04 - c968b8c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910100881100000042727310
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. c968b8c - Pág. 1
Número do documento: 16082910100881100000042727310

2039(3.16.952.1.3)

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE CAMPINAS
Rua Engenheiro Monlevade, 205 - Ponte Preta | Campinas/SP
(19) 3736.1000 | www.samaritanocampinas.com.br

Ficha de Internação

Médico.....: 67241 VALMIR SILVA
Plano.....: PHS
Conv.....: PHS ,
Setor.....: ALA DE INTERNACAO
Val.Carteira: 02/02/2020
Matricula...: 87666200002010

Data internação: 18/11/2015
Atendimento: 341579
Internação: ELETIVA
Quarto: COLETIVO Leito..: DH-05
Dt. Pgto.:
Guia.: 3679000

Jam.

DADOS DO PACIENTE: Senha:

Prontuário..: 104989
Nome.....: ROSANA DUARTE Data Nasc.: 13/03/1964
Sexo.....: F Estado Civil: SOLTEIRO Idade.....: 51 anos
Rg.....: 219825324 CPF: 102.278.628-80
Profissão...: Tel: 1925141419 991813478
Endereço....: ERASMO BRAGA 901 Cep: 13070147
Bairro.....: JARDIM CHAPADAO
Cidade.....: CAMPINAS
Nome Pai....: JOSE ALBINO DUARTE
Nome Mãe....: DORACI MOREIRA DUARTE
Diagnostico.: NAO DEFINIDO CID: M232
Cod. Proc...: 30733065 2ºCod.Proc: Lib de Leito:
Procedimento: REPARO OU SUTURA DE UM MENISCO
Espec: CLINICA MEDICA Recepção....: TPEREIRA

DADOS DO RESPONSÁVEL:

Responsável.....: ROSANA DUARTE
RG: CPF: Telefone:

TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONSENTIMENTO INFORMADO

I. Autorizo os médicos prestadores de serviço ou membros do corpo clinico do Hospital Evangélico Samaritano de Campinas a realizarem os procedimentos necessários ao tratamento e/ou diagnóstico do(a) paciente acima, estando ciente dos potenciais riscos e complicações que possam surgir.

II. Estou ciente que:

Sendo atendimento conveniado, ainda que o(a) paciente possua convênio médico poderá haver procedimentos, medicamentos, materiais especiais entre outros que necessitem de prévia autorização por parte do convênio assumindo a responsabilidade pelo pagamento dos mesmos caso aquele negue autorização.

Em caso do(a) paciente acima identificado(a) não possuir convênio médico ao qual o Hospital Evangélico Samaritano de Campinas seja credenciado, assumo o pagamento integral de todas as despesas oriundas do tratamento dispensado.

III. Tenho pleno conhecimento que o Hospital Evangélico Samaritano de Campinas não é conveniado ao Sistema Ùnico de Saúde (SUS) autorizando a transferência do(a) paciente para Hospital da rede pública de saúde nos casos de:

a) Descumprimento das obrigações ora assumidas;

b) Pela falsidade das informações fornecidas, sendo que a obtenção de vaga em Instituição Pública será de responsabilidade de ambas as partes.

IV. O Hospital Evangélico Samaritano de Campinas não se responsabiliza por objetos de uso pessoal, valores ou quaisquer outros pertences trazidos ao Hospital durante o período de internação.

V. Nas complementações de quarto coletivo para apartamento individual, serão cobrados honorários médicos, além da parte hospitalar.

VI. Para segurança dos pacientes, seus familiares e amigos devem colaborar, observando o horário de visitas e procedimentos que garantam a segurança de todos os pacientes , particularmente em área de circulação restrita.

VII. Conforme estatuto, será permitido acompanhante para menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 60 (sessenta).

VIII. Elegem as partes, de comum acordo, o foro da Comarca de Campinas/SP, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste termo.

Fica o paciente ou seu(s) responsável(eis) ciente(s) de que não são permitidos pagamentos diretamente aos profissionais que prestam assistência aos pacientes, independente do vínculo jurídico com o hospital, sendo proibida a cobrança por médicos, anestesistas, instrumentadores, enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas, entre outros, diretamente dos pacientes ou seu(s) responsável(eis).

Campinas-SP, 18/11/2015

Assinatura do Responsável: N. Rosana Duarte

Md.:004 Impresso em: 18/11/2015 09:52

Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:04 - c968b8c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910100881100000042727310
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. c968b8c - Pág. 2
Número do documento: 16082910100881100000042727310

HOSPITAL EVANGÉLICO
Samaritano
ampinas

Cod.Pac.: 104989 Num.Atd.: 347579
Paciente.: ROSANA DUARTE
Sexo: F Cor: Est.Civil: SOLTEIRO Idade: 51 a 8 m
Cod.Cart.: 87666200002010 Val.Cart.: 02/02/2020
Medico...: VALMIR CREPALDI SILVA
Convênio: PHS PHS
Ala: ALA B Quar.: B-40 Leito: B40-01
Atd.: 18/11/15 09:50

Paciente: _____ Convênio: PHS

Data: 18/11/15 Depto: _____ Cód. Pac.: _____ Doc.: _____ Tipo: _____

Cirurgião: Valmir C Silva Aux.: 1 _____ Aux.: 2 _____

Instrumentadora: Nelsi Anestesista: _____

Cirurgia Realizada: Videocirurgia Anestesia: _____

Descrição da Cirurgia:
* Colecistectomia videolaparoscópica
* Colecistectomia por via laparotômica
* Colangiografia intraoperatória
* Drenagem de cavidade

Intercorrências:

Código do Procedimento: _____

Valmir C. Crepaldi Silva
Cirurgião Geral e Videocirurgia
CRM 52...

Assinatura / Carimbo do Médico

Cia da Arte - 012

Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:05 - 356587b
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910102204600000042727348
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 356587b - Pág. 1
Número do documento: 16082910102204600000042727348

61

HOSPITAL EVANGÉLICO
Samaritano
Campinas

Cod.Pac.: 104989 Num.Atd.: 347579
Paciente.: ROSANA DUARTE
Sexo: F Cor: Est.Civil: SOLTEIRO Idade: 51 a 8 m
Cod.Cart.: 87666200002010 Val.Cart.: 02/02/2020
Medico...: VALMIR CREPALDI SILVA
Convênio: PHS PHS
Ala: ALA B Quar.: B-40 Leito: B40-01
Atd.: 18/11/15 09:50

AVALIAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA

Anestesia Categoria 1.107 Data / / , Apto.: L.
Nome Rosana Duarte Idade 51 Sexo F Cor Br Peso 61 Kg Alt. m
Clínica Cirurgião Dr Valmir Crepaldi Assistentes Anestesista
Diagnóstico Op. Realizada
P.A. 150/90 Pulso 82 Temp. afeb. E. Resp. eup. Est. Físico(ASA): II Urgência: ☐ Emergência: ☐
Med. Pré anestésica Hora
ATENÇÃO
HORA

ANAMNESE

Anestesias anteriores ☐ Não ☒ Sim
Complicações ☒ Não ☐ Sim
Alergia ☒ Não ☐ Sim
Doenças anteriores ☒ Não ☐ Sim
Doenças atuais ☐ Não ☒ Sim HAS
Hábitos ☐ Não ☒ Sim Tabagista 4/5 cig dia
Medicamentos em uso ☐ Não ☒ Sim Captopril
Jejum ☐ Não ☒ Sim 8hs

OP. PROPOSTA Anuroscopia de joelho (E) Data 18 / 11 / 15 Hora: 13 : 30

EXAMES FÍSICO

Estado Mental ☒ Lúcido
Ap. Cardiovascular ☒ B.R.N.F.
Ap. Respiratório ☒ M.V. Normal
Ap. Locomotor ☒ NDN
Coluna Vertebral ☒ NDN
Sistema Endócrino ☒ NDN
Ap. Genito-urunário ☒ NDN Última menstruação ___/___/___
Outros Menopausada!

Condições Clínicas (ASA) I II (III) IV Urgência ☐ Emergência ☐

ANEST. PROPOSTA Bloqueio Data: 17 / 11 / 15 Ass. Anestesista: Dra. Luciana A. Guimarães Farias CRM: 140.756

EXAMES DE LABORATÓRIO

Hemácias 4,08 Hb 12,5 Ht 37 TS ___ TC ___ TP ___ AP ___ Plaq. 248 000
TTPA ___ RNI ___ Glicemia 101 Uréia 20 Creatinina 0,6 Sódio ___ Potássio 4,5
Urina ___ ECG ___
ECO Remodelamento concentrico de VE Outros
Insuf AO discreta FE
FE = 74%.

RECUPERAÇÃO PÓS-ANESTÉSICA

ALTA. Data ___/___/___ Hora: ___:___ I. Aldrete: ___ OBS:

COPIA

Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:05 - 356587b
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910102204600000042727348
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 356587b - Pág. 2
Número do documento: 16082910102204600000042727348

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO PARA PROCEDIMENTO ANESTÉSICO

1- O (A) Dr. (A): _____ explicou-me claramente a proposta do procedimento anestésico, seus benefícios, riscos, complicações potenciais e alternativas quanto ao procedimento. Eu tive a oportunidade de fazer perguntas e todas as dúvidas foram esclarecidas.

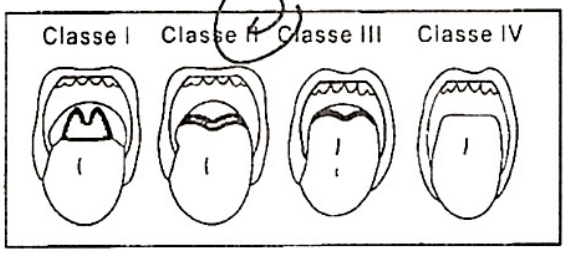
2 -Eu Rosana Duarte _____ autorizo a equipe de anestesia do **Hospital Samaritano de Campinas** a executar, em mim ou no paciente pelo qual sou responsável, o processo anestésico ou outros procedimentos que o anestesista considera necessário, diante de situações imprevistas que possam ocorrer e que necessitam de cuidados diferentes daqueles inicialmente propostos.

3 - Os médicos anestesiologistas comprometem-se a utilizar a melhor técnica adequada para o caso, estando o paciente e/ou seu responsável, de acordo com a indicação feita conforme o que lhes foi explicado anteriormente. Declaro verdadeiras e completas as informações prestadas.

Data 27/11/2015 Horário: _____

PACIENTE/RESPONSÁVEL:
ASS: Rosana Duarte
RG: 21.992.532-4

ANESTESIOLOGISTA:
ASS: _____
CRM: _____



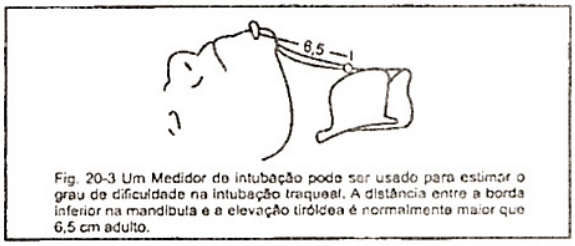


Fig. 20-3 Um Medidor de intubação pode ser usado para estimar o grau de dificuldade na intubação traqueal. A distância entre a borda inferior na mandíbula e a elevação tiróidea é normalmente maior que 6,5 cm adulto.

CÓPIA

Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:05 - 3698090
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910103432800000042727388
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 3698090 - Pág. 1
Número do documento: 16082910103432800000042727388

HOSPITAL EVANGÉLICO
Samaritano
Campinas

Cod.Pac.: 104988 Num.Atd.: 347579
Paciente.: ROSANA DUARTE
Sexo: F Cor: Est.Civil: SOLTEIRO Idade: 51 a 8 m
Cod.Cart.: 87666200002010 Val.Cart.: 02/02/2020
Medico...: VALMIR CREPALDI SILVA
Convênio: PHS PHS
Ala: ALA B Quar.: B-40 Leito: B40-01
Atd.: 18/11/15 09:50

DEPARTAMENTO DE ANESTESIOLOGIA

Anestesia RAQUIANESTESIA Categoria PHS Data 18/11/2015 Apto.: L.
Nome ROSANA DUARTE Idade 51 Sexo F Cor Peso Kg Alt. m
Clínica ORTOPEDIA Cirurgião VALMIR Nº 2 Assistentes Anestesista GUILHERME
Diagnóstico Op.Realizada ARTROSCOPIA JOELHO
P.A. / Pulso Temp. E. Resp. Est. Físico(ASA) Urgência: ☐ Emergência ☐
Med. Pré anestésica Hora
ATENÇÃO

HORA 15:30 16:30

VEN: ESP, ASS, CONT, O2+
AGENTES

LÍQUIDOS (1ª) (2ª) (3ª)

PCO2 / SpO2

PA / P / ANEST. / OP — 200, 180, 160, 140, 120, 100, 80, 60, 40, 20

SÍMBOLOS

1	VENTILAÇÃO O2	A	BLOQUEIO Nº 20	TÉCNICA	
2	MOVIMENTOS DOS	B	DOS MEMBROS	PARA PUNÇÃO LOMBAR	
3	OCCASIONAL DOR	C	AUSENCIA DE	1ª TENTATIVA	
4	DIMINUIDA DOR	D	AGULHA WHITACRE		
5	AUSENTE DIMINUIDA 60	E			
6		F			
7		G			
8		H		OBS.:	
9		I			
10		J			

LÍQUIDOS	VOLUME (ml)	AGENTES / MATERIAIS	QUANTIDADE	AGENTES / MATERIAIS	QUANTIDADE
SG 5%		1000 ROPIVACAINA	01		
R. Lactado	600	2MG FENTANIL 2/ML	01		
S. Fis. 0,9%	500	O2	4L/1		
Sangue					
TOTAL	1100				

Cia da Arte - 047 MV.13 182

Dr. Guilherme Augusto Silva
CRM 134.912

Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:05 - 3698090
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910103432800000042727388
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 3698090 - Pág. 2
Número do documento: 16082910103432800000042727388

Medical
Ortopedia
F: (19) 3829-3712

PLANTÃO 24 HORAS

CONTROLE CIRÚRGICO COMERCIAL

DATA DO PED.:

PACIENTE:
CONVÊNIO:
HOSPITAL:
CIRURGIÃO:
PROCEDIMENTO:
MATERIAL SOLICITADO:
DESCRIÇÃO CIRÚRGICA:

Cod.Pac.: 104988 Num.Atd.: 347578
Paciente.: ROSANA DUARTE
Sexo: F Cor: Est.Civil: SOLTEIRO Idade: 51 a 8 m
Cod.Cart.: 87666200002010 Val.Cart.: 02/02/2020
Medico...: VALMIR CREPALDI SILVA
Convênio: PHS PHS
Ala: ALA B Quar.: B-40 Leito: B40-01
Atd.: 18/11/15 09:50

Quantidade	Material Utilizado	Medidas
01	Lamina Shaver meniscal	ϕ 4,2

Lâmina Para Shaver SETORMED
Cortador de Menisco Agressivo - CMA
Ø4,2mm Encaixe TIPO 05A
REF 001 05 07 04 LOT 0308J15
STERILE R 10/2015 10/2017
Contém 1 Unidade
Registro ANVISA nº 80777250006

OUTROS PRODUTOS / OBSERVAÇÕES:

Nela 18/11/15

Dr. Valmir Crepaldi Silva
CRM 61741

Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:05 - 0d5ffbc
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910104834000000042727429
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 0d5ffbc - Pág. 1
Número do documento: 16082910104834000000042727429

Cód.Pac.: 104989 Num.Atd.: 347579
Cliente.: ROSANA DUARTE
Sexo: F Cor: Est.Civil: SOLTEIRO Idade: 51 a 8 m
Cód.Cart.: 87665200002010 Val.Cart.: 02/02/2020
Médico.: VALMIR CREPALDI SILVA
Convênio: PHS PHS
Ala: ALA B Quar.: B-40 Leito: B40-01
Dt.: 18/11/15 09:50

Solo 01

HOSPITAL EVANGÉLICO Samaritano Campinas

GASTOS DE CIRURGIA FARMÁCIA

Cirurgia: artroscopia j E Idade: Cirurgião: Valmir Auxiliar:
Anestesia: Peri / Raqui / Geral: Início: 15 30 Fim: 16 B Tempo: Anestesista: Dr Guilherme
Visto Enf. CC: Visto Cirurgião Visto Circulante Sala: Data Realização Cirurgia: 18 / 11 / 15

Cód.	Medicamento	Quant.	Cód.	Fios	Quant.	Cód.	Materiais	Quant.
	Água Dest. Amp. 10 ml/Água p/ Injeção			Adifex			Agulha desc.	
1047	Água Dest. litro 1000 ml.		3179	Algodão 20 SPA44			Agulha desc. 25 x 6,0	01
1049	Água Dest. litro 2000 ml.		3187	Algodão 20 P22		2585	Agulha desc. 40x12	02
3358	Atropina amp.			Algodão			Atadura algodão não estéril	
3402	Azul de Metileno			Catgut			Atadura algodão não estéril	
	Antaki/Ranitidina amp.	02	2702	Catgut cr 10 905			Atadura crepe não estéril 15	02
3449	Celestone sol. amp. 3 mg / 3 ml			Catgut cr			Atadura crepe não estéril 15	01
	Digesan amp. / Plamet. Amp.			Catgut cr			Atadura gesso	
3485	Dimorf 1 mg / 1 ml 2 ml			Catgut cr			Atadura gesso	
3452	Dormonid 5 ml / 5 mg	01	2726	Catgut sp 20 114T		4538	Band-aid	
3862	Efedrina Sulfato / Efedrin		2720	Catgut sp 0 854T			Bisturi desc.	
4020	Fentanil 2 ml			Catgut sp			Insyte ou Jelco / Abocath 22	01
4019	Fentenil 5 ml			Catgut sp			Clip Lt	
4021	Fentanil 10 ml			Ceralosso		2469	Compressa gde c/ 5 50x45 S/ RX	
	Fibrase tb 10g. / Procutan		2831	Ethibond 20 7217		2468	Compressa peq. c/5 23x45 S/ RX	
	Forane ml / Isoflurane		2833	Ethibond 40 7226		9507	Compressas gdes c/ 5 Campo oper. 50x45 radiopaca	05
4365	Esmeron Fam			Fita cardíaca		4535	Cord. clamp.	
2016	Glicose 50% 10 ml ampola			Mersilene			Placa de Bisturi desc.	
	Hypnomidate 10 ml / Etomidate			Monocryl		4640	Equipo simples	
	Inoval / Niperidol 2 ml			Monocryl		4626	Equipo bomba abbott anne fco. Cód. 13503	
3697	Kefazol 1 g	02	2928	Mononylon 50 1166		3123	Equipo bomba abbott apm	
3694	Keflin fr 1 g		2902	Mononylon 40 1129		4638	Equipo bomba life care macro	
4052	Lasix Ampola			Mononylon 30	01	3127	Equipo cistoscopia 4 vias	
3466	Methergin amp.			Mononylon		7827	Equipo p/ Artroscopia 2 vias	01
3473	Mivacron 10 ml			Prolene		3128	Equipo irrigafix 4 vias	
3627	Narcan 1 ml			Prolene		4616	Equipo c/ injetor lateral	01
6997	Nebacetim tb			Prolene		2470	Gazes - estéril c/ 10	01
	Neocaína 0,25% s/v / Marcaína 0,25% s/v		3210	Seda 40 789G		4721	Gelfoam	
	Neocaína 0,5% s/v / Marcaína 0,5% c/v			Seda			Hemovac dreno sucção	
	Neocaína pesada 0,5% 4 ml / Marcaína 0,5% 4ml	01	3020	Vicryl 40 Jp496			Intracath	
3825	Novalgina amp.	02	3015	Vicryl 30 JP 683			Kit dren	
3584	Nubain			Vicryl			Lâmina de bisturi U	01
7002	Nupercainal			Vicryl		2763	Lâmina de bisturi nº 15	
	Pancuronio / Pavulon			Vicryl		2788	Luvas 6,5	
	Plasil amp. / Eucil amp.		591	VESSEL LOOPS		2790	Luvas 7,0	02
	Profenid 100 mg IV/Cetoprofeno 100 mg IV	01	7043	ESPARADRAPOS		2791	Luvas 7,5	02
	Propofol Diprivan 20			Anatomo Patológico		2793	Luvas 8,0	01
3917	Prostigmine amp.			TOT c/ Cuff nº		2799	Luvas 8,5	
4277	Quelicin fr			Canula Guedel nº			Dreno de Penrose	
	Rapifen 5ml / Affenta 5 ml			Faixa de Smarch cm 20	01	2815	Luvas de procedimento ñ estéril M	8 pares
	Rocefin fr 1 gr/ Ceftriaxona fr 1 g					7033	Micropore 12x10 cm	15 c
7017	Sevorane ml					7034	Micropore esteril 25x10 cm	15 c
2932	Solução Glicina 1,5% / 2000 ml					7035	Micropore esteril 50x10 cm	20 c
	Solucortef / Flebocortid / Hidrocortisona					4711	Plug adaptador macho	
4439	Soro Fisiológico 100 ml		Cód.	Monitorização	Qtde.	4029	Polifix 2 vias	
4433	Soro Fisiológico 250 ml			Bisturi elétrico		3959	Protetor Camera / luva Lta	01
4435	Soro Fisiológico 500 ml	01		Eletrodos 4350 ou 2281		2717	Seringa 3ml	01
9749	Soro Fisiológico 1000 ml	014		Microscópio		2724	Seringa 5ml	01
2354	Soro Glicosado 250 ml 5%			Monitoragem	# 45	2728	Seringa 10ml	01
2353	Soro Glicosado 500 ml 5%			Oximetro	# 45	2751	Seringa 20ml	
2330	Soro Ringer Lactado 500 ml 17	03		Cal Sodada			Sonda aspiração	
	Sufentanil 1ml IV / Fastfen 1 ml		Cód.	Antissepsia	Qtde.		Sonda foley 2 vias	
	Sufentanil 2 ml Espinhal / Fastfen 2 ml		7053	Água oxigenada 10 V			Sonda foley 3 vias	
	Sufentanil 5 ml IV / Fastfen 5 ml		7062	Benjoim / tinturar 1 lt			Sonda gástrica	
	Syntocinon amp. / Oxitacina amp.		7057	Clorohexedine alcoólica 1 lt azul	100 ml		Sonda nelaton	
4408	Thionembutal fr. 1 gr.		7056	Clorohexedine deger 1 lt Verde			Sonda Uretral	
	Tilatil / Tenocan		7061	Éter		7051	Tensoplast cm	
3894	Nimbium ampola			Formol		4635	Equipo PVC	
3722	Valium amp. 10 mg		7060	PVPI - 1lt tinturar		4816	Torneirinha 3 vias luer lock	
3757	Voltarem amp. 75 mg		7058	PVPI - 1 lt degermante		1724	Cottonoid	
	Xylocaína 1% s/v 20 ml/Xylestesin 1% s/v		7059	PVPI - tópico 1 lt			Malha tubular cm	
	Xylocaína 2% s/v 20 ml/Xylestesin 2% c/v			Xylocaina 2%	20 ml	8077	Kit Tricotomia	
	Xylocaína 2% s/v 20 ml/Xylestesin 2% s/v					9794	Kit Glicemia Capilar	
	Xylocaína Pesada 5% 2 ml/Xylestesin 5%		Cód.	Anestesia	Qtde.		foco solo	F01
	Xylocaína 2% 5 ml ampola / Xylestesin 2% s/v	01		Agulha desc. Peridural			Bisturi	01
4393	Soro fisiológico 0,9% 10 ml			Agulha desc. Raqui 22	01		Impresso Vel	03
	Xylestesin gelóia não estéril / Xylocaína		2686	Aspirador de saliva				
7063	Cofidio Elástico ml		4869	Introdutor p/ raqui 20 G.				
	desodron	01		CO 2				
				Oxigênio	# 45			
			4323	Seringa baixa resist. Perifix 10ml				
				SRA				
			4465	Cateter Epidural 16 G				

Cor da Arte - 041
MV. 13.224

Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:05 - 0d5ffbc
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910104834000000042727429
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 0d5ffbc - Pág. 2
Número do documento: 16082910104834000000042727429



CÓPIA

Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:06 - 0d6a4ea
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910111478900000042727529
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 0d6a4ea - Pág. 1
Número do documento: 16082910111478900000042727529

HOSPITAL EVANGÉLICO

SALA DE RECUPERAÇÃO PÓS - ANESTÉSICA (CIRURGIA)

Cod.Pac.: 104989 Num.Atd.: 347579
Paciente.: ROSANA DUARTE
Sexo: F Cor: Est.Civil: SOLTEIRO Idade: 51 a 8 m
Cod.Cart.: 87666200002010 Val.Cart.: 02/02/2020
Medico...: VALMIR CREPALDI SILVA
Convênio: PHS PHS
Ala: ALA B Quar.: B-40 Leito: B40-01
Atd.: 18/11/15 09:50

CONVÊNIO _____

DATA ___/___/___ CIRURGIAREALIZADA Artroscopia do joelho esquerdo

SALA DE OPERAÇÕES Nº _____ ANESTESIA Raqui

IDADE _____ SEXO _____ COR _____ ENTRADA NA SRPA 16:15 HS

SAÍDA DA SRPA _____ HS SINAIS VITAIS NO PRÉ-OP. → P.A _____ P. _____ R. _____ T° _____

HORA	16:15	16:30	16:45	17:00	17:15	17:45	18:00	18:15		
SOLUÇÕES VENOSA	SRL 500ml	SRL 500ml	SRL 500ml	SRL 500ml	SRL 500ml	SRL 500ml	SRL 500	SRL 500		
P.A.	131/63	131/63	131/63	132/73	132/73	96/66	101/74	101/74		
PULSO	64	65	65	64	65	60	63	91		
RESPIRAÇÃO	100%	100%	100%	97%	99%	100%	100	100		
DIURESE	—	—	—	—	—	—	—	—		
ATIVIDADE	01	01	01	01	01	01	01	01		
RESPIRAÇÃO	02	02	02	02	02	02	02	02		
CIRCULAÇÃO	01	01	01	01	01	01	01	02		
CONSCIÊNCIA	01	01	01	01	01	01	02	02		
COR	02	02	02	02	02	02	02	02		
TOTAL	07	07	07	07	07	07	09	09		

Atividade: move 4 extremidades = 2
move 2 extremidades = 1
não se movimenta = 0

Cor: rosado = 2
pálido = 1
cianótico = 0

Respiração: profunda e tosse = 2
dispnéia ou R. Ltda. = 1
apnéia = 0

Circulação: 20% do pré anestésico = 2
20% ⇔ 50% do pré-anest. = 1
p.a. muito elevada ou baixa = 0

Consciência: completamente acordado = 2
acordado = 1
não responde à estímulo = 0

O paciente terá alta do S.R.P.A., quando estiver com, no mínimo, nota 7.0

Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:06 - 0d6a4ea
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910111478900000042727529
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 0d6a4ea - Pág. 2
Número do documento: 16082910111478900000042727529

HOSPITAL EVANGÉLICO
Samaritano
Campinas

Prescrição Médica	Horário
[illegible]	

Sistematização da Assistência de Enfermagem - SRPA

Evolução de Enfermagem:

Prescrição de Enfermagem	Horário
1 - Acomodar cliente confortavelmente, instalar oximetria e cateter de O2	16:15 Vulla
2 - Verificar sinais vitais de 15/15' na primeira hora, 30/30' nas horas seguintes e preencher escala de Aldrete & Krolik em caso de alterações comunicar anestesiologista e/ou enfermeiro.	
3 - Verificar presença de sangramento e/ou secreção em incisão cirúrgica e comunicar anestesiologista e/ou enfermeiro.	
4 - Comunicar médico anestesiologista na presença de queixas álgicas e administrar medicações conforme prescrição médica.	
5 - Realizar anotações de enfermagem na entrada do cliente na SRPA com todos os dados pertinentes; anotar as intercorrências e as condições clínicas no momento da alta da SRPA.	
6 - Verificar presença de sondas e drenos, manter os mesmos abertos.	
7 - Trocar soro s/n atentando para prescrição médica.	
8 - Verificar presença de sinais flogísticos (calor, edema, rubor e dor) em acesso venoso.	
9 - Anotar presença de irrigação vesical contínua:	
Entrada (infusão)	
Saída (eliminação)	

Anotações de Enfermagem

16:15 hs. Paciente adm na SRPA em PO I de Artroscopia de joelho esquerdo, sob anestesia Raqui, mantendo AVP em MSD, curativo limpo seco c/ ataduras + atadura de crepe, foi monitorizado, segue conduta.

Horário de alta:	Médico Anestesiologista / CRM:	Enfermagem / Coren:

CÓPIA

Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:06 - 2ae3670
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910113730400000042727611
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 2ae3670 - Pág. 1
Número do documento: 16082910113730400000042727611

Prescrição Médica

Cod.Pac.: 104989 Num.Atd.: 347579
Paciente: ROSANA DUARTE
Sexo: F Cor: Est.Civil: SOLTEIRO Idade: 51 a 8 m
Cod.Cart.: 87666200002010 Val.Cart.: 02/02/2020
Medico: VALMIR CREPALDI SILVA
Convênio: PHS PHS
Ala: ALA B Quar.: B40 Leito: B40-01
Atd.: 18/11/15 09:50

Data: 18 / 11 / 15

Hipótese Diagnóstica: _____

Leito nº 40A

(A) Heparinização de cateter venoso	(B) Oxigenoterapia úmida por nebuliz. com máscara _____ 1/min.	(C) Curativo incisão cirúrgica Local: _____	(D) troca do selo d'água de drenagem torácica selo de 500 ml AD	(E) Controle de diurese nas 24 horas	(F) Instalação Cateter central
(G) Aspiração de traqueostomia ou traqueal	(B) Oxigenoterapia úmida por cateter nasal _____ 1/min.	(I) Sondagem Vesical nº _____ Alívio ( ) Demora ( )	(J) Tricotomia pré operatória região _____	(K) Dispositivo urinário masculino externo com coletor (Uripen)	(L) Controle hídrico 24 hs

INSERIR NA PRESCRIÇÃO A LETRA CORRESPONDENTE AO ÍTEM PRÉ IMPRESSO QUE SE DESEJA PRESCREVER

HORA	PRESCRIÇÃO	INÍCIO HOJE	T (17 - 21)	N (23 - 07)	M (09 - 15)
	01 Jejum				
	02 HORMONID 15 mg - APLICAR 1 AMP EV 30 min antes do procedimento 13 15				
	30 MINUTOS ANTES DA CIRURGIA				
	ATENÇÃO PACIENTE				
				Dra. Luciana [illegible]	

MV.13.252

Cia da Arte - 174 (ALAS)

CÓPIA

Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:06 - 2ae3670
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910113730400000042727611
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 2ae3670 - Pág. 2
Número do documento: 16082910113730400000042727611

Prescrição Médica

Cod.Pac.: 104989 Num.Atd.: 347579
Paciente.: ROSANA DUARTE
Sexo: F Cor: Est.Civil: SOLTEIRO Idade: 51 a 8 m
Cod.Cart.: 87666200002010 Val.Cart.: 02/02/2020
Medico...: VALMIR CREPALDI SILVA
Convênio: PHS
Ala: ALA B Quar.: B-40 Leito: B40-01
Atd.: 18/11/15 09:50

Data: 18/11/2015

Hipótese Diagnóstica: Vide anotações

Leito nº

(A) Heparinização de cateter venoso	(L) [illegible] com máscara _____ 1/min.	(C) Curativo incisão cirúrgica Local: _____	(D) troca do selo d'água de drenagem torácica selo de 500 ml AD	(E) Controle de diurese nas 24 horas	(F) Instalação Cateter central
(G) Aspiração de traqueostomia ou traqueal	(B) Oxigenoterapia úmida por cateter nasal _____ 1/min.	(I) Sondagem Vesical nº _____ Alívio ( ) Demora ( )	(J) Tricotomia pré operatória região _____	(K) Dispositivo urinário masculino externo com coletor (uripen)	(L) Controle hídrico 24 hs

INSERIR NA PRESCRIÇÃO A LETRA CORRESPONDENTE AO ÍTEM PRÉ IMPRESSO QUE SE DESEJA PRESCREVER

HORA	PRESCRIÇÃO	INÍCIO HOJE	T (17 - 21)	N (23 - 07)	M (09 - 15)
	(01) Dieta A. Geral				
	(02) Dipirona + Buscopan (G) 6/6h AD 10 ml				
	(03) Às 2000 hs alta Hospitalar após coleta + urinálise + hemograma + ECG pré-operatórios			21:35	

Dr. Valmir Crepaldi Silva
Cirurgião Geral

MV13.259
Cia da Arte - 174 (ALAS)

CÓPIA

Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:06 - 8032df3
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910115097400000042727654
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 8032df3 - Pág. 1
Número do documento: 16082910115097400000042727654

HOSPITAL EVANGÉLICO Samaritano Campinas

Cod.Pac.: 104989 Num.Atd.: 347579
Paciente.: ROSANA DUARTE
Sexo: F Cor: Est.Civil: SOLTEIRO Idade: 51 a 8 m
Cod.Cart.: 87666200002010 Val.Cart.: 02/02/2020
Medico...: VALMIR CREPALDI SILVA
Convênio: PHS PHS
Ala: DAY HOSPITAL Quar.: DH Leito: DH-05
Atd.: 18/11/15 09:50

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM
RELATÓRIO ADMISSIONAL

Clínica Médica ( ) Clínica Cirúrgica ( )

Hipóteses Diagnóstico _____ **Peso:**_____ **Altura:** _____.

Internações Anteriores: _____ Cirurgias Anteriores: _____
Faz algum tipo de tratamento: ( ) Não ( ) Sim. Qual: _____ Faz uso de medicamento:_____
( ) Etilista ( ) Tabagista
Procedência: ( ) Domicilio ( ) Clínica de Repouso ( ) Outro Hospital ( ) P.S. ( ) Centro Cirúrgico ( ) Enfermaria

NÍVEL DE CONSCIÊNCIA: ( ) Consciente ( ) Orientado ( ) Comatoso ( ) Confuso ( ) Torporoso
Déficit motor: Paresia Local: _____ Hemiplegia Local: _____ Dislalia: ( ) Sim ( ) Não

CONDIÇÕES DA PELE: Presença de lesões ( ) Não ( ) Sim. Local: _____
Utilizando algum produto: ( ) Não ( ) Sim. Qual: _____
Mucosas: ( ) Corada ( ) Discorada ( ) Hidratada ( ) Desidratada

AVALIAÇÃO RESPIRATÓRIA: ( ) Ar Ambiente ( ) Catéter de O² ( ) Nebulização ( ) TQT
Ausculta Pulmonar: MV+ ( ) D ( ) E MV- ( )D ( ) E Sibilos ( ) D ( ) E Roncos ( ) D ( ) E

AVALIAÇÃO CIRCULATÓRIA: Pulsos Periféricos: ( ) Presente ( ) Ausente ( ) Cheio ( ) Filiforme
Perfusão Periférica: ( ) Acianótico ( ) Cianótico
Extremidades: ( ) Normotermicas ( ) Frias ( ) Edema: ( ) Não ( ) Sim Local:_____
( ) AVP ( ) CVC ( ) Shilley ( ) Portocth ( ) Flebo ( ) PIC Local: _____ Outros: _____
Ausculta Cardíaca: ( ) 2TBRNF ( ) Arrítmico ( ) Variação FC _____

AVALIAÇÕES GENITOURINÁRIO: Diurese: ( ) Espontânea ( ) SVD ( ) Cistostomia ( ) Urupen ( ) Fralda ( ) Irrigação Continua
Aspecto: ( ) Concentrado ( ) Colúrico ( ) Hematúrico ( ) Piúrico
Genital: ( ) Edema ( ) Lesão. Local_____. ( ) Sangramento ( ) Secreção

Prescrição de Enfermagem

	Horário
1. Verificar e anotar sinais vitais 6/6hs e avisar o enfermeiro se alterações	
2. Higiene corporal: ( ) **leito** c/ luva higiene corporal ( ) **cadeira** c/ compressa wyppal 3 unidades ( ) Asperção	07 13 19 01
3. Massagem de conforto: com ( ) AGE para pac. acamado ( ) creme em região corporal 3x ao dia	I—I
4. Higiene oral: ( ) auxiliar ( ) realizar - com ( ) Cepacol ( ) Creme dental + escova	09 15 21
5. Trocar fixação: ( )SNE ( ) Traqueostomia ( ) SVD ( ) SNG	09 15 21
6. Trocar água do nebulizador / umidificador de 6/6 horas	
7. Realizar tricotomia: Local: _____ ( ) gillete___un. ( ) lâmina de tricotomizador	
8. Sentar em poltrona: _____x ao dia	
9. Mudança de decúbito: ____/____horas ( ) auxiliar ( ) realizar	
10. Verificar e anotar os débitos e arpectos: ( ) drenos ( ) sondas gástricas	
11. Realizar aspiração ( ) traqueostomia ( ) VAS anotar quantidade e aspecto	
12. Dieta: ( ) jejum ( ) VO ( ) Enteral ( ) NPP Se dieta VO: ( ) Espontânea ( ) Auxiliar. Verificar e anotar aceitação. Obs. Auxilio de fono ( ) Sim ( ) Não Se dieta enteral: realizar teste de ausculta, verificar e anotar resíduo gástrico, manter cabeceira elevada em 45° durante infusão dieta Enteral, observar distenção abdominal. Lavar sonda com 20ml de água após administrações de medicações e infusão de dieta.	06-12 12-18 18-06
13. Realizar troca de fixação de **catéter central** cada 7 dias ou se necessário c/ filme transparente estéril ( ) Sim ( ) Não Observar sinais flogísticos ( ) Sim ( ) Não Liberação do filme:_____	Data:
14. Realizar curativo de lesões: Em região _____ com kit_____+_____,_____x ao dia ocluir com _____ Em região _____ com kit_____+_____,_____x ao dia ocluir com _____ Em região _____ com kit_____+_____,_____x ao dia ocluir com _____ Trocar curativo secundário região _____ com kit_____,_____x ao dia ocluir com _____ Trocar curativo secundário região _____ com kit_____,_____x ao dia ocluir com _____	06-12 12-18 18-06
15. Realizar troca: ( ) Uropen e coletor de garrafa a cada 24 horas (periodo máximo de troca a cada 72 horas)	
16. ( ) Catéter periférico nº____ ( ) polifix 2 vias ( ) plug ( ) filme transparente estéril	
17. ( ) Catéter periférico nº____ ( ) polifix 2 vias ( ) plug ( ) filme transparente estéril	
18. **Manter isolamento** ( ) contato ( ) goticula ( ) aerosol	
19. Eliminações: ( ) Urina espontânea ( ) uropen ( ) SVA ( ) SVD anotar volume e aspecto ( ) Evacuação ( ) Fralda	06-12 12-18 18-06
20. Manter as grades do leito elevadas e orientar familiares para acompanhar menor de 18 e maior de 60	06-12 12-18 18-06

Carimbo Enfermeira(o) COREN:	Carimbo Téc. Enf. M	Carimbo Téc. Enf. T	Carimbo Téc. Enf. N
Enfermeira		Lucia Nogueira dos Santos	

Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:06 - 8032df3
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910115097400000042727654
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 8032df3 - Pág. 2
Número do documento: 16082910115097400000042727654

HOSPITAL EVANGÉLICO Samaritano Campinas

Cod.Pac.: 104989 Num.Atd.: 347579
Paciente.: ROSANA DUARTE
Sexo: F Cor: Est.Civil: SOLTEIRO Idade: 51 a 8 m
Cod.Cart.: 87666200002010 Val.Cart.: 02/02/2020
Medico...: VALMIR CREPALDI SILVA
Convênio: PHS
Ala: DAY HOSPITAL Quar.: DH PHS Leito: DH-05
Atd.: 18/11/15 09:50

Setor: _____

Data: ____/____/____

AVALIAÇÃO DE ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA

CONDIÇÕES GERAIS

Estado emocional:	( ) calmo ( ) ansioso ( ) nervoso ( ) choroso
História de Alergias:	( ) não ( ) sim Quais:
Problemas Visão:	( ) OD ( ) OE ( ) usa óculos ( ) sim ( ) não Encaminhado para CC: ( ) sim ( ) não
Tipo de Prótese:	( ) dentária ( ) ouvido
Jejum desde:	horas
Terapêutica medicamentosa:	
Observações:	

Encaminhado para o CC

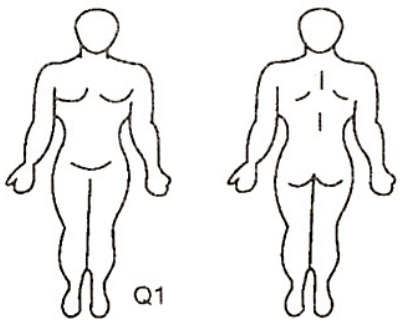
( ) RX ( ) Tomografia ( ) Ressonância Magnética ( ) Cateterismo ( ) ECG ( ) Exames Laboratoriais ( ) Avaliação Pré-Anestésica	
Entregue por:	Recebido por:
Enfermeiro / Coren:	Técnico Enf./ Coren:

PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA

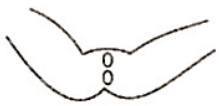
Verificar:	Na admissão: Peso Kg Altura m
	15' antes do transporte para o CC: PA FC T°

Realizar	Hora
1 - Tricotomia conforme Q1	
2 - Higiene corporal	
3 - Higiene Oral	
4 - Preparo intestinal conforme presc. Méd.	
5 - Orientação para micção espontânea	
6 - Remoção de próteses	
7 - Remoção de esmalte	
8 - Colocação de Pulseira de Identificação	
9 - Colocação da Camisola	
10 - Remoção de Adornos	
11 - Administração de pré-anestésico	

FRENTE COSTAS



PERÍNEO



REGISTRO TRANS - OPERATÓRIO

1 - Circulante falma Sala n.º 01
2 - Entrada na S.O.: _____ Início da Cirurgia: 15:30 hs.
3 - Saída da S.O.: _____ Término da Cirurgia: 16:15 hs.
4 - Cirurgia Realizada: Bitroscopia falha E
5 - Cirurgião: Dr Walmir Assistente: _____
6 - Anestesista: Dr Guilherme Tipo de Anestesia: Raqui

LOCALIZAÇÃO DE:

Placa: (Bisturi Elétrico): _____ ☐
Eletrodos: _____ ○
Incisões Cirúrgicas: _____ ⊢
Pressões Invasivas: _____ ☐
Outros: _____ △



FRENTE



COSTAS

POSIÇÃO NO ATO OPERATÓRIO:

- ☐ Trende Lenburg
- ☐ Dorsal
- ☐ Semi-Ginecológica
- ☐ Ventral
- ☐ Ginecológica
- ☐ Lateral
- ☐ Outras: _____

SERVIÇOS REQUISITADOS:

- ☐ Anatomia Patológica
- ☐ Banco de Sangue
- ☐ Uso de Contrastre OBS: _____
- ☐ Laboratório
- ☐ Vaga na UTI
- ☐ Radiologia
- ☐ Arco em C

CÓPIA

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE PARA:

☐ RPA ☐ UTI ☐ Quarto Com:

- ☐ Sonda Gástrica
- ☐ Intubação Traqueal
- ☐ Punção Periférica
- ☐ Sonda Vesical
- ☐ Traqueostomia
- ☐ Cateter Arterial
- ☐ Penrose
- ☐ Drenos Tubulares
- ☐ Radiografias
- ☐ Port'o Vac
- ☐ KEHR
- ☐ Cateter Central
- ☐ Peças Cirúrgicas

PJe
Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:07 - f5130ca
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910120585400000042727697
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. f5130ca - Pág. 1
Número do documento: 16082910120585400000042727697

DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM

				EVOLUÇÃO DO ENFERMEIRO:
1	( ) Comunicação Prejudicada;	14	( ) Integridade da pele pejudicada;	
2	( ) Ansiedade;	15	( ) Risco para prejuízo da integridade da pele;	
3	( ) Padrão respiratório ineficaz;	16	( ) Mobilidade física prejudicada;	
4	( ) Troca de gazes prejudicada;	17	( ) Déficit no auto cuidado: Banho/Higiene;	
5	( ) Desobstrução ineficaz de vias aéreas;	18	( ) Risco para infecção;	
6	( ) Débito cardíaco diminuído;	19	( ) Deglutição pejudicada;	
7	( ) Risco para disfunção neurovascular periférica;	20	( ) Membrana mucosa oral prejudicada;	
8	( ) Perfusão tissular prejudicada;	21	( ) Ventilação espontânea prejudicada;	
9	( ) Risco para alteração de temperatura corporal;	22	( ) Risco para aspiração;	
10	( ) Risco para desequilíbrio dos fluidos corpóreos;	23	( ) Conforto alterado;	
11	( ) Déficit do auto cuidado de alimentação;	24	( ) Distúrbio no padrão de sono;	
12	( ) Eliminação urinária alterada;	25	( ) Confusão aguda;	
13	( ) Eliminação intestinal alterada;	26	( ) Dor	

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Manhã	Tarde	Noite
	12:00 - Recebo paciente vindo da internação em AA. Sem acesso, paciente fez uso de Captopril 25mg/ [illegible] em [illegible] aguardando [illegible]. 15:00 realizado [illegible] comprimido, encaminhado ao C.C. 15:30 paciente [illegible] levado ao CC para realizar artroscopia joelho E [illegible] com [illegible] em MSD, monitorização multiparamétrica, sob anestesia [illegible] procedimento [illegible] sem intercorrências durante [illegible]	15:[illegible] [illegible] 20:20 [illegible]

Carimbos: Lucia Nogueira dos Santos - Téc. de Enfermagem; JOELMA L DE [illegible] - Téc. Enfermagem - COREN-SP [illegible]

Hora	PA	FC	FR	T°	Dextro	Evacuação	Vômito	Dreno	HEMODERIVADO	Carimbo
7:00										M
13:00	141/98	73	20	35.1	—	D+ GVE	—			T Lucia Nogueira dos Santos Téc. de Enfermagem COREN-SP [illegible]
19:00	13/8	68	20	36.7		D+				N
1:00										
5:00										

CÓPIA

HOSPITAL EVANGÉLICO
Samaritano
campinas

Campinas, 15 de Agosto de 2016.

A Dra Veranici Aparecida Ferrreira
Juiza do Trabalho da 6º Vara Trabalho de Campinas

Referência:
Processo: 11050-37.2016

Segue a cópia do prontuário da paciente Rosana Duarte.

Atenciosamente.

Dr. Sergio A.Pinotti
Diretor Técnico do HESC.
CRM 45.765.

Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:07 - 5c0c2e2
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910122134100000042727745
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 5c0c2e2 - Pág. 1
Número do documento: 16082910122134100000042727745

HOSPITAL EVANGÉLICO
Samaritano
Campinas

DEPARTAMENTO DE RADIOLOGIA
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA
ULTRASSONOGRAFIA

Nome: ROSANA DUARTE Atend.: 318864
Convênio: PHS - PHS Pedido.....: 90569
Med. Solicitante...: LUIZ FERNANDO MARCHILLI
Data da Solicitação: 09/09/2015 procedência: SADT PROPRIO

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DO JOELHO ESQUERDO

Método:
Exame realizado com sequência FSE com cortes multiplanares com 3 e 4 mm de espessura.

Análise:

Menisco lateral com rotura completa vertical na transição entre o corpo e corno posterior; alem de fissura longitudinal no corno anterior.

Menisco medial com fissura obliquoa no corno posterior, que se estende para a superficie articular inferior.

Ligamentos cruzados e colaterais com continuidade, espessura e sinal normais.

Afilamento condral femorotibial lateral.

Focos de edema ósseo no plato tibial lateral.

Demais estruturas ósseas de morfologia e sinal medular normais.

Discreto derrame articular.

Tendões do quadriceps e patelar sem alterações.

Pequena quantidade de liquido no recesso do gastrocnemio medial/semimembranoso

Dr.(a) DANIEL ARRUDA TEIXEIRA
CRM: 111755

COPIA

Assinado eletronicamente por: ADELINA DO AMARAL MARTINS - 29/08/2016 10:13:07 - a9eb805
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16082910123472500000042727778
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. a9eb805 - Pág. 1
Número do documento: 16082910123472500000042727778

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE CAMPINAS
Rua Engenheiro Monlevade, 206 - Ponte Preta | Campinas/SP
(19) 3736.1000 | www.samaritanocampinas.com.br

Termo de Liberação de Alta

DADOS DO PACIENTE..:
Prontuário.....: 104989 Atend.....: 347579
Nome.....: ROSANA DUARTE Data Nasc.:
13/03/1964
Sexo.....: F Estado Civil: SOLTEIRO Idade.....: 51
Plano.....: PHS
Convenio.....: PHS
Data / Hora da Internação: 18/11/2015 09:50 Data / Hora da Saída.:
Diagnostico Entrada: NAO DEFINIDO
Quarto / Leito.....: DH-05 Acomodação: DAY HOSPITAL
Tipo da Alta.....:
Cid.....: M232
Nome do Responsável: ROSANA DUARTE

COMPARECER AO SETOR DE INTERNAÇÃO

Liberado pela enfermagem: Ana Marcia dos Santos Nunes Téc. Enfermagem COREN-SP 442.043 Data: 18/11/2015 Hora: 20'20

Exames Entregues:
( ) Imagem
(x) Laboratório

Outros: Em jejum

Alta do Recem-Nascido: [ ] Sim [ ] Não Motivo:_____

Alta à Pedido: Data:_____/_____/_____ Hora:_____

Transferências: Data:_____/_____/_____ Hora:_____
Local:_____

Obito nº:_____ Data:_____/_____/_____ Hora:_____

Controle de TV (LCD)entregue: [ ] SIM [ ] NÃO

Medico Alta: VALMIR CREPALDI SILVA CRM: 67241

Liberado pela recepcionista :_____ Saída: — Data: 18/11/15

* PESQUISA DE OPINIÃO:
De forma geral, como você avalia sua estada no Hospital Samaritano de Campinas:
[ ]-Bom [ ]-Regular [ ]-Ruim
Obrigado, sua opinião é muito importante para a melhoria de nossos processos!

Assinatura paciente ou responsável: Rosana Duarte

Mod.: 0008 Impresso em: 18/11/2015 09:52

CÓPIA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

D E S P A C H O

Dar ciência as partes para que se manifestem sobre o documento ora juntado, conforme determinado em audiência.

Em 29 de Agosto de 2016.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

D E S P A C H O

Dar ciência as partes para que se manifestem sobre o documento ora juntado, conforme determinado em audiência.

Em 29 de Agosto de 2016.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 6a VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

ROSANA DUARTE, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por sua advogada que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, manifestar-se sobre o prontuário médico enviado pelo Hospital Samaritano de Campinas, como faz a seguir:

É certo que o prontuário médico fornecido pelo Hospital Samaritano vem corroborar todo o alegado pela Reclamante, ou seja, de que a Reclamante foi vítima de acidente de trabalho em 30/06/2015, ficando incapacitada para voltar ao trabalho.

O documento (id 1pdfsam.11050-37.2015), ficha de atendimento médico assinada pelo Dr. Gustavo Sandi, datada de 30/06/2015, data do acidente, comprova que a Reclamante teve uma contusão no joelho em razão da sua queda, com CID S80 (Traumatismo Superficial da perna), com diagnóstico de gonartrose, que ***"é um tipo de artrose no joelho que geralmente é causada por algum trauma direto, como um tombo em que o indivíduo apoia-se com os joelhos no chão, por exemplo."*** ***[1]***

Em 03/09/2015, ao passar novamente por atendimento médico (id 3pfsam 11050-37.2015), foi mais uma vez constatada dor por entorse no joelho.

Também o documento que descreve a cirurgia realizada pelo Dr. Valmir Crepaldi Silva, datado de 18/112015, comprova a lesão no joelho.

Deste modo, entende que restou comprovado o nexo causal.

Por todo o exposto, deve ser julgada totalmente procedente a presente reclamação, por ser medida de

JUSTIÇA!

Termos em que

Pede Deferimento

Campinas, 02 de setembro de 2016.

Cristina Etter Abud Penteado

OAB/SP 148.086

---

[1] Disponível em http://www.tuasaude.com/gonartrose/ em 02/09/2016.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS /SP

Processo nº 0011050.37.2016.5.15.0093

MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA. ("Reclamada"), por sua advogada, nos autos da Reclamação Trabalhista que lhe move **ROSANA DUARTE** ("Reclamante"), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, manifestar-se sobre o prontuário médico da Reclamante, juntado pelo Hospital Samaritano, conforme segue:

1. Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que o prontuário médico não prova a ocorrência do acidente de trajeto, pois o atendimento médico ocorreu no período da tarde, sendo certo que a Reclamante alega ter sofrido o acidente a caminho do trabalho, por volta das 08hs00.

2. Ademais, do referido prontuário, não se extrai a conclusão de que a cirurgia à qual a Reclamante foi submetida tem relação com o alegado acidente. Há que se perquirir acerca de todos os motivos pelos quais a cirurgia foi necessária, como, por exemplo, problemas de saúde anteriores ao acidente, de cunho degenerativo ou não.

3. Não se pode esquecer que a Reclamante não se afastou do trabalho por mais de 15 dias após o alegado acidente, tendo se afastado apenas após a referida cirurgia, que o ocorreu após a rescisão contratual.

4. Com efeito, impõe-se a investigação do nexo de causalidade entre o alegado acidente e a lesão que fez a Reclamante se afastar pelo INSS, já que esta alega nulidade da dispensa, não podendo se presumir a relação entre causa e efeito como apresentado pela Reclamante na Inicial.

5. Assim, a Reclamada protesta pela realização da prova pericial para investigação do nexo causal entre o alegado acidente de trajeto, o qual ainda deverá ser provado pela Reclamante, com a lesão que deu causa à cirurgia que se submeteu.

6. A Reclamada ainda protesta pela realização da perícia médica antes da audiência de instrução, por economia e celeridade processuais, e para que se garanta o amplo contraditório na produção da prova oral, já tendo conhecendo as partes a conclusão pericial.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas 05 de setembro de 2016.

Daniela de Freitas

OAB/SP nº 227.788

6ª VARA DO TRABALHODECAMPINAS-SP

ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO: **0011050-37.2016**
AUTOR(ES): ROSANA DUARTE
RÉU(RÉ): MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

Em 06 de setembro de 2016, na sala de sessões da MM. 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP, sob a direção da Exmo(a). Juíza FRANCINA NUNES DA COSTA, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 14h56min, aberta a audiência, foram, de ordem da *Exmo(a)*. Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.

Presente o(a) autor(es), acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO, OAB nº 148086/SP.

Presente o preposto do(a) réu(ré), Sr(a). Adriano Montoni Romero, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). NICOLE CAPOVILLA FERNANDES, OAB nº 367270/SP.

INCONCILIADOS.

A reclamada requer a realização de perícia médica.

Determino a realização de perícia médica, para apuração da doença ocupacional e incapacidade do reclamante em decorrência de acidente do trabalho sofrido.

Nomeio para tanto a **Dra. Veruska dos Santos Ribeiro Fico (veruska_fico@hotmail.com).**

Concede-se às partes o prazo de 10 dias para apresentação de quesitos e indicação de assistentes técnicos, caso queiram. Na oportunidade, deverão fornecer o e-mail para comunicação com o Perito.

A reclamada se compromete a efetuar o depósito relativo aos honorários periciais prévios, ora fixados no valor de R$ 600,00, no prazo de 30 dias, sem prejuízo das sanções processuais e legais decorrentes do descumprimento da presente obrigação assumida em Juízo. Entregue o laudo, libere-se ao Perito.

O valor dos honorários periciais prévios será ressarcido ao final pela parte sucumbente no objeto da perícia, na forma prevista no artigo 790 da CLT, e para que não ocorra enriquecimento sem causa.

Deverá o perito apresentar o seu laudo no prazo de 60 dias a contar da data agendada no seu painel no PJe. Antes da realização da perícia o perito deverá confirmar a comprovação da guia de recolhimento dos honorários periciais para dar início ao seu trabalho.

A Secretaria deverá, de imediato, incluir o feito na pauta de perícias do Sr. Expert, na data mais próxima disponível, considerando o decurso dos prazos ora concedidos, ficando o Vistor ciente de que deverá iniciar seus trabalhos a partir da data designada no PJe.

A perícia será realizada em dia agendado diretamente pelo perito, devendo o Expert documentar tal informação. O reclamante deverá comparecer, sendo que a ausência injustificada implicará na desistência da realização da prova. No caso da reclamada, a ausência do assistente técnico, de forma injustificada, não impedirá a realização da perícia.

Registre-se, desde logo, que a data agendada no PJe não representa o dia da perícia, sendo que o Sr. Vistor deverá entrar em contato, observando razoável antecedência, com os eventuais Assistentes Técnicos indicados pelas partes e com os Procuradores, para que os mesmos comuniquem seus constituintes da data e horário da realização da perícia.

O perito deverá proceder, também, à inspeção ambiental, com descrição dos postos de trabalho e análise ergonômica, estando desde já autorizado a ingressar nas dependências da tomadora de serviços, ou em qualquer outro lugar que se faça necessário, ocasião em que será permitida a presença das partes e procuradores, exceto nos exames clínicos, se necessários, os quais somente poderão ser acompanhados por Assistente Técnico.

No dia da perícia o Reclamante deverá apresentar RG, Carteira de Trabalho, cópias de exames, relatórios e atestados médicos recentes e documentos que comprovem benefícios recebidos pelo INSS (afastamentos ou aposentadoria).

As partes deverão apresentar, caso ainda não tenham anexado ao processo, os documentos a seguir enumerados, por ocasião da perícia, a fim de subsidiar a conclusão a que chegará o Sr. Perito:

1- PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais);

2- Exames (ASO - Atestado de Saúde Ocupacional): admissional, periódicos e demissional;

3- Afastamentos e relatórios médicos da patologia alegada;

4- Relatórios médicos de tratamentos cirúrgicos e não cirúrgicos (conservadores);

5- LTCAT e CAT- (Comunicação de Acidente de Trabalho);

6- Afastamentos pelo INSS. Tipo, início e término dos afastamentos;

7- Documentação de entrega de EPIs;

8- Exames complementares: Raio X e/ou ultrassonografiae/ou ressonância magnética;

9- Análise Ergonômica ou Laudo Ergonômico para patologias de LER/DORT;

10- PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário);

11- Histórico de empregos anteriores, contendo o nome das empresas, as datas de admissão e rescisão contratual e as funções exercidas;

12- PCMSO (Plano de controle médico de saúde ocupacional);

13- cópias de exames e atestados médicos recentes do reclamante;

14- Prontuários Médicos, pertinentes à segurança e medicina do trabalho da ré quando do pacto laboral do reclamante.

As partes deverão apresentar todos os documentos solicitados pelo perito, sob as penas do artigo 359 do Código de Processo Civil.

Desde já, este Juízo lança os quesitos a serem atendidos pelo Experto nomeado:

1- O autor foi acometido por alguma doença? Qual?

2- Há nexo causal do trabalho com a doença?

3- Há nexo epidemiológico na forma do artigo337,§3º,doDecreto3.048/99? Em caso positivo, especificar.

4- O exercício do trabalho atuou como concausa no aparecimento ou agravamento da doença ou na ocorrência do acidente?

5- Houve concausa mensurável relativa a fatores extralaborais?

6- A empresa cumpria todas as normas de segurança e prevenção indicadas na legislação e outras normas técnicas aplicáveis? Apresentou o PPRA e PCMSO? Em caso positivo, após a analise de tais documentos, é possível dizer que havia exposição a fatores de risco?

7- O autor foi treinado para o exercício da função?

8- O autor gozava regularmente de intervalos, repousos e férias?

9-Algum fator de caráter organizacional pode ter contribuído para o aparecimento da doença ou para a ocorrência do acidente?

10- No setor de trabalho do reclamante ocorreram casos semelhantes nos últimos cinco anos?

11- Quais as alterações e/ou comprometimentos que a doença diagnosticada acarretou na saúde do reclamante, na sua capacidade de trabalho e na sua vida social?

12- É possível mensurar a eventual capacidade residual de trabalho do reclamante e a viabilidade do seu aproveitamento o mercado, dentro da sua área de atuação profissional ou em funções compatíveis? Especificar as restrições.

13- Existe possibilidade de informar há quanto tempo o(a) reclamante tem a doença e, caso seja anterior ao período laborado na reclamada, se o trabalho em benefício desta contribuiu para agravar a moléstia?

14-Há possibilidade efetiva de reversão do quadro para recuperação da aptidão normal de trabalho, com os recursos atuais da medicina?

15- Oreclamante tem que se submeter a tratamentos? Quais?

16- Porocasião da dispensa é possível afirmar se o reclamante encontrava-se apto?

17- A conclusão do perito está em sintonia com os laudos do INSS?

Pontue-se, para evitar medidas desnecessárias, que embora a reclamada não esteja obrigada a depositar os honorários prévios, ela possui o dever de colaborar para busca da verdade, a fim de que o julgador possa dar a cada um o que lhe é devido, sem ignorar a realidade dos fatos. Assim como tem o dever de viabilizar o trâmite do processo em tempo razoável, como determina o artigo 5° inciso LXXVIII da Constituição da República e cumprir os prazos estabelecidos nas metas deste Regional e do CNJ.

Não há perito no quadro de funcionários da Justiça do Trabalho e aquele nomeado necessita de algum valor como garantia da execução de seu trabalho e custeio de gastos imprescindíveis para a realização do seu mister. O perito particular é um auxiliar do juízo e não tem obrigação legal de adiantar despesas para as partes, notadamente quando estas custeiam os assistentes prévios. O IMESC não atende a Justiça do Trabalho, portanto, não há opção, a não ser a nomeação dos profissionais de confiança do juízo e que não pertencem aos quadros da Justiça do Trabalho. Assim, faz-se necessário o depósito de honorários prévios.

Para observação dos princípios processuais constitucionais, fica a reclamada advertida de que a ausência de depósito prévio será entendida como desistência da produção de tal modalidade probatória, caso em que os autos deverão voltar à conclusão para designação de audiência de instrução, podendo, ainda, ser aplicada na sentença a inversão do ônus da prova quanto à caracterização do nexo causal e culpa, pela hipossuficiência econômica, especialmente se houver benefício previdenciário concedido, sem prejuízo também de eventual aplicação da teoria da responsabilidade objetiva.

Frise-se que a inversão não torna a reclamada responsável pelo pagamento, mas a adverte sobre as consequências processuais resultantes do desinteresse na produção de provas.

No mesmo prazo de impugnação ao laudo pericial supra concedido, deverão os litigantes informar, em petição no PJe, se há outras provas a produzir, e quais, apontando especificadamente os pontos controvertidos segundo o ônus probandi determinado pelo art. 373 do NCPC. No silêncio ou na inespecificidade, presumir-se-á encerrada a instrução a requerimento, restando derradeiramente inconciliados, devendo o feito ser encaminhado à conclusão para concessão de prazo para apresentação de razões finais, bem como inclusão na pauta de julgamentos.

O reclamante recebeu auxílio-doença junto ao INSS e pugna pela produção da prova pericial médica. Por cautela, determino a expedição de ofício ao INSS, a fim de que envie as perícias médicas realizadas (benefício nº 612469256.6 e todos outros anteriores/NIT nº 1200747863-5). Prazo de 30 (trinta) dias para resposta do ofício, sob pena de aplicação da multa de 15% sobre o valor da causa, prevista no parágrafo único do artigo 14 do C.P.C.. A presente ata serve como ***OFÍCIO*** ao órgão

previdenciário e neste ato é entregue ao reclamante para encaminhamento à autarquia previdenciária, visando à celeridade. As cópias dos documentos enviados pelo INSS deverão ser considerados pelo perito do Juízo no seu trabalho.

Cientes os presentes.

Audiência encerrada às 15h06min.

Nada mais.

FRANCINA NUNES DA COSTA
Juíza do Trabalho

Autor(es)	Réu(ré)
Advogado(a) do Autor(es)	Advogado(a) do Réu(ré)

P/ GIULIANA KARINA RIBEIRO DE GODOY DEL NERO

Diretora de Secretaria

Natália Delboni Barros

Técnico Judiciário

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fé que reconheço como autêntica a assinatura da MM. Juíza do Trabalho, Dra. **FRANCINA NUNES DA COSTA**. Nada mais.

Campinas, data supra.

Natália Delboni Barros

Técnico Judiciário

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA FEDERAL DA 6A VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO 0011050-37.2016.5.15.0093

ROSANA DUARTE, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por sua advogada que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, comprovar o encaminhamento do ofício ao INSS em 09/09/2016.

Termos em que

Pede deferimento.

Campinas, 12 de setembro de 2016.

Cristina Etter Abud Penteado

OAB/SP 148.086

35766.000412/2016-48

Previdência Social
AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL CAMPINAS -

Cópia com força de Alvará/Ofício

09/09/16

6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS-SP
ATA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO: **0011050-37.2016**
AUTOR(ES): ROSANA DUARTE
RÉU(RÉ): MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

Em 06 de setembro de 2016, na sala de sessões da MM. 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP, sob a direção da Exmo(a). Juíza FRANCINA NUNES DA COSTA, realizou-se audiência relativa ao processo identificado em epígrafe.

Às 14h56min, aberta a audiência, foram, de ordem da *Exmo(a)*. Juíza do Trabalho, apregoadas as partes.

Presente o(a) autor(es), acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO, OAB nº 148086/SP.

Presente o preposto do(a) réu(ré), Sr(a). Adriano Montoni Romero, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). NICOLE CAPOVILLA FERNANDES, OAB nº 367270/SP.

INCONCILIADOS.

A reclamada requer a realização de perícia médica.

Determino a realização de perícia médica, para apuração da doença ocupacional e incapacidade do reclamante em decorrência de acidente do trabalho sofrido.

Nomeio para tanto a **Dra. Veruska dos Santos Ribeiro Fico (veruska_fico@hotmail.com).**

Concede-se às partes o prazo de 10 dias para apresentação de quesitos e indicação de assistentes técnicos, caso queiram. Na oportunidade, deverão fornecer o e-mail para comunicação com o Perito.

A reclamada se compromete a efetuar o depósito relativo aos honorários periciais prévios, ora fixados no valor de R$ 600,00, no prazo de 30 dias, sem prejuízo das sanções processuais e legais decorrentes do descumprimento da presente obrigação assumida em Juízo. Entregue o laudo, libere-se ao Perito.

O valor dos honorários periciais prévios será ressarcido ao final pela parte sucumbente no objeto da perícia, na forma prevista no artigo 790 da CLT, e para que não ocorra enriquecimento sem causa.

Deverá o perito apresentar o seu laudo no prazo de 60 dias a contar da data agendada no seu painel no PJe. Antes da realização da perícia o perito deverá confirmar a comprovação da guia de recolhimento dos honorários periciais para dar início ao seu trabalho.

A Secretaria deverá, de imediato, incluir o feito na pauta de perícias do Sr. Expert, na data mais próxima disponível, considerando o decurso dos prazos ora concedidos, ficando o Vistor ciente de que deverá iniciar seus trabalhos a partir da data designada no PJe.

A perícia será realizada em dia agendado diretamente pelo perito, devendo o Expert documentar tal informação. O reclamante deverá comparecer, sendo que a ausência injustificada implicará na desistência da realização da prova. No caso da reclamada, a ausência do assistente técnico, de forma injustificada, não impedirá a

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 12/09/2016 17:54:23 - 17cbba5
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=16091217534300200000043690332
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 17cbba5 - Pág. 1
Número do documento: 16091217534300200000043690332

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

ROSANA DUARTE, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por sua advogada que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar os quesitos que deverão ser respondidos pelo Sr. Perito quando da realização da prova pericial:

1- Qual o tipo de lesão sofrida pela Autora em decorrência do acidente ocorrido em 30-06-2015?

2- As lesões sofridas são compatíveis com os fatos narrados na inicial?

3- Qual foi o tratamento médico aplicado à Autora?

4- Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo a Autora ficou impossibilitada de exercer sua profissão?

5-Quais as seqüelas físicas da lesão (por favor, esclarecer se temporárias ou permanentes)?

6- Havendo sequelas, qual o tratamento recomendado para corrigi-la ou atenuá-la? Qual seu custo médio?

7 - A sequela encontrada tem nexo causal com o acidente relatado neste processo?

8 - Houve progressão, agravamento ou desdobramento da lesão, ao longo do tempo?

9 - A cirurgia realizada pela Reclamante tem relação com o acidente sofrido por ela em 30/06/2015, com diagnóstico de gonartrose?

10- O afastamento da Reclamante pelo INSS se deu em razão da lesão causada pelo acidente sofrido no percurso para o trabalho em 30/06/2015?

11 - Há algum outro ponto que o Sr. Perito repute relevante sobre o exame pericial realizado?

Resguarda-se ainda ao direito de apresentar quesitos suplementares, se necessário

Por fim, informa o email para que o Sr. Perito possa se comunicar: cristina@meiraabud.com.br.

Termos em que

Pede deferimento.

Campinas, 13 de setembro de 2016.

Cristina Etter Abud Penteado

OAB/SP 148.086

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

Processo nº 0011050.37.2016.5.15.0093

MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA. ("Reclamada"), por sua advogada devidamente constituída por meio do contrato social, procuração e substabelecimento anexos, nos autos da Reclamação Trabalhista que lhe move **ROSANA DUARTE** ("Reclamante"), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção aos prazos concedidos em audiência de 06.09.2016, expor e requerer o que segue:

I. QUESITOS

1. A Reclamada apresenta os quesitos abaixo, solicitando sejam eles respondidos pelo Sr. Perito Judicial, sem prejuízo da apresentação de quesitos elucidativos ou complementares:

a) É possível atribuir de forma exclusiva relação de causalidade entre o alegado acidente de trajeto que teria sofrido a Reclamante em 30/06/2015 à cirurgia pela qual foi submetida em 18.11.2015 em seu joelho esquerdo?

b) O fato de a Reclamante ter se afastado do trabalho por apenas 02 dias quando do alegado acidente revela que a lesão sofrida pela Reclamante não pode ser a única motivação da cirurgia à qual foi submetida?

c) A lesão que motivou a referida cirurgia tem origem em lesão ou doença de cunho degenerativo da qual a Reclamante é portadora?

d) Antes do alegado acidente, a Reclamante sofreu lesão no joelho esquerdo ou sofria de doença de cunho degenerativo que seja a motivação da cirurgia à qual foi submetida?

e) Por favor informar se é possível atribuir de forma exclusiva relação de causalidade entre o alegado acidente e as lesões apontadas nos documentos médicos ID nº 725d637 e ab8a77c.

f) Pede-se ao Sr. Perito confirmar qual o CID indicado no documento ID nº bf63d7c?

g) Antes do acidente, a Reclamante sentia dores ou tinha algum outro tipo de queixa em relação ao joelho esquerdo?

h) A Reclamante possuía algum problema no joelho antes do acidente?

i) A Reclamante encontra-se capacitada para o trabalho?

j) A Reclamante trabalha atualmente? Quais as funções desempenhadas?

k) Antes do acidente, a Reclamante praticava alguma atividade física (doméstica, esportiva, etc) além do trabalho? E após o acidente? Dependendo da resposta, pede-se ao Sr. Perito analisar se tais atividades poderiam influenciar de forma prejudicial na lesão diagnosticada na Reclamante que gerou a cirurgia acima referida.

l) O prontuário médico juntado pelo Hospital Samaritano prova a ocorrência do acidente de trajeto?

m) Desse prontuário é possível identificar eventuais outros problemas de saúde que a Reclamante eventualmente sofria e que poderia ter dado causa a cirurgia à qual foi submetida?

n) Avaliando a gravidade do alegado acidente de trajeto, seria possível à Reclamante, logo após sofrê-lo, trabalhar a jornada integral e, somente após, dirigir-se ao médico?

o) No mesmo sentido, na remota hipótese de o alegado acidente ter sido a única causa da cirurgia à qual a Reclamante foi submetida, pede-se ao Sr. Perito informar o motivo pelo qual apenas 5 meses após o alegado acidente é que a cirurgia foi realizada.

II. E-MAIL PARA CONTATO COM O PERITO

2. A Reclamada informa o seu e-mail para a comunicação com o Sr. Perito Judicial: d freitas@mesquitaortiz.com.br.

3. Por fim, a Reclamada informa que comprovará os honorários periciais no prazo concedido em audiência de 30 dias.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 16 de setembro de 2016.

Daniela de Freitas

OAB/SP nº 227.788

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS /SP

Processo nº 0011050.37.2016.5.15.0093

MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA. ("Reclamada"), por sua advogada, nos autos da Reclamação Trabalhista que lhe move **ROSANA DUARTE** ("Reclamante"), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao prazo concedido na audiência do dia 06.09.2016, comprovar o recolhimento dos honorários prévios periciais no valor de R$ 600,00, conforme guia anexa.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 05 de outubro de 2016.

Daniela de Freitas

OAB/SP nº 227.788

Nicole Capovilla Fernandes

OAB/SP nº 367.270

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO - CAMPINAS
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA
Reclamante: Rosana Duarte
Reclamado: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONT
CAMPINAS - 6 VARA DO TRABALHO
Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 - ID 081380000003264607
ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente para efetivação do depósito.
Texto de Responsabilidade do Depositante: Depósito referente aos honorários prévios periciais

CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A — **RECIBO DE SACADO**

Nome do Cliente	Data de Vencimento	Valor Cobrado
MONTONI E ROMERO CLINICA ODONT	Contra Apresentação	600,00

Agência / Código do Cedente	Nosso Número	Autenticação Mecânica
2234 / 99747159-X	16107880059328207	

BANCO DO BRASIL | **001** | **00190.00009 01610.788000 59328.207184 6 00000000060000**

Local de Pagamento					Vencimento
Até o vencimento, preferencialmente no Banco do Brasil Após o vencimento, somente no Banco do Brasil					Contra Apresentação
Cedente					Agência / Código do Cedente
BANCO DO BRASIL S/A					2234 / 99747159-X
Data Documento	N° do Documento	Espécie Doc.	Aceite	Data Processamento	Nosso Número / Cód. Do Documento
12/09/2016	81380000003264607	ND	N	12/09/2016	16107880059328207
Uso do Banco	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade Moeda	Valor Moeda	(=) Valor do Documento
	18	R$			600,00

Instruções	
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL. ID Nr. 081380000003264607 Comprovante c/ nº Conta Judicial disponível no dia seguinte ao pgto, pelo site www.bb.com.br, opção Governo>Judiciário> Guia de Depósito Judicial>Comprovante Pagamento Depósito.	(-) Desconto / Abatimento
	(-) Outras Deduções
	(+) Mora / Multa
Unidade Cedente	(+) Outros Acréscimos
BANCO DO BRASIL S/A	(=) Valor Cobrado

Sacado: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONT — CNPJ: 10.482.466/0003-96
TRT 15A. REGIAO.SP - PROCESSO: 0011050-37.2016.5.15.0093
CAMPINAS - 6 VARA DO TRABALHO

Código de Baixa

Autenticação Mecânica — **FICHA DE COMPENSAÇÃO**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

NDB

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

D E S P A C H O

Considerando o longo lapso temporal que os presentes autos aguardam a realização de perícia, destituo a perita nomeada em audiência e nomeio, em substituição, o **Dr. Carlos Alberto da Silva Norberto** para a apuração da existência de doença ocupacional, de incapacidade laborativa e eventuais lesões conforme descrito na inicial.

Partes cientes de que referida perícia ocorrerá no consultório do Perito, na **Rua Frei Manoel da Ressureição, 1642, Jardim Brasil, Campinas/SP**, no dia **27/07/2017**, às **10h00**. Contatos prévios devem ser feitos pelo telefone **(19) 3739-6619/3231-3744/ (19) 99757-3744**. Caso o Sr. Perito entenda haver necessidade de inspeção no local de trabalho da parte reclamante, fica autorizado o acompanhamento dos patronos das partes, bem como de engenheiros do trabalho.

As partes deverão apresentar seus quesitos e indicar assistentes técnicos diretamente ao perito judicial nomeado, por via eletrônica, no endereço **cn@cn.med.br**, no prazo de 15 dias (art. 465, §1º, do CPC). Na mesma oportunidade, deverão informar ao vistor em qual endereço eletrônico deverá ser enviado o laudo pericial, sendo ônus da parte eventual retardamento ou impedimento na prática do ato pela ausência dessa informação.

O perito deverá disponibilizar o laudo em até 30 dias diretamente aos advogados das partes, por meio eletrônico, que poderão apresentar impugnação ao laudo também por meio eletrônico endereçada ao perito, no prazo subsequente de 15 dias (art. 477, §1º, do CPC).

Após, o perito deverá no prazo de 15 dias posteriores apresentar ao Juízo, o laudo, as impugnações e a sua manifestação.

Quesitos do Juízo

Deverá o perito responder aos seguintes quesitos do Juízo (art. 470, II, do CPC):

1 - verificar a ocorrência do enquadramento de eventual ocorrência como acidente do trabalho (art. 19 da Lei n. 8213/91) ou a este equiparado, ou seja, doença profissional ou doença do trabalho (incisos I e II do art. 20 da Lei 8213/91, respectivamente).

2 - se o referido infortúnio demandava ao trabalhador, ao tempo em que vigia o liame, afastamento de suas funções e, em caso positivo, qual o lapso temporal necessário.

3 - se o trabalhador se encontrava apto ou inapto para o trabalho quando da demissão e, nesta ultima hipótese (inapto), qual o lapso necessário para recuperação.

4 - informar a extensão do dano sofrido pelo trabalhador em razão do infortúnio, com mensuração, em termos percentuais, da redução da capacidade laborativa para prestação de serviços, levando-se em consideração tanto funções compatíveis, como formação e histórico profissional do trabalhador.

5 - se eventual redução de capacidade laborativa é permanente ou passível de reversão, hipótese em que deverá ser esclarecido o tempo necessário à reversão, bem como se tal reversão será total ou parcial.

6 - levando-se em consideração o período de prestação de serviço, as regras de experiência técnica e da literatura médica, bem com o histórico pessoal e profissional do periciando, informar se há nexo de causalidade entre as condições da prestação de serviços (funções exercidas pelo trabalhador) e a eventual incapacidade adquirida; e, em caso positivo, esclarecer em que grau, em termos percentuais, os prejuízos ao patrimônio físico e psíquico do trabalhador podem ser atribuídos ao empregador.

7 - se a necessidade de tratamento de saúde em razão do infortúnio e, em caso positivo, qual a estimativa das despesas, bem como a duração.

No dia da perícia:

O(A) reclamante deverá comparecer, sendo que a ausência injustificada poderá implicar o indeferimento da prova. No caso da reclamada, a ausência do assistente técnico, de forma injustificada, não impedirá a realização da perícia.

O(A) reclamante deverá apresentar RG, Carteira(s) de Trabalho, cópias de exames e atestados médicos recentes e documentos que comprovem benefícios recebidos pelo INSS (afastamentos ou aposentadoria).

As partes, caso ainda não tenham anexado ao processo os documentos a seguir enumerados, deverão apresentá-los por ocasião da perícia, a fim de subsidiar a conclusão a que chegará a Sra. Perita:

1- PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais);

2- Exames (ASO - Atestado de Saúde Ocupacional): admissional, periódicos e demissional;

3- Afastamentos e relatórios médicos da patologia alegada;

4- Relatórios médicos de tratamentos cirúrgicos e não cirúrgicos (conservadores);

5- LTCAT e CAT- (Comunicação de Acidente de Trabalho);

6- Afastamentos pelo INSS. Tipo, início e término dos afastamentos;

7- Documentação de entrega de EPIs;

8- Exames complementares: Raio X e/ou ultra-sonografia e/ou ressonância magnética;

9- Análise Ergonômica ou Laudo Ergonômico para patologias de LER/DORT;

10- PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário);

11- Histórico de empregos anteriores, contendo o nome das empresas, as datas de admissão e rescisão contratual e as funções exercidas;

12- PCMSO (Plano de controle médico de saúde ocupacional);

13- Cópias de exames e atestados médicos recentes do reclamante;

14- Prontuários Médicos, pertinentes à segurança e medicina do trabalho da Ré quando do pacto laboral do reclamante.

O(A) reclamante deverá comparecer com 30 minutos de antecedência.

Em função das características da prova, em razão das restrições de ordem ética, o ato do exame em si será de acesso restrito ao perita e ao assistente devidamente nomeados.

Entregue o laudo, liberem-se os honorários periciais prévios depositados (ID b019760).

Atentem-se as partes que toda a manifestação e contato relacionado à perícia deve ser feito por meio do e-mail do próprio perito, não devendo ser protocolizadas diretamente junto ao processo.

Intimem-se.

Em 29 de Junho de 2017.

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA

Juiz do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

NDB

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

D E S P A C H O

Considerando o longo lapso temporal que os presentes autos aguardam a realização de perícia, destituo a perita nomeada em audiência e nomeio, em substituição, o **Dr. Carlos Alberto da Silva Norberto** para a apuração da existência de doença ocupacional, de incapacidade laborativa e eventuais lesões conforme descrito na inicial.

Partes cientes de que referida perícia ocorrerá no consultório do Perito, na **Rua Frei Manoel da Ressureição, 1642, Jardim Brasil, Campinas/SP**, no dia **27/07/2017**, às **10h00**. Contatos prévios devem ser feitos pelo telefone **(19) 3739-6619/3231-3744/ (19) 99757-3744**. Caso o Sr. Perito entenda haver necessidade de inspeção no local de trabalho da parte reclamante, fica autorizado o acompanhamento dos patronos das partes, bem como de engenheiros do trabalho.

As partes deverão apresentar seus quesitos e indicar assistentes técnicos diretamente ao perito judicial nomeado, por via eletrônica, no endereço **cn@cn.med.br**, no prazo de 15 dias (art. 465, §1º, do CPC). Na mesma oportunidade, deverão informar ao vistor em qual endereço eletrônico deverá ser enviado o laudo pericial, sendo ônus da parte eventual retardamento ou impedimento na prática do ato pela ausência dessa informação.

O perito deverá disponibilizar o laudo em até 30 dias diretamente aos advogados das partes, por meio eletrônico, que poderão apresentar impugnação ao laudo também por meio eletrônico endereçada ao perito, no prazo subsequente de 15 dias (art. 477, §1º, do CPC).

Após, o perito deverá no prazo de 15 dias posteriores apresentar ao Juízo, o laudo, as impugnações e a sua manifestação.

Quesitos do Juízo

Deverá o perito responder aos seguintes quesitos do Juízo (art. 470, II, do CPC):

1 - verificar a ocorrência do enquadramento de eventual ocorrência como acidente do trabalho (art. 19 da Lei n. 8213/91) ou a este equiparado, ou seja, doença profissional ou doença do trabalho (incisos I e II do art. 20 da Lei 8213/91, respectivamente).

2 - se o referido infortúnio demandava ao trabalhador, ao tempo em que vigia o liame, afastamento de suas funções e, em caso positivo, qual o lapso temporal necessário.

3 - se o trabalhador se encontrava apto ou inapto para o trabalho quando da demissão e, nesta ultima hipótese (inapto), qual o lapso necessário para recuperação.

4 - informar a extensão do dano sofrido pelo trabalhador em razão do infortúnio, com mensuração, em termos percentuais, da redução da capacidade laborativa para prestação de serviços, levando-se em consideração tanto funções compatíveis, como formação e histórico profissional do trabalhador.

5 - se eventual redução de capacidade laborativa é permanente ou passível de reversão, hipótese em que deverá ser esclarecido o tempo necessário à reversão, bem como se tal reversão será total ou parcial.

6 - levando-se em consideração o período de prestação de serviço, as regras de experiência técnica e da literatura médica, bem com o histórico pessoal e profissional do periciando, informar se há nexo de causalidade entre as condições da prestação de serviços (funções exercidas pelo trabalhador) e a eventual incapacidade adquirida; e, em caso positivo, esclarecer em que grau, em termos percentuais, os prejuízos ao patrimônio físico e psíquico do trabalhador podem ser atribuídos ao empregador.

7 - se a necessidade de tratamento de saúde em razão do infortúnio e, em caso positivo, qual a estimativa das despesas, bem como a duração.

No dia da perícia:

O(A) reclamante deverá comparecer, sendo que a ausência injustificada poderá implicar o indeferimento da prova. No caso da reclamada, a ausência do assistente técnico, de forma injustificada, não impedirá a realização da perícia.

O(A) reclamante deverá apresentar RG, Carteira(s) de Trabalho, cópias de exames e atestados médicos recentes e documentos que comprovem benefícios recebidos pelo INSS (afastamentos ou aposentadoria).

As partes, caso ainda não tenham anexado ao processo os documentos a seguir enumerados, deverão apresentá-los por ocasião da perícia, a fim de subsidiar a conclusão a que chegará a Sra. Perita:

1- PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais);

2- Exames (ASO - Atestado de Saúde Ocupacional): admissional, periódicos e demissional;

3- Afastamentos e relatórios médicos da patologia alegada;

4- Relatórios médicos de tratamentos cirúrgicos e não cirúrgicos (conservadores);

5- LTCAT e CAT- (Comunicação de Acidente de Trabalho);

6- Afastamentos pelo INSS. Tipo, início e término dos afastamentos;

7- Documentação de entrega de EPIs;

8- Exames complementares: Raio X e/ou ultra-sonografia e/ou ressonância magnética;

9- Análise Ergonômica ou Laudo Ergonômico para patologias de LER/DORT;

10- PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário);

11- Histórico de empregos anteriores, contendo o nome das empresas, as datas de admissão e rescisão contratual e as funções exercidas;

12- PCMSO (Plano de controle médico de saúde ocupacional);

13- Cópias de exames e atestados médicos recentes do reclamante;

14- Prontuários Médicos, pertinentes à segurança e medicina do trabalho da Ré quando do pacto laboral do reclamante.

O(A) reclamante deverá comparecer com 30 minutos de antecedência.

Em função das características da prova, em razão das restrições de ordem ética, o ato do exame em si será de acesso restrito ao perita e ao assistente devidamente nomeados.

Entregue o laudo, liberem-se os honorários periciais prévios depositados (ID b019760).

Atentem-se as partes que toda a manifestação e contato relacionado à perícia deve ser feito por meio do e-mail do próprio perito, não devendo ser protocolizadas diretamente junto ao processo.

Intimem-se.

Em 29 de Junho de 2017.

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA

Juiz do Trabalho

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS,S.P.

Processo nº 0011050.37.2016.5.15.0093

Autor Rosana Duarte

Réu Montoni e Romero Clínica Odontológica Ltda

Carlos Alberto da Silva Norberto, médico perito nomeado por Vossa Excelência no processo em epígrafe, vem respeitosamente oferecer seu laudo pericial.

Nestes termos

Pede deferimento

Campinas 28 de setembro de 2017

Carlos Alberto da Silva Norberto

CRM 21444

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 6º VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS,S.P.

Processo nº 0011050.37.2016.5.15.0093

Autor : Rosana Duarte

Réu : Montoni e Romero Clínica Odontológica Ltda ME

Dr. Carlos Alberto da Silva Norberto, Médico do Trabalho ,CRM 21444 ,SSMTb. nº 7368,nomeado por Vossa Excelência no processo acima citado ,vem respeitosamente oferecer seu laudo médico pericial.

1.Introdução

Perícia realizada dia 27 de julho de 2017 ,á 10:00h no consultório médico deste perito, estando presentes a reclamante.

O trabalho pericial , em suma, envolveu:

a-) análise de documentos e autos

b-)avaliação clínica

c-) pesquisa bibliográfica sobre a doença alegada

2. Resumo dos autos

2.a-)Da inicial

Autora foi contratada em 13/06/2014 para exercer a função de auxiliar odontológica,com jornada de trabalho e segunda a sexta.relata que no dia 30/06/2015, sofreu acidente de percurso,ao se dirigir á pé para seu trabalho,sofrendo lesão em joelho esquerdo.Foi Aberto CAT com CID S80 (contusão de joelho0 ficando afastada por dois dias.

Desde então a dor não cessou e depois de um mês as limitações para deambular se agravaram, chegando ter sido solicitado seu afastamento pelo fisioterapeuta Renato P. da Costa ,com diagnóstico de ruptura do menisco.Contudo o aviso prévio da reclamante foi mantido.

Em 10 de novembro de 2015 Dr Valmir Crepaldi da silva CFRM 67241 encaminhou a reclamante ao INSS ,para benefício,pós cirurgia de joelho com CID N23.0 Menisco cístico e M23.2transtorno de menisco devido á ruptura ou lesão antiga.Ficou em auxilio doença até 18/02/2016.Pleiteia reintegração

2.b-)Da contestação

A reclamada contesta o acidente de trajeto já que não há provas do ocorrido.embora tenha emitido CAT por tratar-se apenas do cumprimento legal baseada em informações prestadas unilateralmente pela reclamante.contesta o direito á reintegração.

2.c-)Dos documentos principais

2.c.1 Comunicação de Acidente de Trabalho CAT

Data do acidente 30/06/2015

Parte corpo atingida joelho

Agente causador frasco,garrafa embalagem recipiente

Situação geradora Aprisionamento em,sobre ou entre.

Atestado médico assinado dr Luiz Marchilli CRM 43751 CID S83.6

Natureza da lesão ; Trauma.

2.c.2 Relatório de Atendimento Médico CTO datado de 17/07/2015

Afastamento por 06 seis dias

Dr. Luiz Marchilli CRM 43751

2.c.3 Atestado de Sáude Ocupacional MEDNET datado de 14/10/2015

APTO DR. Davi Lima CRM 146259

2.c.4 Ficha de internação Associação Evangélica Beneficente de Campinas

Internação dia 18/11/2013

Procedimento reparo ou sutura de menisco

2.c.5 Descrição cirurgia dr Valmir Crepaldi CRM ilegível

Artroscopia de joelho esquerdo data 18/11/2015

2.c.6 Comunicação Decisão Previdência Social

Benefício espécie B31 nº 61’2.469.256.6

Concedido até 18/02/2016 solicitado em 10/11/2015

(pós cirúrgico)

2.c.7.Ressonância Magnética do Joelho Esquerdo 09/09/2015

Menisco lateral com ruptura completa vertical na transição entre o corpo e o corno posterior;ale de fissura longitudinal no corpo anterior.

Menisco medial com fissura oblíqua no corno posterior,que se estende para a superfície articular inferior.

Ligamentos cruzados e colaterais com continuidade espessura e sinal normais.

Afilamento condral femorotibial lateral.

Focos de edema ósseo no platô tibial lateral.

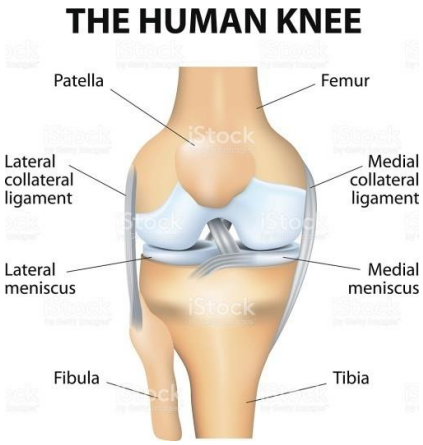
Demais estruturas ósseas de morfologia e sinal medular normais.

Discreto derrame articular.

Tendões do quadríceps e patelar sem alteraçõe

Pequena quantidade de líquido no recesso do gastrocnêmio medial/semimembranoso.

Comentário





A lesão foi nos meniscos (Lateral e medial)

Afilamento condral femorotibial lateral (condromalacia)

As lesões meniscais podem ter ocorrido pela queda ,mas também podem terem se manifestado após queda e serem pré existentes.

Condromalacia é uma lesão degenerativa.

2.c.8 Relatório ao INSS Dr. Valmir Crepaldi Silva CRM 67241

Declaro que a Sra. Rosana Duarte encontra-se em tratamento médico,devido á lesão no joelho esquerdo, onde será submetida a cirurgia;deverá ficar afastada do serviço por 90 dias CID M23.0 M23.2 e M25.4

10/11/2015

2.c.9 Ficha Atendimento Médico 30/06/2015 Dr Gustavo Roratto CRM 138680

Queda com trauma região lombar e entorse de joelho esquerdo

Diagnóstico Gonartrose a esquerda CID S80

2.c.10- Ficha Atendimento Médico 03/09/2015 ilegivel a identificação médica

Entorse joelho esquerdo há meses. Já está em acompanhamento.Agurada RNM CID M25

2.c.11- Atestado médico Dr. Ilegível datado de 30/06/2015

Afastamento por 02 dias CID S 80= Traumatismo superficial de perna.

2.c.12- Relatorio Fisioterapeuta Dr Renato Costa CREFITO 3/22201-F

Informammos que a senhora Rosana Duarte encontra-se em acompanhamento pelo grupo de preparo cirúrgico .Após submete-la a abordagem conservadora para controle do quadro inflamatório e do quadro álgico,optamos pela continuidade do tratamento por meio da abordagem cirúrgica.Sendo assim,solicito nova avaliação deste caso e emissão do pedido para o procedimento.

2.d-)dos documentos anexados

Não houve anexação de documento algum nesta perícia

3. Da Visita

Não houve visita

4.)Referências Legais e Médicas

Hudson de Araujo Couto -Ergonomia Aplicada ao Trabalho.

Mendes R. Patologia do Trabalho.

Portaria GM/SSSTB nº 24 ,de 29 de dezembro de 1994 – (DOU 30.12.94)-NR7

Lei nº 8213,de 24 de julho de 1991 – DOU de 14/08/1998

Guyton .Tratado de Fisiologia Médica

Mendes R.-Medicina do Trabalho.Doenças Profissionais

Medanha Marcos –Medicina do Trabalho e Perícias médicas

5-)Avaliação Clínica

5.1-História da doença atual

A autora relata que estava se dirigindo ao trabalho quando sofreu queda da própria altura com trauma em joelho esquerdo.Procurou atendimento no PS de Hospital Samaritano, onde o RX não mostrou fratura. Foi medicada com o diagnóstico de trauma em joelho esquerdo.

Continuou trabalhando e como sentia dor aos movimentos iniciou tratamento fisioterápico sem obter melhoras. Foi indicado então cirurgia,ficando afastada pelo INSS por seis meses. Relata sentir dor no joelho até o dia de hoje.

5.2- Exame físico e Interrogatório Dirigido

Peso= 62 Kg Altura = 159 cm Pulso= 100 bpm PA= 150/110 mmHg

Cabeça:

Olhos com pupilas isocóricas Usa correção (óculos)Nega tratamentos oftalmológicos (glaucoma,catarata).

Ouvidos com pavilhão auricular sem alterações.Informa ouvir bem ,sem diminuição da acuidade bilateralmente

Nariz sem anormalidades .nega resfriados freqüentes,coriza.Informa obstruções nasais freqüentes e crises de espirros.

Boca dentição natural .Nega problemas dentários e gengivais.Nega amigdalites de repetição,lesões em língua e episódios de rouquidão ou afonia.

Pescoço:

Sem gânglios palpáveis, músculo esternoclideomastoideo sem achados anormais. Sem turgência jugular.

Tórax :

Mamas não relatando alterações ou patologias prévias. Mamografia anualamente

Precórdio :Ausculta cardíaca normal, dois tempos, sem sopros, rítmico. Informa dor retroesternal .

Pulmões : murmúrio vesicular normal ,sem ruídos adventícios eupneico. Expansibilidade caixa toráxicanormal .Nega episódios de tosse freqüentes,ou episódios dispneicos acompanhados de sibilos.

Abdome:

Flácido, indolor, sem vísceras palpáveis, Ruído hidro aéreos presentes e normais.Negadiarréiasfreqüentes ou vômitos . alterações no ritmo intestinal ,flatulência,sangramento nas fezes.Informa pirose.

Muscular esquelético:

Força muscular 5+/5+.Sem restrições aos movimentos de articulações de ombro, cotovelos punhos, joelhos ou tornozelos. Dorsoflexão mantido ,sem hipertonia de musculatura paravertebral .Lasegue negativo.Tonus muscular normal.nega episódio de rigidez articular matinal com dor ,edema e hiperemia. Finkestein Phalen e Phalen invertido negativos .Nega também dor articular migratória e cãibras.

Circulatório:

Ausência de varizes de membros inferiores.Ausência de edema de tornozelos ou cicatrizes de úlceras. Gastrocnêmiosindolores ,tônus mantido. Nega claudicação intermitente e tromboflebites.

Neurológico:

Marcha normal,equilíbrio sem alterações.Ausência de tremores de extremidades ou alterações de sensibilidade. Nega episódio convulsivo, e paresias e cefaléias freqüentes.infroma tonturas

Psiquiátrico:

Facies incaracterística ,argumentação lógica,juízo critico preservado. Nega défits de memória. Orientada tempo e espaço. Nega tratamento psiquiátricos .

Endócrino:

Nega: Diabetes Mélitus, Hipo ou Hipertireoidismo.

5.3-História pregressa:

Informa Viroses da infância

Nega fraturas.

Informa alergia á poeira,

Cirurgias: amigdalectomia

Escolaridade :1º grau completo

Religião: catolica

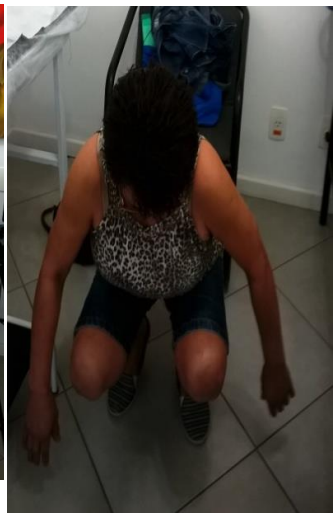
5.4 Antecedentes familiares

Mãe diabética e hipertensa.

6.) Exame clínico específico

Marcha normal sem apoio. Joelhos sem sinais flogisticos com crepitações secas aos movimentos passivos. Reflexo patelar positivo.

Flexão e extensão mantidos sem restrições



7-)Discussão do caso

Trauma em joelho esquerdo com atendimento em PS onde foi diagnosticado,porém não comprovado, gonartrose além do trauma.RX não comprovou fraturas.

Tratamento conservador,fisioterápico, para a fase álgica aguda .Ressonância mostrou lesão em meniscos medial e lateral,extensa e condromalacia,doença degenerativa.

Sem melhora, indicado cirurgia eletiva,sem intercorrências

8-)Conclusões

Acidente de trajeto em 30/06/2015,com CAT aberta pelo empregador,sem afastamento pelo INSS.Quadro álgico ,apesar do tratamento conservador não regrediu,com procedimento cirúrgico depois de quatro meses e meio,devido a lesão em meniscos.Ficou afastada em beneficio pelo INSS por seis meses espécie 31.Evolução pós cirúrgica sem complicações. Exame físico não constatou incapacidade ou limitação para as atividades da vida diária e para seu trabalho

Acidente típico de trajeto que não a afastou de suas atividades ,considerado Trauma Leve em Perna segundo o CID S80.

Achado de condromalacia em ressonância do joelho esquerdo além das lesões em meniscos permite levantar hipótese de que ,sendo o trauma considerado leve no primeiro atendimento,estas lesões meniscais eram pré existentes.

Outrossim,mesmo que não o fossem ,não há como considerar o caso como tendo nexo apenas com o acidente ocorrido.

Diante disso podemos afirmar que o trauma tem nexo com o acidente ,porém as lesões em meniscos não podem ser consideradas como tendo sido causadas apenas pelo trauma no seu trajeto para o trabalho.

09-) Respostas aos quesitos

A-)do Juiz

-)Verificar a ocorrência do enquadramento de eventual ocorrência como acidente de trabalho (art. 19 da Lei 8213/91) ou a este equiparado,ou seja, doença profissional ou doença do trabalho (incisos i e II do art. 20 da lei 8213/91,respectivamente).

Enquadra Art. 19 lei 8213/91

2-) Se o referido infortúnio demandava ao trabalhador, ao tempo em que vigia o liame , afastamento de suas funções e, em caso positivo , qual o lapso temporal necessário?

Não

3-) Se o trabalhador se encontrava apto ou inapto para o trabalho quando da demissão e, nesta última hipótese (inapto) ,qual o lapso necessário para sua recuperação.

Apto

4-) Informar a extensão do dano sofrido pelo trabalhador em razão do infortúnio, com mensuração, em termos percentuais, da redução da capacidade laborativa para prestação de serviços ,levando-se em considerção tanto funções compatíveis ,como formação e histórico profissional do trabalhador.

Sem redução da capacidade laborativa

5-) Se eventual redução de capacidade laborativa é permanente ou passível de reversão,hipótese em que deverá ser esclarecido o tempo necessário à reversão, bem como se tal reversão será total ou parcial.

Sem redução capacidade laborativa

6-) Levando-se em consideração o período de prestação de serviço,(as regras de experiência técnica e da literatura médica , bem como o histórico pessoal e profissional do trabalhador) e a eventual incapacidade adquirida; e, em caso positivo, esclarecer em que grau, em termos percentuais, os prejuízos ao patrimônio físico e psíquico do trabalhador podem ser atribuídos ao empregador.

Sem prejuízos

7-) Se há necessidade de tratamento de saúde em razão do infortúnio e, em caso positivo , qual a estimativa das despesas,bem como a duração.

Não

B-) da Reclamante

1- Qual o tipo de lesão sofrida pela Autora em decorrência do acidente ocorrido em 30-06-2015?

Trauma em joelho esquerdo,pós queda da própria altura

2- As lesões sofridas são compatíveis com os fatos narrados na inicial?

Sim.

3- Qual foi o tratamento médico aplicado à Autora?

Medicamentosos e fisioterápico

4- Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo a Autora ficou impossibilitada de exercer sua profissão?

Seis meses pós cirurgia no joelho esquerdo

O tempo que percebeu o benefício junto ao INSS

Sim

5-Quais as seqüelas físicas da lesão (por favor, esclarecer se temporárias ou permanentes)?

Nenhuma

6- Havendo sequelas, qual o tratamento recomendado para corrigi-la ou atenuá-la? Qual seu custo médio?

Não há sequelas

7 - A sequela encontrada tem nexo causal com o acidente relatado neste processo?

Não há sequelas

8- Houve progressão, agravamento ou desdobramento da lesão, ao longo do tempo?

Não

9 - A cirurgia realizada pela Reclamante tem relação com o acidente sofrido por ela em 30/06/2015, com diagnóstico de gonartrose?

Gonartrose, foi diagnóstico do atendimento feito em 30/06/2015 data do Acidente de Trajeto alegado.Gonartrose ou artrose de joelho ,é uma doença degenerativa.

A cirurgia foi indicada diagnóstico de lesão em menisco .

10- O afastamento da Reclamante pelo INSS se deu em razão da lesão causada pelo acidente sofrido no percurso para o trabalho em 30/06/2015?

Se deu pelo pós operatorio em joelho esquerdo devido a lesão de menisco

11 - Há algum outro ponto que o Sr. Perito repute relevante sobre o exame pericial realizado?

Não

Resguarda-se ainda ao direito de apresentar quesitos suplementares, se necessário

C- Da Reclamada

1. A Reclamada apresenta os quesitos abaixo, solicitando sejam eles respondidos pelo Sr. Perito Judicial, sem prejuízo da apresentação de quesitos elucidativos ou complementares:

a) É possível atribuir de forma exclusiva relação de causalidade entre o alegado acidente de trajeto que teria sofrido a Reclamante em 30/06/2015 à cirurgia pela qual foi submetida em 18.11.2015 em seu joelho esquerdo?

Não

b) O fato de a Reclamante ter se afastado do trabalho por apenas 02 dias quando do alegado acidente revela que a lesão sofrida pela Reclamante não pode ser a única motivação da cirurgia à qual foi submetida?

Sim

c) A lesão que motivou a referida cirurgia tem origem em lesão ou doença de cunho degenerativo da qual a Reclamante é portadora?

Não.

d) Antes do alegado acidente, a Reclamante sofreu lesão no joelho esquerdo ou sofria de doença de cunho degenerativo que seja a motivação da cirurgia à qual foi submetida?

A cirurgia foi devido á lesão meniscal porém ressonância mostra que ela é portadora de (afilamento condral femorotibial lateral ou seja condromalácia que é uma patologia degenerativa).O Diagnóstico de gonartrose ,degenerativo, foi feito no pronto atendimento no dia do acidente alegado.

e) Por favor informar se é possível atribuir de forma exclusiva relação de causalidade entre o alegado acidente e as lesões apontadas nos documentos médicos ID nº 725d637 e ab8a77c.

Primeiro foi submetida a tratamento fisioterápico para melhora do quadro álgico e inflamatório e o relatório dr. Valmir Crepaldi infroma lesão meniscal com procedimento cirurgico

f) Pede-se ao Sr. Perito confirmar qual o CID indicado no documento ID nº bf63d7c?

Atestado de 2 dias CID 80 traumatismo superficial da perna

g) Antes do acidente, a Reclamante sentia dores ou tinha algum outro tipo de queixa em relação ao joelho esquerdo?

Nega

h) A Reclamante possuía algum problema no joelho antes do acidente?

Nega

i) A Reclamante encontra-se capacitada para o trabalho?

Não

j) A Reclamante trabalha atualmente? Quais as funções desempenhadas?

Sim auxiliar odontologica

k) Antes do acidente, a Reclamante praticava alguma atividade física (doméstica, esportiva, etc) além do trabalho? E após o acidente? Dependendo da resposta, pede-se ao Sr. Perito analisar se tais atividades poderiam influenciar de forma prejudicial na lesão diagnosticada na Reclamante que gerou a cirurgia acima referida.

Não informa

l) O prontuário médico juntado pelo Hospital Samaritano prova a ocorrência do acidente de trajeto?

Não

m) Desse prontuário é possível identificar eventuais outros problemas de saúde que a Reclamante eventualmente sofria e que poderia ter dado causa a cirurgia à qual foi submetida?

O primeiro atendimento feito em 30/06/2015 CID S80 traumatismo superficial de perna e diagnóstico de Gonartrose á esquerda.

n) Avaliando a gravidade do alegado acidente de trajeto, seria possível à Reclamante, logo após sofrê-lo, trabalhar a jornada integral e, somente após, dirigir-se ao médico?

Pelo diagnostico de traumatismo superficial de perna CID S80,sim.

o) No mesmo sentido, na remota hipótese de o alegado acidente ter sido a única causa da cirurgia à qual a Reclamante foi submetida, pede-se ao Sr. Perito informar o motivo pelo qual apenas 5 meses após o alegado acidente é que a cirurgia foi realizada.

Tratamento conservador de inicio,diagnostico de lesão meniscal,quadro crônico,podendo ser indicado cirurgia programada,sem urgência.

10-) Honorários

Esperando ter cumprido adequadamente as determinações dispensadas, vem o perito requerer, com o devido acatamento, a fixação de seus honorários definitivos,O Cálculo de custos baseou-se no tempo gasto para a realização do trabalho pericial **em horas,**

O valor normalmente cobrado pelo perito do Juízo em serviços de auditoria/consultoria prestados à iniciativa privada é de R$ 300,00 (trezentos Reais) por hora.

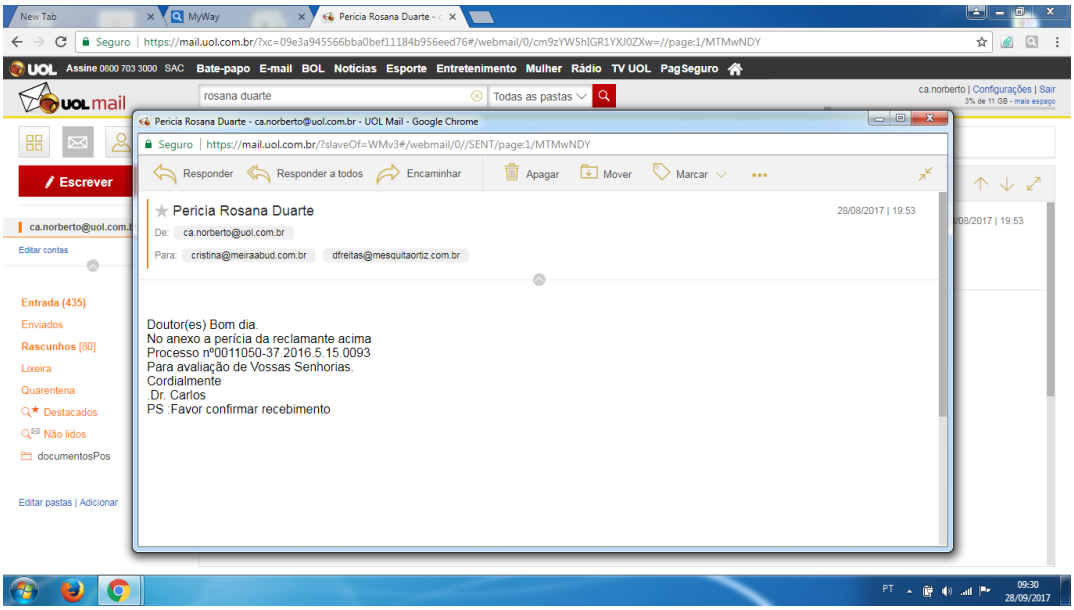
ITEM	Horas Trabalhadas	R$ por hora	TOTAL
1.Analise/leitura de autos e documentos	2 1/2h	300,00	750,00
2.Tarefas burocráticas	1h	300,00	300,00
3.Vistorias	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		
4.Pesquisa bibliográfica	1h	300,00	300,00
5.Exame médico	1h	300,00	300,00
6Elaboração/Revisão /Digitação do laudo	3 ½ h	300,00	1050,00
TOTAL	9h		R$2700,00

Respeitosamente,

Campinas,27deagosto de 2017

Carlos Alberto da Silva Norberto

Médico do Trabalho CRM 2144



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS ,S.P.

PROCESSO Nº 0011050-37.2016.5.15.0093

AUTOR Rosana Duarte

RÉU Montoni e Romero Clínica odontológica Ltda-ME

]

Carlos Alberto da Silva Norberto, médico perito nomeado por vossa excelência no processo em epígrafe, vem respeitosamente oferecer seu laudo pericial.

Neste termos pede deferimento

Campinas 04/11/2017

DR. Carlos Alberto da Silva Norberto

CRM 21444

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 6º VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS,S.P.

Processo nº 0011050.37.2016.5.15.0093

Autor : Rosana Duarte

Réu : Montoni e Romero Clínica Odontológica Ltda ME

Dr. Carlos Alberto da Silva Norberto, Médico do Trabalho ,CRM 21444 ,SSMTb. nº 7368,nomeado por Vossa Excelência no processo acima citado ,vem respeitosamente oferecer seu laudo médico pericial.

1.Introdução

Perícia realizada dia 27 de julho de 2017 ,á 10:00h no consultório médico deste perito, estando presentes a reclamante.

O trabalho pericial , em suma, envolveu:

a-) análise de documentos e autos

b-)avaliação clínica

c-) pesquisa bibliográfica sobre a doença alegada

2. Resumo dos autos

2.a-)Da inicial

Autora foi contratada em 13/06/2014 para exercer a função de auxiliar odontológica,com jornada de trabalho e segunda a sexta.relata que no dia 30/06/2015, sofreu acidente de percurso,ao se dirigir á pé para seu trabalho,sofrendo lesão em joelho esquerdo.Foi Aberto CAT com CID S80 (contusão de joelho0 ficando afastada por dois dias.

Desde então a dor não cessou e depois de um mês as limitações para deambular se agravaram, chegando ter sido solicitado seu afastamento pelo fisioterapeuta Renato P. da Costa ,com diagnóstico de ruptura do menisco.Contudo o aviso prévio da reclamante foi mantido.

Em 10 de novembro de 2015 Dr Valmir Crepaldi da silva CFRM 67241 encaminhou a reclamante ao INSS ,para benefício,pós cirurgia de joelho com CID N23.0 Menisco cístico e M23.2transtorno de menisco devido á ruptura ou lesão antiga.Ficou em auxilio doença até 18/02/2016.Pleiteia reintegração

2.b-)Da contestação

A reclamada contesta o acidente de trajeto já que não há provas do ocorrido.embora tenha emitido CAT por tratar-se apenas do cumprimento legal baseada em informações prestadas unilateralmente pela reclamante.contesta o direito á reintegração.

2.c-)Dos documentos principais

2.c.1 Comunicação de Acidente de Trabalho CAT

Data do acidente 30/06/2015

Parte corpo atingida joelho

Agente causador frasco,garrafa embalagem recipiente

Situação geradora Aprisionamento em,sobre ou entre.

Atestado médico assinado dr Luiz Marchilli CRM 43751 CID S83.6

Natureza da lesão ; Trauma.

2.c.2 Relatório de Atendimento Médico CTO datado de 17/07/2015

Afastamento por 06 seis dias

Dr. Luiz Marchilli CRM 43751

2.c.3 Atestado de Sáude Ocupacional MEDNET datado de 14/10/2015

APTO DR. Davi Lima CRM 146259

2.c.4 Ficha de internação Associação Evangélica Beneficente de Campinas

Internação dia 18/11/2013

Procedimento reparo ou sutura de menisco

2.c.5 Descrição cirurgia dr Valmir Crepaldi CRM ilegível

Artroscopia de joelho esquerdo data 18/11/2015

2.c.6 Comunicação Decisão Previdência Social

Benefício espécie B31 nº 61’2.469.256.6

Concedido até 18/02/2016 solicitado em 10/11/2015

(pós cirúrgico)

2.c.7.Ressonância Magnética do Joelho Esquerdo 09/09/2015

Menisco lateral com ruptura completa vertical na transição entre o corpo e o corno posterior;ale de fissura longitudinal no corpo anterior.

Menisco medial com fissura oblíqua no corno posterior,que se estende para a superfície articular inferior.

Ligamentos cruzados e colaterais com continuidade espessura e sinal normais.

Afilamento condral femorotibial lateral.

Focos de edema ósseo no platô tibial lateral.

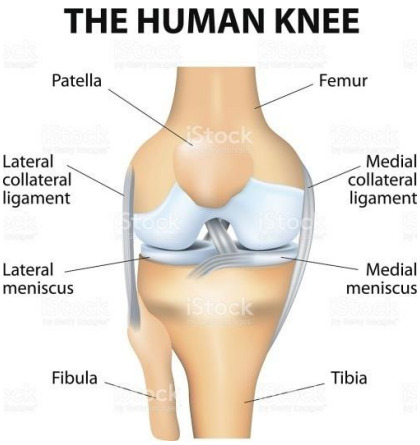
Demais estruturas ósseas de morfologia e sinal medular normais.

Discreto derrame articular.

Tendões do quadríceps e patelar sem alteraçõe

Pequena quantidade de líquido no recesso do gastrocnêmio medial/semimembranoso.

Comentário





A lesão foi nos meniscos (Lateral e medial)

Afilamento condral femorotibial lateral (condromalacia)

As lesões meniscais podem ter ocorrido pela queda ,mas também podem terem se manifestado após queda e serem pré existentes.

Condromalacia é uma lesão degenerativa.

2.c.8 Relatório ao INSS Dr. Valmir Crepaldi Silva CRM 67241

Declaro que a Sra. Rosana Duarte encontra-se em tratamento médico,devido á lesão no joelho esquerdo, onde será submetida a cirurgia;deverá ficar afastada do serviço por 90 dias CID M23.0 M23.2 e M25.4

10/11/2015

2.c.9 Ficha Atendimento Médico 30/06/2015 Dr Gustavo Roratto CRM 138680

Queda com trauma região lombar e entorse de joelho esquerdo

Diagnóstico Gonartrose a esquerda CID S80

2.c.10- Ficha Atendimento Médico 03/09/2015 ilegivel a identificação médica

Entorse joelho esquerdo há meses. Já está em acompanhamento.Agurada RNM CID M25

2.c.11- Atestado médico Dr. Ilegível datado de 30/06/2015

Afastamento por 02 dias CID S 80= Traumatismo superficial de perna.

2.c.12- Relatorio Fisioterapeuta Dr Renato Costa CREFITO 3/22201-F

Informammos que a senhora Rosana Duarte encontra-se em acompanhamento pelo grupo de preparo cirúrgico .Após submete-la a abordagem conservadora para controle do quadro inflamatório e do quadro álgico,optamos pela continuidade do tratamento por meio da abordagem cirúrgica.Sendo assim,solicito nova avaliação deste caso e emissão do pedido para o procedimento.

2.d-)dos documentos anexados

Não houve anexação de documento algum nesta perícia

3. Da Visita

Não houve visita

4.)Referências Legais e Médicas

Hudson de Araujo Couto -Ergonomia Aplicada ao Trabalho.

Mendes R. Patologia do Trabalho.

Portaria GM/SSSTB nº 24 ,de 29 de dezembro de 1994 – (DOU 30.12.94)-NR7

Lei nº 8213,de 24 de julho de 1991 – DOU de 14/08/1998

Guyton .Tratado de Fisiologia Médica

Mendes R.-Medicina do Trabalho.Doenças Profissionais

Medanha Marcos –Medicina do Trabalho e Perícias médicas

5-)Avaliação Clínica

5.1-História da doença atual

A autora relata que estava se dirigindo ao trabalho quando sofreu queda da própria altura com trauma em joelho esquerdo.Procurou atendimento no PS de Hospital Samaritano, onde o RX não mostrou fratura. Foi medicada com o diagnóstico de trauma em joelho esquerdo.

Continuou trabalhando e como sentia dor aos movimentos iniciou tratamento fisioterápico sem obter melhoras. Foi indicado então cirurgia,ficando afastada pelo INSS por seis meses. Relata sentir dor no joelho até o dia de hoje.

5.2- Exame físico e Interrogatório Dirigido

Peso= 62 Kg Altura = 159 cm Pulso= 100 bpm PA= 150/110 mmHg

Cabeça:

Olhos com pupilas isocóricas Usa correção (óculos)Nega tratamentos oftalmológicos (glaucoma,catarata).

Ouvidos com pavilhão auricular sem alterações.Informa ouvir bem ,sem diminuição da acuidade bilateralmente

Nariz sem anormalidades .nega resfriados freqüentes,coriza.Informa obstruções nasais freqüentes e crises de espirros.

Boca dentição natural .Nega problemas dentários e gengivais.Nega amigdalites de repetição,lesões em língua e episódios de rouquidão ou afonia.

Pescoço:

Sem gânglios palpáveis, músculo esternoclideomastoideo sem achados anormais. Sem turgência jugular.

Tórax :

Mamas não relatando alterações ou patologias prévias. Mamografia anualamente

Precórdio :Ausculta cardíaca normal, dois tempos, sem sopros, rítmico. Informa dor retroesternal .

Pulmões : murmúrio vesicular normal ,sem ruídos adventícios eupneico. Expansibilidade caixa toráxicanormal .Nega episódios de tosse freqüentes,ou episódios dispneicos acompanhados de sibilos.

Abdome:

Flácido, indolor, sem vísceras palpáveis, Ruído hidro aéreos presentes e normais.Negadiarréiasfreqüentes ou vômitos . alterações no ritmo intestinal ,flatulência,sangramento nas fezes.Informa pirose.

Muscular esquelético:

Força muscular 5+/5+.Sem restrições aos movimentos de articulações de ombro, cotovelos punhos, joelhos ou tornozelos. Dorsoflexão mantido ,sem hipertonia de musculatura paravertebral .Lasegue negativo.Tonus muscular normal.nega episódio de rigidez articular matinal com dor ,edema e hiperemia. Finkestein Phalen e Phalen invertido negativos .Nega também dor articular migratória e cãibras.

Circulatório:

Ausência de varizes de membros inferiores.Ausência de edema de tornozelos ou cicatrizes de úlceras. Gastrocnêmiosindolores ,tônus mantido. Nega claudicação intermitente e tromboflebites.

Neurológico:

Marcha normal,equilíbrio sem alterações.Ausência de tremores de extremidades ou alterações de sensibilidade. Nega episódio convulsivo, e paresias e cefaléias freqüentes.infroma tonturas

Psiquiátrico:

Facies incaracterística ,argumentação lógica,juízo critico preservado. Nega défits de memória. Orientada tempo e espaço. Nega tratamento psiquiátricos .

Endócrino:

Nega: Diabetes Mélitus, Hipo ou Hipertireoidismo.

5.3-História pregressa:

Informa Viroses da infância

Nega fraturas.

Informa alergia á poeira,

Cirurgias: amigdalectomia

Escolaridade :1º grau completo

Religião: catolica

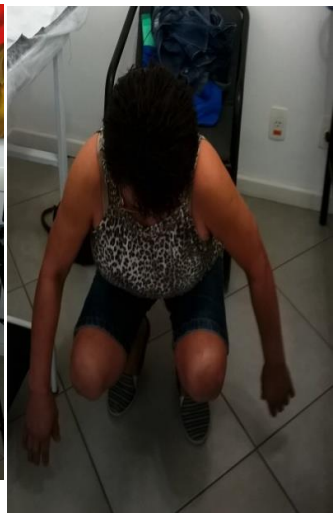
5.4 Antecedentes familiares

Mãe diabética e hipertensa.

6.) Exame clínico específico

Marcha normal sem apoio. Joelhos sem sinais flogisticos com crepitações secas aos movimentos passivos. Reflexo patelar positivo.

Flexão e extensão mantidos sem restrições



7-)Discussão do caso

Trauma em joelho esquerdo com atendimento em PS onde foi diagnosticado,porém não comprovado, gonartrose além do trauma.RX não comprovou fraturas.

Tratamento conservador,fisioterápico, para a fase álgica aguda .Ressonância mostrou lesão em meniscos medial e lateral,extensa e condromalacia,doença degenerativa.

Sem melhora, indicado cirurgia eletiva,sem intercorrências

8-)Conclusões

Acidente de trajeto em 30/06/2015,com CAT aberta pelo empregador,sem afastamento pelo INSS.Quadro álgico ,apesar do tratamento conservador não regrediu,com procedimento cirúrgico depois de quatro meses e meio,devido a lesão em meniscos.Ficou afastada em beneficio pelo INSS por seis meses espécie 31.Evolução pós cirúrgica sem complicações. Exame físico não constatou incapacidade ou limitação para as atividades da vida diária e para seu trabalho

Acidente típico de trajeto que não a afastou de suas atividades ,considerado Trauma Leve em Perna segundo o CID S80.

Achado de condromalacia em ressonância do joelho esquerdo além das lesões em meniscos permite levantar hipótese de que ,sendo o trauma considerado leve no primeiro atendimento,estas lesões meniscais eram pré existentes.

Outrossim,mesmo que não o fossem ,não há como considerar o caso como tendo nexo apenas com o acidente ocorrido.

Diante disso podemos afirmar que o trauma tem nexo com o acidente ,porém as lesões em meniscos não podem ser consideradas como tendo sido causadas apenas pelo trauma no seu trajeto para o trabalho.

09-) Respostas aos quesitos

A-)do Juiz

-)Verificar a ocorrência do enquadramento de eventual ocorrência como acidente de trabalho (art. 19 da Lei 8213/91) ou a este equiparado,ou seja, doença profissional ou doença do trabalho (incisos i e II do art. 20 da lei 8213/91,respectivamente).

Enquadra Art. 19 lei 8213/91

2-) Se o referido infortúnio demandava ao trabalhador, ao tempo em que vigia o liame , afastamento de suas funções e, em caso positivo , qual o lapso temporal necessário?

Não

3-) Se o trabalhador se encontrava apto ou inapto para o trabalho quando da demissão e, nesta última hipótese (inapto) ,qual o lapso necessário para sua recuperação.

Apto

4-) Informar a extensão do dano sofrido pelo trabalhador em razão do infortúnio, com mensuração, em termos percentuais, da redução da capacidade laborativa para prestação de serviços ,levando-se em considerção tanto funções compatíveis ,como formação e histórico profissional do trabalhador.

Sem redução da capacidade laborativa

5-) Se eventual redução de capacidade laborativa é permanente ou passível de reversão,hipótese em que deverá ser esclarecido o tempo necessário à reversão, bem como se tal reversão será total ou parcial.

Sem redução capacidade laborativa

6-) Levando-se em consideração o período de prestação de serviço,(as regras de experiência técnica e da literatura médica , bem como o histórico pessoal e profissional do trabalhador) e a eventual incapacidade adquirida; e, em caso positivo, esclarecer em que grau, em termos percentuais, os prejuízos ao patrimônio físico e psíquico do trabalhador podem ser atribuídos ao empregador.

Sem prejuízos

7-) Se há necessidade de tratamento de saúde em razão do infortúnio e, em caso positivo , qual a estimativa das despesas,bem como a duração.

Não

B-) da Reclamante

1- Qual o tipo de lesão sofrida pela Autora em decorrência do acidente ocorrido em 30-06-2015?

Trauma em joelho esquerdo,pós queda da própria altura

2- As lesões sofridas são compatíveis com os fatos narrados na inicial?

Sim.

3- Qual foi o tratamento médico aplicado à Autora?

Medicamentosos e fisioterápico

4- Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo a Autora ficou impossibilitada de exercer sua profissão?

Seis meses pós cirurgia no joelho esquerdo

O tempo que percebeu o benefício junto ao INSS

Sim

5-Quais as seqüelas físicas da lesão (por favor, esclarecer se temporárias ou permanentes)?

Nenhuma

6- Havendo sequelas, qual o tratamento recomendado para corrigi-la ou atenuá-la? Qual seu custo médio?

Não há sequelas

7 - A sequela encontrada tem nexo causal com o acidente relatado neste processo?

Não há sequelas

8- Houve progressão, agravamento ou desdobramento da lesão, ao longo do tempo?

Não

9 - A cirurgia realizada pela Reclamante tem relação com o acidente sofrido por ela em 30/06/2015, com diagnóstico de gonartrose?

Gonartrose, foi diagnóstico do atendimento feito em 30/06/2015 data do Acidente de Trajeto alegado.Gonartrose ou artrose de joelho ,é uma doença degenerativa.

A cirurgia foi indicada diagnóstico de lesão em menisco .

10- O afastamento da Reclamante pelo INSS se deu em razão da lesão causada pelo acidente sofrido no percurso para o trabalho em 30/06/2015?

Se deu pelo pós operatorio em joelho esquerdo devido a lesão de menisco

11 - Há algum outro ponto que o Sr. Perito repute relevante sobre o exame pericial realizado?

Não

Resguarda-se ainda ao direito de apresentar quesitos suplementares, se necessário

C- Da Reclamada

1. A Reclamada apresenta os quesitos abaixo, solicitando sejam eles respondidos pelo Sr. Perito Judicial, sem prejuízo da apresentação de quesitos elucidativos ou complementares:

a) É possível atribuir de forma exclusiva relação de causalidade entre o alegado acidente de trajeto que teria sofrido a Reclamante em 30/06/2015 à cirurgia pela qual foi submetida em 18.11.2015 em seu joelho esquerdo?

Não

b) O fato de a Reclamante ter se afastado do trabalho por apenas 02 dias quando do alegado acidente revela que a lesão sofrida pela Reclamante não pode ser a única motivação da cirurgia à qual foi submetida?

Sim

c) A lesão que motivou a referida cirurgia tem origem em lesão ou doença de cunho degenerativo da qual a Reclamante é portadora?

Não.

d) Antes do alegado acidente, a Reclamante sofreu lesão no joelho esquerdo ou sofria de doença de cunho degenerativo que seja a motivação da cirurgia à qual foi submetida?

A cirurgia foi devido á lesão meniscal porém ressonância mostra que ela é portadora de (afilamento condral femorotibial lateral ou seja condromalácia que é uma patologia degenerativa).O Diagnóstico de gonartrose ,degenerativo, foi feito no pronto atendimento no dia do acidente alegado.

e) Por favor informar se é possível atribuir de forma exclusiva relação de causalidade entre o alegado acidente e as lesões apontadas nos documentos médicos ID nº 725d637 e ab8a77c.

Primeiro foi submetida a tratamento fisioterápico para melhora do quadro álgico e inflamatório e o relatório dr. Valmir Crepaldi infroma lesão meniscal com procedimento cirurgico

f) Pede-se ao Sr. Perito confirmar qual o CID indicado no documento ID nº bf63d7c?

Atestado de 2 dias CID 80 traumatismo superficial da perna

g) Antes do acidente, a Reclamante sentia dores ou tinha algum outro tipo de queixa em relação ao joelho esquerdo?

Nega

h) A Reclamante possuía algum problema no joelho antes do acidente?

Nega

i) A Reclamante encontra-se capacitada para o trabalho?

Não

j) A Reclamante trabalha atualmente? Quais as funções desempenhadas?

Sim auxiliar odontologica

k) Antes do acidente, a Reclamante praticava alguma atividade física (doméstica, esportiva, etc) além do trabalho? E após o acidente? Dependendo da resposta, pede-se ao Sr. Perito analisar se tais atividades poderiam influenciar de forma prejudicial na lesão diagnosticada na Reclamante que gerou a cirurgia acima referida.

Não informa

l) O prontuário médico juntado pelo Hospital Samaritano prova a ocorrência do acidente de trajeto?

Não

m) Desse prontuário é possível identificar eventuais outros problemas de saúde que a Reclamante eventualmente sofria e que poderia ter dado causa a cirurgia à qual foi submetida?

O primeiro atendimento feito em 30/06/2015 CID S80 traumatismo superficial de perna e diagnóstico de Gonartrose á esquerda.

n) Avaliando a gravidade do alegado acidente de trajeto, seria possível à Reclamante, logo após sofrê-lo, trabalhar a jornada integral e, somente após, dirigir-se ao médico?

Pelo diagnostico de traumatismo superficial de perna CID S80,sim.

o) No mesmo sentido, na remota hipótese de o alegado acidente ter sido a única causa da cirurgia à qual a Reclamante foi submetida, pede-se ao Sr. Perito informar o motivo pelo qual apenas 5 meses após o alegado acidente é que a cirurgia foi realizada.

Tratamento conservador de inicio,diagnostico de lesão meniscal,quadro crônico,podendo ser indicado cirurgia programada,sem urgência.

10-) Honorários

Esperando ter cumprido adequadamente as determinações dispensadas, vem o perito requerer, com o devido acatamento, a fixação de seus honorários definitivos,O Cálculo de custos baseou-se no tempo gasto para a realização do trabalho pericial **em horas,**

O valor normalmente cobrado pelo perito do Juízo em serviços de auditoria/consultoria prestados à iniciativa privada é de R$ 300,00 (trezentos Reais) por hora.

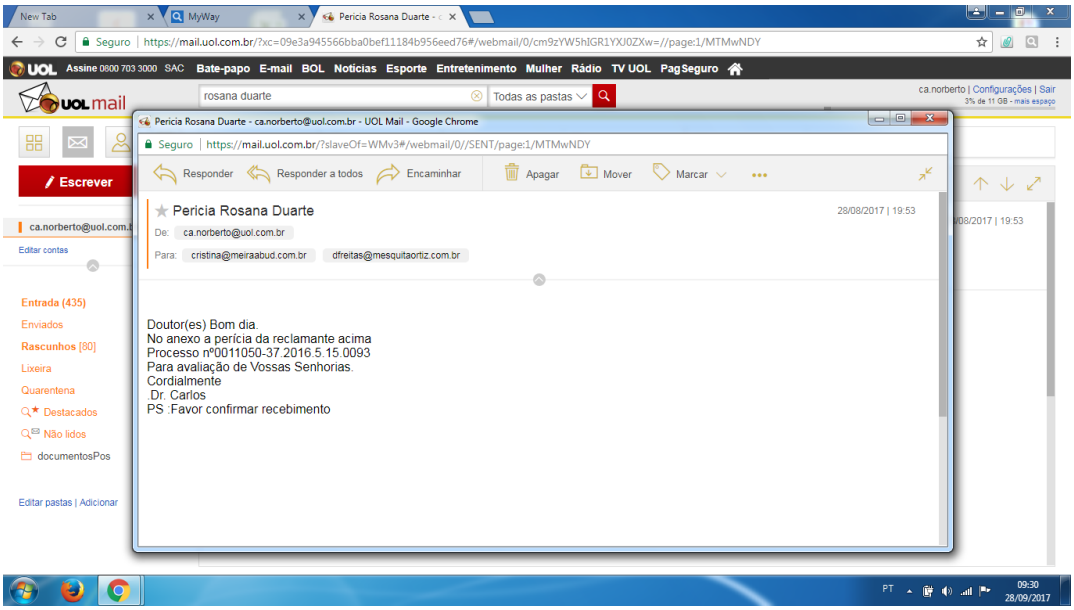
ITEM	Horas Trabalhadas	R$ por hora	TOTAL
1.Analise/leitura de autos e documentos	2 1/2h	300,00	750,00
2.Tarefas burocráticas	1h	300,00	300,00
3.Vistorias	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		
4.Pesquisa bibliográfica	1h	300,00	300,00
5.Exame médico	1h	300,00	300,00
6Elaboração/Revisão /Digitação do laudo	3 ½ h	300,00	1050,00
TOTAL	9h		R$2700,00

Respeitosamente,

Campinas,27deagosto de 2017

Carlos Alberto da Silva Norberto

Médico do Trabalho CRM 2144



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

lar

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

D E S P A C H O

No prazo de 5 dias, digam os litigantes se há outras provas a produzir, quais, apontando especificadamente os pontos controvertidos segundo o ônus probandi determinado pelo art. 373 do NCPC. No silêncio ou na inespecificidade, presumir-se-á encerrada a instrução a requerimento, restando derradeiramente inconciliados, devendo os autos voltarem conclusos para concessão de prazo para apresentação de razões finais, bem como inclusão na pauta de julgamentos.

No mesmo prazo, deve a reclamada colacionar aos autos o comprovante de depósito referente aos honorários periciais prévios, umas vez que o documento de ID b019760 refere-se somente à guia de depósito judicial.

Intimem-se.

Em 7 de Março de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

lar

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

D E S P A C H O

No prazo de 5 dias, digam os litigantes se há outras provas a produzir, quais, apontando especificadamente os pontos controvertidos segundo o ônus probandi determinado pelo art. 373 do NCPC. No silêncio ou na inespecificidade, presumir-se-á encerrada a instrução a requerimento, restando derradeiramente inconciliados, devendo os autos voltarem conclusos para concessão de prazo para apresentação de razões finais, bem como inclusão na pauta de julgamentos.

No mesmo prazo, deve a reclamada colacionar aos autos o comprovante de depósito referente aos honorários periciais prévios, umas vez que o documento de ID b019760 refere-se somente à guia de depósito judicial.

Intimem-se.

Em 7 de Março de 2018.

PODER JUDICI RIO FEDERAL
JUSTI A DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
6 Vara do Trabalho de Campinas
Avenida Jos de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.6vt.campinas@trt15.jus.br

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
R U: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

CERTID O PJe-JT

Certifico que a per cia m dica foi cancelada no painel do perito do sistema PJE apenas informalmente em virtude de erro no momento de inser o do laudo nos autos eletr nicos.

CAMPINAS, 9 de Mar o de 2018.

LUIZA ANA RODRIGUES

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA SEXTA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

ROSANA DUARTE, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por sua advogada que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, face ao r. despacho de fls., **informar que pretende produzir prova testemunhal** a fim de comprovar a ocorrência do acidente durante o trajeto da Reclamante de sua casa até o trabalho, fato este impugnado pela Reclamada, bem como sua gravidade, corroborando o laudo pericial que entendeu pelo nexo causal entre o trauma sofrido e o acidente.

Termos em que

Pede deferimento.

Campinas, 15 de março de 2018

Cristina Etter Abud Penteado

OAB/SP 148.086

MESQUITA ORTIZ ADVOGADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

Processo nº 0011050-37.2016.5.15.0093

MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA – ME. (“Reclamada”), já qualificada nos autos da Reclamação Trabalhista em referência, que lhe move **ROSANA DUARTE** ("Reclamante"), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao despacho ID. a91b34d - Pág. 1, informar que não tem mais provas a produzir, reservando-se o direito de produzir contraprova se necessário, concordando, assim, com o encerramento da instrução processual.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 16 de março de 2018.

Daniela de Freitas

OAB/SP nº 227.788

Mesquita Roquim Frediani Freitas Advogados
Avenida José Bonifácio, 2.021, Jardim das Paineiras - Campinas/SP– 13092-305 Fone: +55 (19) 3342.3113
www.mrff.com.br

PJe
Assinado eletronicamente por: DANIELA DE FREITAS - 16/03/2018 16:13:28 - ebc35c7
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18031616115674000000080150037
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. ebc35c7 - Pág. 1
Número do documento: 18031616115674000000080150037

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

lar

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

D E S P A C H O

Considerando o dever do Juiz de velar pela célere solução do processo, assim como de promover esforços no sentido da conciliação das partes, designo audiência de **tentativa de conciliação** para o dia **23 /05/2018**, às **09h02m**, que será mediada por servidor e supervisionada por Magistrado, a ser realizada nas dependências do **CEJUSC-JT 1º GRAU, SITUADO À AVENIDA JOSÉ DE SOUZA CAMPOS, Nº 422, BAIRRO NOVA CAMPINAS, NA COBERTURA DO FÓRUM TRABALHISTA DE CAMPINAS/SP.**

O comparecimento das partes e advogados é imprescindível, tanto para a tentativa de conciliação como para encaminhamentos que visem a efetividade e o trâmite do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5 º inciso LXXVII da Constituição da República.

A ausência injustificada das partes poderá implicar na imposição de multa, na forma do artigo 23 da Resolução Administrativa 12/2014 e art. 17 da Res. 04/2017, ambas do TRT15a R.

Intimem-se as partes, ficando a ré cientificada de que, na data supra, deverá se fazer presente por meio de seu representante legal ou de preposto com poderes para transigir e receber citação.

Ficam cientes as partes de que as decisões proferidas em audiência não serão objeto de posterior notificação, porque serão tidas como proferidas nos termos da S. 197 do C. TST.

Cumpra-se.

Em 27 de Março de 2018.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

lar

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

D E S P A C H O

Considerando o dever do Juiz de velar pela célere solução do processo, assim como de promover esforços no sentido da conciliação das partes, designo audiência de **tentativa de conciliação** para o dia **23 /05/2018**, às **09h02m**, que será mediada por servidor e supervisionada por Magistrado, a ser realizada nas dependências do **CEJUSC-JT 1º GRAU, SITUADO À AVENIDA JOSÉ DE SOUZA CAMPOS, Nº 422, BAIRRO NOVA CAMPINAS, NA COBERTURA DO FÓRUM TRABALHISTA DE CAMPINAS/SP.**

O comparecimento das partes e advogados é imprescindível, tanto para a tentativa de conciliação como para encaminhamentos que visem a efetividade e o trâmite do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5 º inciso LXXVII da Constituição da República.

A ausência injustificada das partes poderá implicar na imposição de multa, na forma do artigo 23 da Resolução Administrativa 12/2014 e art. 17 da Res. 04/2017, ambas do TRT15a R.

Intimem-se as partes, ficando a ré cientificada de que, na data supra, deverá se fazer presente por meio de seu representante legal ou de preposto com poderes para transigir e receber citação.

Ficam cientes as partes de que as decisões proferidas em audiência não serão objeto de posterior notificação, porque serão tidas como proferidas nos termos da S. 197 do C. TST.

Cumpra-se.

Em 27 de Março de 2018.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DO TRABALHO DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS- SP

Processo 0011050-37.2016.5.15.0093

MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA, já qualificada nos autos da reclamação trabalhista em referência, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seu advogado, requerer a juntada de substabelecimento de mandato **SEM RESERVA DE PODERES**.

Requer, ainda, sejam todas as publicações e/ou intimações efetuadas em nome do advogado **Dr. Mauro Pezzutti, OAB/SP nº 407.361**, com escritório na Rua Guilhermina Bartholomei São João, nº 114 - Jardim Monte Belo - Campinas-SP, CEP 13.098-878, E-mail : mauropezzutti@hotmail.com, sob pena de nulidade processual.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 31 de março de 2018.

Mauro Pezzutti

OAB/SP 407.361

SUBSTABELECIMENTO

SEM RESERVAS DE PODERES

DANIELA DE FREITAS, advogada, inscrita na OAB/SP nº 227.788, representando a Mesquita Ortiz Frediani e Freitas Sociedade de Advogados, inscrita na OAB/SP nº 15.165, substabelece sem reservas ao advogado MAURO PEZZUTTI, inscrito na OAB/SP sob o nº 407.361 os poderes outorgados por BUCAL HELP – ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA e MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA, respectivamente inscritas no CNPJ nº 05.087.808/001-71 e 10.482.466/0001-24, nos autos da Reclamação Trabalhista movida por Rosana Duarte, Processo nº 0011050-37.2016.5.15.0093, em trâmite perante a 6ª Vara do Trabalho de Campinas.

Campinas, 27 de março de 2018.

Daniela de Freitas

OAB/SP nº 227.788

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 31/03/2018 11:04:22 - d86c6fc
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18033111035484400000081139239
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. d86c6fc - Pág. 1
Número do documento: 18033111035484400000081139239

PROCESSO 0011050-37.2016.5.15.0093

CEJUSC-JT-CAMPINAS-1º GRAU

Processo n. 0011050-37.2016.5.15.0093-ok

6ª Vara do Trabalho de Campinas

RECLAMANTE: ROSANA DUARTE

RECLAMADA: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

Fase do Processo: Conhecimento

Modalidade: Eletrônico (PJe/Migrado)

Em 23/05/2018, no CEJUSC - Campinas 1º Grau, situado à Avenida José de Souza Campos, nº 422, cobertura do Fórum Trabalhista de Campinas, sob a responsabilidade da Exma. Juíza Dra. Ana Cláudia Torres Vianna, ora atuando como mediador o servidor Alexandre Buchabqui Rezek Andery, ocorre a presente audiência de mediação e tentativa de conciliação e encaminhamento do feito.

Comparece a reclamante acompanhada de sua advogada, Dra. Cristina Etter Abud Penteado, OAB/SP 148086.

Comparece a reclamada, representada por Adriano Montoni Romero, RG nº 20.6285.005, acompanhado do advogado Dr. Mauro Pezzutti, OAB/SP 407361.

INCONCILIADOS

Apesar dos esforços empreendidos e das ponderações realizadas, as partes não se conciliaram.

Aguardem as partes a designação de audiência pela vara de Origem.

Cumpra-se.

Cientes os presentes.

ANA CLAUDIA TORRES VIANNA

Juíza do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

NDB

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

D E S P A C H O

Designo audiência de **INSTRUÇÃO** para **29/08/2018**, às **14h15mn**, sendo de responsabilidade do patrono comunicar seu constituinte.

Depoimentos pessoais na forma da Súmula 74 do E. TST.

Testemunhas, portando seus respectivos documentos de identificação, nos termos do art. 825 ou 852, H, § 2º, ambos da CLT, independentemente de notificação, sob pena de preclusão.

Caso pretendam a intimação das testemunhas, deverão as partes dar cumprimento ao disposto no art. 455 do CPC.

Intimem-se.

Em 27 de Maio de 2018.

RAFAEL MARQUES DE SETTA

Juiz do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

NDB

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

D E S P A C H O

Designo audiência de **INSTRUÇÃO** para **29/08/2018**, às **14h15mn**, sendo de responsabilidade do patrono comunicar seu constituinte.

Depoimentos pessoais na forma da Súmula 74 do E. TST.

Testemunhas, portando seus respectivos documentos de identificação, nos termos do art. 825 ou 852, H, § 2º, ambos da CLT, independentemente de notificação, sob pena de preclusão.

Caso pretendam a intimação das testemunhas, deverão as partes dar cumprimento ao disposto no art. 455 do CPC.

Intimem-se.

Em 27 de Maio de 2018.

RAFAEL MARQUES DE SETTA

Juiz do Trabalho

6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

TERMO DE AUDIÊNCIA RELATIVO AO PROCESSO 0011050-37.2016.5.15.0093

Em 29 de agosto de 2018, na sala de sessões da 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS /SP, sob a direção do Exmo(a). Juiz EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA, realizou-se audiência relativa a AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO número 0011050-37.2016.5.15.0093 ajuizada por ROSANA DUARTE em face de MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME.

Às 14h24min, aberta a audiência, foram, de ordem do Exmo(a). Juiz do Trabalho, apregoadas as partes.

Presente o reclamante, acompanhado do(a) advogado(a), Dr(a). CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO, OAB nº 148086/SP.

Presente o preposto do reclamado, Sr(a). Adriano Montoni Romero, acompanhado(a) do(a) advogado(a), Dr(a). MAURO PEZZUTTI, OAB nº 407361/SP.

CONCILIAÇÃO REJEITADA.

As partes fixam os seguintes pontos controvertidos para produção de prova oral: relação entre a lesão da reclamante e o acidente de trajeto.

Dispensados os depoimentos pessoais das partes.

Primeira testemunha do **reclamante**: Liliane Andressa da Silva, Desempregada, residente e domiciliado(a) na R. Professor Heitor Benjovendo, 47, Campinas - SP. Advertida e compromissada. **Depo imento:** "

Perguntas do Juiz:

01. que trabalhou na reclamada de 09/10/2014 a 08/09/2015, na função de auxiliar de limpeza.

Perguntas do(a) reclamante:

02. que se recorda do dia em que a reclamante sofreu um acidente de trajeto;

03. que depois do acidente a reclamante passou a se queixar de dores no joelho;

04. que antes do acidente a reclamante não queixava de dores;

05. que a reclamante não tinha dificuldade para se locomover;

06. que depois do acidente a reclamante passou a ter dificuldade para subir as escadas existentes na reclamada.

Perguntas indeferidas da reclamante: "Se a reclamada tinha ciência das queixas da reclamante? Se soube se a reclamante realizou alguma cirurgia?" Protestos da reclamante.

Nada mais.

A reclamada não tem testemunhas.

As partes não têm outras provas a produzir. Declaro encerrada a instrução processual.

Conciliação final rejeitada.

Razões finais remissivas.

Venham os autos conclusos para julgamento. As partes serão intimadas da sentença por publicação na imprensa oficial.

Cientes os presentes.

Audiência encerrada às 14h35min.

Nada mais.

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA

Juiz do Trabalho

Ata redigida por ALINE OLIVEIRA E OLIVEIRA, Secretária de Audiência.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

SENTENÇA

RELATÓRIO

ROSANA DUARTE ajuizou reclamação trabalhista contra **MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA - ME**, na qual postula tutelas provisória e

definitiva para reintegração no emprego; multa do artigo 477, §8º, da CLT; contribuições previdenciárias e FGTS do período de estabilidade; justiça gratuita e honorários advocatícios. Junta declaração de pobreza.

Valor da causa: R$ 40.000,00.

Tutela provisória indeferida.

Defesa escrita pela reclamada.

Réplica.

Diante da alegação de acidente de trabalho, foi designada perícia, vindo aos autos o laudo e as manifestações das partes.

Prova oral produzida em audiência. Instrução processual encerrada. Razões finais remissivas. Tentativas de conciliação rejeitadas.

É o relatório.

DISPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS DE DIREITO INTERTEMPORAL

No julgamento desta reclamação trabalhista, a aplicação da Lei nº 13.467 /17 observará as seguintes diretrizes de direito intertemporal: a) as normas de direito material não têm incidência retroativa; b) e as normas de direito processual estão sujeitas à disciplina da Instrução Normativa nº 41, editada por meio da Resolução nº 221, de 21 de junho de 2018, do Tribunal Superior do Trabalho.

ACIDENTE DE TRABALHO

A reclamante foi vítima de acidente de trajeto no dia 30/06/2015, em razão do qual lesionou o joelho esquerdo, conforme CAT emitida pela reclamada (id. eaebe6b), corroborada pelo prontuário de atendimento médico de id. eb53a7e, não infirmados por prova em contrário.

Houve afastamento da reclamante por 2 dias. Retornou ao trabalho e, depois de cerca de 4 meses, foi afastada por mais 6 meses, pois foi submetida à cirurgia e permaneceu em recuperação pós-operatório (id. 537df18 - página 10).

O perito conclui que o acidente de trajeto não foi a causa única da lesão no joelho esquerdo, na medida em que a reclamante era portadora de patologia degenerativa, conforme respostas aos quesitos da reclamante de números 1, 2 e 4.

Transcrevo ainda trecho da conclusão pericial: "*podemos afirmar que **o trauma tem nexo com o acidente**, porém as lesões em meniscos não podem ser consideradas como tendo sido causadas **apenas** pelo trauma no seu trajeto para o trabalho*" (id. 537df18 - página 8 - grifos acrescidos).

Também foi afastada pelo perito a hipótese de a cirurgia ter ocorrido apenas em razão da patologia degenerativa pré-existente (resposta ao quesito da reclamada de letra "c").

A testemunha única ainda confirmou que o quadro de incapacidade da reclamante se iniciou depois do acidente de trajeto, consoante depoimento baixo transcrito:

"01. que trabalhou na reclamada de 09/10/2014 a 08/09/2015, na função de auxiliar de limpeza; 02. que se recorda do dia em que a reclamante sofreu um acidente de trajeto; 03. que depois do acidente a reclamante passou a se queixar de dores no joelho; 04. que antes do acidente a reclamante não queixava de dores; 05. que a reclamante não tinha dificuldade para se locomover; 06. que depois do acidente a reclamante passou a ter dificuldade para subir as escadas existentes na reclamada."

Diante desse quadro probatório, está demonstrado o nexo de concausalidade entre o acidente de trajeto e a lesão no joelho esquerdo da reclamante, bem como está evidenciado o afastamento da reclamante por período superior a 15 dias.

Portanto, reconhecido o nexo de concausalidade com o acidente de percurso (artigo 21, I, IV, "d", da Lei nº 8.213/91), a reclamante jus à estabilidade acidentária contemplada no artigo 118 da Lei nº 8.213/91.

Prescindível a comprovação da percepção de benefício acidentário, de acordo com o entendimento estampado na Súmula 378, II/TST.

Por isso, acolho o pedido de indenização compensatória ao período de estabilidade frustrada, composta pelos salários, 13º salário, 1/3 de férias e FGTS mais 40%, correspondente a 12 meses.

A reintegração foi convertida em indenização compensatória, porquanto o período de estabilidade já se exauriu, em conformidade com a jurisprudência consolidada na Súmula 244, item II/TST.

Convertida a reintegração em indenização compensatória, não há incidência de contribuição previdenciária.

MULTA DO ARTIGO 477, §8º, DA CLT

Por ausência de previsão legal, o atraso na homologação da rescisão contratual não constitui fato gerador da multa prevista no §8º do artigo 477 da CLT.

Ademais, enquanto o pagamento tempestivo das verbas rescisórias depende de ato exclusivo do empregador, a providência homologatória é alheia à sua vontade.

Rejeito o pedido.

JUSTIÇA GRATUITA

Diante da declaração de insuficiência econômica, elaborada na forma da Lei 7.115/83, defiro ao (à) reclamante os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no artigo 790, §§3º e 4º, da CLT.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Nas ações decorrentes da relação de emprego, prevalece o entendimento de que a concessão de honorários advocatícios não decorre pura e simplesmente da sucumbência, ante o disciplinamento específico da matéria pela Lei 5.584/70.

Assim, para o trabalhador fazer jus à verba honorária, deve preencher os seguintes requisitos: ser beneficiário da justiça gratuita e estar assistido por seu sindicado (Súmula 219 /TST).

Por não haver assistência sindical, rejeito o pedido.

RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO

O ressarcimento de despesas com a contratação de advogado, fundado nos artigos 389 e 404 do Código Civil, é inaplicável às lides decorrentes da relação de emprego, por

inexistência de omissão normativa nesta Justiça Especializada, ante o disciplinamento constante na Lei nº 5.584/70.

Por isso, rejeito o pedido.

DISPOSITIVO

DIANTE DO EXPOSTO, decido julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos formulados por **ROSANA DUARTE** contra **MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA - ME**, para condenar a reclamada a cumprir a obrigação de pagar à reclamante indenização compensatória ao período de estabilidade frustrada, composta pelos salários, 13º salário, 1/3 de férias e FGTS mais 40%, correspondente a 12 meses.

Os valores deverão ser apurados em liquidação, com a observação dos parâmetros fixados na fundamentação e no dispositivo desta sentença.

Deverão ser deduzidas as parcelas comprovadamente adimplidas sob o mesmo título da condenação.

Não há limitação a ser imposta à liquidação, porque os valores indicados na petição inicial constituem apenas estimativa a orientar o rito procedimental a ser observado.

Correção monetária incidente desde o vencimento da obrigação, momento em que a verba se tornou exigível (artigo 394 do Código Civil), de acordo com as seguintes diretrizes: a) salários: mês subsequente à prestação de serviços, ainda que o pagamento ocorra antecipado, no próprio mês trabalhado (Súmula 381/TST); b) verbas rescisórias: prazo previsto no §6º do artigo 477 da CLT; c) indenização por dano moral, estético e pensionamento convertido em parcela única: data da sentença de arbitramento (Súmula 439/TST).

A TR constitui referencial inidôneo para recompor a desvalorização da moeda, porquanto não aplaca os efeitos corrosivos do fenômeno inflacionário. Sendo assim, viola o direito de propriedade assentado no artigo 5º, XXII, da Constituição Federal, na medida em que é incapaz de preservar o valor real do crédito decorrente de decisão judicial.

Por isso, declaro incidentalmente a inconstitucionalidade do §7º do artigo 879 da CLT e do artigo 39, *caput*, da Lei 8.177/91. Por conseguinte, fixo o IPCA-E como fator de correção monetária dos débitos trabalhistas, observando o entendimento firmado pelo STF na ADI 4.357 /STF e pelo TST na ArgInc 479-60.2011.5.04.0231.

Todavia, com suporte nos precedentes jurisprudenciais citados, nos quais houve a modulação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, decido manter a aplicação da TR até 25/03/2015 e fixar a incidência do IPCA-E a partir de 26/03/2015.

Juros simples de 1% ao mês sobre o crédito trabalhista atualizado monetariamente (Súmula 200/TST), contados *pro rata die*, desde o ajuizamento da ação até a data do efetivo pagamento, nos termos dos artigos 883 da CLT e 39, *caput*, e §1º, da Lei 8.177/91. Juros decrescentes em relação às parcelas vencidas depois do ajuizamento da ação, se for o caso.

Diante do caráter indenizatório da (s) verba (s) reconhecida (s), não há incidência de contribuições previdenciárias.

Em relação à base de cálculo do imposto de renda, estão excluídas as parcelas constantes no artigo 39 do Decreto nº 3.000/99 e os juros de mora (OJ 400, da SDI-1/TST).

Honorários periciais arbitrados em R$ 2.000,00, a cargo da reclamada, sucumbente na pretensão objeto da perícia, nos termos do Artigo 790-B, da CLT, já deduzidos os honorários prévios.

A sentença tem força de título constitutivo de hipoteca judiciária. O (a) reclamante poderá constituir a hipoteca sobre bem imóvel da reclamada, mediante apresentação de cópia desta decisão perante o cartório de registro imobiliário, na forma do artigo 495 do Novo Código de Processo Civil, independentemente do trânsito em julgado.

Concedido ao (a) reclamante os benefícios da justiça gratuita.

Custas pela reclamada no valor de R$ 400,00, calculadas sobre o valor ora arbitrado à condenação, R$ 20.000,00.

Após o trânsito em julgado, encaminhe-se a Sentença à Procuradoria da Fazenda Nacional (psfcps.regressivas@agu.gov.br <mailto:psfcps.regressivas@agu.gov.br>), com cópia para o TST (regressivas@tst.jus.br <mailto:regressivas@tst.jus.br>), na forma da recomendação conjunta 2/2011, da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho e Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva.

Intimem-se as partes.

Campinas, 16 de outubro de 2018.

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA

Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

SENTENÇA

RELATÓRIO

ROSANA DUARTE ajuizou reclamação trabalhista contra **MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA - ME**, na qual postula tutelas provisória e

definitiva para reintegração no emprego; multa do artigo 477, §8º, da CLT; contribuições previdenciárias e FGTS do período de estabilidade; justiça gratuita e honorários advocatícios. Junta declaração de pobreza.

Valor da causa: R$ 40.000,00.

Tutela provisória indeferida.

Defesa escrita pela reclamada.

Réplica.

Diante da alegação de acidente de trabalho, foi designada perícia, vindo aos autos o laudo e as manifestações das partes.

Prova oral produzida em audiência. Instrução processual encerrada. Razões finais remissivas. Tentativas de conciliação rejeitadas.

É o relatório.

DISPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS DE DIREITO INTERTEMPORAL

No julgamento desta reclamação trabalhista, a aplicação da Lei nº 13.467 /17 observará as seguintes diretrizes de direito intertemporal: a) as normas de direito material não têm incidência retroativa; b) e as normas de direito processual estão sujeitas à disciplina da Instrução Normativa nº 41, editada por meio da Resolução nº 221, de 21 de junho de 2018, do Tribunal Superior do Trabalho.

ACIDENTE DE TRABALHO

A reclamante foi vítima de acidente de trajeto no dia 30/06/2015, em razão do qual lesionou o joelho esquerdo, conforme CAT emitida pela reclamada (id. eaebe6b), corroborada pelo prontuário de atendimento médico de id. eb53a7e, não infirmados por prova em contrário.

Houve afastamento da reclamante por 2 dias. Retornou ao trabalho e, depois de cerca de 4 meses, foi afastada por mais 6 meses, pois foi submetida à cirurgia e permaneceu em recuperação pós-operatório (id. 537df18 - página 10).

O perito conclui que o acidente de trajeto não foi a causa única da lesão no joelho esquerdo, na medida em que a reclamante era portadora de patologia degenerativa, conforme respostas aos quesitos da reclamante de números 1, 2 e 4.

Transcrevo ainda trecho da conclusão pericial: "*podemos afirmar que **o trauma tem nexo com o acidente**, porém as lesões em meniscos não podem ser consideradas como tendo sido causadas **apenas** pelo trauma no seu trajeto para o trabalho*" (id. 537df18 - página 8 - grifos acrescidos).

Também foi afastada pelo perito a hipótese de a cirurgia ter ocorrido apenas em razão da patologia degenerativa pré-existente (resposta ao quesito da reclamada de letra "c").

A testemunha única ainda confirmou que o quadro de incapacidade da reclamante se iniciou depois do acidente de trajeto, consoante depoimento baixo transcrito:

"01. que trabalhou na reclamada de 09/10/2014 a 08/09/2015, na função de auxiliar de limpeza; 02. que se recorda do dia em que a reclamante sofreu um acidente de trajeto; 03. que depois do acidente a reclamante passou a se queixar de dores no joelho; 04. que antes do acidente a reclamante não queixava de dores; 05. que a reclamante não tinha dificuldade para se locomover; 06. que depois do acidente a reclamante passou a ter dificuldade para subir as escadas existentes na reclamada."

Diante desse quadro probatório, está demonstrado o nexo de concausalidade entre o acidente de trajeto e a lesão no joelho esquerdo da reclamante, bem como está evidenciado o afastamento da reclamante por período superior a 15 dias.

Portanto, reconhecido o nexo de concausalidade com o acidente de percurso (artigo 21, I, IV, "d", da Lei nº 8.213/91), a reclamante jus à estabilidade acidentária contemplada no artigo 118 da Lei nº 8.213/91.

Prescindível a comprovação da percepção de benefício acidentário, de acordo com o entendimento estampado na Súmula 378, II/TST.

Por isso, acolho o pedido de indenização compensatória ao período de estabilidade frustrada, composta pelos salários, 13º salário, 1/3 de férias e FGTS mais 40%, correspondente a 12 meses.

A reintegração foi convertida em indenização compensatória, porquanto o período de estabilidade já se exauriu, em conformidade com a jurisprudência consolidada na Súmula 244, item II/TST.

Convertida a reintegração em indenização compensatória, não há incidência de contribuição previdenciária.

MULTA DO ARTIGO 477, §8º, DA CLT

Por ausência de previsão legal, o atraso na homologação da rescisão contratual não constitui fato gerador da multa prevista no §8º do artigo 477 da CLT.

Ademais, enquanto o pagamento tempestivo das verbas rescisórias depende de ato exclusivo do empregador, a providência homologatória é alheia à sua vontade.

Rejeito o pedido.

JUSTIÇA GRATUITA

Diante da declaração de insuficiência econômica, elaborada na forma da Lei 7.115/83, defiro ao (à) reclamante os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no artigo 790, §§3º e 4º, da CLT.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Nas ações decorrentes da relação de emprego, prevalece o entendimento de que a concessão de honorários advocatícios não decorre pura e simplesmente da sucumbência, ante o disciplinamento específico da matéria pela Lei 5.584/70.

Assim, para o trabalhador fazer jus à verba honorária, deve preencher os seguintes requisitos: ser beneficiário da justiça gratuita e estar assistido por seu sindicado (Súmula 219 /TST).

Por não haver assistência sindical, rejeito o pedido.

RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO

O ressarcimento de despesas com a contratação de advogado, fundado nos artigos 389 e 404 do Código Civil, é inaplicável às lides decorrentes da relação de emprego, por

inexistência de omissão normativa nesta Justiça Especializada, ante o disciplinamento constante na Lei nº 5.584/70.

Por isso, rejeito o pedido.

DISPOSITIVO

DIANTE DO EXPOSTO, decido julgar **PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos formulados por **ROSANA DUARTE** contra **MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA - ME**, para condenar a reclamada a cumprir a obrigação de pagar à reclamante indenização compensatória ao período de estabilidade frustrada, composta pelos salários, 13º salário, 1/3 de férias e FGTS mais 40%, correspondente a 12 meses.

Os valores deverão ser apurados em liquidação, com a observação dos parâmetros fixados na fundamentação e no dispositivo desta sentença.

Deverão ser deduzidas as parcelas comprovadamente adimplidas sob o mesmo título da condenação.

Não há limitação a ser imposta à liquidação, porque os valores indicados na petição inicial constituem apenas estimativa a orientar o rito procedimental a ser observado.

Correção monetária incidente desde o vencimento da obrigação, momento em que a verba se tornou exigível (artigo 394 do Código Civil), de acordo com as seguintes diretrizes: a) salários: mês subsequente à prestação de serviços, ainda que o pagamento ocorra antecipado, no próprio mês trabalhado (Súmula 381/TST); b) verbas rescisórias: prazo previsto no §6º do artigo 477 da CLT; c) indenização por dano moral, estético e pensionamento convertido em parcela única: data da sentença de arbitramento (Súmula 439/TST).

A TR constitui referencial inidôneo para recompor a desvalorização da moeda, porquanto não aplaca os efeitos corrosivos do fenômeno inflacionário. Sendo assim, viola o direito de propriedade assentado no artigo 5º, XXII, da Constituição Federal, na medida em que é incapaz de preservar o valor real do crédito decorrente de decisão judicial.

Por isso, declaro incidentalmente a inconstitucionalidade do §7º do artigo 879 da CLT e do artigo 39, *caput*, da Lei 8.177/91. Por conseguinte, fixo o IPCA-E como fator de correção monetária dos débitos trabalhistas, observando o entendimento firmado pelo STF na ADI 4.357 /STF e pelo TST na ArgInc 479-60.2011.5.04.0231.

Todavia, com suporte nos precedentes jurisprudenciais citados, nos quais houve a modulação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, decido manter a aplicação da TR até 25/03/2015 e fixar a incidência do IPCA-E a partir de 26/03/2015.

Juros simples de 1% ao mês sobre o crédito trabalhista atualizado monetariamente (Súmula 200/TST), contados *pro rata die*, desde o ajuizamento da ação até a data do efetivo pagamento, nos termos dos artigos 883 da CLT e 39, *caput*, e §1º, da Lei 8.177/91. Juros decrescentes em relação às parcelas vencidas depois do ajuizamento da ação, se for o caso.

Diante do caráter indenizatório da (s) verba (s) reconhecida (s), não há incidência de contribuições previdenciárias.

Em relação à base de cálculo do imposto de renda, estão excluídas as parcelas constantes no artigo 39 do Decreto nº 3.000/99 e os juros de mora (OJ 400, da SDI-1/TST).

Honorários periciais arbitrados em R$ 2.000,00, a cargo da reclamada, sucumbente na pretensão objeto da perícia, nos termos do Artigo 790-B, da CLT, já deduzidos os honorários prévios.

A sentença tem força de título constitutivo de hipoteca judiciária. O (a) reclamante poderá constituir a hipoteca sobre bem imóvel da reclamada, mediante apresentação de cópia desta decisão perante o cartório de registro imobiliário, na forma do artigo 495 do Novo Código de Processo Civil, independentemente do trânsito em julgado.

Concedido ao (a) reclamante os benefícios da justiça gratuita.

Custas pela reclamada no valor de R$ 400,00, calculadas sobre o valor ora arbitrado à condenação, R$ 20.000,00.

Após o trânsito em julgado, encaminhe-se a Sentença à Procuradoria da Fazenda Nacional (psfcps.regressivas@agu.gov.br <mailto:psfcps.regressivas@agu.gov.br>), com cópia para o TST (regressivas@tst.jus.br <mailto:regressivas@tst.jus.br>), na forma da recomendação conjunta 2/2011, da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho e Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva.

Intimem-se as partes.

Campinas, 16 de outubro de 2018.

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA

Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

lar

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 15ª Região

6ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo nº 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE - CPF: 102.278.628-80
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME - CNPJ: 10.482.466/0001-24

OFÍCIO

DO 6ª Vara do Trabalho de Campinas

PARA

À

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL

(psfcps.regressivas@agu.gov.br)

Excelentíssimo Senhor Procurador Federal,

Pelo presente, informo a V. Sª que nos autos em epígrafe foi proferida sentença, a qual poderá ser acessada, bem como os demais documentos dos autos, pelo site **https://pje.trt15.jus.br/documentos**, digitando a(s) chave(s) abaixo, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva, na forma da recomendação conjunta 02/2011, da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho e Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Sentença	Notificação	18101610172890200000094919263
Sentença	Sentença	18080301043405110000091683582
Ata da Audiência	Ata da Audiência	18082916444310500000091639470
Despacho	Notificação	18052809113862500000085372102
Despacho	Despacho	18052710244877500000085361029
Ata da Audiência	Ata da Audiência	18052510451240700000085274448
Substabelecimento	Substabelecimento sem Reserva de Poderes	18033111035484400000081139239
Habilitação em processo	Apresentação de Substabelecimento sem Reserva de Poderes	18033111024950500000081139238
Despacho	Notificação	18032712551721600000080941755
Despacho	Despacho	18032712434770300000080940579
Manifestação sobre provas	Manifestação	18031616115674000000080150037
INDICAÇÃO DE PROVAS	Manifestação	18031517161060500000080059844
certidão	Certidão	18030915234913600000079540406
Despacho	Notificação	18030806545457300000079381361
Despacho	Despacho	18030716440994800000079349429
Rosana Duarte (1)	Laudo Pericial	17110520535527900000072054891
pericia médica	Laudo Pericial	17110520515134000000072054886
Rosana Duarte	Laudo Pericial	17092809444651500000069279494
Médico	Laudo Pericial	17092809404025300000069279424
Despacho	Notificação	17063007433278900000062335234
Despacho	Despacho	17062917342338100000062319937
Guia depósito honorários prévios periciais	Comprovante de Pagamento de Honorários	16100517470050200000045374611
Honorários prévios periciais	Manifestação	16100517450467300000045374505
Quesitos e email para contato com Perito	Manifestação	16091617270146900000044068028
apresentação de quesitos	Manifestação	16091317105672100000043791875
Comprovante entrega ofício		16091217534300200000

previdência0001	Documento Diverso	0043690332
comprovante entrega oficio inss	Manifestação	16091217474768200000043690150
Ata da Audiência	Ata da Audiência	16090615450812400000043371241
Manifestação Recda sobre prontuário médico	Manifestação	16090520055858000000043309186
manifestação prontuário médico	Manifestação	16090217154487800000043181186
Despacho	Notificação	16082913423194900000042757828
Despacho	Despacho	16082910144937200000042728173
21 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910123472500000042727778
23 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910122134100000042727745
19 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910120585400000042727697
17 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910115097400000042727654
15 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910113730400000042727611
13 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910111478900000042727529
11 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910104834000000042727429
9 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910103432800000042727388
7 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910102204600000042727348
3 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910100881100000042727310
5 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910094897000000042727258
1 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910090379100000042727135
Documentos	Certidão	16082910075377500000042727047
Manifestação	Manifestação	16081917370633600000042198602
MANIFESTAÇÃO À CONTESTAÇÃO	Manifestação	16081214020634400000041699587
Ata da Audiência	Ata da Audiência	16080217351898400000041005148
Substabelecimento NCF	Documento Diverso	16080212023832200000040953775
DOC. 02 - Exame demissional	Documento Diverso	16080212021345100000040953733
DOC. 01 - Cartão de ponto	Controle de Frequencia	16080212003590700000040953504
		160802120022615000

Contrato social - Montoni	Contrato Social	0040953473
Contestação	Contestação	16080211483639800000040951806
Procuração	Procuração	16080211465811800000040951366
Habilitação em processo	Manifestação	16080211425170600000040951360
Notificação	Notificação	16061609084117000000037789341
Decisão	Notificação	16060609074015600000037038302
Decisão	Decisão	16060609074015600000037038302
Declaração hipossuficiêmcia0001	Declaração de Hipossuficiência	16052022220980200000036153056
trct0001	Termo de Homologação de Rescisão do Contrato de Trabalho	16052022214046700000036153047
Ofício atraso homologação0001	Documento Diverso	16052022211888900000036153045
Ficha internação0001	Documento Diverso	16052022090407800000036152952
Ofício sindicato0001	Documento Diverso	16052022083232300000036152942
Comunicação de decisão - Previdência social0001	Documento Diverso	16052022072940900000036152919
Ressonância Magnética0002	Exame Médico - Resultado	16052022062197300000036152885
Relatório ortopedista0001	Atestado	16052022055421500000036152875
Relatório fisioterapeuta0001	Atestado	16052022052009200000036152858
Demonstrativo de pagamento0002	Contracheque / Hollerith	16052022041488600000036152840
Demonstrativo de pagamento0001	Contracheque / Hollerith	16052022034965700000036152835
Aviso prévio0001	Aviso Prévio	16052022030318900000036152825
Atestado 30 junho0001	Atestado	16052022024480400000036152821
CAT0001	Comunicação de Acidente de Trabalho /CAT	16052022023047300000036152813
CTPS0001	CTPS	16052022020984300000036152804
Procuração0001	Procuração	16052022015243000000036152799
Petição Inicial	Petição Inicial	16052017075844200000036142252

Em 29 de Novembro de 2018

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

lar

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 15ª Região

6ª Vara do Trabalho de Campinas

Processo nº 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE - CPF: 102.278.628-80
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME - CNPJ: 10.482.466/0001-24

OFÍCIO

DO 6ª Vara do Trabalho de Campinas

AO

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST

(regressivas@tst.jus.br)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho,

Pelo presente, informo a V. Sª que nos autos em epígrafe foi proferida sentença, a qual poderá ser acessada, bem como os demais documentos dos autos, pelo site https://pje.trt15.jus.br/documentos, digitando a(s) chave(s) abaixo, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva, na forma da recomendação conjunta 02/2011, da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho e Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Ofício	Ofício	18112917284124300000097746319
		1810161017289020000

Sentença	Notificação	0094919263
Sentença	Sentença	18083010434051100000091683582
Ata da Audiência	Ata da Audiência	18082916444310500000091639470
Despacho	Notificação	18052809113862500000085372102
Despacho	Despacho	18052710244877500000085361029
Ata da Audiência	Ata da Audiência	18052510451240700000085274448
Substabelecimento	Substabelecimento sem Reserva de Poderes	18033111035484400000081139239
Habilitação em processo	Apresentação de Substabelecimento sem Reserva de Poderes	18033111024950500000081139238
Despacho	Notificação	18032712551721600000080941755
Despacho	Despacho	18032712434770300000080940579
Manifestação sobre provas	Manifestação	18031616115674000000080150037
INDICAÇÃO DE PROVAS	Manifestação	18031517161060500000080059844
certidão	Certidão	18030915234913600000079540406
Despacho	Notificação	18030806545457300000079381361
Despacho	Despacho	18030716440994800000079349429
Rosana Duarte (1)	Laudo Pericial	17110520535527900000072054891
pericia médica	Laudo Pericial	17110520515134000000072054886
Rosana Duarte	Laudo Pericial	17092809444651500000069279494
Médico	Laudo Pericial	17092809404025300000069279424
Despacho	Notificação	17063007433278900000062335234
Despacho	Despacho	17062917342338100000062319937
Guia depósito honorários prévios periciais	Comprovante de Pagamento de Honorários	16100517470050200000045374611
Honorários prévios periciais	Manifestação	16100517450467300000045374505
Quesitos e email para contato com Perito	Manifestação	16091617270146900000044068028
apresentação de quesitos	Manifestação	16091317105672100000043791875
Comprovante entrega ofício previdência0001	Documento Diverso	16091217534300200000043690332
		160912174747682000

comprovante entrega oficio inss	Manifestação	0043690150
Ata da Audiência	Ata da Audiência	16090615450812400000043371241
Manifestação Recda sobre prontuário médico	Manifestação	16090520055858000000043309186
manifestação prontuário médico	Manifestação	16090217154487800000043181186
Despacho	Notificação	16082913423194900000042757828
Despacho	Despacho	16082910144937200000042728173
21 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910123472500000042727778
23 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910122134100000042727745
19 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910120585400000042727697
17 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910115097400000042727654
15 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910113730400000042727611
13 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910111478900000042727529
11 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910104834000000042727429
9 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910103432800000042727388
7 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910102204600000042727348
3 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910100881100000042727310
5 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910094897000000042727258
1 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910090379100000042727135
Documentos	Certidão	16082910075377500000042727047
Manifestação	Manifestação	16081917370633600000042198602
MANIFESTAÇÃO À CONTESTAÇÃO	Manifestação	16081214020634400000041699587
Ata da Audiência	Ata da Audiência	16080217351898400000041005148
Substabelecimento NCF	Documento Diverso	16080212023832200000040953775
DOC. 02 - Exame demissional	Documento Diverso	16080212021345100000040953733
DOC. 01 - Cartão de ponto	Controle de Frequencia	16080212003590700000040953504
Contrato social - Montoni	Contrato Social	16080212002261500000040953473
		16080211483639800000

Contestação	Contestação	0040951806
Procuração	Procuração	16080211465811800000040951366
Habilitação em processo	Manifestação	16080211425170600000040951360
Notificação	Notificação	16061609084117000000037789341
Decisão	Notificação	16060609074015600000037038302
Decisão	Decisão	16060609074015600000037038302
Declaração hipossuficiêmcia0001	Declaração de Hipossuficiência	16052022220980200000036153056
trct0001	Termo de Homologação de Rescisão do Contrato de Trabalho	16052022214046700000036153047
Ofício atraso homologação0001	Documento Diverso	16052022211888900000036153045
Ficha internação0001	Documento Diverso	16052022090407800000036152952
Ofício sindicato0001	Documento Diverso	16052022083232300000036152942
Comunicação de decisão - Previdência social0001	Documento Diverso	16052022072940900000036152919
Ressonância Magnética0002	Exame Médico - Resultado	16052022062197300000036152885
Relatório ortopedista0001	Atestado	16052022055421500000036152875
Relatório fisioterapeuta0001	Atestado	16052022052009200000036152858
Demonstrativo de pagamento0002	Contracheque / Hollerith	16052022041488600000036152840
Demonstrativo de pagamento0001	Contracheque / Hollerith	16052022034965700000036152835
Aviso prévio0001	Aviso Prévio	16052022030318900000036152825
Atestado 30 junho0001	Atestado	16052022024480400000036152821
CAT0001	Comunicação de Acidente de Trabalho /CAT	16052022023047300000036152813
CTPS0001	CTPS	16052022020984300000036152804
Procuração0001	Procuração	16052022015243000000036152799
Petição Inicial	Petição Inicial	16052017075844200000036142252

Em 5 de Dezembro de 2018

emails

ofício

6ª Vara do Trabalho de Campinas <6vt.campinas@trt15.jus.br> 17:44 (Há 2 minutos)

para regressivas

Segue ofício referente aos autos n. 0011050-37.2016.5.15.0093 da 6ª Vara do Trabalho de Campinas.



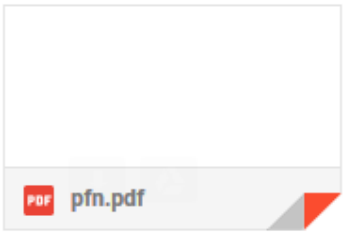
tst.pdf

Responder Encaminhar

ofício

6ª Vara do Trabalho de Campinas <6vt.campinas@trt15.jus.br> 17:46 (Há 0 minutos)
para psfcps.regressivas

Segue ofício referente aos autos n. 0011050-37.2016.5.15.0093 da 6ª Vara do Trabalho de Campinas.



Responder Encaminhar

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

aoo

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

D E S P A C H O

1. A reclamada deverá, em 8 (oito) dias, apresentar seus cálculos de liquidação, atualizados, constando eventuais deduções relativas ao imposto de renda e contribuições previdenciárias (cotas do empregado, do empregador e SAT).

No mesmo prazo, deverá a ré em comento efetuar o depósito do montante que entende ser devido, devendo os cálculos acima serem atualizados até a data do respectivo depósito.

Fica desde logo ressaltado que significativas discrepâncias entre os cálculos apresentados e o montante a ser reconhecido como devido poderá caracterizar ato atentatório à dignidade da justiça, ensejando eventual aplicação de multa nos termos dos arts. 774 do CPC.

Da MEMÓRIA dos cálculos deverão constar a totalização de cada parcela decorrente da sentença, em valores originários e após a atualização monetária; a atualização monetária, segundo tabela própria; a apuração dos juros de mora, devendo indicar, de forma destacada, o seu percentual, o período da sua apuração e o seu valor final; a dedução das contribuições previdenciárias relativas à cota do empregado; a cota previdenciária relativa ao empregador; a dedução do imposto de renda, ainda que em caráter estimativo, devendo indicar, de forma clara, a base de cálculo do tributo; o valor de cada uma das despesas processuais, devidamente atualizadas, devendo indicar os índices aplicados; a soma de todos os valores a serem executados, informada no resumo dos cálculos.

Do resumo dos cálculos deverão constar as seguintes parcelas obrigatórias: o total líquido do reclamante; o FGTS a ser recolhido em conta vinculada; a cota

previdenciária do reclamante, já deduzida; o valor do imposto de renda; a cota previdenciária patronal; as custas processuais, se não quitadas; os honorários de advogado ou sindicato, se houver; os honorários periciais, se houver; as despesas com editais, se houver; o valor total geral da execução e a data final da atualização; os critérios de aplicação dos índices de correção monetária; as despesas a serem suportadas pelo reclamante, destacadamente, se houver.

O resumo deverá ser apresentado da seguinte forma:

01.....Principal da execução.

02.....Juros.

03.....Subtotal (1+2).

04.....Base do IRRF.

05.....IRRF.

06.....Total devido ao reclamante (3-5).

07.....IRRF.

08.....INSS/Cota reclamante.

09.....INSS/Cota patronal.

10.....Hon. Advocatícios(se houver).

11.....Honorários periciais (se houver).

12.....Custas processuais.

13.....FGTS a depositar.

14.....Demais despesas processuais.

15.....Total da execução (6+7+....+15).

Crédito atualizado até a data do depósito, conforme supra determinado.

O resumo deverá, ainda, trazer as seguintes informações:

1-O índice de atualização monetária utilizado, observando-se a OJ302 da SDI/1 do C. TST, relativamente ao FGTS;

2-O período de aplicação de juros e o índice apurado e

3-Outras informações que julgar indispensáveis.

A reclamada deverá apresentar seus cálculos conforme acima disposto, sob pena de não recebimento dos mesmos.

2. Cumprido, fica o reclamante desde já intimado a se manifestar, vindo com os seus em caso de divergência, no prazo de 8 dias contados da apresentação dos cálculos pela ré ou do término de seu prazo no caso de inércia, nos termos do art. 879 da CLT e seus parágrafos, sob pena de preclusão.

Ainda, em caso de grande divergência entre os cálculos apresentados, inclua-se o feito na pauta de perícias. Fica desde já nomeado Buratiero Contábil Ltda. (CNPJ: 04.649.467/0001-18), que deverá apresentar seu laudo no prazo de 30 dias.

Assim que concluído o laudo, o perito deverá disponibilizá-lo por e-mail diretamente aos advogados das partes, que poderão apresentar impugnação, também pela via eletrônica, endereçada ao perito, no prazo comum de 8 (oito) dias.

As partes devem enviar as impugnações SOB PENA DE PRECLUSÃO, sendo que não serão consideradas as petições neste sentido protocoladas nos autos

Após, o perito deverá, no prazo de 10 (dez) dias posteriores, entregar ao Juízo o laudo, as impugnações e a sua manifestação.

3. Para tanto, deverão as partes informar nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, **a contar da publicação do presente despacho**, os respectivos e-mails para comunicação com o perito.

Atente-se o Sr. Perito que eventuais documentos que se façam necessários para a confecção dos laudos deverão ser solicitados diretamente às partes, através dos endereços eletrônicos por elas informados.

4. Em caso de concordância entre as partes, ou inércia do autor, tornem conclusos.

Intimem-se.

Em 25 de Janeiro de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

aoo

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

D E S P A C H O

1. A reclamada deverá, em 8 (oito) dias, apresentar seus cálculos de liquidação, atualizados, constando eventuais deduções relativas ao imposto de renda e contribuições previdenciárias (cotas do empregado, do empregador e SAT).

No mesmo prazo, deverá a ré em comento efetuar o depósito do montante que entende ser devido, devendo os cálculos acima serem atualizados até a data do respectivo depósito.

Fica desde logo ressaltado que significativas discrepâncias entre os cálculos apresentados e o montante a ser reconhecido como devido poderá caracterizar ato atentatório à dignidade da justiça, ensejando eventual aplicação de multa nos termos dos arts. 774 do CPC.

Da MEMÓRIA dos cálculos deverão constar a totalização de cada parcela decorrente da sentença, em valores originários e após a atualização monetária; a atualização monetária, segundo tabela própria; a apuração dos juros de mora, devendo indicar, de forma destacada, o seu percentual, o período da sua apuração e o seu valor final; a dedução das contribuições previdenciárias relativas à cota do empregado; a cota previdenciária relativa ao empregador; a dedução do imposto de renda, ainda que em caráter estimativo, devendo indicar, de forma clara, a base de cálculo do tributo; o valor de cada uma das despesas processuais, devidamente atualizadas, devendo indicar os índices aplicados; a soma de todos os valores a serem executados, informada no resumo dos cálculos.

Do resumo dos cálculos deverão constar as seguintes parcelas obrigatórias: o total líquido do reclamante; o FGTS a ser recolhido em conta vinculada; a cota

previdenciária do reclamante, já deduzida; o valor do imposto de renda; a cota previdenciária patronal; as custas processuais, se não quitadas; os honorários de advogado ou sindicato, se houver; os honorários periciais, se houver; as despesas com editais, se houver; o valor total geral da execução e a data final da atualização; os critérios de aplicação dos índices de correção monetária; as despesas a serem suportadas pelo reclamante, destacadamente, se houver.

O resumo deverá ser apresentado da seguinte forma:

01.....Principal da execução.

02.....Juros.

03.....Subtotal (1+2).

04.....Base do IRRF.

05.....IRRF.

06.....Total devido ao reclamante (3-5).

07.....IRRF.

08.....INSS/Cota reclamante.

09.....INSS/Cota patronal.

10.....Hon. Advocatícios(se houver).

11.....Honorários periciais (se houver).

12.....Custas processuais.

13.....FGTS a depositar.

14.....Demais despesas processuais.

15.....Total da execução (6+7+....+15).

Crédito atualizado até a data do depósito, conforme supra determinado.

O resumo deverá, ainda, trazer as seguintes informações:

1-O índice de atualização monetária utilizado, observando-se a OJ302 da SDI/1 do C. TST, relativamente ao FGTS;

2-O período de aplicação de juros e o índice apurado e

3-Outras informações que julgar indispensáveis.

A reclamada deverá apresentar seus cálculos conforme acima disposto, sob pena de não recebimento dos mesmos.

2. Cumprido, fica o reclamante desde já intimado a se manifestar, vindo com os seus em caso de divergência, no prazo de 8 dias contados da apresentação dos cálculos pela ré ou do término de seu prazo no caso de inércia, nos termos do art. 879 da CLT e seus parágrafos, sob pena de preclusão.

Ainda, em caso de grande divergência entre os cálculos apresentados, inclua-se o feito na pauta de perícias. Fica desde já nomeado Buratiero Contábil Ltda. (CNPJ: 04.649.467/0001-18), que deverá apresentar seu laudo no prazo de 30 dias.

Assim que concluído o laudo, o perito deverá disponibilizá-lo por e-mail diretamente aos advogados das partes, que poderão apresentar impugnação, também pela via eletrônica, endereçada ao perito, no prazo comum de 8 (oito) dias.

As partes devem enviar as impugnações SOB PENA DE PRECLUSÃO, sendo que não serão consideradas as petições neste sentido protocoladas nos autos

Após, o perito deverá, no prazo de 10 (dez) dias posteriores, entregar ao Juízo o laudo, as impugnações e a sua manifestação.

3. Para tanto, deverão as partes informar nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, **a contar da publicação do presente despacho**, os respectivos e-mails para comunicação com o perito.

Atente-se o Sr. Perito que eventuais documentos que se façam necessários para a confecção dos laudos deverão ser solicitados diretamente às partes, através dos endereços eletrônicos por elas informados.

4. Em caso de concordância entre as partes, ou inércia do autor, tornem conclusos.

Intimem-se.

Em 25 de Janeiro de 2019.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA SEXTA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

ROSANA DUARTE, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por sua advogada que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, face ao r. despacho de fls., informar o email para comunicação com o Sr. Perito, qual seja: **cristina@meiraabud.com.br.**

Termos em que

Pede deferimento.

Campinas, 05 de fevereiro de 2019.

CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO

OAB/SP 148.086

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA SEXTA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

ROSANA DUARTE, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por sua advogada que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, face o r. despacho de fls., apresentar seus cálculos de liquidação no valor de R$ 22.798,05 (vinte e dois mil, setecentos e noventa e oito reais e cinco centavos), requerendo o prosseguimento da execução.

Termos em que

Pede deferimento.

Campinas, 13 de fevereiro de 2019.

Cristina Etter Abud Penteado

OAB/SP 148.086

Debit

Processo:	0011050-37.2016.5.15.0093	Data de Admissão: 09/09/2015
Vara:	6a Vara do Trabalho de Campinas	Data de Demissão: 30/06/2016
Reclamante:	Rosana Duarte	Estabilidade até: 30/06/2016
Adv. Reclamante:	Cristina Etter Abud Penteado	Data de Distribuição: 20/05/2016
Reclamada:	Montoni e Romero	Tabela de correção: IPCA-E até o dia 01/02/2019

Resumo Geral dos Haveres

Verba	Valor
Evolução Salarial	11.277,96
13o salário, férias e verbas rescisórias	3.311,02
Subtotal	**14.588,98**
FGTS	1.167,11
Multa de 40% sobre os valores do FGTS (valor depositado R$ 968,64 x 40% x 1,096781584)	424,95
Subtotal	**15.756,10**
Juros (R$ 15.756,10 - R$ -0,00 (INSS) = R$ 15.756,10 x 32,00%)	5.041,95
Subtotal	**20.798,05**
Honorarios periciais	2.000,00
Total	**22.798,05**

Debit

Processo:	0011050-37.2016.5.15.0093		Data de Admissão: 09/09/2015
Vara:	6a Vara do Trabalho de Campinas		Data de Demissão: 30/06/2016
Reclamante:	Rosana Duarte		Estabilidade até: 30/06/2016
Adv. Reclamante:	Cristina Etter Abud Penteado		Data de Distribuição: 20/05/2016
Reclamada:	Montoni e Romero		Tabela de correção: IPCA-E até o dia 01/02/2019

Evolução Salarial

Data	Salário	Salário efetivo	Total	Índice Correção	Resultado	FGTS	Base INSS	Base IRRF
09/2015	1.019,00	747,26	747,26	1,178502898	880,65	70,45	747,26	880,65
10/2015	1.019,00	1.019,00	1.019,00	1,173924593	1.196,22	95,69	1.019,00	1.196,22
11/2015	1.019,00	1.019,00	1.019,00	1,166227491	1.188,38	95,07	1.019,00	1.188,38
12/2015	1.019,00	1.019,00	1.019,00	1,156398107	1.178,36	94,26	1.019,00	1.178,36
01/2016	1.019,00	1.019,00	1.019,00	1,142911749	1.164,62	93,17	1.019,00	1.164,62
02/2016	1.019,00	1.019,00	1.019,00	1,132492815	1.154,01	92,32	1.019,00	1.154,01
03/2016	1.019,00	1.019,00	1.019,00	1,116636575	1.137,85	91,02	1.019,00	1.137,85
04/2016	1.019,00	1.019,00	1.019,00	1,111855596	1.132,98	90,63	1.019,00	1.132,98
05/2016	1.019,00	1.019,00	1.019,00	1,106213905	1.127,23	90,17	1.019,00	1.127,23
06/2016	1.019,00	1.019,00	1.019,00	1,096781584	1.117,62	89,40	1.019,00	1.117,62
Total					11.277,96	902,23		11.277,96

Debit

Processo:	0011050-37.2016.5.15.0093		Data de Admissão: 09/09/2015
Vara:	6a Vara do Trabalho de Campinas		Data de Demissão: 30/06/2016
Reclamante:	Rosana Duarte		Estabilidade até: 30/06/2016
Adv. Reclamante:	Cristina Etter Abud Penteado		Data de Distribuição: 20/05/2016
Reclamada:	Montoni e Romero		Tabela de correção: IPCA-E até o dia 01/02/2019

13o salário, férias e verbas rescisórias

Data	Descrição	Proporção	Valor	Valor Pago	Diferença	Índice correção	Resultado	FGTS	Base INSS	Base IRRF
12/2015	13o. salário	4/12	339,67	0,00	339,67	1,156398108	392,79	31,42	339,67	392,79
06/2016	13o. salário	6/12	509,50	0,00	509,50	1,096781584	558,81	44,70	509,50	558,81
06/2016	Férias proporcionais	10/12	849,17	0,00	849,17	1,096781584	931,35	74,51	849,17	931,35
06/2016	Abono de férias proporcionais	10/12	283,06	0,00	283,06	1,096781584	310,45	24,84	283,06	310,45
06/2016	Saldo salarial	0 dias	1.019,00	0,00	1.019,00	1,096781584	1.117,62	89,41	1.019,00	1.117,62
Total							**3.311,02**	**264,88**		**3.311,02**

Debit

Processo:	0011050-37.2016.5.15.0093		Data de Admissão: 09/09/2015
Vara:	6a Vara do Trabalho de Campinas		Data de Demissão: 30/06/2016
Reclamante:	Rosana Duarte		Estabilidade até: 30/06/2016
Adv. Reclamante:	Cristina Etter Abud Penteado		Data de Distribuição: 20/05/2016
Reclamada:	Montoni e Romero		Tabela de correção: IPCA-E até o dia 01/02/2019

INSS

Data	Base INSS	Base INSS	Base INSS	Alíquota	INSS da ação trabalhista	INSS retido	INSS a recolher limitado ao teto	Índice correção	Resultado	Base corrigida para INSS do
09/2015	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,178502898	0,00	0,00
10/2015	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,173924593	0,00	0,00
11/2015	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,166227491	0,00	0,00
12/2015	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,156398107	0,00	0,00
01/2016	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,142911749	0,00	0,00
02/2016	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,132492815	0,00	0,00
03/2016	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,116636575	0,00	0,00
04/2016	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,111855596	0,00	0,00
05/2016	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,106213905	0,00	0,00
06/2016	0,00	1.019,00	1.019,00	8,00	81,52	0,00	81,52	1,096781584	89,40	1.117,62
Total									**89,4**	**1.117,62**

Debit

Processo:	0011050-37.2016.5.15.0093	Data de Admissão: 09/09/2015
Vara:	6a Vara do Trabalho de Campinas	Data de Demissão: 30/06/2016
Reclamante:	Rosana Duarte	Estabilidade até: 30/06/2016
Adv. Reclamante:	Cristina Etter Abud Penteado	Data de Distribuição: 20/05/2016
Reclamada:	Montoni e Romero	Tabela de correção: IPCA-E até o dia 01/02/2019

INSS - 13o salário

Data	Base INSS	Base INSS	Base INSS	Alíquota	INSS da ação trabalhista	INSS retido	INSS a recolher limitado ao teto	Índice correção	Resultado	Base corrigida para INSS do
09/2015	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,178502898	0,00	0,00
10/2015	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,173924593	0,00	0,00
11/2015	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,166227491	0,00	0,00
12/2015	0,00	339,66	339,66	8,00	27,17	0,00	27,17	1,156398107	31,42	392,78
01/2016	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,142911749	0,00	0,00
02/2016	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,132492815	0,00	0,00
03/2016	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,116636575	0,00	0,00
04/2016	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,111855596	0,00	0,00
05/2016	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,106213905	0,00	0,00
06/2016	0,00	509,50	509,50	8,00	40,76	0,00	40,76	1,096781584	44,70	558,81
Total									**76,12**	**951,6**

Debit

Processo:	0011050-37.2016.5.15.0093	Data de Admissão: 09/09/2015
Vara:	6a Vara do Trabalho de Campinas	Data de Demissão: 30/06/2016
Reclamante:	Rosana Duarte	Estabilidade até: 30/06/2016
Adv. Reclamante:	Cristina Etter Abud Penteado	Data de Distribuição: 20/05/2016
Reclamada:	Montoni e Romero	Tabela de correção: IPCA-E até o dia 01/02/2019

INSS - Férias

Data	Base INSS	Base INSS	Base INSS total	Alíquota	INSS da ação trabalhista	INSS retido	INSS a recolher limitado ao teto	Índice correção	Resultado	Base corrigida para INSS do
09/2015	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,178502898	0,00	0,00
10/2015	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,173924593	0,00	0,00
11/2015	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,166227491	0,00	0,00
12/2015	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,156398107	0,00	0,00
01/2016	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,142911749	0,00	0,00
02/2016	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,132492815	0,00	0,00
03/2016	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,116636575	0,00	0,00
04/2016	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,111855596	0,00	0,00
05/2016	0,00	0,00	0,00	8,00	0,00	0,00	0,00	1,106213905	0,00	0,00
06/2016	0,00	1.132,22	1.132,22	8,00	90,57	0,00	90,57	1,096781584	99,34	1.241,80
Total									**99,34**	**1.241,8**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

aoo

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

D E S P A C H O

Sobre os cálculos de liquidação apresentados pelo reclamante, manifeste-se a reclamada, vindo com os seus em caso de divergência, no prazo de 8 dias, nos termos do art. 879 da CLT e seus parágrafos, sob pena de preclusão. No mesmo prazo preclusivo, a reclamada deverá comprovar nos autos seu enquadramento legal para fins de apuração do adicional de risco de contribuição previdenciária (art. 22, II, da Lei 8.212/91 e art. 202 do Decreto 3.048/99), sendo que em caso de omissão, entender-se-á que se enquadra no risco máximo, ressalvadas as exceções expressamente previstas em lei.

Mantenho o despacho ID. 8388192, no que couber.

Intime-se.

Em 14 de Março de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

aoo

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

D E S P A C H O

Sobre os cálculos de liquidação apresentados pelo reclamante, manifeste-se a reclamada, vindo com os seus em caso de divergência, no prazo de 8 dias, nos termos do art. 879 da CLT e seus parágrafos, sob pena de preclusão. No mesmo prazo preclusivo, a reclamada deverá comprovar nos autos seu enquadramento legal para fins de apuração do adicional de risco de contribuição previdenciária (art. 22, II, da Lei 8.212/91 e art. 202 do Decreto 3.048/99), sendo que em caso de omissão, entender-se-á que se enquadra no risco máximo, ressalvadas as exceções expressamente previstas em lei.

Mantenho o despacho ID. 8388192, no que couber.

Intime-se.

Em 14 de Março de 2019.

Juiz(íza) do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.6vt.campinas@trt15.jus.br

PROCESSO: 0011050-37.2016.5.15.0093
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME
CG

DECISÃO PJe-JT

A reclamante apresentou seus cálculos de liquidação, sobre os quais não se manifestou a ré.

Por todo o exposto, **HOMOLOGO** a conta de liquidação ofertada pela autora, eis que em consonância com o título exequendo, para que produza os legais e jurídicos efeitos.

Fixo o montante condenatório em **R$23.198,05** corrigido até 1.2.2019 atualizável no pagamento, conforme discriminação abaixo:

I- R$ 20.798,05 concernentes ao valor liquido do crédito trabalhista, já descontada a contribuição previdenciária devida. Desse montante, R$ 15.756,10 se refere ao valor principal devidamente atualizado e R$ 5.041,95 se refere aos respectivos juros de mora.

II- R$ 400,00 referentes às custas processuais, já corrigidas para a data do cálculo.

III - R$ 2.000,00 referentes aos honorários periciais de instrução, já corrigidos até a data dos cálculos.

Diante do que consta na r. Sentença, não há incidência fiscal ou previdenciária.

Inexiste depósito recursal.

Diante dos termos da Portaria nº 582 de 11/12/2013, do Ministro do Estado da Fazenda, do Comunicado nº 16/2010 e da Recomendação GP-CR nº 03/2011, ambos da Presidência do E. TRT da 15º Região, deixo de promover a intimação da União.

Nos termos do art. 880 da CLT, ficam a reclamada e seus sócios intimados, na pessoa do Procurador constituído nos autos, a pagar em 48 horas, os valores homologados, sendo-lhes facultado garantir o Juízo ou indicar bens, nos termos dos artigos 880 e 882 da CLT, observada a ordem preferencial do art. 835 do CPC, sob pena de penhora e posterior inclusão de seu nome no BNDT.

Notificadas as executadas, presumem-se cientes os respectivos sócios.

Fica facultado o parcelamento previsto no art. 916 do CPC, condicionado ao pagamento de 30% sobre o montante total diretamente na conta do patrono do autor, conforme Recomendação nº 6/2017 do E.TRT.

Notificado da Sentença de Liquidação, o reclamante deverá, em 48horas, independente de nova intimação, informar nos autos a conta bancária para o pagamento direto das demais parcelas referentes ao crédito líquido do autor, conforme preconiza o §1º do art. 1ª da referida Recomendação, notando-se que até a última parcela deverá ser quitado o valor atualizado do débito.

A reclamada deverá informar nos autos a opção pelo parcelamento. Não é necessária a comprovação dos depósitos nos autos, cabendo ao credor informar eventual descumprimento.

As custas, contribuições previdenciárias e fiscais, se houver, bem como eventuais honorários periciais, deverão ter seu recolhimento comprovado nos autos, em guia própria, até o pagamento da última parcela.

O não pagamento integral das obrigações implicará: 1) vencimento das subsequentes; 2) prosseguimento da execução; 3) multa de 10% sobre o valor das prestações não quitadas.

Se o caso, decorrido o prazo de 10 dias após o pagamento da última parcela do parcelamento, nada mais havendo, arquivem-se.

Nos termos da Resolução nº 213/2016, do TST, informe a reclamada, em 48 horas, seus dados bancários para restituição de eventual saldo remanescente via transferência bancária. No silêncio, será expedida Guia de Retirada ou Alvará Judicial, conforme o caso.

Intimem-se.

Campinas, 9.5.2019

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.6vt.campinas@trt15.jus.br

PROCESSO: 0011050-37.2016.5.15.0093
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME
CG

DECISÃO PJe-JT

A reclamante apresentou seus cálculos de liquidação, sobre os quais não se manifestou a ré.

Por todo o exposto, **HOMOLOGO** a conta de liquidação ofertada pela autora, eis que em consonância com o título exequendo, para que produza os legais e jurídicos efeitos.

Fixo o montante condenatório em **R$23.198,05** corrigido até 1.2.2019 atualizável no pagamento, conforme discriminação abaixo:

I- R$ 20.798,05 concernentes ao valor liquido do crédito trabalhista, já descontada a contribuição previdenciária devida. Desse montante, R$ 15.756,10 se refere ao valor principal devidamente atualizado e R$ 5.041,95 se refere aos respectivos juros de mora.

II- R$ 400,00 referentes às custas processuais, já corrigidas para a data do cálculo.

III - R$ 2.000,00 referentes aos honorários periciais de instrução, já corrigidos até a data dos cálculos.

Diante do que consta na r. Sentença, não há incidência fiscal ou previdenciária.

Inexiste depósito recursal.

Diante dos termos da Portaria nº 582 de 11/12/2013, do Ministro do Estado da Fazenda, do Comunicado nº 16/2010 e da Recomendação GP-CR nº 03/2011, ambos da Presidência do E. TRT da 15º Região, deixo de promover a intimação da União.

Nos termos do art. 880 da CLT, ficam a reclamada e seus sócios intimados, na pessoa do Procurador constituído nos autos, a pagar em 48 horas, os valores homologados, sendo-lhes facultado garantir o Juízo ou indicar bens, nos termos dos artigos 880 e 882 da CLT, observada a ordem preferencial do art. 835 do CPC, sob pena de penhora e posterior inclusão de seu nome no BNDT.

Notificadas as executadas, presumem-se cientes os respectivos sócios.

Fica facultado o parcelamento previsto no art. 916 do CPC, condicionado ao pagamento de 30% sobre o montante total diretamente na conta do patrono do autor, conforme Recomendação nº 6/2017 do E.TRT.

Notificado da Sentença de Liquidação, o reclamante deverá, em 48horas, independente de nova intimação, informar nos autos a conta bancária para o pagamento direto das demais parcelas referentes ao crédito líquido do autor, conforme preconiza o §1º do art. 1ª da referida Recomendação, notando-se que até a última parcela deverá ser quitado o valor atualizado do débito.

A reclamada deverá informar nos autos a opção pelo parcelamento. Não é necessária a comprovação dos depósitos nos autos, cabendo ao credor informar eventual descumprimento.

As custas, contribuições previdenciárias e fiscais, se houver, bem como eventuais honorários periciais, deverão ter seu recolhimento comprovado nos autos, em guia própria, até o pagamento da última parcela.

O não pagamento integral das obrigações implicará: 1) vencimento das subsequentes; 2) prosseguimento da execução; 3) multa de 10% sobre o valor das prestações não quitadas.

Se o caso, decorrido o prazo de 10 dias após o pagamento da última parcela do parcelamento, nada mais havendo, arquivem-se.

Nos termos da Resolução nº 213/2016, do TST, informe a reclamada, em 48 horas, seus dados bancários para restituição de eventual saldo remanescente via transferência bancária. No silêncio, será expedida Guia de Retirada ou Alvará Judicial, conforme o caso.

Intimem-se.

Campinas, 9.5.2019

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
6ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.6vt.campinas@trt15.jus.br

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico para os devidos fins que anexo os cálculos atualizados:

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Pr

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **ROSANA DUARTE**
Reclamado: **MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME**
Período do Cálculo: **01/02/2019 a 01/02/2019** Data Ajuizamento: **20/05/2016** Data Liquid

Resumo do Cálculo

Descrição do Bruto Devido ao Reclamante	Valor Corrigido	
PRINCIPAL	15.756,10	5
Total	**15.756,10**	5

Percentual d

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
VERBAS	21.641,77
Bruto Devido ao Reclamante	**21.641,77**
Total de Descontos	**0,00**
Líquido Devido ao Reclamante	**21.641,77**

Descrição de Débitos do Recl
LÍQUIDO DEVIDO AO RE
HONORÁRIOS LÍQUIDOS
IRPF SOBRE HONORÁRIOS
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS
Total

Critério de Cálculo e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Tabela Única JT Diário', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmu
2. Contribuições sociais sobre 'salários devidos vencidos antes de 05/03/2009' sem acréscimo de juros e multa, conforme Art. 2
   sociais sobre 'salários devidos vencidos a partir de 05/03/2009' com acréscimo de juros desde a prestação do serviço e sem
3. Juros simples de 1% a.m., pro rata dia (Art. 39 da Lei nº 8177/91).

Nada mais.

CAMPINAS, 10 de Junho de 2019.

NATALIA DELBONI BARROS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

NDB

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.6vt.campinas@trt15.jus.br

PROCESSO: 0011050-37.2016.5.15.0093
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

DECISÃO PJe-JT

Ante o silêncio da reclamada, venham os autos conclusos para que seja realizada a consulta sobre a existência de ativos financeiros do executado, nos termos do art. 854 do NCPC, com a consequente penhora dos valores que forem encontrados em conta-corrente, poupança ou aplicações financeiras, através do sistema BACEN JUD, nos exatos termos do art. 83 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e do art. 1º do Capítulo "Dos Procedimentos Relativos ao Sistema BACEN JUD" da Consolidação das Normas da Corregedoria do E. TRT da 15ª Região, que determinam que o sistema BACEN JUD seja utilizado com precedência sobre outras modalidades de constrição judicial.

Após, tornem conclusos para deliberações.

CAMPINAS, 10 de Junho de 2019.

EDUARDO ALEXANDRE DA SILVA

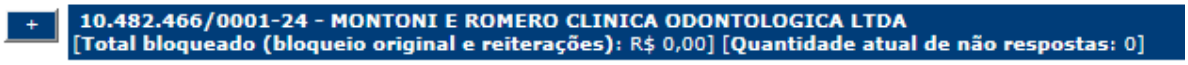
JUIZ DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
6ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.6vt.campinas@trt15.jus.br

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME, ADRIANO MONTONI ROMERO, BIANCA MONTONI ROMERO, CARLOS DE JESUS ROMERO

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico para os devidos fins que anexo a resposta negativa do BacenJud:



Certifico, ainda, que a anexo a ficha cadastral da reclamada obtida na Jucesp.

Nada mais.

CAMPINAS, 5 de Agosto de 2019.

NATALIA DELBONI BARROS

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA

MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA

TIPO: SOCIEDADE LIMITADA

NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35222573405	05/11/2008	05/08/2019 13:49:29

INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
29/10/2008	10.482.466/0001-24	

CAPITAL

R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: AVENIDA DOUTOR JOSE BONIFACIO COUTINHO N	NÚMERO: 150	
BAIRRO: JARDIM MADALENA	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: CAMPINAS	CEP: 13091-611	UF: SP

OBJETO SOCIAL

ATIVIDADE ODONTOLÓGICA COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

ADRIANO MONTONI ROMERO, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 160.925.588-74, RG/RNE: 206280051 - SP, RESIDENTE À RUA 14 (QUATORZE), 162, RESIDENCIAL C, SAO JOSE, PAULINIA - SP, CEP 13146-030, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.500,00.

BIANCA MONTONI ROMERO DA SILVA, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 325.741.678-48, RG/RNE: 342075378 - SP, RESIDENTE À AV. IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 550, TORRE 6 - APT, VILA NOVA, CAMPINAS - SP, CEP 13073-035, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.500,00.

CARLOS DE JESUS ROMERO, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 304.632.628-91, RG/RNE: 3154431 - SP, RESIDENTE À AVENIDA SANTINO FARAONE, 815, CASA 01, IATE CLUBE DE CAMPI, AMERICANA - SP, CEP 13475-600, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 7.000,00.

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

PJe
Assinado eletronicamente por: NATALIA DELBONI BARROS - 05/08/2019 14:00:24 - cc13a3e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19080513595959400000112812079
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. cc13a3e - Pág. 1
Número do documento: 19080513595959400000112812079

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

SESSÃO: 05/11/2008

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903318635, SITUADA À: RUA RAMOS DE AZEVEDO, 278, CENTRO, COSMOPOLIS - SP, CEP 13150-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADE ODONTOLÓGICA COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, COM CAPITAL DESTACADO DE 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 29/10/2008.

NUM.DOC: 345.109/11-9 SESSÃO: 13/09/2011

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CARLOS DE JESUS ROMERO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 304.632.628-91, RESIDENTE À AVENIDA SANTINO FARAONE, 815, CASA 01, IATE CLUB CAMPINAS, AMERICANA - SP, CEP 13465-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 7.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE ADRIANO MONTORI ROMERO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 160.925.588-74, RG/RNE: 20.628.005.1 - SP, RESIDENTE À 14 (QUATORZE), 162, RESIDENCIAL C, JOAO ARANHA, PAULINIA - SP, CEP 13400-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.500,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE MARCIO MONTONI ROMERO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 160.928.028-80, RESIDENTE À AVENIDA SANTINO FARAONE, 815, CASA 01, IATE CLUB CAMPINAS, AMERICANA - SP, CEP 13465-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.500,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE BIANCA MONTONI ROMERO DA SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 325.741.678-48, RG/RNE: 34.207.537.8 - SP, RESIDENTE À AV. IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 550, TORRE 6 - APT, VILA NOVA, CAMPINAS - SP, CEP 13073-035, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.500,00.

INCLUSÃO DE CNPJ 10.482.466/0001-24

NUM.DOC: 187.892/13-1 SESSÃO: 25/06/2013

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904461695, SITUADA À: RUA DUQUE DE CAXIAS, 290, CENTRO, ITAPIRA - SP, CEP 13974-345, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADE ODONTOLÓGICA COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 01/03/2013.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904461709, SITUADA À: RUA JOAO BATISTA CALMAZINE, 32, PARQUE CIDADE NOVA, MOGI-GUACU - SP, CEP 13845-426, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADE ODONTOLÓGICA COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 01/03/2013.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904461717, SITUADA À: AVENIDA LOTHARIO TEIXEIRA, 366, PARQUE CIDADE NOVA, MOGI-GUACU - SP, CEP 13845-430, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADE ODONTOLÓGICA COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 01/03/2013.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904461725, SITUADA À: RUA CABO JOSE GUEDES, 125, JARDIM BRASILIA, MOGI-MIRIM - SP, CEP 13801-021, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADE ODONTOLÓGICA COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 01/03/2013.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904461733, SITUADA À: RUA JANIO QUADROS, 32, CENTRO, MONTE MOR - SP, CEP 13190-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADE ODONTOLÓGICA COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 01/03/2013.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904461741, SITUADA À: RUA 15 DE NOVEMBRO, 407, CENTRO, PEDREIRA - SP, CEP 13920-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADE ODONTOLÓGICA COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 01/03/2013.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904461750, SITUADA À: RUA GENERAL CAMARA, 869, CENTRO, SANTA BARBARA D'OESTE - SP, CEP 13450-029, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADE ODONTOLÓGICA COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 01/03/2013.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904461768, SITUADA À: RUA JOAO LINO, 21, CENTRO, SANTA BARBARA D'OESTE - SP, CEP 13450-033, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADE ODONTOLÓGICA COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 01/03/2013.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904461776, SITUADA À: PRACA LOURENCO FRANCO DE OLIVEIRA, 26, CENTRO, SERRA NEGRA - SP, CEP 13930-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADE ODONTOLÓGICA COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 01/03/2013.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904461687, SITUADA À: RUA ALFERES JOAO JOSE, 446, JARDIM CHAPADAO, CAMPINAS - SP,

Assinado eletronicamente por: NATALIA DELBONI BARROS - 05/08/2019 14:00:24 - cc13a3e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19080513595959400000112812079
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. cc13a3e - Pág. 2
Número do documento: 19080513595959400000112812079

CEP 13070-188, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADE ODONTOLÓGICA COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 01/03/2013.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904461679, SITUADA À: RUA DR LUIZ CAMILO DE CAMARGO, 864, JARDIM DAS PAINEIRA, HORTOLANDIA - SP, CEP 13184-420, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADE ODONTOLÓGICA COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 01/03/2013.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904461784, SITUADA À: RUA ALBERTO DE SOUZA, 21, SAO LOURENCO, ESTIVA GERBI - SP, CEP 13857-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADE ODONTOLÓGICA COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 01/03/2013.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CARLOS DE JESUS ROMERO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 304.632.628-91, RG/RNE: 3154431 - SP, RESIDENTE À AVENIDA SANTINO FARAONE, 815, CASA 01, IATE CLUBE DE CAMPI, AMERICANA - SP, CEP 13475-600, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 7.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE ADRIANO MONTONI ROMERO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 160.925.588-74, RG/RNE: 20628005-1 - SP, RESIDENTE À RUA 14 (QUATORZE), 162, RESIDENCIAL C, SAO JOSE, PAULINIA - SP, CEP 13146-030, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.500,00.

REMANESCENTE BIANCA MONTONI ROMERO DA SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 325.741.678-48, RG/RNE: 34.207.537.8 - SP, RESIDENTE À AV. IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 550, TORRE 6 - APT, VILA NOVA, CAMPINAS - SP, CEP 13073-035, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.500,00.

NUM.DOC: 008.126/17-3 SESSÃO: 13/01/2017

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA DOUTOR JOSE BONIFACIO COUTINHO N, 150, JARDIM MADALENA, CAMPINAS - SP, CEP 13091-611. , DATADA DE: 17/11/2016.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35903318635, SITUADA À RUA RAMOS DE AZEVEDO, 278, CENTRO, COSMOPOLIS - SP, CEP 13150-000., DATADA DE: 17/11/2016.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35904461687, SITUADA À RUA ALFERES JOAO JOSE, 446, JARDIM CHAPADAO, CAMPINAS - SP, CEP 13070-188., DATADA DE: 17/11/2016.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35904461695, SITUADA À RUA DUQUE DE CAXIAS, 290, CENTRO, ITAPIRA - SP, CEP 13974-345., DATADA DE: 17/11/2016.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35904461709, SITUADA À RUA JOAO BATISTA CALMAZINE, 32, PARQUE CIDADE NOVA, MOGI-GUACU - SP, CEP 13845-426., DATADA DE: 17/11/2016.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35904461717, SITUADA À AVENIDA LOTHARIO TEIXEIRA, 366, PARQUE CIDADE NOVA, MOGI-GUACU - SP, CEP 13845-430., DATADA DE: 17/11/2016.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35904461725, SITUADA À RUA CABO JOSE GUEDES, 125, JARDIM BRASILIA, MOGI-MIRIM - SP, CEP 13801-021., DATADA DE: 17/11/2016.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35904461733, SITUADA À RUA JANIO QUADROS, 32, CENTRO, MONTE MOR - SP, CEP 13190-000., DATADA DE: 17/11/2016.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35904461741, SITUADA À RUA 15 DE NOVEMBRO, 407, CENTRO, PEDREIRA - SP, CEP 13920-000., DATADA DE: 17/11/2016.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35904461750, SITUADA À RUA GENERAL CAMARA, 869, CENTRO, SANTA BARBARA D'OESTE - SP, CEP 13450-029., DATADA DE: 17/11/2016.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35904461768, SITUADA À RUA JOAO LINO, 21, CENTRO, SANTA BARBARA D'OESTE - SP, CEP 13450-033., DATADA DE: 17/11/2016.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35904461776, SITUADA À PRACA LOURENCO FRANCO DE OLIVEIRA, 26, CENTRO, SERRA NEGRA - SP, CEP 13930-000., DATADA DE: 17/11/2016.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35904461784, SITUADA À RUA ALBERTO DE SOUZA, 21, SAO LOURENCO, ESTIVA GERBI - SP, CEP 13857-000., DATADA DE: 17/11/2016.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35904461679, SITUADA À RUA DR LUIZ CAMILO DE CAMARGO, 864, JARDIM DAS PAINEIRA, HORTOLANDIA - SP, CEP 13184-420., DATADA DE: 17/11/2016.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35222573405
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 02/08/2019

Assinado eletronicamente por: NATALIA DELBONI BARROS - 05/08/2019 14:00:24 - cc13a3e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19080513595959400000112812079
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. cc13a3e - Pág. 3
Número do documento: 19080513595959400000112812079

JUCESP GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Simplificada emitida para NATALIA DELBONI BARROS : 07570148606. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 121174588, segunda-feira, 5 de agosto de 2019 às 13:49:29.

PJe

Assinado eletronicamente por: NATALIA DELBONI BARROS - 05/08/2019 14:00:24 - cc13a3e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19080513595959400000112812079
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. cc13a3e - Pág. 4
Número do documento: 19080513595959400000112812079

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

NDB

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.6vt.campinas@trt15.jus.br

PROCESSO: 0011050-37.2016.5.15.0093
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME e outros (3)

DECISÃO PJe-JT

Diante do resultado **negativo** da tentativa de bloqueio de penhora on-line e com fulcro na Lei nº 12.440/2011 e nos termos da Resolução Administrativa nº 1.470 de 24/08/2011 do C. TST, uma vez que se trata a presente de execução definitiva (art. 1º, §3° da mesma Resolução), incluam-se imediatamente os devedores abaixo qualificados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas para finalidade de expedição de certidão positiva de débitos trabalhistas:

RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

Infrutífera a execução em face da reclamada/executada instauro o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, previsto nos artigos 133 a 137 do CPC, nos termos do 855-A, da CLT. Incluam-se os sócios abaixo indicados no polo passivo, observado o disposto no art. 10-A, da CLT, e **noti fiquem-se para manifestação no prazo de 15 dias**:

RÉU: ADRIANO MONTONI ROMERO, BIANCA MONTONI ROMERO, CARLOS DE JESUS ROMERO

Sem prejuízo, considerando que o crédito trabalhista possui natureza privilegiada e alimentar; que o empregador é um ente naturalmente despersonificado, como se extrai do conceito trazido no artigo 2º, da CLT, que o define com a expressão "empresa"; que é fato comum e ordinário (art. 374, I e 375, do CPC), que sócios e empresas coligadas tendem a camuflar o patrimônio quando incluídos no polo passivo de execuções trabalhistas; que os sócios atuais já tiverem ciência do presente débito quando da sentença de liquidação; e por fim o previsto no artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor e art. 50, do Código Civil, todos de aplicação subsidiária em sede trabalhista (art. 8º, da CLT), decido: Conceder a tutela de urgência, nos termos do §2º do artigo 855-A da CLT, pois evidente o risco ao resultado útil do processo, para determinar o **ARRESTO CAUTELAR** de bens dos **sócios atuais**da reclamada, ora incluídos no polo passivo, utilizando-se para tanto de todas as ferramentas eletrônicas disponíveis.

Considerando que o endereço cadastrado dos sócios são os constantes na Receita Federal e havendo devolução pelos Correios, expeça-se edital, ou mandado, se for o caso.

CAMPINAS, 5 de Agosto de 2019.

RAFAEL MARQUES DE SETTA

JUIZ DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
6ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.6vt.campinas@trt15.jus.br

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME, ADRIANO MONTONI ROMERO, BIANCA MONTONI ROMERO, CARLOS DE JESUS ROMERO

CERTIDÃO PJe-JT

Certifico para os devidos fins que anexo a planilha de cálculos atualizada para 30/08/2019.

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Pr

PLANILHA DE CÁLCULO

Reclamante: **ROSANA DUARTE**
Reclamado: **MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME**
Período do Cálculo: **01/02/2019 a 01/02/2019** Data Ajuizamento: **20/05/2016** Data Liquida

Resumo do Cálculo

Descrição do Bruto Devido ao Reclamante	Valor Corrigido	
PRINCIPAL	15.756,10	6
Total	**15.756,10**	**6**

Percentual de

Descrição de Créditos e Descontos do Reclamante	Valor
VERBAS	21.951,81
Bruto Devido ao Reclamante	**21.951,81**
Total de Descontos	**0,00**
Líquido Devido ao Reclamante	**21.951,81**

Descrição de Débitos do Recla
LÍQUIDO DEVIDO AO RE
HONORÁRIOS LÍQUIDOS P
IRPF SOBRE HONORÁRIOS
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS P
Total

Nada mais.

CAMPINAS, 9 de Agosto de 2019.

NATALIA DELBONI BARROS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

Certifico que anexo a GDO encaminhada pela CEF.

CAMPINAS/SP, 27 de setembro de 2019.

NATALIA DELBONI BARROS
Servidor

Assinado eletronicamente por: NATALIA DELBONI BARROS - 27/09/2019 18:14:33 - bedb70d
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19092718142826000000116687123
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 19092718142826000000116687123
ID. bedb70d - Pág. 1

CAIXA

Guia para Depósito Judicial Trabalhista

Levantamento do Depósito (Alvará)

2ª via Levantamento - Vara/Vara

Para obtenção de ID Depósito acesse www.caixa.gov.br

Tipo de depósito: 1 (1 - Primeiro 2 - Em continuação)			Nº da conta judicial: 042/04908155-3		Para primeiro depósito, fornecido pelo sistema
			Agência: 4056		
Processo nº: 00110503720165150093	TRT/Região: 00?	Órgão/Vara: 06? VARA DO TRABALHO	Município:	Nº do ID Depósito: 03405600082190903-9	
Réu/Reclamado: CARLOS DE JESUS ROMERO				CPF/CNPJ - Réu/Reclamado: 304.632.628-91	
Autor/Reclamante: ROSANA DUARTE				CPF/CNPJ - Autor/Reclamante:	
Depositante: CARLOS DE JESUS ROMERO			CPF/CNPJ - Depositante:	Origem do depósito - Bco./Ag./Nº Conta: 000/0000/000000000	
Motivo do depósito: 4 (1 - Garantia de Juízo 2 - Pagamento 3 - Consignação em pto 4 - Outros)			Depósito em: (1 - Dinheiro 2 - Cheque)	Valor total (somatório dos campos 1 a 14): R$ 172.60	Data de atualização: 06/09/2019

(1) Valor principal: R$ 172.60	(2) FGTS/Conta vinculada: R$ 0.00	(3) Juros: R$ 0.00	(4) Leiloeiro: R$ 0.00	(5) Editais: R$ 0.00	(6) INSS Reclamante: R$ 0.00
(7) INSS reclamado: R$ 0.00	(8) Custas: R$ 0.00	(9) Emolumentos: R$ 0.00	(10) Imposto de renda: R$ 0.00	(11) Multas: R$ 0.00	(12) Honorários advocatícios: R$ 0.00
(13) Honorários periciais (a) Engenheiro: R$ 0.00	(b) Contador: R$ 0.00	(c) Documentoscópio: R$ 0.00	(d) Intérprete: R$ 0.00	(e) Médico: R$ 0.00	(f) Outras perícias: R$ 0.00
(14) Outros: R$ 0.00	Observações: BACENJUD			Opcional - Uso do Órgão EXpedidor: Guia nº 00000000000000000	

Pelo presente autorizo o(a) Sr.(a) _____, CPF/CNPJ _____ ou pelo procurador Dr.(a) _____, CPF _____, a receber a importância de R$ _____, acrescido de juros e correção monetária devidos a partir da data do depósito, já deduzidos o Imposto de Renda.

Data de emissão	Identificação do Juiz

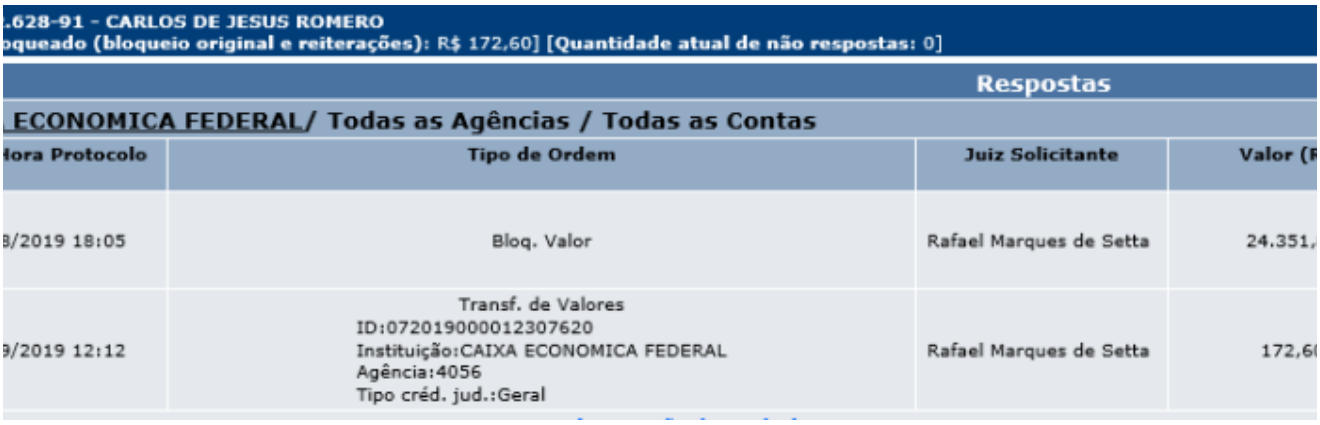
Assinatura do Juiz

Valor bruto	Recebi em	Autenticação mecânica do depósito
		CEF405606092019042060920l9ADT0092496 172,60TES
CPMF		
Líquido	Assinatura	

37.256 v003 micro

Autenticação mecânica do levantamento

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)



.628-91 - CARLOS DE JESUS ROMERO
oqueado (bloqueio original e reiterações): R$ 172,60] [Quantidade atual de não respostas: 0]

Respostas

ECONOMICA FEDERAL/ Todas as Agências / Todas as Contas

Hora Protocolo	Tipo de Ordem	Juiz Solicitante	Valor (R
3/2019 18:05	Bloq. Valor	Rafael Marques de Setta	24.351,
9/2019 12:12	Transf. de Valores ID:072019000012307620 Instituição:CAIXA ECONOMICA FEDERAL Agência:4056 Tipo créd. jud.:Geral	Rafael Marques de Setta	172,6

CAMPINAS/SP, 30 de setembro de 2019.

NATALIA DELBONI BARROS
Servidor

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP

Processo nº 0011050-37.2016.5.15.0093

CARLOS JESUS ROMERO, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 3.154.431 SSP-SP, inscrito no CPF nº 304.632.628-91, residente e domiciliado na Avenida Santino Faraone, 815, Casa 01, Bairro Iate Clube de Campinas, CEP 13.465-000, no município de Americana, nos autos do processo que tramita por essa E. Vara e respectivo Ofício, que lhe move **ROSANA DUARTE**, exequente também qualificado, por seu advogado infra-assinado, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência para, com fulcro nos artigos 832 e 833, ambos do Código de Processo Civil, expor e requerer o seguinte:

O Executado, na data de 03/09/2019 p.p., teve bloqueado de sua conta bancária, o valor de R$ 172,60 (cento e setenta e dois reais e setenta centavos), em razão de uma ordem judicial emanada deste processo, por Vossa Excelência.

Esclarece-se Exa., que tal valor é oriundo do recebimento da aposentadoria do executado, como comprova os 3 últimos históricos de crédito do benefício e os extratos da conta na qual é depositado mensalmente, sendo esta sua única fonte de renda.

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 30/09/2019 15:55:08 - a38bc9c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19093015510930300000116770469
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. a38bc9c - Pág. 1
Número do documento: 19093015510930300000116770469

Os anexos demonstram inequivocamente que o bloqueio judicial atinge valores impenhoráveis, conforme definição do inciso IV, do artigo 833 do Código de Processo Civil, vejamos o teor da norma:

"Art. 833**. São impenhoráveis**:
[...]
IV - os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, **os proventos de aposentadoria**, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal, ressalvado o § 2o; [...]" (grifos do subscritor)

É inquestionável o caráter alimentar dos valores penhorados, a razão de sua impenhorabilidade, que tem raízes na proteção da dignidade das pessoas, direito fundamental protegido pela Constituição Federal.

Por tais razões é de rigor que o valor seja liberado imediatamente em atendimento aos preceitos legais invocados.

Termos em que,
Pede deferimento.
Campinas, 30 de setembro de 2019.

MAURO PEZZUTTI
OAB/SP 407.361

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 30/09/2019 15:55:08 - a38bc9c
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19093015510930300000116770469
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. a38bc9c - Pág. 2
Número do documento: 19093015510930300000116770469

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

CARLOS DE JESUS ROMERO, brasileiro, casado, aposentado, portador da Cédula de Identidade RG. nº 3.154.431-9, inscrito no CPF/MF sob nº 304.632.628-91, residente e domiciliado na Avenida Santino Faraone, n° 815 – Casa 1 – Iate Clube de Campinas - Americana/SP – CEP 13.475-600, E-mail: biancamromero@hotmail.com

OUTORGADO:

MAURO PEZZUTTI, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob n.º 407.361, com escritório à Rua Guilhermina Bartholomei São João, nº 114 – Jardim Monte Belo – Campinas-SP,CEP 13.098-878 – Telefone: (019) 3257-2959, onde recebe intimações, E-mail : mauropezzutti@hotmail.com

PODERES:

Representar o Outorgante, com poderes da cláusula "Ad Judicia", para transigir, desistir, receber e dar quitação, acompanhando o processo em todos os termos e nele interpondo os recursos de direito, praticando em suma, todos os atos necessários ao bom desempenho deste mandato, com poderes de substabelecimento, com ou sem reserva.

FINS ESPECÍFICOS:

Especialmente para o fim de defender os interesses do OUTORGANTE nos autos da **Reclamação Trabalhista** nº **0011050-37.2016.5.15.0093**, em trâmite perante a 6ª Vara do Trabalho de Campinas/SP, promovida por **Rosana Duarte.**

Campinas, 27 de setembro de 2019.

CARLOS DE JESUS ROMERO

CAIXA

Extrato por período

Cliente: CARLOS DE JESUS ROMERO

Conta: 0860 / 001 / 00020890-0

Data: 10/09/2019 - 12:47

Mês: Setembro/2019

Período: 3 - 10

Extrato

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
	000000	SALDO ANTERIOR	0,00	183,48 C
03/09/2019	000000	DB VLR BLV	172,60 D	10,88 C
04/09/2019	000000	CRED BLOQ	172,60 C	183,48 C
05/09/2019	615400	CRED INSS	3.601,67 C	3.785,15 C
05/09/2019	000000	SAQ CARTAO	3.600,00 D	185,15 C
05/09/2019	000000	TR VLR CX	172,60 D	12,55 C

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104

PJe
Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 30/09/2019 15:55:09 - 8f4861a
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19093015530475300000116770702
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 8f4861a - Pág. 1
Número do documento: 19093015530475300000116770702

CAIXA

Extrato por período

Cliente: CARLOS DE JESUS ROMERO

Conta: 0860 / 001 / 00020890-0

Data: 10/09/2019 - 12:48

Mês: Agosto/2019

Período: 2 - 31

Extrato

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
	000000	SALDO ANTERIOR	0,00	13,41 C
06/08/2019	615400	CRED INSS	2.060,56 C	2.073,97 C
06/08/2019	000000	SAQ CARTAO	2.050,00 D	23,97 C
08/08/2019	000000	DB VLR BLV	13,09 D	10,88 C
09/08/2019	000000	CRED BLOQ	13,09 C	23,97 C
12/08/2019	000000	TR VLR OU	13,09 D	10,88 C
30/08/2019	000033	CRED TED	185,00 C	195,88 C
30/08/2019	072019	DEB CESTA	12,40 D	183,48 C

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 30/09/2019 15:55:09 - 1ff4454
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19093015531833000000116770747
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 1ff4454 - Pág. 1
Número do documento: 19093015531833000000116770747

CAIXA

Extrato por período

Cliente: CARLOS DE JESUS ROMERO

Conta: 0860 / 001 / 00020890-0

Data: 08/08/2019 - 12:38

Mês: Julho/2019

Período: 2 - 31

Extrato

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
	000000	SALDO ANTERIOR	0,00	24,54 C
04/07/2019	615400	CRED INSS	2.060,56 C	2.085,10 C
04/07/2019	000000	SAQ CARTAO	2.060,00 D	25,10 C
15/07/2019	062019	DEB CESTA	12,40 D	12,70 C
31/07/2019	000033	CRED TED	183,00 C	195,70 C
31/07/2019	610600	DEB INSS	182,29 D	13,41 C

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 30/09/2019 15:55:09 - 31b9488
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19093015532347600000116770766
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 31b9488 - Pág. 1
Número do documento: 19093015532347600000116770766

CAIXA

Extrato por período

Cliente: CARLOS DE JESUS ROMERO

Conta: 0860 / 001 / 00020890-0

Data: 19/09/2019 - 18:17

Mês: Junho/2019

Período: 1 - 30

Extrato

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
06/06/2019	615400	CRED INSS	2.060,56 C	2.086,19 C
06/06/2019	000000	SAQ CARTAO	2.050,00 D	36,19 C
17/06/2019	052019	DEB CESTA	12,10 D	24,09 C
28/06/2019	000033	CRED TED	182,00 C	206,09 C
28/06/2019	610600	DEB INSS	181,55 D	24,54 C

SAC CAIXA: 0800 726 0101
Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 30/09/2019 15:55:09 - af1f0d2
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19093015533012900000116770790
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. af1f0d2 - Pág. 1
Número do documento: 19093015533012900000116770790

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Histórico de Créditos

31/07/2019 14:14:36

Identificação do Filiado

NIT: 117.03241.13-9 **CPF:** 304.632.628-91 **Data de Nascimento:** 04/10/1946

Nome: CARLOS DE JESUS ROMERO

Nome da mãe: ILDA DE JESUS ROMERO

Compet. Inicial: 07/2019 **Compet. Final:** 07/2019

Créditos do Benefício

NB: 1246003098

Espécie: 42 - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO

APS: 21024020 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL CAMPINAS

Data de Início do Benefício (DIB): 05/04/2002 **Data de Cessação do Benefício (DCB):**

Data de Início do Pagamento (DIP): 05/04/2002 **MR:** R$ 3.082,23

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
07/2019	01/07/2019 a 31/07/2019	R$ 2.060,56	CCF - CONTA-CORRENTE		06/08/2019		Não	Não

Banco: 104 - CAIXA OP: 263863 - PAULINIA Ocorrência: Divergência Cadastramento/Crédito

Data Cálculo: 06/07/2019 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 06/08/2019 Fim: 30/09/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 3.082,23
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R$ 568,80
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R$ 306,90
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R$ 145,97
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R$ 1.903,98
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R$ 154,11

Você pode conferir a autenticidade do documento em https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade com o código 190731SL51YQ09

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Histórico de Créditos

19/09/2019 18:22:35

Identificação do Filiado

NIT: 117.03241.13-9 **CPF:** 304.632.628-91 **Data de Nascimento:** 04/10/1946

Nome: CARLOS DE JESUS ROMERO

Nome da mãe: ILDA DE JESUS ROMERO

Compet. Inicial: 06/2019 **Compet. Final:** 06/2019

Créditos do Benefício

NB: 1246003098

Espécie: 42 - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO

APS: 21024020 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL CAMPINAS

Data de Início do Benefício (DIB): 05/04/2002 **Data de Cessação do Benefício (DCB):**

Data de Início do Pagamento (DIP): 05/04/2002 **MR:** R$ 3.082,23

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
06/2019	01/06/2019 a 30/06/2019	R$ 2.060,56	CCF - CONTA-CORRENTE	Pago	04/07/2019	04/07/2019	Não	Não

Banco: 104 - CAIXA OP: 263863 - PAULINIA Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 08/06/2019 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 04/07/2019 Fim: 30/08/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 3.082,23
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R$ 568,80
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R$ 306,90
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R$ 145,97
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R$ 1.903,98
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R$ 154,11

Você pode conferir a autenticidade do documento em https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade com o código 190919J7WCXX37

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 30/09/2019 15:55:09 - ea60b0e
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19093015541057400000116770947
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. ea60b0e - Pág. 1
Número do documento: 19093015541057400000116770947

PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Histórico de Créditos

19/09/2019 18:23:50

Identificação do Filiado

NIT: 117.03241.13-9 **CPF:** 304.632.628-91 **Data de Nascimento:** 04/10/1946

Nome: CARLOS DE JESUS ROMERO

Nome da mãe: ILDA DE JESUS ROMERO

Compet. Inicial: 05/2019 **Compet. Final:** 05/2019

Créditos do Benefício

NB: 1246003098

Espécie: 42 - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO

APS: 21024020 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL CAMPINAS

Data de Início do Benefício (DIB): 05/04/2002 **Data de Cessação do Benefício (DCB):**

Data de Início do Pagamento (DIP): 05/04/2002 **MR:** R$ 3.082,23

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
05/2019	01/05/2019 a 31/05/2019	R$ 2.060,56	CCF - CONTA-CORRENTE	Pago	06/06/2019	06/06/2019	Não	Não

Banco: 104 - CAIXA OP: 263863 - PAULINIA Ocorrência: Pagamento Efetivado

Data Cálculo: 11/05/2019 Origem: Geração de creditos mensais. Validade Início: 06/06/2019 Fim: 31/07/2019

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 3.082,23
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R$ 568,80
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	R$ 306,90
217	EMPRESTIMO SOBRE A RMC	R$ 145,97
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R$ 1.903,98
322	RESERVA DE MARGEM CONSIGNAVEL (RMC)	R$ 154,11

Você pode conferir a autenticidade do documento em https://meu.inss.gov.br/central/#/autenticidade com o código 190919QCYLKX10

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

NDB

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME e outros (3)

D E S P A C H O

Convolo o valor bloqueado em penhora. Intimem-se os executados acerca do Incidente da Desconsideração da Personalidade Jurídica, conforme decisão ID 69d252c.

No silêncio, tornem conclusos para deliberações.

Em 30 de Setembro de 2019.

RAFAEL MARQUES DE SETTA

Juiz do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

NDB

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME e outros (3)

D E S P A C H O

Manifesta-se o sócio Carlos Jesus Romero, alegando que os valores bloqueados em sua conta referem-se a proventos de aposentadoria.

Compulsando atentamente os extratos bancários juntados, verifica-se que no dia 30/08/2019 houve o crédito de R$ 185,00, via TED bancária, não havendo comprovação de sua origem.

Assim, em que pese o banco tenha feito o bloqueio em 03/09/2019 e o liberado em 04/09/2019, realizando novo bloqueio somente 05/09/2019 (após o depósito dos proventos de aposentaria), verifica-se que, de fato, o bloqueio judicial realizado refere-se ao mencionado crédito de R$ 185,00, motivo pelo qual indefiro o requerimento.

Mantenha-se o valor bloqueado, ficando o sócio Carlos Jesus Romero desde já intimado da decisão ID 69d252c.

Intime-se.

Em 15 de Outubro de 2019.

RAFAEL MARQUES DE SETTA

Juiz do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

NDB

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME e outros (3)

D E S P A C H O

Manifesta-se o sócio Carlos Jesus Romero, alegando que os valores bloqueados em sua conta referem-se a proventos de aposentadoria.

Compulsando atentamente os extratos bancários juntados, verifica-se que no dia 30/08/2019 houve o crédito de R$ 185,00, via TED bancária, não havendo comprovação de sua origem.

Assim, em que pese o banco tenha feito o bloqueio em 03/09/2019 e o liberado em 04/09/2019, realizando novo bloqueio somente 05/09/2019 (após o depósito dos proventos de aposentaria), verifica-se que, de fato, o bloqueio judicial realizado refere-se ao mencionado crédito de R$ 185,00, motivo pelo qual indefiro o requerimento.

Mantenha-se o valor bloqueado, ficando o sócio Carlos Jesus Romero desde já intimado da decisão ID 69d252c.

Intime-se.

Em 15 de Outubro de 2019.

RAFAEL MARQUES DE SETTA

Juiz do Trabalho

ÃO AOS CORREIOS:
NCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

Carta
9912353797-DR/SI
TRT 15ª Regiã
CORREIOS

6ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
(19) 32327997 - saj.6vt.campinas@trt15.jus.br

Postado em 21/10/2019

Destinatário:

Nome: ADRIANO MONTONI ROMERO
Endereço: RUA FRANCISCO FADIM , 520, AP 101, MORUMBI, PAULINIA - SP - CEP: 13140-726

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL EM PROCESSO ELETRÔNICO (PJe)

Processo: **0011050-37.2016.5.15.0093 - Processo PJe-JT**
Classe: **AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)**
Autor: **ROSANA DUARTE**
Réu:**MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME CNPJ: 10.482.466/0001-24, , ,**

ADRIANO MONTONI ROMERO CPF: 160.925.588-74, BIANCA MONTONI ROMERO CPF: 325.741.678-48, CARLOS DE JESUS ROMERO CPF: 304.632.628-91

Fica V. Sa. notificado da decisão:

Decisão	Decisão	19080514014951600000112812409

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Despacho	Notificação	19101519040532100000117842289

Despacho	Despacho	19101511331167900000117774561
Despacho	Despacho	19093014031188500000116748320
INSS maio	Documento Diverso	19093015544619300000116771078
INSS junho	Documento Diverso	19093015541057400000116770947
Extrato Bancário	Extrato Bancário	19093015532347600000116770766
Extrato Bancário	Extrato Bancário	19093015531833000000116770747
INSS julho	Documento Diverso	19093015535715700000116770899
Extrato Bancário	Extrato Bancário	19093015533012900000116770790
Extrato Bancário	Extrato Bancário	19093015530475300000116770702
Procuração	Procuração	19093015524789500000116770630
Impugnação	Impugnação	19093015510930300000116770469
Resposta Parcial BacenJud	Certidão	19093014022608400000116748179
GDO	Documento Diverso	19092718142826000000116687123
GDO	Certidão	19092718134404800000116687060
Planilha de cálculos	Certidão	19080917222509000000113214988
Decisão	Decisão	19080514014951600000112812409
Ficha Cadastral	Documento Diverso	19080513595959400000112812079
Resposta Convênios	Certidão	19080513550923800000112811704
Decisão	Decisão	19061015560623700000109293251
Cálculos atualizados	Certidão	19061015545455300000109292884
Decisão	Notificação	19050918065401400000107069632
Decisão	Decisão	19050915544873400000107048846
Despacho	Notificação	19031417055137800000103348452
Despacho	Despacho	19031414162992200000103315879
Planilha de Cálculos	Planilha de Cálculos	19021311401659300000101312474
APRESENTAÇÃO DE CÁLCULOS reclamante	Apresentação de Cálculos	19021311340588100000101312190

INFORMAÇÃO EMAIL COMUNICAÇÃO PERITO	Manifestação	19020510321458600000100693772
Despacho	Notificação	19012518215181800000100078569
Despacho	Despacho	19012516411424100000100069013
envio dos ofícios	Certidão	19012417474836300000100007635
Ofício	Ofício	18120514460074100000098119248
Ofício	Ofício	18112917284124300000097746319
Sentença	Notificação	18101610172890200000094919263
Sentença	Sentença	18083010434051100000091683582
Ata da Audiência	Ata da Audiência	18082916444310500000091639470
Despacho	Notificação	18052809113862500000085372102
Despacho	Despacho	18052710244877500000085361029
Ata da Audiência	Ata da Audiência	18052510451240700000085274448
Substabelecimento	Substabelecimento sem Reserva de Poderes	18033111035484400000081139239
Habilitação em processo	Apresentação de Substabelecimento sem Reserva de Poderes	18033111024950500000081139238
Despacho	Notificação	18032712551721600000080941755
Despacho	Despacho	18032712434770300000080940579
Manifestação sobre provas	Manifestação	18031616115674000000080150037
INDICAÇÃO DE PROVAS	Manifestação	18031517161060500000080059844
certidão	Certidão	18030915234913600000079540406
Despacho	Notificação	18030806545457300000079381361
Despacho	Despacho	18030716440994800000079349429
Rosana Duarte (1)	Laudo Pericial	17110520535527900000072054891
pericia médica	Laudo Pericial	17110520515134000000072054886
Rosana Duarte	Laudo Pericial	17092809444651500000069279494
Médico	Laudo Pericial	17092809404025300000069279424
Despacho	Notificação	17063007433278900000062335234

Despacho	Despacho	17062917342338100000062319937
Guia depósito honorários prévios periciais	Comprovante de Pagamento de Honorários	16100517470050200000045374611
Honorários prévios periciais	Manifestação	16100517450467300000045374505
Quesitos e email para contato com Perito	Manifestação	16091617270146900000044068028
apresentação de quesitos	Manifestação	16091317105672100000043791875
Comprovante entrega ofício previdência0001	Documento Diverso	16091217534300200000043690332
comprovante entrega oficio inss	Manifestação	16091217474768200000043690150
Ata da Audiência	Ata da Audiência	16090615450812400000043371241
Manifestação Recda sobre prontuário médico	Manifestação	16090520055858000000043309186
manifestação prontuário médico	Manifestação	16090217154487800000043181186
Despacho	Notificação	16082913423194900000042757828
Despacho	Despacho	16082910144937200000042728173
21 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910123472500000042727778
23 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910122134100000042727745
19 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910120585400000042727697
17 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910115097400000042727654
15 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910113730400000042727611
13 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910111478900000042727529
11 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910104834000000042727429
9 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910103432800000042727388
7 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910102204600000042727348
3 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910100881100000042727310
5 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910094897000000042727258
1 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910090379100000042727135
Documentos	Certidão	16082910075377500000042727047
Manifestação	Manifestação	16081917370633600000042198602

MANIFESTAÇÃO À CONTESTAÇÃO	Manifestação	16081214020634400000041699587
Ata da Audiência	Ata da Audiência	16080217351898400000041005148
Substabelecimento NCF	Documento Diverso	16080212023832200000040953775
DOC. 02 - Exame demissional	Documento Diverso	16080212021345100000040953733
DOC. 01 - Cartão de ponto	Controle de Frequencia	16080212003590700000040953504
Contrato social - Montoni	Contrato Social	16080212002261500000040953473
Contestação	Contestação	16080211483639800000040951806
Procuração	Procuração	16080211465811800000040951366
Habilitação em processo	Manifestação	16080211425170600000040951360
Notificação	Notificação	16061609084117000000037789341
Decisão	Notificação	16060609074015600000037038302
Decisão	Decisão	16060609074015600000037038302
Declaração hipossuficiêmcia0001	Declaração de Hipossuficiência	16052022220980200000036153056
trct0001	Termo de Homologação de Rescisão do Contrato de Trabalho	16052022214046700000036153047
Ofício atraso homologação0001	Documento Diverso	16052022211888900000036153045
Ficha internação0001	Documento Diverso	16052022090407800000036152952
Ofício sindicato0001	Documento Diverso	16052022083232300000036152942
Comunicação de decisão - Previdência social0001	Documento Diverso	16052022072940900000036152919
Ressonância Magnética0002	Exame Médico - Resultado	16052022062197300000036152885
Relatório ortopedista0001	Atestado	16052022055421500000036152875
Relatório fisioterapeuta0001	Atestado	16052022052009200000036152858
Demonstrativo de pagamento0002	Contracheque / Hollerith	16052022041488600000036152840
Demonstrativo de pagamento0001	Contracheque / Hollerith	16052022034965700000036152835
Aviso prévio0001	Aviso Prévio	16052022030318900000036152825
Atestado 30 junho0001	Atestado	16052022024480400000036152821
CAT0001	Comunicação de Acidente de Trabalho/CAT	16052022023047300000036152813

CTPS0001	CTPS	16052022020984300000036152804
Procuração0001	Procuração	16052022015243000000036152799
Petição Inicial	Petição Inicial	16052017075844200000036142252

Em 17 de Outubro de 2019.

NATALIA DELBONI BARROS

ÃO AOS CORREIOS:
NCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

Carta
9912353797-DR/SI
TRT 15ª Regiã
CORREIOS

6ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
(19) 32327997 - saj.6vt.campinas@trt15.jus.br

Postado em 21/10/2019

Destinatário:

Nome: BIANCA MONTONI ROMERO
Endereço: AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA , 550, Torre 6, Apto 116, VILA NOVA, CAMPINAS - SP - CEP: 13073-035

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL EM PROCESSO ELETRÔNICO (PJe)

Processo: **0011050-37.2016.5.15.0093 - Processo PJe-JT**
Classe: **AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)**
Autor: **ROSANA DUARTE**
Réu:**MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME CNPJ: 10.482.466/0001-24, , ,**

ADRIANO MONTONI ROMERO CPF: 160.925.588-74, BIANCA MONTONI ROMERO CPF: 325.741.678-48, CARLOS DE JESUS ROMERO CPF: 304.632.628-91

Fica V. Sa. notificado da decisão:

Decisão	Decisão	19080514014951600000112812409

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número(s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
		1910151904053210

Despacho	Notificação	0000117842289
Despacho	Despacho	1910151133116790 0000117774561
Despacho	Despacho	1909301403118850 0000116748320
INSS maio	Documento Diverso	1909301554461930 0000116771078
INSS junho	Documento Diverso	1909301554105740 0000116770947
Extrato Bancário	Extrato Bancário	1909301553234760 0000116770766
Extrato Bancário	Extrato Bancário	1909301553183300 0000116770747
INSS julho	Documento Diverso	1909301553571570 0000116770899
Extrato Bancário	Extrato Bancário	1909301553301290 0000116770790
Extrato Bancário	Extrato Bancário	1909301553047530 0000116770702
Procuração	Procuração	1909301552478950 0000116770630
Impugnação	Impugnação	1909301551093030 0000116770469
Resposta Parcial BacenJud	Certidão	1909301402260840 0000116748179
GDO	Documento Diverso	1909271814282600 0000116687123
GDO	Certidão	1909271813440480 0000116687060
Planilha de cálculos	Certidão	1908091722250900 0000113214988
Decisão	Decisão	1908051401495160 0000112812409
Ficha Cadastral	Documento Diverso	1908051359595940 0000112812079
Resposta Convênios	Certidão	1908051355092380 0000112811704
Decisão	Decisão	1906101556062370 0000109293251
Cálculos atualizados	Certidão	1906101554545530 0000109292884
Decisão	Notificação	1905091806540140 0000107069632
Decisão	Decisão	1905091554487340 0000107048846
Despacho	Notificação	1903141705513780 0000103348452
Despacho	Despacho	1903141416299220 0000103315879
Planilha de Cálculos	Planilha de Cálculos	1902131140165930 0000101312474
APRESENTAÇÃO DE		1902131134058810

CÁLCULOS reclamante	Apresentação de Cálculos	0000101312190
INFORMAÇÃO EMAIL COMUNICAÇÃO PERITO	Manifestação	1902051032145860 0000100693772
Despacho	Notificação	1901251821518180 0000100078569
Despacho	Despacho	1901251641142410 0000100069013
envio dos ofícios	Certidão	1901241747483630 0000100007635
Ofício	Ofício	1812051446007410 0000098119248
Ofício	Ofício	1811291728412430 0000097746319
Sentença	Notificação	1810161017289020 0000094919263
Sentença	Sentença	1808301043405110 0000091683582
Ata da Audiência	Ata da Audiência	1808291644431050 0000091639470
Despacho	Notificação	1805280911386250 0000085372102
Despacho	Despacho	1805271024487750 0000085361029
Ata da Audiência	Ata da Audiência	1805251045124070 0000085274448
Substabelecimento	Substabelecimento sem Reserva de Poderes	1803311103548440 0000081139239
Habilitação em processo	Apresentação de Substabelecimento sem Reserva de Poderes	1803311102495050 0000081139238
Despacho	Notificação	1803271255172160 0000080941755
Despacho	Despacho	1803271243477030 0000080940579
Manifestação sobre provas	Manifestação	1803161611567400 0000080150037
INDICAÇÃO DE PROVAS	Manifestação	1803151716106050 0000080059844
certidão	Certidão	1803091523491360 0000079540406
Despacho	Notificação	1803080654545730 0000079381361
Despacho	Despacho	1803071644099480 0000079349429
Rosana Duarte (1)	Laudo Pericial	1711052053552790 0000072054891
pericia médica	Laudo Pericial	1711052051513400 0000072054886
Rosana Duarte	Laudo Pericial	1709280944465150 0000069279494
Médico	Laudo Pericial	1709280940402530 0000069279424

Despacho	Notificação	17063007433278900000062335234
Despacho	Despacho	17062917342338100000062319937
Guia depósito honorários prévios periciais	Comprovante de Pagamento de Honorários	16100517470050200000045374611
Honorários prévios periciais	Manifestação	16100517450467300000045374505
Quesitos e email para contato com Perito	Manifestação	16091617270146900000044068028
apresentação de quesitos	Manifestação	16091317105672100000043791875
Comprovante entrega ofício previdência0001	Documento Diverso	16091217534300200000043690332
comprovante entrega oficio inss	Manifestação	16091217474768200000043690150
Ata da Audiência	Ata da Audiência	16090615450812400000043371241
Manifestação Recda sobre prontuário médico	Manifestação	16090520055858000000043309186
manifestação prontuário médico	Manifestação	16090217154487800000043181186
Despacho	Notificação	16082913423194900000042757828
Despacho	Despacho	16082910144937200000042728173
21 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910123472500000042727778
23 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910122134100000042727745
19 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910120585400000042727697
17 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910115097400000042727654
15 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910113730400000042727611
13 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910111478900000042727529
11 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910104834000000042727429
9 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910103432800000042727388
7 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910102204600000042727348
3 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910100881100000042727310
5 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910094897000000042727258
1 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910090379100000042727135
Documentos	Certidão	16082910075377500000042727047

Manifestação	Manifestação	16081917370633600000042198602
MANIFESTAÇÃO À CONTESTAÇÃO	Manifestação	16081214020634400000041699587
Ata da Audiência	Ata da Audiência	16080217351898400000041005148
Substabelecimento NCF	Documento Diverso	16080212023832200000040953775
DOC. 02 - Exame demissional	Documento Diverso	16080212021345100000040953733
DOC. 01 - Cartão de ponto	Controle de Frequencia	16080212003590700000040953504
Contrato social - Montoni	Contrato Social	16080212002261500000040953473
Contestação	Contestação	16080211483639800000040951806
Procuração	Procuração	16080211465811800000040951366
Habilitação em processo	Manifestação	16080211425170600000040951360
Notificação	Notificação	16061609084117000000037789341
Decisão	Notificação	16060609074015600000037038302
Decisão	Decisão	16060609074015600000037038302
Declaração hipossuficiêmcia0001	Declaração de Hipossuficiência	16052022220980200000036153056
trct0001	Termo de Homologação de Rescisão do Contrato de Trabalho	16052022214046700000036153047
Ofício atraso homologação0001	Documento Diverso	16052022211888900000036153045
Ficha internação0001	Documento Diverso	16052022090407800000036152952
Ofício sindicato0001	Documento Diverso	16052022083232300000036152942
Comunicação de decisão - Previdência social0001	Documento Diverso	16052022072940900000036152919
Ressonância Magnética0002	Exame Médico - Resultado	16052022062197300000036152885
Relatório ortopedista0001	Atestado	16052022055421500000036152875
Relatório fisioterapeuta0001	Atestado	16052022052009200000036152858
Demonstrativo de pagamento0002	Contracheque / Hollerith	16052022041488600000036152840
Demonstrativo de pagamento0001	Contracheque / Hollerith	16052022034965700000036152835
Aviso prévio0001	Aviso Prévio	16052022030318900000036152825
Atestado 30 junho0001	Atestado	16052022024480400000036152821

CAT0001	Comunicação de Acidente de Trabalho/CAT	16052022023047300000036152813
CTPS0001	CTPS	16052022020984300000036152804
Procuração0001	Procuração	16052022015243000000036152799
Petição Inicial	Petição Inicial	16052017075844200000036142252

Em 17 de Outubro de 2019.

NATALIA DELBONI BARROS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas

Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS - SP - CEP: 13092-123
TEL.: (19) 32327997 - EMAIL: saj.6vt.campinas@trt15.jus.br

PROCESSO: 0011050-37.2016.5.15.0093
CLASSE: AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO (985)

AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME e outros (3)

MGM

DECISÃO PJe-JT

Não tendo sido possível a penhora pela totalidade de valores com utilização do sistema BACEN JUD, nos termos do art. 854 do CPC, sem prejuízo, expeça-se mandado para pesquisa utilizando os demais convênios disponíveis, n*os termos do P***rovimento GP-CR Nº 10/2018** e Recomendação CR nº 03 /2018. Autoriza-se a quebra dos sigilos fiscal e bancário, nos termos do Ato GP-CR nº 5/2015.

CAMPINAS, 10 de Fevereiro de 2020.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

Justiça do Trabalho - 15ª Região

6ª Vara do Trabalho de Campinas

0011050-37.2016.5.15.0093

MANDADO DE PESQUISAS BÁSICAS

Reclamada(s):
MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME CNPJ: 10.482.466/0001-24;

RUA ALFERES JOAO JOSE , 446, JARDIM CHAPADAO, CAMPINAS - SP - CEP: 13070-188

Houve desconsideração da personalidade jurídica e incluídos o(s) seguinte(s) sócios, nas respectivas datas

Em 05/08/2019

ADRIANO MONTONI ROMERO
RUA FRANCISCO FADIM , 520, AP 101, MORUMBI, PAULINIA - SP - CEP: 13140-726

BIANCA MONTONI ROMERO
AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA , 550, Torre 6, Apto 116, VILA NOVA, CAMPINAS - SP - CEP: 13073-035

CARLOS DE JESUS ROMERO
SANTINO FARAONE, 815, CASA 1, IATE CLUBE DE CAMPINAS, AMERICANA - SP - CEP: 13475-600

Reclamante(s): ROSANA DUARTE, CPF: 102.278.628-80

Valor do débito: R$ 24.351,81, atualizado para 30/08/2019.

Justiça Gratuita concedida (x) sim, em 16/10/2018, fl. 189.
Isenção de emolumentos para consulta Arisp: (x) sim, em 16/10/2018, fl. 189 .

Data da propositura da ação: 20/05/2016

De ordem do(a) MM. Juiz (a) do Trabalho, RAFAEL MARQUES DE SETTA, prossiga-se, por meio deste MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO, que deverá ser cumprido por um dos oficiais de justiça avaliadores, na forma do Provimento GP-CR 10/2018, o qual deverá utilizar as ferramentas tais como RENAJUD, INFOJUD, ARISP, CRI-MG, além de quaisquer outras ferramentas criadas para serem usadas na execução, observados os convênios firmados por este E. TRT, visando a penhora de bens, tantos quantos bastem para a garantia da dívida.

Sendo localizado(s) veículo(s) deverá ser observada a parametrização local quanto à restrição a ser lançada. Eventual penhora e avaliação deverá registrá-la no RENAJUD.

Sendo localizado imóvel penhorável em nome do executado, a penhora deverá ser efetuada e imediatamente registrada no Arisp ou no CRI-MG. Se imóvel localizado na própria jurisdição procederá à avaliação e as intimações necessárias. Na hipótese de ser localizado em outra jurisdição, deverá ser emitido termo de penhora. Caso sejam localizados imóveis, eventuais emolumentos decorrentes do registro da penhora deverão ser acrescidos ao valor da execução, na forma do art. 883 da CLT.

Caso sejam localizados imóveis no Estado de São Paulo, eventuais emolumentos decorrentes do registro da penhora deverão ser recolhidos ao final ou por ocasião do registro de arrematação ou adjudicação, conforme item 1.7 do anexo II da Lei Estadual nº 11.331/2002.

Na hipótese de serem localizados imóveis por meio do CRI-MG, o Oficial de Justiça deverá anexar cópia da certidão de inteiro teor da matrícula para que a secretaria da Vara do Trabalho possa encaminhar ofício diretamente ao Cartório solicitando a averbação da penhora.

Poderá, nos termos da parametrização local, o Oficial de Justiça, ainda, dirigir-se ao endereço da executada à procura de bens para satisfação da execução.

Autoriza-se, desde logo, que o Oficial de Justiça Avaliador se valha das prerrogativas previstas nos artigos 212, 249, 252, 253, 846 e 846 §2º do CPC, requisitando força, com a mera apresentação deste à Autoridade Policial. Deverá o Oficial de Justiça proceder a todas as diligências necessárias para o fiel cumprimento do presente Mandado, efetivando a penhora, se necessário for, onde quer que se encontrem os bens (art. 845 do CPC), independente de nova ordem ou mandado.

Determina-se a utilização do banco de dados existente na extranet/jurídico/execuções, especialmente para registro de bens constritos e/ou expedição de certidão de execução frustrada, com a consequente informação de insolvência do devedor.

Cumpra-se

Esta é assinada pelo servidor ROSEMIRA GARCIA DE MATOS, de ordem do MM. Juiz do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI do CPC.

CAMPINAS , 9 de Março de 2020 .

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROCESSO: ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME, ADRIANO MONTONI ROMERO, BIANCA MONTONI ROMERO, CARLOS DE JESUS ROMERO

ID do mandado: {VAL $idMandado}
Destinatário: {VAL $nomeDestinatarioMandado}

certidão em pdf

, 26 de agosto de 2020

FLAVIA DE CAMARGO BARROS DE CASTRO
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Assinado eletronicamente por: FLAVIA DE CAMARGO BARROS DE CASTRO - Juntado em: 26/08/2020 11:48:21 - 5668512
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20082611470098300000135815954?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 20082611470098300000135815954

6ª Vara do Trabalho de Campinas
PROCESSO Nº.0011050-37.2016.5.15.0093
Reclamada(s): MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME CNPJ: 10.482.466/0001-24
Houve desconsideração da personalidade jurídica: 05/08/2019
CARLOS DE JESUS ROMERO CPF: 30463262891
ADRIANO MONTONI ROMERO CPF: 16092558874
BIANCA MONTONI ROMERO CPF: 32574167848
Reclamante(s): ROSANA DUARTE, CPF: 102.278.628-80
Valor do débito: R$ 24.351,81, atualizado para 30/08/2019.
Justiça Gratuita concedida (x) sim, em 16/10/2018, fl. 189.
Isenção de emolumentos para consulta Arisp: (x) sim, em 16/10/2018, fl. 189 .
Data da propositura da ação: 20/05/2016

CERTIDÃO POSITIVA

Certifico e dou fé, recebi o presente mandado para consulta às ferramentas eletrônicas:

CARLOS DE JESUS ROMERO CPF: 30463262891
CONVÊNIO RENAJUD - solicitado em 26/08/2020: foi localizado veículo em nome do devedor.

Placa	Placa Anterior	UF	Marca/Modelo	Ano Fabricação	Ano Modelo	Proprietário	Restrições
FGR3066		SP	I/HYUNDAI ELANTRA GLS	2012	2013	CARLOS DE JESUS ROMERO	Sim

Veículo com restrições, assim, nos termos da parametrização da central de mandados de Campinas, procedi ao bloqueio de licenciamento:

RENAJUD - Restrições Judiciais Sobre Veículos Automotores
Usuário: FLAVIA DE CAMARGO BARROS DE CASTRO
26/08/2020 - 11:32:13

Comprovante de Inclusão de Restrição Veicular

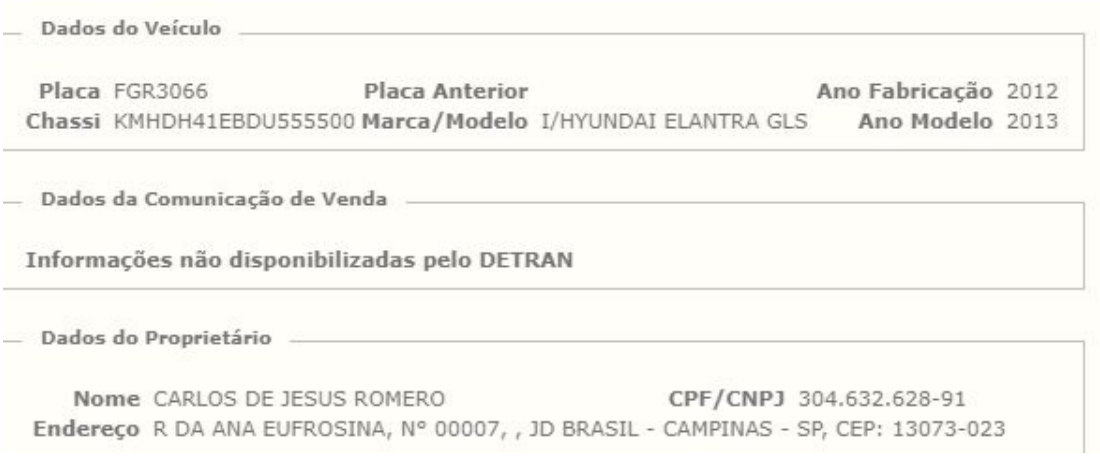
Dados do Processo

Tribunal	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A REGIAO
Comarca/Município	CAMPINAS
Juiz Inclusão	RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS
Órgão Judiciário	6A VARA TRABALHISTA DE CAMPINAS
Nº do Processo	00110503720165150093

Total de veículos: 1

Placa	Placa Anterior	UF	Marca/Modelo	Proprietário	Restrição
FGR3066		SP	I/HYUNDAI ELANTRA GLS	CARLOS DE JESUS ROMERO	Licenciamento

ENDEREÇO RENAJUD:



Dados do Veículo

Placa	FGR3066	**Placa Anterior**		**Ano Fabricação**	2012
Chassi	KMHDH41EBDU555500	**Marca/Modelo**	I/HYUNDAI ELANTRA GLS	**Ano Modelo**	2013

Dados da Comunicação de Venda

Informações não disponibilizadas pelo DETRAN

Dados do Proprietário

Nome	CARLOS DE JESUS ROMERO	**CPF/CNPJ**	304.632.628-91
Endereço	R DA ANA EUFROSINA, Nº 00007, , JD BRASIL - CAMPINAS - SP, CEP: 13073-023		

Procedi ao bloqueio de licenciamento, nos termos da parametrização da Central de Mandados de Campinas, (OS 01/2020) e procedo à redistribuição ao sr. oficial responsável pela área D, conforme Endereços-áreas 2020, onde está o endereço da executada, para penhora e avaliação. Campinas, 26 de agosto de 2020, quarta -feira.
Flávia de C. Barros de Castro - Oficial de Justiça Avaliadora Federal.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

PROCESSO: ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME, ADRIANO MONTONI ROMERO, BIANCA MONTONI ROMERO, CARLOS DE JESUS ROMERO

ID do mandado: {VAL $idMandado}
Destinatário: {VAL $nomeDestinatarioMandado}

CERTIDÃO DE DILIGÊNCIA

Certifico, para os devidos fins, que visando dar cumprimento ao mandado de Id 8d25882, dirigi-me à Rua Dona Ana Eufrosina, nº 7, Jardim Brasil, nesta cidade de Campinas, em 09/11/2020, às 16:45hs, onde, após vistoria do veículo de Placa FGR3066, lavrei o Auto de Penhora e Avaliação que segue em anexo. Certifico, ainda que intimei da penhora a Sra. Bianca Montoni Romero, na posse de quem se encontrava o veículo, nomeando-a depositária do bem penhorado. Ante o exposto, devolvo o mandado devidamente cumprido. O referido é verdade e dou fé.

, 10 de novembro de 2020

BERTA MARIA LEAL VELOSO
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Assinado eletronicamente por: BERTA MARIA LEAL VELOSO - Juntado em: 10/11/2020 19:19:50 - c51b8e2
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20111019165691800000140916425?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 20111019165691800000140916425

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas - SP

Processo nº 0011050-37.2016.5.15.0093
VALOR DO DÉBITO: R$ 24.351,81 (vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e um centavos).

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 09 dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, à vista do Mandado de Penhora Id 8d25882, em que são partes ROSANA DUARTE, exequente, MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA-ME CNPJ:10.482.466/0001-24, CARLOS DE JESUS ROMERO CPF: 30463262891, ADRIANO MONTONI ROMERO CPF: 16092558874, BIANCA MONTONI ROMERO CPF: 32574167848, executados, procedi à penhora e avaliação do veículo de propriedade de CARLOS DE JESUS ROMERO, conforme descrito abaixo:
VEÍCULO MARCA HYUNDAI, MODELO ELANTRA GLS, 18, 5 portas, PLACA: FGR3066, CHASSI: KMHDH41EBDU555500, RENAVAN 00493554955 ANO 2012 E MODELO: 2013, COR: BRANCA, DIREÇÃO: hidráulica; CÂMBIO: automático; MOTOR: gasolina ——,.
ESTADO DE CONSERVAÇAO:
Pneus: meia - vida.
Pintura/ Lataria: com pequenos arranhões.
Funcionamento geral: em bom estado de uso e conservação
Valor da Avaliação: R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
E para constar, lavro o presente que assino. O referido é verdade e dou fé.

Bom Retiro do Sul,
Berta Maria Leal Veloso
Oficial de Justiça Avaliador Federal

PJe Assinado eletronicamente por: BERTA MARIA LEAL VELOSO - Juntado em: 10/11/2020 19:19:50 - b5d784c

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas - SP

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que intimei o executado para a ciência da penhora referida no auto supra e, bem assim, de que tem o prazo de lei a contar desta data para apresentar embargos.

Recebeu a contrafé.

Em 09/11/2020.

Berta Maria Leal Veloso
Oficial de Justiça Avaliador Federal

AUTO DE DEPÓSITO

Aos 09 do mês de ~~outubro~~ NOVEMBRO do ano de dois mil e vinte, fiz o depósito do bem penhorado em mãos de BIANCA MONTEIRO ROMERO, brasileiro(a), RG nº 54207537X e CPF Nº 325741678-48, residente e domiciliado na Av. Imperatriz Leopoldina, nº 550, cidade de Campinas -SP, a qual como fiel depositário(a), se obriga a não abrir mão dos mesmos sem autorização do Juiz do Trabalho competente, sob as penas da lei. Feito, assim, o depósito, e para constar, lavrei o presente, que assino com o depositário.

Berta Maria Leal Veloso
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Depositário

Assinado eletronicamente por: BERTA MARIA LEAL VELOSO - Juntado em: 10/11/2020 19:19:50 - b5d784c
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20111019183949800000140916486?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 20111019183949800000140916486


FGR 3066


FGR-3066





Assinado eletronicamente por: BERTA MARIA LEAL VELOSO - Juntado em: 10/11/2020 19:19:50 - 4060b3e
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20111019183973400000140916487?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 20111019183973400000140916487

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0011050-37.2016.5.15.0093** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

DESPACHO

Diante da avaliação efetuado do veículo Hunday Elantra GLS, placa FGR3066, intime-se a executada Bianca Montoni Romero, no endereço obtido no Infojud, da penhora efetuada, cientificando-a, se o caso, de que a execução se encontra garantida, nos termos do artigo 884 da CLT.

No silêncio, designe-se Hasta Pública.

Sendo negativa, intime-se por edital.

Intime-se o exequente.

CAMPINAS/SP, 02 de março de 2021.

ANA CLAUDIA TORRES VIANNA
Juíza do Trabalho

MGM

Assinado eletronicamente por: ANA CLAUDIA TORRES VIANNA - Juntado em: 02/03/2021 20:54:25 - 6d719df
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21030220385347300000146767694?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 21030220385347300000146767694

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 6d719df proferido nos autos.

DESPACHO

Diante da avaliação efetuado do veículo Hunday Elantra GLS, placa FGR3066, intime-se a executada Bianca Montoni Romero, no endereço obtido no Infojud, da penhora efetuada, cientificando-a, se o caso, de que a execução se encontra garantida, nos termos do artigo 884 da CLT.

No silêncio, designe-se Hasta Pública.

Sendo negativa, intime-se por edital.

Intime-se o exequente.

CAMPINAS/SP, 02 de março de 2021.

ANA CLAUDIA TORRES VIANNA
Juíza do Trabalho

MGM

Assinado eletronicamente por: ANA CLAUDIA TORRES VIANNA - Juntado em: 02/03/2021 20:55:25 - 0a1e2f8
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21030220542323100000146768212?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 21030220542323100000146768212

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

PROCESSO: **0011050-37.2016.5.15.0093** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

ATENÇÃO AOS CORREIOS:
NÃO ENCONTRADO O DESTINATÁRIO, DEVOLVER
EM 48 HS., CONF. PAR. ÚNICO ART. 774 DA CLT.

Poder Judiciário Federal
Justiça do Trabalho - TRT 15ª Região

Carta
9912353797-DR/SPI/SP
TRT 15ª Região
CORREIOS

Remetente: 6ª Vara do Trabalho de Campinas
Avenida José de Souza Campos, 422, Nova Campinas, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123

Registro Postal: CARTA SIMPLES **Data de Postagem: 17/03/2021**

Destinatário: BIANCA MONTONI ROMERO
Endereço: AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA , 550, Torre 6, Apto 116, VILA NOVA, CAMPINAS/SP - CEP: 13073-035

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ATOrd
AUTOR: ROSANA DUARTE

PJe Assinado eletronicamente por: ROSEMIRA GARCIA DE MATOS - Juntado em: 11/03/2021 20:36:32 - 5435bd4

RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME, ADRIANO MONTONI ROMERO, BIANCA MONTONI ROMERO, CARLOS DE JESUS ROMERO

Fica V. Sa. notificado do despacho proferido nos autos:

"Diante da avaliação efetuado do veículo Hunday ElantraGLS, placa FGR3066, intime-se a executada Bianca Montoni Romero, no endereço obtido no Infojud, da penhora efetuada, cientificando-a,se o caso, de que a execução se encontra garantida, nos termos do artigo 884 da CLT.

No silêncio, designe-se Hasta Pública.Sendo negativa, intime-se por edital.

Intime-se o exequente."

A petição inicial e documentos poderão ser acessados apenas em meio eletrônico, mediante consulta ao seguinte endereço na internet: **http://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam**, digitando no campo "número do documento" o(s) número (s) descrito(s) como chave(s) de acesso, abaixo identificado(s):

CAMPINAS/SP, 11 de março de 2021.

PJe Assinado eletronicamente por: ROSEMIRA GARCIA DE MATOS - Juntado em: 11/03/2021 20:36:32 - 5435bd4

ROSEMIRA GARCIA DE MATOS
Servidor

Assinado eletronicamente por: ROSEMIRA GARCIA DE MATOS - Juntado em: 11/03/2021 20:36:32 - 5435bd4
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21031120362907200000147524287?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 21031120362907200000147524287

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0010085-97.2016.5.15.0048

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 26/01/2016
Valor da causa: R$ 35.000,00

Partes:
AUTOR: MARCIO ROBERTO ZOTESSO DAMHA
ADVOGADO: ELTON EIJI SATO
ADVOGADO: JOAO ANTONIO IONTA
ADVOGADO: HEITOR FILIPE MEN MARTINS
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME
ADVOGADO: MAURICIO AUGUSTO SAPATA MARTINS
ADVOGADO: MAURO PEZZUTTI
RÉU: BIANCA MONTONI ROMERO
RÉU: CARLOS DE JESUS ROMERO
RÉU: ADRIANO MONTONI ROMERO

PJe Assinado eletronicamente por: ROSEMIRA GARCIA DE MATOS - Juntado em: 27/04/2021 14:03:37 - 13430e4

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
VARA DO TRABALHO DE HORTOLÂNDIA

PROCESSO: **0010085-97.2016.5.15.0048** - Ação Trabalhista - Rito Ordinário
AUTOR: MARCIO ROBERTO ZOTESSO DAMHA
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

DESPACHO

I - Oficiem-se as 6ª Vara do Trabalho de Campinas (p. 0011050-37.2016.5.15.0093) e Vara do Trabalho de Amparo (p. 0010510-88.2016.5.15.0060) para que providenciem a reserva de valores em seus feitos no importe de R$ 122.127,13 para 28/08/2020 para garantia desta execução que tramita em face de MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME.

Serve o presente despacho devidamente assinado como Ofício para tanto.

II - Tendo em vista que o procedimento referente à desconsideração da personalidade jurídica previsto no art. 855-A da CLT e arts. 133 e seguintes do CPC também é aplicável à desconsideração inversa por força do parágrafo 2º do art. 133 do CPC, inclua-se a empresa CLÍNICA BUCAL HELP ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA - CNPJ 05.087.808/0001-71, no polo passivo, notificando-o para que, querendo, apresente defesa no prazo de 15 dias.

A Secretaria deverá buscar eventual novo endereço junto ao convênio e-Cac.

Juntada a defesa, intime-se o autor para manifestação, pelo prazo de 10 dias, tornando ao final os autos conclusos para deliberações.

PJe Assinado eletronicamente por: FERNANDA FRARE RIBEIRO - Juntado em: 22/04/2021 19:13:38 - 4bd6a94
PJe Assinado eletronicamente por: ROSEMIRA GARCIA DE MATOS - Juntado em: 27/04/2021 14:03:37 - 13430e4

Sem defesa (revelia) presume-se a responsabilidade da empresa, ficando desde já aberto o prazo de 15 dias para pagamento da execução, sob pena de prosseguimento.

I.

HORTOLANDIA/SP, 22 de abril de 2021.

FERNANDA FRARE RIBEIRO
Juíza do Trabalho Substituta

FSC

Assinado eletronicamente por: FERNANDA FRARE RIBEIRO - Juntado em: 22/04/2021 19:13:38 - 4bd6a94
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21042210463664000000150273892?instancia=1
Número do processo: 0010085-97.2016.5.15.0048
Número do documento: 21042210463664000000150273892

Assinado eletronicamente por: ROSEMIRA GARCIA DE MATOS - Juntado em: 27/04/2021 14:03:37 - 13430e4
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21042714031146600000150627503?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 21042714031146600000150627503

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

DESPACHO

Previamente à inclusão do veiculo penhorado no presente processo em Hasta Pública (Elantra, Placa FGR3066), nos termos do artigo 876 do CPC, intime-se o exequente, por intermédio de seu procurador, para manifestar seu interesse, no prazo de 05 (cinco) dias, na adjudicação de referido bem.

Consigne-se que, se o valor líquido do crédito trabalhista for inferior ao valor do bem, a diferença deverá ser depositada em juízo no prazo de cinco dias contados da intimação para tal ato.

Se o valor líquido do crédito trabalhista for superior ao valor do veiculo, a execução prosseguirá pela diferença.

Silente ou havendo desinteresse, designe-se hasta pública.

Por fim, anote-se a reserva de crédito solicitada pela VARA DO TRABALHO DE HORTOLÂNDIA (0010085-97.2016.5.15.0048).

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 25 de agosto de 2021

FABIO CESAR VICENTINI
Juiz do Trabalho Substituto

MGM

Assinado eletronicamente por: FABIO CESAR VICENTINI - Juntado em: 25/08/2021 19:02:06 - 4a85ded
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21082517542395800000159155680?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 21082517542395800000159155680

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 4a85ded proferido nos autos.

DESPACHO

Previamente à inclusão do veiculo penhorado no presente processo em Hasta Pública (Elantra, Placa FGR3066), nos termos do artigo 876 do CPC, intime-se o exequente, por intermédio de seu procurador, para manifestar seu interesse, no prazo de 05 (cinco) dias, na adjudicação de referido bem.

Consigne-se que, se o valor líquido do crédito trabalhista for inferior ao valor do bem, a diferença deverá ser depositada em juízo no prazo de cinco dias contados da intimação para tal ato.

Se o valor líquido do crédito trabalhista for superior ao valor do veiculo, a execução prosseguirá pela diferença.

Silente ou havendo desinteresse, designe-se hasta pública.

Por fim, anote-se a reserva de crédito solicitada pela VARA DO TRABALHO DE HORTOLÂNDIA (0010085-97.2016.5.15.0048).

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 25 de agosto de 2021

FABIO CESAR VICENTINI
Juiz do Trabalho Substituto

MGM

Assinado eletronicamente por: FABIO CESAR VICENTINI - Juntado em: 25/08/2021 19:03:06 - 99b650a
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/21082519015996600000159162620?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 21082519015996600000159162620

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA SEXTA VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS-SP

ROSANA DUARTE, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por sua advogada que esta subscreve, vem , respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, informar que não tem interesse na adjudicação do bem, requerendo o prosseguimento com a designação da hasta pública..

Termos em que

Pede deferimento.

Campinas, 27 de agosto de 2021.

Cristina Etter Abud Penteado

OAB-SP 148.086

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

DESPACHO

Julgo subsistente a penhora do veiculo ELANTRA HYUNDAI placa FGR3066 e determino a realização de HASTA ÚNICA através da ferramenta eletrônica dos Leilões Judiciais, na forma do provimento GP-CR 04/2019 TRT 15, a cargo dos leiloeiros oficiais sorteados.

A hasta ocorrerá na sede da Circunscrição, no (neste) Fórum Trabalhista de Campinas, localizado à Avenida Engenheiro José de Souza Campos (via Norte-Sul), nº 422 - Nova Campinas - Campinas/SP.

Quem pretender arrematar os bens penhorados deverá comparecer no local, no dia oportunamente designado para a hasta, ou ofertar lances pela Internet através do site do leiloeiro sorteado, devendo para tanto efetuar cadastramento prévio. Em sendo aceito o lance o arrematante deverá recolher o sinal de 20% e a comissão do leiloeiro na data designada para a realização da hasta, para fins de lavratura do termo próprio, ficando ciente de que o saldo remanescente deverá ser pago no dia útil subsequente, sob pena de perder o sinal ofertado em favor da execução.

Compete ao leiloeiro sorteado, na forma do provimento GP-CR 04/2019, entre outras atribuições:

a) elaborar o edital e promover a ampla divulgação do leilão, por meio de material impresso para o público em geral, mala direta, publicação em jornal de grande circulação, rede mundial de computadores, inclusive com imagens reais dos bens nesse canal de circulação, para melhor aferição de suas características (§ 1o. do artigo 3º / artigo 22 alínea "b");

b) providenciar a remoção do bem, quando determinada pelo Juiz, arcando a executada com o pagamento das despesas relativas à remoção e estadia do bem no depósito (artigo 22 alínea "a");

PJe Assinado eletronicamente por: ANA CLAUDIA TORRES VIANNA - Juntado em: 19/04/2022 06:56:10 - 71546ac

c) encaminhar os comprovantes de pagamento, na mesma data da sua efetivação, para a Seção de Hastas e Juízo da execução, assim como comunicar a não realização dos depósitos tempestivamente (§ 2º artigo 8º);

É vedado aos Srs. Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do NCPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário.

Compete ao Juiz ao em exercício na Seção de Hastas Públicas, conforme artigos 6o, 11o . e 7o do Provimento GP/CR 04-2019:

a- decidir os incidentes processuais que envolvam a hasta;

b- receber e apreciar petições e demais expedientes relativos aos processos em pauta;

c- fiscalizar a atividade de leiloeiro e manter a ordem no decorrer da realização da hasta, relatando à Corregedoria a ocorrência de eventuais incidentes;

d- definir o lance mínimo para avaliação;

e- deliberar sobre a aceitação de lances parcelados;

f- assinar, finda a hasta os autos de arrematação positivos e negativos, tornando com isso irretratável o ato.

Poderá o exequente também ARREMATAR os bens, em igualdade de condições com outros interessados, prevalecendo o maior lance, sem exibir o preço, exceto se este exceder o seu crédito (artigo 10º do provimento GP-CR 04-2019) art. 895, §§ 1º e 2º, do NCPC c/c art. 769 da CLT), respondendo pelo pagamento da comissão do leiloeiro.

Quem pretender remir a dívida, nos termos do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e na forma da nova redação do artigo 826 do NCPC, aqui de aplicação supletiva, por força do artigo 769 da CLT, deverá comprovar o depósito do valor integral do crédito exequendo, inclusive reserva de numerários, acrescido das demais despesas processuais, tais como custas, editais, honorários periciais e outras, até a data e hora designados para a hasta pública, excepcionalmente vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Nesse caso, arcará com o pagamento do valor devido ao leiloeiro de 5% da avaliação, conforme art. 25, § 3° do Provimento GP-CR nº 04-2019.

PJe Assinado eletronicamente por: ANA CLAUDIA TORRES VIANNA - Juntado em: 19/04/2022 06:56:10 - 71546ac

O acordo celebrado entre as partes com desconstituição da penhora e consequente retirada do feito da pauta de hastas públicas importará no pagamento, pela executada, da comissão de 5% sobre o valor da avaliação, conforme art. 25, inciso VI, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

Quando o leilão for realizado, no entanto suspensos os seus efeitos, o arrematante estará dispensado do depósito do sinal, devendo proceder o depósito integral no prazo de 24 horas, após notificado para tal, uma vez resolvidos os incidentes.

Os Embargos à arrematação, de acordo com o art. 903 do NCPC, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos.

Conforme dispõe o parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional CTN, nas hipóteses de arrematação judicial de bens imóveis os créditos tributários sobre eles incidentes sub-rogam-se no respectivo preço. No caso de bens móveis, observar-se-á as disposições do edital.

Nos estritos casos do art. 903 do NCPC e § 1o. e 2o. do artigo 25 do provimento GPCR , caso desfeita ou anulada a arrematação, será o leiloeiro intimado a fim de, em 48 horas, depositar nos autos a comissão recebida.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da hasta pública, independentemente de nova notificação.

A publicação do edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Além do valor devido ao leiloeiro e demais despesas com a hasta pública, a executada arcará ainda com o pagamento das despesas processuais fixadas no art. 789-A, da CLT, no que for aplicável ao caso concreto.

Ciência às partes.

MGM

CAMPINAS/SP, 18 de abril de 2022

Assinado eletronicamente por: ANA CLAUDIA TORRES VIANNA - Juntado em: 19/04/2022 06:56:10 - 71546ac
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22041820340992900000174474985?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 22041820340992900000174474985

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 71546ac proferido nos autos.

DESPACHO

Julgo subsistente a penhora do veiculo ELANTRA HYUNDAI placa FGR3066 e determino a realização de HASTA ÚNICA através da ferramenta eletrônica dos Leilões Judiciais, na forma do provimento GP-CR 04/2019 TRT 15, a cargo dos leiloeiros oficiais sorteados.

A hasta ocorrerá na sede da Circunscrição, no (neste) Fórum Trabalhista de Campinas, localizado à Avenida Engenheiro José de Souza Campos (via Norte-Sul), nº 422 - Nova Campinas - Campinas/SP.

Quem pretender arrematar os bens penhorados deverá comparecer no local, no dia oportunamente designado para a hasta, ou ofertar lances pela Internet através do site do leiloeiro sorteado, devendo para tanto efetuar cadastramento prévio. Em sendo aceito o lance o arrematante deverá recolher o sinal de 20% e a comissão do leiloeiro na data designada para a realização da hasta, para fins de lavratura do termo próprio, ficando ciente de que o saldo remanescente deverá ser pago no dia útil subsequente, sob pena de perder o sinal ofertado em favor da execução.

Compete ao leiloeiro sorteado, na forma do provimento GP-CR 04/2019, entre outras atribuições:

a) elaborar o edital e promover a ampla divulgação do leilão, por meio de material impresso para o público em geral, mala direta, publicação em jornal de grande circulação, rede mundial de computadores, inclusive com imagens reais dos bens nesse canal de circulação, para melhor aferição de suas características (§ 1o. do artigo 3º / artigo 22 alínea "b");

b) providenciar a remoção do bem, quando determinada pelo Juiz, arcando a executada com o pagamento das despesas relativas à remoção e estadia do bem no depósito (artigo 22 alínea "a");

c) encaminhar os comprovantes de pagamento, na mesma data da sua efetivação, para a Seção de Hastas e Juízo da execução, assim como comunicar a não realização dos depósitos tempestivamente (§ 2º artigo 8º);

É vedado aos Srs. Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do NCPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário.

Compete ao Juiz ao em exercício na Seção de Hastas Públicas, conforme artigos 6o, 11o . e 7o do Provimento GP/CR 04-2019:

a- decidir os incidentes processuais que envolvam a hasta;

b- receber e apreciar petições e demais expedientes relativos aos processos em pauta;

c- fiscalizar a atividade de leiloeiro e manter a ordem no decorrer da realização da hasta, relatando à Corregedoria a ocorrência de eventuais incidentes;

d- definir o lance mínimo para avaliação;

e- deliberar sobre a aceitação de lances parcelados;

f- assinar, finda a hasta os autos de arrematação positivos e negativos, tornando com isso irretratável o ato.

Poderá o exequente também ARREMATAR os bens, em igualdade de condições com outros interessados, prevalecendo o maior lance, sem exibir o preço, exceto se este exceder o seu crédito (artigo 10º do provimento GP-CR 04-2019) art. 895, §§ 1º e 2º, do NCPC c/c art. 769 da CLT), respondendo pelo pagamento da comissão do leiloeiro.

Quem pretender remir a dívida, nos termos do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e na forma da nova redação do artigo 826 do NCPC, aqui de aplicação supletiva, por força do artigo 769 da CLT, deverá comprovar o depósito do valor integral do crédito exequendo, inclusive reserva de numerários, acrescido das demais despesas processuais, tais como custas, editais, honorários periciais e outras, até a data e hora designados para a hasta pública, excepcionalmente vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Nesse caso, arcará com o pagamento do valor

PJe Assinado eletronicamente por: ANA CLAUDIA TORRES VIANNA - Juntado em: 19/04/2022 06:57:10 - e46f57a

devido ao leiloeiro de 5% da avaliação, conforme art. 25, § 3° do Provimento GP-CR nº 04-2019.

O acordo celebrado entre as partes com desconstituição da penhora e consequente retirada do feito da pauta de hastas públicas importará no pagamento, pela executada, da comissão de 5% sobre o valor da avaliação, conforme art. 25, inciso VI, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

Quando o leilão for realizado, no entanto suspensos os seus efeitos, o arrematante estará dispensado do depósito do sinal, devendo proceder o depósito integral no prazo de 24 horas, após notificado para tal, uma vez resolvidos os incidentes.

Os Embargos à arrematação, de acordo com o art. 903 do NCPC, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos.

Conforme dispõe o parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional CTN, nas hipóteses de arrematação judicial de bens imóveis os créditos tributários sobre eles incidentes sub-rogam-se no respectivo preço. No caso de bens móveis, observar-se-á as disposições do edital.

Nos estritos casos do art. 903 do NCPC e § 1o. e 2o. do artigo 25 do provimento GPCR , caso desfeita ou anulada a arrematação, será o leiloeiro intimado a fim de, em 48 horas, depositar nos autos a comissão recebida.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da hasta pública, independentemente de nova notificação.

A publicação do edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Além do valor devido ao leiloeiro e demais despesas com a hasta pública, a executada arcará ainda com o pagamento das despesas processuais fixadas no art. 789-A, da CLT, no que for aplicável ao caso concreto.

Ciência às partes.

MGM

CAMPINAS/SP, 18 de abril de 2022

PJe Assinado eletronicamente por: ANA CLAUDIA TORRES VIANNA - Juntado em: 19/04/2022 06:57:10 - e46f57a

ANA CLAUDIA TORRES VIANNA
Juíza do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: ANA CLAUDIA TORRES VIANNA - Juntado em: 19/04/2022 06:57:10 - e46f57a
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22041906560952300000174482867?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 22041906560952300000174482867

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP

Processo nº 0011050-37.2016.5.15.0093

EDNA MONTONI ROMERO, brasileira, viúva, pensionista, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.401.932, inscrita no CPF/MF sob nº 213.541.728-91, residente e domiciliada na Avenida Santino Faraone, n° 815 – Casa 1 – Iate Clube de Campinas - Americana/SP – CEP 13.475-600, Vem**,** respeitosamente, perante Vossa Excelência, **como terceiro interessado**, signatário desta, expor e requerer o quanto segue.

I - DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer, preliminarmente, a concessão dos **BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA**, com fulcro no art. 5º,LXXIV da Constituição Federal e á lei nº 1060/50,haja vista que, a parte autora não tem condições de arcar com custas do processo, e os honorários do advogado, sem prejuízo próprio e de sua família, uma vez que sua única fonte de renda é seu benefício previdenciário de pensão por morte, com valor atual de R$ 2.244,49, conforme comprovante em anexo.

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 25/04/2022 13:01:24 - 61bcf9f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22042512533880800000174797420
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 61bcf9f - Pág. 1
Número do documento: 22042512533880800000174797420

DOS FATOS

Trata-se de Ação Trabalhista, proposta por ROSANA DUARTE contra MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME, devidamente, qualificadas aos autos, tendo seus sócios ADRIANO MONTONI ROMERO, BIANCA MONTONI ROMERO e CARLOS DE JESUS ROMERO, também incluídos no polo passivo da demanda, após a desconsideração da personalidade jurídica.

Por determinação deste juízo, em despacho proferido em 18/04/2022, foi julgado subsistente a penhora do veiculo ELANTRA HYUNDAI placa FGR3066 de **propriedade do corréu CARLOS DE JESUS ROMERO** e determinado a realização de HASTA ÚNICA através da ferramenta eletrônica dos Leilões Judiciais, na forma do provimento GP-CR 04/2019 TRT 15, a cargo dos leiloeiros oficiais sorteados.

Entretanto, como demonstrado com documentação em anexo, o Sr. CARLOS DE JESUS ROMERO veio a óbito em 12/05/2021.

A certidão de casamento em anexo, prova que era casado com EDNA MONTONI ROMERO desde 17/04/1969 no regime de Comunhão de bens.

Desta forma, somente a metade do veículo que será leiloado pertencia ao Executado e a outra metade à sua cônjuge meeira, ora peticionante.

Sabe-se que o patrimônio do “de cujus” responde por suas dívidas e não há argumentos jurídicos para impedir a alienação compulsória do veículo penhorado.

Sendo assim, serve a presente para requerer que 50% do valor obtido com a hasta pública, seja disponibilizado para a viúva meeira, uma vez que não

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 25/04/2022 13:01:24 - 61bcf9f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22042512533880800000174797420
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 61bcf9f - Pág. 2
Número do documento: 22042512533880800000174797420

compõe o polo passivo da presente demanda, e seu patrimônio não pode ser utilizado para o pagamento de dívida do falecido.

Termos em que,
Pede deferimento.
Campinas, 25 de abril de 2022.

MAURO PEZZUTTI
OAB/SP 407.361

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 25/04/2022 13:01:24 - 61bcf9f
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22042512533880800000174797420
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 61bcf9f - Pág. 3
Número do documento: 22042512533880800000174797420

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

EDNA MONTONI ROMERO, brasileira, viúva, pensionista, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.401.932, inscrita no CPF/MF sob nº 213.541.728-91, residente e domiciliada na Avenida Santino Faraone, n° 815 – Casa 1 – late Clube de Campinas - Americana/SP – CEP 13.475-600, E-mail: biancamromero@hotmail.com

OUTORGADO:

MAURO PEZZUTTI, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob n.º 407.361, com escritório à Rua Guilhermina Bartholomei São João, nº 114 – Jardim Monte Belo – Campinas-SP,CEP 13.098-878 – Telefone: (019) 3257-2959, onde recebe intimações, E-mail : mauropezzutti@hotmail.com

PODERES:

Representar o Outorgante, com poderes da cláusula "Ad Judicia", para transigir, desistir, receber e dar quitação, acompanhando o processo em todos os termos e nele interpondo os recursos de direito, praticando em suma, todos os atos necessários ao bom desempenho deste mandato, com poderes de substabelecimento, com ou sem reserva.

FINS ESPECÍFICOS:

Especialmente para o fim de defender os interesses da OUTORGANTE nos autos da **Reclamação Trabalhista** nº **0011050-37.2016.5.15.0093**, em trâmite perante a 6ª Vara do Trabalho de Campinas/SP, promovida por **Rosana Duarte.**

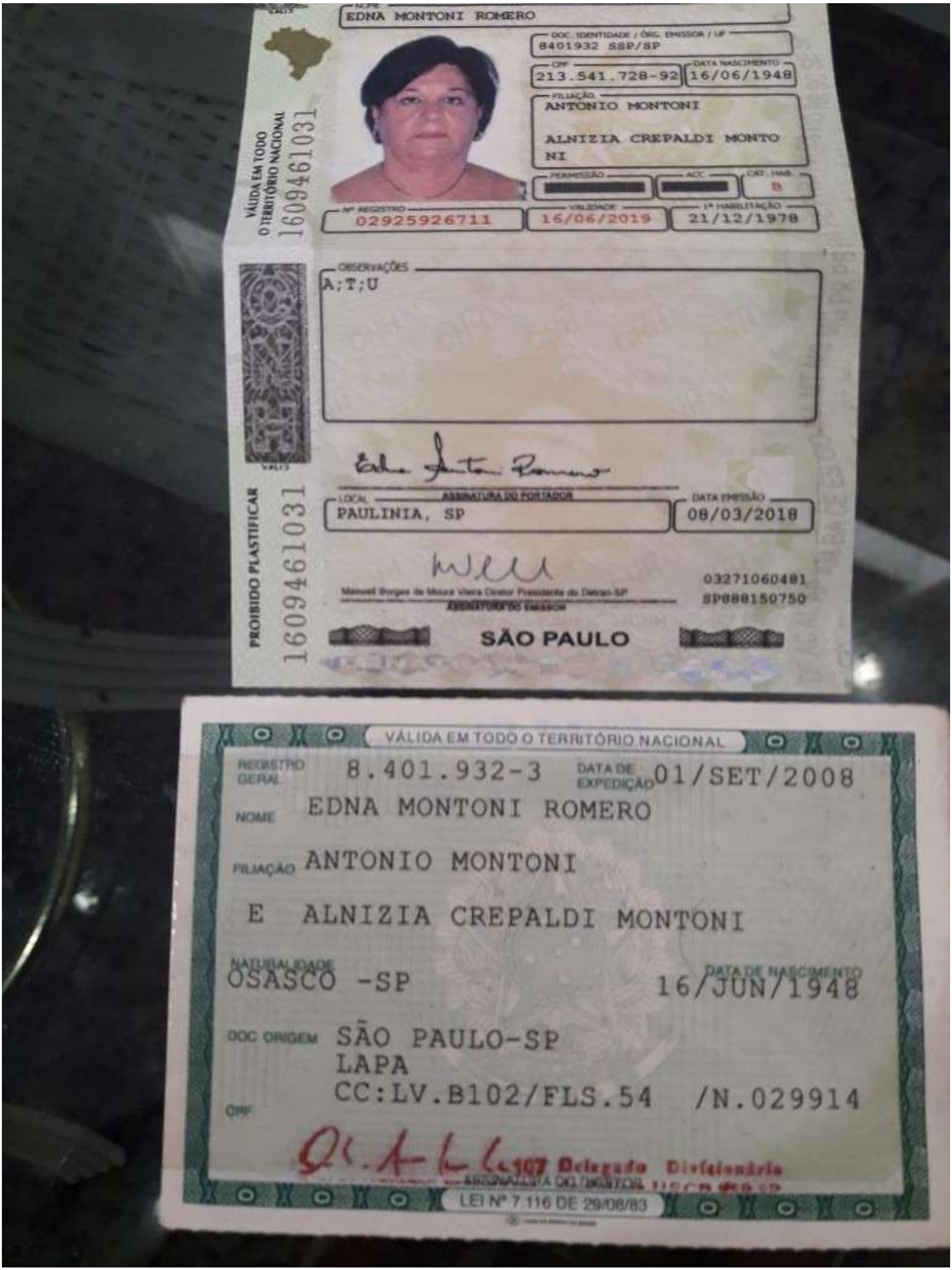
Campinas, 25 de abril de 2022.

Edna Montoni Romero

EDNA MONTONI ROMERO

Digitalizado com CamScanner

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 25/04/2022 13:01:24 - 193592a
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22042512544813300000174797472
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 193592a - Pág. 1
Número do documento: 22042512544813300000174797472


EDNA MONTONI ROMERO
8401932 SSP/SP
213.541.728-92
16/06/1948
ANTONIO MONTONI
ALNIZIA CREPALDI MONTO
NI
02925926711
16/06/2019
21/12/1978
A;T;U
PAULINIA, SP
08/03/2018
03271060481
SP888150750
SÃO PAULO
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1609461031
PROIBIDO PLASTIFICAR
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
8.401.932-3
01/SET/2008
EDNA MONTONI ROMERO
ANTONIO MONTONI
E ALNIZIA CREPALDI MONTONI
OSASCO -SP
16/JUN/1948
SÃO PAULO-SP
LAPA
CC:LV.B102/FLS.54 /N.029914
Delegado Divisionário
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

EDNA MONTONI ROMERO, brasileira, viúva, pensionista, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.401.932, inscrita no CPF/MF sob nº 213.541.728-91, residente e domiciliada na Avenida Santino Faraone, n° 815 – Casa 1 – late Clube de Campinas - Americana/SP – CEP 13.475-600, E-mail: biancamromero@hotmail.com, **DECLARA** para os devidos fins e sob as penas da lei que não dispõe de meios suficientes para arcar com o pagamento de custas e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento, reivindicando, assim, os benefícios da justiça gratuita.

Por ser verdade, firmo a presente.

Campinas, 25 de abril de 2022.

Edna Montoni Romero

EDNA MONTONI ROMERO

Digitalizado com CamScanner

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 25/04/2022 13:01:25 - ce52595
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22042512554072900000174797605
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. ce52595 - Pág. 1
Número do documento: 22042512554072900000174797605

PREVIDÊNCIA SOCIAL
Instituto Nacional do Seguro Social

INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Histórico de Créditos

25/04/2022 11:46:29

Identificação do Filiado

NIT: 116.50799.42-4 **CPF:** 213.541.728-92 **Data de Nascimento:** 16/06/1948

Nome: EDNA MONTONI ROMERO

Nome da mãe: ALNIZIA CREPALDI MONTONI

Compet. Inicial: 03/2022 **Compet. Final:** 03/2022

Créditos do Benefício

NB: 1993444456

Espécie: 21 - PENSAO POR MORTE PREVIDENCIARIA

APS: 21024020 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL CAMPINAS

Data de Início do Benefício (DIB): 12/05/2021 **Data de Cessação do Benefício (DCB):**

Data de Início do Pagamento (DIP): 12/05/2021 **MR:** R$ 2.244,49

Competência	Período	Valor Líquido	Meio de Pagamento	Status	Previsão do Pagamento	Data do Pagamento	Crédito Invalidado	Isento IR
03/2022	01/03/2022 a 31/03/2022	R$ 2.245,00		Pago	07/04/2022	07/04/2022	Não	Não

Banco: 69 - BANCO CREFISA OP: 866231 - FILIAL TAQUARAL CAMPINAS-SP Ocorrência: Pagamento efetivado

Data Cálculo: 08/03/2022 Origem: Maciça Validade Início: 07/04/2022 Fim: 31/05/2022

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	R$ 2.244,49
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO CREDITO	R$ 0,51
303	ABATIMENTO A BENEFICIARIO MAIOR 65 ANOS	R$ 1.903,98
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE CREDITOS	R$ 2,85

Você pode conferir a autenticidade do documento em
https://meu.inss.gov.br/central/#/aberto/autenticidade/
com o código 2204259WFM9V10

O INSS poderá rever a qualquer tempo as informações constantes deste extrato, conforme art. 19, § 3° do Decreto 3.048/99.

Selo nº 1213272PV000000022269421R
Consulte a Autenticidade do Selo Digital em
https://selodigital.tjsp.jus.br/

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

CARLOS DE JESUS ROMERO

CPF
304.632.628-91

MATRÍCULA:
121327 01 55 2021 4 00334 136 0134433 03

SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE
Masculino	Branca	Casado, 74 anos

NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ELEITOR
São Paulo-SP	RG nº 3154431 SSP/SP	Sim

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
Filho de VALENTIM COBO ROMERO, falecido e de ILDA DE JESUS ROMERO, falecida. Residência do falecido: Rua Dona Ana Eufrosina, nº 7, Jardim Brasil, Campinas-SP

DATA E HORA DE FALECIMENTO	DIA	MÊS	ANO
Doze de maio de dois mil e vinte e um, às 4h40min.	12	05	2021

LOCAL DE FALECIMENTO
no Hospital Samaritano, Campinas-SP

CAUSA DA MORTE
choque séptico grave, infecção pulmonar, COVID-19, hipertensão arterial, diabetes mellitus

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO
Cemitério da Saudade, Campinas/SP

DECLARANTE
MARCIO MONTONI ROMERO, nacionalidade brasileira, RG nº 20.628.006 SSP-SP, CPF/MF nº 160.928.028-80, profissão dentista, estado civil casado, residente na Rua Baronesa Geraldo de Resende, nº534, AP.113 T-02, Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, Campinas-SP

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO
Doutor Durval Rodrigues Batata Junior, CRM 77507

AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES A ACRESCER
Ato registrado no livro C-334, às folhas 136, sob o nº 134433. Data do registro: 15 de maio de 2021. Data do óbito: 12 de maio de 2021. Profissão do falecido: administrador aposentado. Data de nascimento do falecido: 04 de outubro de 1946. Era eleitor. Casado com a Sra. EDNA MONTONI ROMERO, em São Paulo-SP (14ºSubdistrito-Lapa) (Lv.B-102, fls.54, nº29914), sendo ignorada as data do casamento. O falecido deixa bens, não deixa testamento, é ignorado se era reservista, era eleitor pela cidade de Campinas-SP e deixa os filhos: MARCIO, ADRIANO e BIANCA, todos maiores de idade. Era portador do RG: 3154431 SSP-SP e CPF: 304.632.628-91 Nada mais me cumpria certificar.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO
RG nº 3154431 SSP/SP
* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.

Nome do Ofício
3º Registro Civil das Pessoas Naturais de Campinas
Oficial Registrador
Álvaro Ernesto de Moraes Silveira
Município/UF
Campinas
Endereço
Av. Das Amoreiras, nº 1859
Bairro São Bernardo - CEP:13031-435

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Campinas, 18 de maio de 2021.

Maria Eduarda Bolleis Pero Krastins - Escrevente
Digitado por (Gabriel Kaique)

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS CAMPINAS SP 3º REGISTRO CIVIL CAMPINAS - SP

121327 - AA000251224 02/21

Digitalizado com CamScanner

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 25/04/2022 13:01:25 - c9462a4
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22042512563437200000174797706
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. c9462a4 - Pág. 1
Número do documento: 22042512563437200000174797706

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE CASAMENTO

NOMES	CPF
CARLOS DE JESUS ROMERO	304.632.628-91
EDNA MONTONI ROMERO	213.541.728-92

MATRÍCULA
115170 01 55 1969 2 00102 054 0029914 81

NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS DE NASCIMENTO, NATURALIDADE, NACIONALIDADE E FILIAÇÃO DOS CÔNJUGES

ELE: CARLOS DE JESUS ROMERO, NASCIDO NO DIA QUATRO DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E QUARENTA E SEIS (04/10/1946), EM SÃO PAULO, SP, NACIONALIDADE BRASILEIRA, FILHO DE VALENTIM COBO ROMERO E DE ILDA DE JESUS ROMERO. ***

ELA: EDNA MONTONI, NASCIDA NO DIA DEZESSEIS DE JUNHO DE MIL NOVECENTOS E QUARENTA E OITO (16/06/1948), EM OSASCO, SP, NACIONALIDADE BRASILEIRA, FILHA DE ANTONIO MONTONI E DE ALNIZIA CREPALDI MONTONI. ***

DATA DO REGISTRO DO CASAMENTO (POR EXTENSO)	DIA	MÊS	ANO
DEZESSETE DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE	17	04	1969

REGIME DE BENS DO CASAMENTO
COMUNHÃO DE BENS ***

NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO)
ELE: CONTINUA A USAR O MESMO NOME. ***
ELA: PASSOU A USAR O NOME DE EDNA MONTONI ROMERO. ***

AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES À ACRESCER
ASSENTO LAVRADO NO LIVRO B-0102, FLS. 054, TERMO Nº 000029914. ANOTAÇÃO: O CONTRAENTE É PORTADOR DO DOCUMENTO CPF/MF NÚMERO 30463262891 E A CONTRAENTE É PORTADORA DO DOCUMENTO CPF/MF NÚMERO 21354172892. CONFERIDO E ASSINADO ELETRONICAMENTE ATRAVÉS DO CERTIFICADO DIGITAL DE BRUNA FREITAS GUTIERREZ E CPF:454.177.548-46, EM 19/05/2021 10:16:54.001, HASH: ECF1415157A8E63AE95EB3A022F9088AB53A878F. ANOTAÇÃO: O CONTRAENTE CARLOS DE JESUS ROMERO FALECEU EM CAMPINAS, NA DATA DE 12/05/2021, TENDO SEU ASSENTO DE ÓBITO REGISTRADO NO CARTÓRIO DO 3º SUB. DE CAMPINAS-SP, LIVRO C-C334, FLS. 136, N.º 134433. SÃO PAULO, / / , , DIGITEI. CONFERIDO E ASSINADO ELETRONICAMENTE ATRAVÉS DO CERTIFICADO DIGITAL DE BRUNA FREITAS GUTIERREZ E CPF:454.177.548-46, EM 19/05/2021 10:25:15.001, HASH: ECF1415157A8E63AE95EB3A022F9088AB53A878F. NADA MAIS ME CUMPRIA CERTIFICAR. ***

ANOTAÇÕES DE CADASTRO
SEM INFORMAÇÕES

Certifico que, em data de 19 de Maio de 2021, foi materializada esta certidão enviada pela Central de Informações do Registro Civil, sendo a autenticidade de sua assinatura digital padrão ICP-Brasil por mim conferida.

Certidão lavrada por Bruna Freitas Gutierrez - Escrevente do Registro Civil das Pessoas Naturais de São Paulo - 14º Subdistrito - Lapa , o(a) qual assinou eletronicamente aos 19 de Maio de 2021, nos termos do Provimento nº 46/2015 do Conselho Nacional de Justiça.

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais
São Paulo - 14º Subdistrito - Lapa - SP
Juliana Patu Rebello Pinho - Oficial
Praça Professor José Azevedo Antunes, 45/49 - CEP: 05072050
E-mail: contato@cartoriodalapa.com.br
Tel: 3647-5600

O Conteúdo da Certidão é verdadeiro. Dou Fé.

Campinas - 2º Subdistrito
Fernanda de Almeida Bernardino - Escrevente
Valor recebido pela certidão eletrônica: R$ 70,77
Valor recebido pela materialização: R$ 36,32

Selo Digital: 1151702CE0000000136547216
Para conferir a procedência deste documento acesse o endereço eletrônico https://selodigital.tjsp.jus.br/

Selo Digital: 1151962CE1000000005671215
Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico https://selodigital.tjsp.jus.br/

Digitalizado com CamScanner

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 25/04/2022 13:01:25 - 356b394
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22042512570107600000174797757
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 356b394 - Pág. 1
Número do documento: 22042512570107600000174797757

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

DESPACHO

Cadastre-se a peticionária às fls 302/310 como terceiro interessado, bem como o patrono que subscreve as petições supra.

Fica, neste ato, ciente de que deverá valer-se do remédio processual cabível que visa à liberação de bens de terceiro estranho ao processo, que tenha sido apreendido por uma ordem judicial, nos termos do art. 674, do NCPC/2015.

Intime-se.

MGM

CAMPINAS/SP, 27 de abril de 2022

ANA CLAUDIA TORRES VIANNA
Juíza do Trabalho Titular

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID be66977 proferido nos autos.

DESPACHO

Cadastre-se a peticionária às fls 302/310 como terceiro interessado, bem como o patrono que subscreve as petições supra.

Fica, neste ato, ciente de que deverá valer-se do remédio processual cabível que visa à liberação de bens de terceiro estranho ao processo, que tenha sido apreendido por uma ordem judicial, nos termos do art. 674, do NCPC/2015.

Intime-se.

MGM

CAMPINAS/SP, 27 de abril de 2022

ANA CLAUDIA TORRES VIANNA
Juíza do Trabalho Titular

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP

Processo nº 0011050-37.2016.5.15.0093

EDNA MONTONI ROMERO, já devidamente qualificada no processo em epígrafe, na qualidade de terceiro interessado, vem**,** respeitosamente, perante Vossa Excelência, em atendimento ao Despacho de 27/04/2022, declarar o seguinte:

O r. despacho informa que a Requerente deverá valer-se do remédio processual cabível que visa à liberação de bens de terceiro estranho ao processo, que tenha sido apreendido por uma ordem judicial, nos termos do art. 674, do NCPC/2015.

Ocorre que o r. artigo em seu § 2º, ressalva a situação da meação, remetendo o caso ao artigo 843, onde lhe reserva o produto da alienação do bem, correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação.

> *"Art. 674. Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro.*
>
> *§ 1º Os embargos podem ser de terceiro proprietário, inclusive fiduciário, ou possuidor.*
>
> *§ 2º Considera-se terceiro, para ajuizamento dos embargos:*

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 29/04/2022 11:35:21 - 47390e5
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22042911335974500000175238868
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 47390e5 - Pág. 1
Número do documento: 22042911335974500000175238868

I - o cônjuge ou companheiro, quando defende a posse de bens próprios ou de ***sua meação***, ***ressalvado o disposto no art. 843*** *; (****grifo nosso****)*

Art. 843. Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.

§ 1º É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

§ 2º Não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação."

Como se vê, não se pretende embargar a alienação, mas tão somente que 50% do valor obtido com a hasta pública, seja disponibilizado para a viúva meeira, uma vez que não compõe o polo passivo da presente demanda, e seu patrimônio não pode ser utilizado para o pagamento de dívida do falecido.

Este também é o entendimento exarado em 15 de março de 2021, através do processo nº 0031600-85.2007.5.15.0055, pelo Egrégio TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, usando como argumento o artigo 790, IV, do CPC, que estabelece que ficam sujeitos à execução os bens "do cônjuge ou companheiro, nos casos em que os seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida" e acórdão do TRT 02ª Região abaixo transcrito.

"*EXECUÇÃO - PENHORA - MEAÇÃO - O fato da metade do bem penhorado pertencer ao cônjuge não impede a constrição judicial, bastando que se reserve à meeira a metade do valor alcançado em leilão ou praça. Agravo do exequente a que se dá provimento. (TRT 02ª R. -*

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 29/04/2022 11:35:21 - 47390e5
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22042911335974500000175238868
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 47390e5 - Pág. 2
Número do documento: 22042911335974500000175238868

AP 1001513-46.2018.5.02.0075 - Relª Adriana Prado Lima - DJe 23.08.2019 - p. 21497)"

Termos em que,

Pede deferimento.

Campinas, 29 de abril de 2022.

MAURO PEZZUTTI

OAB/SP 407.361

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - 29/04/2022 11:35:21 - 47390e5
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22042911335974500000175238868
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 47390e5 - Pág. 3
Número do documento: 22042911335974500000175238868

Processo Nº ATOrd-0010058-83.2021.5.15.0131

AUTOR	JENIFFER RITA DE CASSIA CAMPOS DE MOURA
ADVOGADO	MATHEUS DE ALMEIDA ALVES(OAB: 292445/SP)
RÉU	BK BRASIL OPERACAO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.
ADVOGADO	ADRIANO LORENTE FABRETTI(OAB: 164414/SP)
RÉU	D BURGER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
ADVOGADO	ALEXANDRE FELICE(OAB: 139020/SP)
PERITO	JULIO ROBERTO MESA RODRIGUEZ

Intimado(s)/Citado(s):

- BK BRASIL OPERACAO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Tomar ciência dos esclarecimentos do perito.

Processo Nº ATOrd-0010058-83.2021.5.15.0131

AUTOR	JENIFFER RITA DE CASSIA CAMPOS DE MOURA
ADVOGADO	MATHEUS DE ALMEIDA ALVES(OAB: 292445/SP)
RÉU	BK BRASIL OPERACAO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.
ADVOGADO	ADRIANO LORENTE FABRETTI(OAB: 164414/SP)
RÉU	D BURGER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
ADVOGADO	ALEXANDRE FELICE(OAB: 139020/SP)
PERITO	JULIO ROBERTO MESA RODRIGUEZ

Intimado(s)/Citado(s):

- JENIFFER RITA DE CASSIA CAMPOS DE MOURA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Tomar ciência dos esclarecimentos do perito.

Processo Nº ATOrd-0010058-83.2021.5.15.0131

AUTOR	JENIFFER RITA DE CASSIA CAMPOS DE MOURA
ADVOGADO	MATHEUS DE ALMEIDA ALVES(OAB: 292445/SP)
RÉU	BK BRASIL OPERACAO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A.
ADVOGADO	ADRIANO LORENTE FABRETTI(OAB: 164414/SP)
RÉU	D BURGER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.
ADVOGADO	ALEXANDRE FELICE(OAB: 139020/SP)
PERITO	JULIO ROBERTO MESA RODRIGUEZ

Intimado(s)/Citado(s):

- D BURGER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Tomar ciência dos esclarecimentos do perito.

DIVISÃO DE EXECUÇÃO DE CAMPINAS
Edital
HASTA PÚBLICA Nº 03/2022

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Hasta Pública nº 03/2022 - CAMPINAS

Data da Hasta: 11/07/2022 11:00:00

Leiloeiro: JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO

Endereço Eletrônico: www.picellileiloes.com.br

Hasta Pública nº 03/2022 - CAMPINAS

Data da Hasta: 11/07/2022 11h

Leiloeiro: JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO

Endereço Eletrônico: contato@picellileiloes.com.br

Endereço Físico: Rua Maria Ângela, 390 - conjunto 10

Bairro Berlin - Jaguariúna/SP - Cep: 13.919-134

A Excelentíssima Senhora Doutora **CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI**, Juíza do Trabalho Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas, na forma da lei e nos termos do Provimento GP-CR nº 04/2019, faz saber que será realizada **HASTA PÚBLICA na modalidade EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA no dia 11 de JULHO de 2022,** conforme autorizado na PORTARIA CONJUNTA GP-VPA-VPJ-CR Nº 005/2020.

Observando a condição atual de hasta realizada apenas na modalidade eletrônica, os lotes que não receberem lances até o

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 08/06/2022 16:25:03 - f34fa86

horário **das 11H do dia designado para a hasta (11/07/2022), serão levados ao repasse.**

A **partir das 11h00 do dia 11 de julho de 2022** terá início o **repasse**, **quando os lotes poderão ser desmembrados e o pagamento poderá ser parcelado**, desde que mantidos o percentual de lance mínimo fixado (art. 4º, parágrafo único, do Provimento GP-CR nº 04/2019).

Os lances dos bens dos processos abaixo discriminados serão recepcionados através do site **www.picellileiloes.com.br** a partir da data de publicação do edital, até o dia 01 de 08 de junho de 2022, observado o horário de encerramento da hasta pública, que dependerá da demanda diante da oferta.

O PREGÃO DO REPASSE será transmitido online e ao vivo pelo Leiloeiro através do seu site, a partir das 11h00 do dia 11/07/2022, de acordo com o Regulamento das Hastas Públicas de Campinas, constante ao final deste Edital.

1- Processo: 0010200-37.2003.5.15.0093 - 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 1.1 Tipo do Bem: Imóvel
Identificação: Matrícula: 48947 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP
Descrição: Lote de terreno sob o nº20, da quadra 34, do loteamento denominado Jardim Santa Genebra, Gleba II, no distrito de Barão Geraldo, Comarca de Campinas, medindo 14,00m de frente em curva, mais 18,00m em reta para a rua 32; 30m de fundos para os lotes 6 e 7; 35,00m do lado direito para o lote 19 e 23,70m do lado esquerdo para o lote 05, com área total de 917,50m2.
Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: O terreno foi desmembrado de forma irregular ficando o imóvel residencial edificado (CASA 1) com entrada por portão com numeração para a Rua Domingos Cerone, nº 439. Na outra parte do terreno consta edificação rústica (CASA 2) e sem registro ficando com endereço da Rua Gebrael I. G. Mokarzel, nº 196. A CASA 1 encontra-se em bom estado de conservação, pintura preservada, portão manual, com mais de 20 anos de construção. Locatário não permitiu a entrada ao interior do imóvel. A CASA 2 é de construção simples, sem manutenção e sem registro de área construída. Código Cartográfico: 32345363031501001
Penhora 5ª Vara Federal de Campinas proc.0004175-31-2003.4036105 / Reserva de crédito 4 VT – Campinas – ATOrd 0064600-58.2002.515.0053 / Embargos de Terceiros nº 0011619-96.2020.5.15.0093 que numerário resultante da hasta pública ou adjudicação reverter-se-á a metade em favor da embargante, MARIA DO CARMO PRIETO CAMPOS, e o restante para quitar a execução do processo principal, respeitados os limites do artigo 843, § 2º, do CPC

Proprietário:
ADYR DE OLIVEIRA CAMPOS
CPF: 023.351.828-20
Removido: Não
Localização: Casa 01 Rua Domingos Cerone, 439 - Casa 02
Gebrael IG. Morkazel n. 196
Cidade: CAMPINAS UF: SP
Quantidade: 1
Percentual da Penhora: 100,00%
Valor Unitário (% Penhorado): R$ 914.250,00
Valor Total Penhorado: R$ 914.250,00
Valor Lance mínimo (70%): R$ 639.975,00
Data da Avaliação: 10/02/2022
Data Penhora: 22/04/2013
Ordem da Penhora: 1
Anexo(s) do bem:
Não há anexos cadastrados para este bem.
1.2 Tipo do Bem: Imóvel
Identificação: Matrícula: 8495 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP
Descrição: Lote 06, da quadra 34, à Rua 30, do Loteamento Jardim Santa Genebra, Gleba II, Barão Geraldo, que mede 15,00m por 35,00m da frente aos fundos, e de ambos os lados, com a área total de 525,00 m2 ¿ confrontações ¿ com os lotes 5, 7 e 20.
Ônus/Observação: OBSERVAÇÃO 1: Imóvel de dois pavimentos, com mais de 30 anos de construção, sendo o 1º Pavimento composto de sala de 2 ambientes, 1 quarto/ escritório, lavabo, sala de jantar, cozinha e 2º Pavimento composto de 3 quartos, sendo 1 suíte, 1 banheiro social e 1 sala. Área externa fundos com piscina, área de apoio com 1 banheiro, quintal. Área externa frente com ampla garagem. O imóvel se encontra sem manutenção, pintura de paredes, portas e portões deteriorados, piso com imperfeições. Imóvel, como um todo, necessitando de reforma. Terreno com 525 m2 e area construída de 482,30m2- Código Cartográfico: 32345463010101001
Embargos de terceiro 0010984.52.2019.5.15.0093 com trânsito em julgado – **a penhora deve se restringir à fração ideal do executado no imóvel, bem como, em caso de alienação de tal fração ideal, deverá ser resguardado o direito de Maria do Carmo Pietro Campos residir no imóvel.**
Proprietário:
ADYR DE OLIVEIRA CAMPOS
CPF: 023.351.828-20
Removido: Não

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 08/06/2022 16:25:03 - f34fa86

Localização: Rua Décio de Almeida Filho, 300

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 50,00%

Valor da Avaliação de 100% do imóvel: R$ 1.917.140,00

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 958.570,00

Valor Total Penhorado: R$ 958.570,00

Valor Lance mínimo (50%): R$ 479.285,00

Data da Avaliação: 10/02/2022

Data Penhora: 22/04/2013

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

Valor mínimo de venda do LOTE ÚNICO: R$ 1.119.260,00

2- Processo: 0130800-03.2008.5.15.0129 - 10ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 2.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 8192 - 1º Cartório - CACONDE/SP

Descrição: Uma gleba de terras denominada nº 01, com área de 18.27,85 (dezoito hectares, vinte e sete ares e oitenta e cinco centiares), situada no imóvel GRAMINHA, no município de Caconde/SP. No imóvel, há uma casa de 2 pavimentos, com tijolo à vista e telhado em estilo japonês.Localiza-se próximo a represa de Caconde.

Ônus/Observação: constam penhoras e Indisponibilidade - Não será admitida a adjudicação e/ou arrematação mediante pagamento com utilização de créditos ou qualquer outro título, mas tão somente, mediante a utilização de dinheiro, que permita o imediato proveito econômico aos credores.

Proprietário:

JOSÉ LUIZ RODRIGUES DE OLIVEIRA

CPF: 832.286.088-91

Removido: Não

Localização: Estrada Caconde - Poços de Caldas

Bairro: Sítio São Benedito

Cidade: CACONDE UF: SP

CEP: 1377000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 1.700.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 1.700.000,00

Valor Lance mínimo (50%): R$ 850.000,00

Data da Avaliação: 08/04/2022

Data Penhora: 10/12/2015

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Fotos do Imóvel:

http://www.trt15.jus.br/nucleo_execucao/f/t/visualizarfotoman?modoJanelaPlc=popup&chPlc=18806

3- Processo: 0152500-98.1998.5.15.0092 - 5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 3.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 36526 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Um conjunto para escritório, sob nº 102 do 10º andar, do Edifício Progresso, situado na Avenida Francisco Glicério, 1314, Campinas, SP, composto de vestíbulo, 02 sala e WC, com área construída de 45,979ms2 e uso comum de 9,6843ms2, total de 55,6633ms2.

Ônus/Observação: Ineficácia das doações de R.03 e R.04 - Certificado pelo oficial de justiça em contato com a Administradora do Condomínio Edifício Progresso, Tower Gestão Condominial pelo telefone 2519-8001, fui atendido pela senhora Jaqueline Campos, Funcionária, a qual me informou que o conjunto 102 encontrava-se atualmente desocupado e em consulta pelo Convênio com a CPFL o mesmo informou para o conjunto 102 “instalação suspensa”.

Proprietária:

Nédia Samara Mazzariol

CPF: 184.199.258-53

Removido: Não

Localização: Avenida Francisco Glicério, 1314, Complemento: Sala 102 do Edifício Progresso Bairro: Centro

Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13012904

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 110.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 110.000,00

Valor Lance mínimo (50%): R$ 55.000,00

Data da Avaliação: 24/08/2021

Data Penhora: 05/12/2017

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

4- Processo: 0011211-12.2014.5.15.0095 - 8ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 4.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 1482 - 1º Cartório - JAGUARIÚNA/SP

Descrição: Um imóvel urbano constituído pelo lote de terreno sob nº 16(dezesseis) da quadra "L", do loteamento denominado "Jardim Alice", situado no Bairro Capotuna, nesta cidade, distrito, município de Jaguariúna-SP, com área de 349,75m2(trezentos e quarenta e nove metros e setenta e cinco decímetros quadrados), com frente

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 08/06/2022 16:25:03 - f34fa86

para Rua Minas Gerais, para qual mede 14,00 (quatorze) metros; por 9,60m (nove metros e sessenta centímetros) na linha do fundo, confrontando com a propriedade da Imobiliária Brasil S/C Ltda; 29,64m (vinte e nove metros e sessenta e quatro centímetros) do lado esquerdo, confrontando com o lote nº 15(quinze); e 31,32m (trinta e um metros e trinta e dois metros e dois centímetros) do lado direito, confrontando com os lotes nºs 17(dezessete), 18(dezoito) e 19(dezenove).

Prédio residencial com 284.84m² e uma piscina com 21,09m², totalizando 305.93m², que recebeu o nº 1.336 da Rua Minas Gerais, edificado no imóvel urbano, constituído pelo lote de terreno sob n 16 da quadra "L" do loteamento Jardim Alice, situado no bairro Capotuna, município e comarca de Jaguariúna - sp

Ônus/Observação: Depositário: LUIZ PEREIRA FILHO - CPF: 811.084.198-87, casado no regime de comunhão universal de bens com AGUEDA MARIA BRITO DE CASTRO PEREIRA - CPF: 039.435.308-09

REUNIÃO DE EXECUÇÃO EM FACE DE INDELT ELETRO ELETRONICA EIRELLI EPP - 0010721-87.2014.5.15.0095/ 0011161-58.2015.5.15.0092/ 0010620-11.2016.5.15.0053/ 0010714-07.2014.5.15.0092/ 0011512-47.2014.5.15.0001/ 0010739.32.2016.5.15.0130/ 0010892-65.2016.5.15.0130 / 0010682-51.2015.5.15.0129 / 0010040-38.2016.5.15.0131 / 0011211-12.2014.5.15.0095 / 0011512-96.2014.5.15.0114 / 0011529-95.2014.5.15.0094 / 0010733-96.2017.5.15.0095 / 001031391.2015.5.15.0004 / 0010299-98.2017.5.15.0001 / 0010923-25.2016.5.15.0053 / 0012466-2014.0008.15.05 / 0010628-13.2017.5.15.0001 0010979-35.2016.5.15.0093 0010366-78.2017.5.15.0093 011409-78.2014.5.15.0053 0011050.68.2015.5.15.0007 / 00112011-12.2014.5.15-009 / 0012637.49.2017.5.15.0032 / 010907-67.2015.5.15.001 / 010406-20.2016.5.15.0053 / 0010417.60.2016.5.15.0114

Há outras reservas de numerários e Penhora

Em 29/10/2018, em audiência ficou determinado que, o imóvel penhorado e avaliado no processo 0010040-38.2016.5.15.0131 seria aproveitado para esta demanda.

Proprietário:

LUIZ PEREIRA FILHO

CPF: 811.084.198-87

Removido: Não

Localização: Rua Minas Gerais , 1336

Bairro: Capotuna

Cidade: JAGUARIÚNA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 700.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 700.000,00

Valor Lance mínimo (50%): R$ 350.000,00

Data da Avaliação: 17/03/2022

Data Penhora: 22/01/2018

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

5- Processo: 0001124-42.2011.5.15.0114 - 9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

5.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 118736 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Uma unidade autônoma designada por apartamento nº 64, localizado no 6º andar do Condomínio Edifício Fabiana Carolina, situado na Avenida Império do Sol Nascente nº 522, nesta cidade, com as seguintes áreas: útil de 75,5200 m²; comum de 7,0594 m²; total de 82,5794 m² e fração ideal de 36,6015 m² ou 3,2333% no terreno onde se encontra edificado o Condomínio. OBS.: o apartamento encontra-se em bom estado de conservação. Imóvel este, objeto da matrícula 118736 do 3º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas.

ônus: Consta Penhora

Proprietária:

ROSE MARY PETTA FOLEGATTI

CPF: 263.955.318-67

Removido: Não

Localização: Avenida Império do Sol Nascente, 522, Complemento: apartamento 64 Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 355.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 355.000,00

Valor Lance mínimo (50%): R$ 177.500,00

Data da Avaliação: 05/10/2021

Data Penhora: 13/11/2018

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

5.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 118737 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Uma unidade autônoma designada por vaga para estacionamento nº 23, localizada no pavimento térreo do Condomínio Edifício Fabiana Carolina, situado na Avenida Império do Sol Nascente nº 522, nesta cidade, com as seguintes áreas: útil de 12,5000 m²; comum de 0,5842 m²; total de 13,0842 m² e fração ideal de 3,0291 m² ou 0,2676% no terreno onde se encontra edificado o Condomínio. OBS.: a vaga de garagem encontra-se em

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 08/06/2022 16:25:03 - f34fa86

bom estado de conservação. Imóvel este, objeto da matrícula 118737 do 3º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas.

ônus: Consta Penhora

Proprietária:

ROSE MARY PETTA FOLEGATTI

CPF: 263.955.318-67

Removido: Não

Localização: Avenida Império do Sol Nascente, 522, Complemento: vaga de garagem 23 Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 50.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 50.000,00

Valor Lance mínimo (50%): R$ 25.000,00

Data da Avaliação: 05/10/2021

Data Penhora: 13/11/2018

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

Valor mínimo de venda DO LOTE ÚNICO: 50% R$ 202.500,00

6- Processo: 0010144-65.2019.5.15.0053 - 4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 6.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 54269 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Prédio residencial à Rua Professor Teodoro Yahn, 198, nesta cidade, medindo o terreno que corresponde ao lote 10, da Quadra D, do loteamento denominado Jardim Bandeirantes, 10,88 m de frente para a citada via pública, do lado direito 22,75 m, do lado esquerdo 20,50 m e fundo 10,25 m, encerrando a área de 216,25 m², confrontando em sua integridade com os lotes 09, 11 e 29

Ônus/Observação: o referido prédio residencial encontra-se em razoável estado de conservação e em condições de habitação.

R. 01/54269: Co-proprietária: FELÍCIA JACINTA JIMENES AMADOR:CPF 261.793.308-32

Av. 02/54269: (Processo 00006928820135040007-7ª Vara do Trabalho de Porto Alegre/RS

Av. 03/54269: SALIM AMADOR MIRANDA e FELÍCIA JACINTA JIMENES AMADOR casados sob o regime da separação de bens Indisponibilidade de Bens (Juízo Deprecante) Av.04/54269: (Processo CartPrecCiv0010144-65.2019.5.15.0053- 4ª Vara do Trabalho de Campinas-SP Penhora (Juízo Deprecado)

Constam débitos de IPTU - Constam Penhoras e Indisponibilidade.

Proprietários:

SALIM AMADOR MIRANDA

CPF: 243.763.020-15

FELÍCIA JACINTA JIMENES AMADOR

CPF 261.793.308-32

Removido: Não

Localização: Rua Professor Teodoro Yahn, 198

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 70,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 291.500,00

Valor Total Penhorado: R$ 291.500,00

Valor Lance mínimo (70%):R$ 204.050,00

Data da Avaliação: 29/03/2019

Data Penhora: 29/03/2019

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

7- Processo: 0078700-58.2003.5.15.0093 - 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 7.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 32124 - 1º Cartório - AMPARO/SP

Descrição: Unidade 30, Gleba A do Condomínio Fazenda Arcadas, unidade esta descrita no item Unidade no 30 (Rs. 11 e 12/32.124) Fração Ideal de 0,5965% da matr. 32124 CRI de Amparo-SP: - a unidade mede 30,17m em reta para a Via de Acesso 1; do lado direito de quem da via de acesso olha para o imóvel mede 44,24m e confronta com o terreno da Unidade 31; do lado esquerdo mede 37,66m e confronta com o terreno da Unidade 29; nos fundos mede 30,19m e confronta com a gleba reservada ao proprietário, encerrando a área total de 1.228,40m2, com Área Utilização Exclusiva de 1.228,40m2; Área comum real de 937,57m2; Área total real de 2.165,97m2 e Fração Ideal de Terreno de 0,5965%. Será edificada no terreno uma casa com 164,00m2 de área construída, contendo dois pavimentos sendo o pavimento inferior constituído de varanda, hall, sala, lavabo, cozinha, área de serviço, banho de empregada e escada de acesso ao pavimento superior e o pavimento superior, constituído de três (03) dormitórios, sendo um com banho privativo e escada de acesso ao térreo.

Obs: consta, na R-12/32.124 credora fiduciária Nova Arcadas Empreendimentos e Incorporacoes Imobiliarias Ltda. - apesar de reiteradamente intimada por correio (v. Id. f9d87e8 e cfea6bf) e por Oficial de Justiça (v. Id. 9f6c603) - (v. Id. 3d82b2a). - Há Indisponibilidade - Há penhoras - Há reservas de créditos

Poderá o exequente também ARREMATAR os bens, em igualdade de condições com outros interessados, prevalecendo o maior lance, sem exibir o preço, exceto se este exceder o seu

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 08/06/2022 16:25:03 - f34fa86

crédito (artigo 10º do provimento GP-CR 04- 2019) art. 895, §§ 1º e 2º, do CPC/15 c/c art. 769 da CLT), respondendo pelo pagamento da comissão do leiloeiro

Proprietário:
ROBSON CAMARGO
CPF: 049.475.888-02
Removido: Não
Localização: Unidade 30, Gleba ¿A¿, Complemento: Condomínio Fazenda Arcadas Bairro: Distrito de Arcadas
Cidade: AMPARO UF: SP
Quantidade: 1
Percentual da Penhora: 100,00%
Valor Unitário (% Penhorado): R$ 350.000,00
Valor Total Penhorado: R$ 350.000,00
Valor Lance mínimo (50%): R$ 175.000,00
Data da Avaliação: 17/06/2019
Data Penhora: 23/07/2019
Ordem da Penhora: 1
Anexo(s) do bem:
Não há anexos cadastrados para este bem.

8- Processo: 0011065-18.2018.5.15.0131 - 12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 8.1 Tipo do Bem: Imóvel
Identificação: Matrícula: 7023 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP
Descrição: Lote 3, Quadra E, Jardim Santa Maria, Campinas/SP, Imóvel constante da matrícula 7023 do 3º CRI de Campinas/SP
Situação:
Sobre o terreno indicado na matrícula, situado na parte central da quadra, há edícula construída, mas sem regularização. Não encontrei morador no imóvel.
Constatei que há ocupação irregular no bairro, sendo que as ruas não são asfaltadas e não há urbanização.
Constatei que há divergência na indicação de nomes de ruas no bairro visitado entre o mapa constante do cadastro municipal e o do Google Maps.
Segundo informado pelo morador da casa 3, situada no início da rua, Sr. Valmir Santos de Oliveira, a ocupação existe há mais de 10 anos, sendo que as divisões das edículas construídas não correspondem necessariamente aos lotes indicados no cadastro municipal. O Sr. Valmir não soube informar a qual lote corresponderia a edícula que ele construiu no local.
Ônus/Observação: Av.20 - em 13 de setembro de 2019 - PENHORA
Pela Certidão de Penhora (Protocolo PH000285609) emitida em 07/09/2019 pela Central de Mandados da Comarca de Campinas-SP - TRT - 15ª Região, extraída dos autos de Execução Trabalhista, processo no 00110651820185150131, figurando como exequente JULIANA DA ROCHA FERNANDES, inscrita no CPF/MF n° 469.236.148-48, e como executados HOTEL FAZENDA SOLAR DAS ANDORINHAS LTDA., inscrito no CNPJ n° 44.593.341/0001-93, e ANDORINHAS - ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA LTDA - ME, inscrita no CNPJ n° 07.239.855/0001-19, o imóvel objeto desta matrícula, foi PENHORADO para garantia da execução da dívida no valor de R$32.064,41 (trinta e dois mil, sessenta e quatro reais e quarenta e um centavos), sendo nomeado como depositário o co-executado HOTEL FAZENDA / SOLAR DAS ANDORINHAS LTDA.
Prenotação: 628.762 em 09/09/2019
O Juízo da 12ª Vara do Trabalho de Campinas somente aceitará lance em moeda corrente, em prestígio à celeridade processual, bem como à efetiva satisfação da presente demanda, salvo créditos da própria execução.
Proprietário:
HOTEL FAZENDA SOLAR DAS ANDORINHAS LTDA.
CNPJ: 44.593.341/0001-93
Removido: Não
Localização: Rua Otto Guilherme Fritz, Lote 3, Quadra E, s/nº
Bairro: Jardim Santa Maria
Cidade: CAMPINAS UF: SP
Quantidade: 1
Percentual da Penhora: 100,00%
Valor Unitário (% Penhorado): R$ 114.562,50
Valor Total Penhorado: R$ 114.562,50
Valor Lance mínimo (50%): R$ 57.281,25
Data da Avaliação: 23/10/2020
Data Penhora: 06/10/2019
Ordem da Penhora: 1
Anexo(s) do bem:
Não há anexos cadastrados para este bem.

9- Processo: 0012226-03.2017.5.15.0130 - 11ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 9.1 Tipo do Bem: Imóvel
Identificação: Matrícula: 99680 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP
Descrição: Lote n. 20, localizado na Quadra K, do loteamento denominado parque dos polmares, com frente para rua 4, encerrando uma aré de 425,00 metros quadrados, com uma casa térrea construída em alvenaria.
Ônus/Observação: Av. 3, imóvel penhorado no processo n. 0011488-19.2016.5.15.0043, 3ª Vara do Trabalho de Campinas; Av. 4, imóvel penhorado no processo n. 0011847-70.2014.5.15.0032, 2ª Vara do Trabalho de Campinas. Consta reserva de crédito. Consta Av 05/ 06 indisponibilidade - processo 00104319320165150130 - 11 VT Campinas. Consta na Av 07 - indisponibilidade 00104550420175150093 - 6 VT Campinas.

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 08/06/2022 16:25:03 - f34fa86

Consta na Av 08 - Penhora processo 0012226-03.2017.5.15.0130 - 11 Vara do Trabalho de Campinas - Consta na Av.09 Indisponibilidade processo 00113140820145150131 - 12 Vara do Trabalho de Campinas - Consta na Av.10 Indisponibilidade processo 00105788820175150032 - 02 VT Campinas

Proprietária:

CLAUDIA GARCIA DE OLIVEIRA

CPF: 258.479.988-05

Removido: Não

Localização: Rua Jarbas de Carvalho Asbahr, 433

Bairro: Parque dos Pomares

Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13098000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 350.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 350.000,00

Valor Lance mínimo (50%): R$ 175.000,00

Data da Avaliação: 29/03/2019

Data Penhora: 12/09/2019

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

10- Processo: 0011096-80.2014.5.15.0130 - 11ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 10.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 45136 - 2º Cartório - RIBEIRÃO PRETO/SP

Descrição: Um terreno situado em Bonfim Paulista, com frente para Rua Dr. Parmênio Ramos, lado ímpar da numeração predial, esquina com a Rua Cel. Furquin, medindo 9,40 metros de frente, igual medida nos fundos, por onde confronta com Antenor Magazoni, por 24,00 metros da frente aos fundos, de ambos os lados, encerrando a área de 225,60 metros quadrado. Certificação do oficial de justiça: Em diligência, constatado que trata-se de um imóvel com edificação muito antiga, composto de um pequeno cômodo comercial (onde estabelecido um bar) e residência de dois quartos, sala cozinha, despensa, banheiro, lavanderia, garagem e quarto de despejo que se apresenta em péssimo estado de conservação.

Observação: Consta reserva de numerário e penhora

Proprietários:

JOSE APARECIDO RAMOS

CPF: 167.500.128-68

Removido: Não

Localização: Rua Doutor Parmenio Ramos, 612, Complemento: Lado ímpar da numeração predial Bairro: Bonfim Paulista

Cidade: RIBEIRÃO PRETO UF: SP

CEP: 14100000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 238.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 238.000,00

Valor Lance mínimo (50%): R$ 119.000,00

Data da Avaliação: 19/07/2021

Data Penhora: 28/11/2019

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

11- Processo: 0012743-05.2017.5.15.0131 - 12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 11.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 85294 - 1º Cartório - AVARÉ/SP

Descrição: O lote 06 (seis), da quadra 12 (doze) do loteamento JARDIM RESIDENCIAL ITÁLIA, nesta cidade, medindo 1,92 metros de frente para a Avenida ¿B¿ 30,00 metros de um lado, onde divide com o lote 05; 19,83 metros do outro lado, onde confronta com a Rua 3 e 12,09 metros nos fundos, onde divide com o lote 07, havendo um canto quebrado, em curva, na confluência da área de 337,00 ms.2. Av 1: Certifico que o lote acima tem a inscrição cadastral municipal nº 09.197.06; Av. 2: A Avenida ¿B¿ denomina-se oficialmente AVENIDA RUBEN BOTELHO FALCÃO

Ônus/Observação: AV 01/85.294 (PENHORA) - Em 02 de outubro de 2020:

Por Penhora Online - Execução Trabalhista PH000334270 certidão de 01 de setembro de 2020, da Vara do Trabalho de Avaré, Comarca de Avaré-SP, processo n° 0012743-05.2017.5.15.0131, ação movida por JOÃO BATISTA DE SOUZA, CPF 512.583.074-72, em face de M.A. FERNANDES CONSTRUÇÕES - ME, CNPJ 04.319.930/0001-63, e MARCO ANTONIO FERNANDES, CPF 066.437.618-59, foi determinada a presente averbação da PENHORA do imóvel desta matrícula, para garantia da dívida de R$129.794,37, tendo sido nomeado como fiel depositário MARCO ANTONIO FERNANDES. A presente averbação é feita por determinação do MM. Juiz da 12ª Vara do Trabalho de Campinas-SP de 17/09/2020 - Processo 0012743-05.2017.5.15.0131.

Consta reserva de crédito em outra demanda processual e penhora na AV01

"O Juízo da 12ª Vara do Trabalho de Campinas somente aceitará lance em moeda corrente, em prestígio à celeridade processual, bem como à efetiva satisfação da presente demanda, salvo créditos da própria execução."

Proprietário:

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 08/06/2022 16:25:03 - f34fa86

Marco Antonio Fernandes

CPF: 066.437.618-59

Removido: Não

Localização: Avenida Ruben Botelho Falcão

Cidade: ARARAQUARA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 31.500,00

Valor Total Penhorado: R$ 31.500,00

Valor Lance mínimo (50%): R$ 15.750,00

Data da Avaliação: 14/09//2020

Data Penhora: 29/11/2019

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

12- Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 - 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 12.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: FGR3066 Renavam: 493554955 Chassi: KMHDH41EBDU555500

Descrição: VEÍCULO MARCA HYUNDAI, MODELO ELANTRA GLS, 1.8, 5 portas, PLACA: FGR3066, CHASSI: KMHDH41EBDU555500, RENAVAN 00493554955, ANO 2012 E MODELO: 2013, COR: BRANCA, DIREÇÃO: hidráulica; CÂMBIO: automático; MOTOR: gasolina, Pneus: meia vida, Pintura/ Lataria: com pequenos arranhões, em bom estado de uso e conservação. Observação: Há reserva de numerário em outra demanda processual

Proprietário:

CARLOS DE JESUS ROMERO

CPF: 304.632.628-91

Removido: Não

Localização: RUA DONA ANA EUFROSINA, 7, Complemento: CLÍNICA ODONTOLÓGICA MASTER PRIME

Bairro: JARDIM BRASIL

Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13073023

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 45.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 45.000,00

Valor Lance mínimo (50%): R$ 22.500,00

Data da Avaliação: 09/11/2020

Data Penhora: 09/11/2020

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

13- Processo: 0011343-25.2018.5.15.0032 - 2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 13.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 101717 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Lote de terreno nº 08 oriundo da anexação dos lotes 07 e 08 da quadra 09 do JD Nova Europa, medindo 20m de frente para a rua Chile, igual medida nos fundos, onde confronta com a rua Venezuela, de um lado mede 41,20m onde confronta com o terreno do prédio nº 61 da rua Chile, do outro lado mede 39,20m onde confronta com o terreno do prédio 577 da rua Nicarágua e prédio nº460 da rua Venezuela, perfazendo um total de 804,00m2.

Ônus/Observação: Conforme Av.01/101.717, consta que no terreno acima foi construído um prédio comercial que recebeu o n.º 29 pela Rua Chile, com as seguintes áreas: Escr. a reg. 55,00 m², depósito a reg. 168,75 m², Vestiário a const. 27,90 m², barracão Aum.Aut. 27,29 m², mezanino Aut. 31,20 m² (total da soma dessas áreas: 310,14 m²). No Demonstrativo do IPTU 2021, no entanto, consta que a área total construída do imóvel é de 526,08 m², sendo diferente e maior do que a área construída descrita na matrícula (310,14 m²). Zoneamento ZC2 - Código Cartográfico: 34326243031201001

Ônus: Consta Alienação Fiduciária/ Arresto / averbação premonitória

Proprietário:

CLOVIS ALEXANDRE DOS REIS

CPF: 127.054.298-24

Removido: Não

Localização: Rua Venezuela , 440 e cadastrado na Prefeitura como Rua Chile n. 29 - Jardim Nova Europa

Bairro: Nova Europa

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 1.200.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 1.200.000,00

Valor Lance mínimo (50%): R$ 600.000,00

Data da Avaliação: 31/11/2021

Data Penhora: 13/01/2021

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

14- Processo: 0012523-63.2014.5.15.0114 - 9ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 14.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: EYX4548 Renavam: 452606560 Chassi: 9A9T0982CC1DR8393

Descrição: CARRETA TANQUE, SR RODOTECNICA SRT TQ2, CINZA, NA COR PREDOMINANTE CINZA, ANO DE FABRICAÇÃO

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 08/06/2022 16:25:03 - f34fa86

2012, MODELO 2012, CHASSI 9A9T0982CC1DR8393, RENAVAM 00452606560, SEMI-REBOQUE, 3 EIXOS, CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DO VEÍCULO: 31 M3; PNEUS USADOS E AUSÊNCIA DE UM DELES; ESTACIONADO EM LOCAL ABERTO. POSSUI IDENTIFICAÇÃO ESCRITA ¿MATTOS D¿ ÁGUA¿. EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Ônus/Observação: Veículo registrado junto a Agencia Nacional de Transportes Terrestres - REGISTRO ETC/RNTRC 03847949

Proprietários:

ANGELS AÇÚCAR ÁLCOOL E TRIGO LTDA

CNPJ: 11.484.230/0001-90

CANA BRAVA TRANSPORTE E COMERCIO LTDA

CNPJ: 60.664.356/0001-51

Removido: Não

Localização: ALAMEDA CAPOVILLA, 451, Complemento: DISTRITO INDUSTRIAL DOMINGOS GIOMI, RECREIO CAMPESTRE JOIA,

Cidade: INDAIATUBA UF: SP

CEP: 13347310

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 100.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 100.000,00

Valor Lance mínimo (50%): R$ 50.000,00

Data da Avaliação: 24/02/2021

Data Penhora: 24/02/2021

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

15- Processo: 0011362-88.2019.5.15.0131 - 12ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 15.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 23973 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Lote de terreno sob número 28 (vinte e oito) da quadra 1 (um) do loteamento BAIRRO DAS PALMEIRAS, na cidade e 1a Circunscrição de Campinas/SP, medindo 15,00 ms de frente para a rua 3; 16,33ms nos fundos, onde tem viela sanitária, confrontando com o lote 3, por 40,00ms de um lado para o lote 27 e 33,55ms do outro lado, para o lote 29, encerrando a área de 552,00 ms2 Código Cartográfico 3424.12.52.0537.

Ônus/Observação: Penhora (Av. 7/23.973: em 18/04/2018 para garantir execução de uma dívida de R$ 9.914,76, nos termos da certidão datada de 02/05/2018, prenotada sob nnão 445.746, expedida pelo Juízo da Vara do Trabalho de Pindamonhangaba/SP, nos termos da execução trabalhista sob nnão 0010128-35.2015.5.15.0059.

Penhora (Av. 10/23.973: em 12/05/2021 para garantir execução de uma dívida de R$ 45.256,49, nos termos da certidão datada de 19/05/2021, prenotada sob n 489.162, expedida pela Central de Mandados de Campinas, nos autos da execução trabalhista nº 0011362-88.2019.5.15.0131. . Consta indisponibilidade

O Juízo da 12ª Vara do Trabalho de Campinas somente aceitará lance em moeda corrente, em prestígio à celeridade processual, bem como à efetiva satisfação da presente demanda, salvo créditos da própria execução.

Proprietária:

TECNOPLANO PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: 04.222.586/0001-90

Removido: Não

Localização: Rua Jean Mermoz, s/nº

Bairro: Bairro das Palmeiras

Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13101506

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 496.440,00

Valor Total Penhorado: R$ 496.440,00

Valor Lance mínimo (50%): R$ 248.220,00

Data da Avaliação: 12/05/2021

Data Penhora: 27/03/2020

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

16- Processo: 0010558-58.2021.5.15.0129 - 10ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 16.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 110351 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Uma unidade autônoma designada por Conjunto Comercial sob nº 53, localizada no 5º andar do Edifício Comercial Glicério, situado à Avenida Francisco Glicério, 297, nesta cidade, com as seguintes áreas: útil de 30,16 m², comum de 12,615 m², total de 42,775 m² e fração ideal de 2,243370% no terreno onde se encontra construído o Edifício.

Ônus/Observação: Registro de indisponibilidade AV.04, processo 0076500-34.1995.5.15.0069. e Penhora Exequenda. Não será admitida a adjudicação e/ou arrematação mediante pagamento com utilização de créditos ou qualquer outro título, mas tão somente, mediante a utilização de dinheiro, que permita o imediato proveito econômico aos credores. -Conexão **ETCiv 0010810-27.2022.5.15.0129 -10 VTV Campinas**

Proprietário:

ALEXANDRE CONCEIÇÃO CECCONI

CPF: 090.030.818-40

Removido: Não

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 08/06/2022 16:25:03 - f34fa86

Localização: Avenida Francisco Glicério, 297, Complemento: conjunto comercial 53 Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 120.640,00

Valor Total Penhorado: R$ 120.640,00

Valor Lance mínimo (50%):: R$ 60.320,00

Data da Avaliação: 18/05/2021

Data Penhora: 18/05/2021

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

17- Processo: 0011422-96.2021.5.15.0129 - 10ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 17.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 45083 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Imóvel matrícula nº 45.083, do 3º CRI de Campinas, código cartográfico 3434411003430000. Lote 22 da quadra 19, do Jardim das Bandeiras, medindo 10,00m de frente para a avenida Um, igual medida nos fundos, da frente aos fundos, de ambos os lados, mede 30,00m, com área de 300m², confrontando com os lotes 21, 23 e 4.

Edificado galpão industrial de padrão médio de construção, telhado de alumínio.

Ônus/Observação: Imóvel em regular estado de conservação. Na fachada do imóvel,consta o nome Núcleo Empresarial, com o logo de diversas empresas, levando à conclusão que o imóvel está sendo compartilhado por diversas empresas.

Não será admitida a adjudicação e/ou arrematação mediante pagamento com utilização de créditos ou qualquer outro título, mas tão somente, mediante a utilização de dinheiro, que permita o imediato proveito econômico aos credores.

Penhoras/indisponibilidades registradas na matrícula: AV. 19, AV 21, AV. 22. Av23, Av24, Av 25 e Av26

Proprietário:

JACO RAMOS

CPF: 757.838.789-87

Removido: Não

Localização: AV. RICARDO BASSOLI CEZARE, 1107

Bairro: JARDIM DAS BANDEIRAS

Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13050080

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 450.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 450.000,00

Valor Lance mínimo (50%): R$ 225.000,00

Data da Avaliação: 26/01/2022

Data Penhora: 26/01/2022

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

18- Processo: 0011228-96.2021.5.15.0129 - 10ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 18.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: DDJ3J88 Renavam: 757062512 Chassi: 93HES15501Z008499

Descrição: Veículo HONDA/CIVIC LX, ano/modelo 2001/2001, placa DDJ3J88, chassi 93HES15501Z008499, renavam 757062512, combustível gasolina, cor preta.

Ônus/Observação: O veículo encontra-se em ruim estado de manutenção, com o puxador da porta do condutor quebrado.

Não será admitida a adjudicação e/ou arrematação mediante pagamento com utilização de créditos ou qualquer outro título, mas tão somente, mediante a utilização de dinheiro, que permita o imediato proveito econômico aos credores.

Proprietários:

RASHID KHAN

CPF: 238.050.928-06

Removido: Não

Localização: Rua do Sol, 148, Complemento: Casa 198, Jardim do Sol

Bairro: Barão Geraldo

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 16.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 16.000,00

Valor Lance mínimo (50%): R$ 8.000,00

Data da Avaliação: 02/02/2022

Data Penhora: 02/02/2022

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

19- Processo: 0012292-88.2014.5.15.0129 - 10ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 19.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 2780 - 1º Cartório - JALES/SP

Descrição: Parte ideal correspondente a 50% de 2/3 de 3,5662% do imóvel, ou seja, 1,18873% do imóvel matrícula nº 2.780 do CRI de Jales/SP, Fazenda Ponte Pensa, Córrego da Iracema, Distrito de Santa Albertina, com 5,05 hectares. Localizado no loteamento Jacema (antiga Fazenda Ponte Pensa), s/nº, Zona Rural, Santa Albertina/SP: Tracto de 5,05 hectares, dentro do seguinte roteiro: tem início em marco denominado M-1, segundo daí margeando o

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 08/06/2022 16:25:03 - f34fa86

remanso das águas represadas do Córrego do Iracema, descendo seu curso e percorrendo a distância de 218,50 metros, findo o qual se encontra a junção das águas do Córrego Iracema com as águas do Córrego Jacu, ponto denominado M-2; segue daí, margeando o remanso das águas represadas do Córrego Jacu, subindo seu curso, percorrendo a distância de 487,30 metro, indo encontrar o ponto denominado M-3; deflete à esquerda e com rumo de 73º30'NE, percorrendo a distância de 493,00 metros, confrontando nesse percurso com as terras de Jair ALves Viscaeno, encontrando ao final o marco M-1.

Sobre os 3,5662% do imóvel encontra-se edificada uma casa (rancho às margens do lago de represamento da Hidrelétrica de Ilha Solteira), contendo 01 sala, 02 quartos (sendo um suíte), 01 cozinha, 01 banheiro interno, 01 cômodo tipo despejo (nos fundos), área externa em forma de "L", com churrasqueira, construção de tijolos, cobertura de telhas tipo romana, piso de cerâmica e uma garagem para barcos, com aproximadamente 07X3,5 metros, com cobertura de telhas do tipo romana, piso de cimento rústico, contendo duas paredes de tijolos (lateral e fundos), com pilares de concreto, envoltos por canos "PVC". INCRA 601.179.002.631-8

Ônus/Observação: Constam Penhoras - Não será admitida a adjudicação e/ou arrematação mediante pagamento com utilização de créditos ou qualquer outro título, mas tão somente, mediante a utilização de dinheiro, que permita o imediato proveito econômico aos credores.

Proprietário:

ADELVAN SANTOS MELO

CPF: 602.812.518-00

Removido: Não

Localização: Fazenda Ponte Pensa, s/n, Complemento: Córrego Iracema

Cidade: SANTA ALBERTINA UF: SP

CEP: 1750000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 1,18873%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 70.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 70.000,00

Valor Lance mínimo (50%): R$ 35.000,00

Data da Avaliação: 22/02/2022

Data Penhora: 22/02/2022

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

20- Processo: 0010805-78.2017.5.15.0129 - 10ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 20.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: FXD2156 Renavam: 1050261540 Chassi: 9BD19515ZF0691881

Descrição: Veículo FIAT UNO VIVACE 1.0, ANO FABRICAÇÃO 2015, ANO/MODELO 2015, PLACA FXD2156, CHASSIS 9BD19515ZF0691881, ALCOOL/GASOLINA.

Ônus/Observação: Não avaliado estado de conservação e funcionamento (não foi possível constatar o estado da lataria, pneus, hodômetro, se os vidros ficaram abertos ou fechados, expondo o interior dos veículos às intempéries). O veículo foi apreendido em 14 de MAIO de 2019, encontra-se recolhido no pátio da EMDEC. Não será admitida a adjudicação e/ou arrematação mediante pagamento com utilização de créditos ou qualquer outro título, mas tão somente, mediante a utilização de dinheiro, que permita o imediato proveito econômico aos credores.

Proprietários:

RE9 CLINICA DE REABILITAÇÃO PARA DEPENDENTES QUIMICOS LTDA - ME CNPJ: 14.527.043/0001-34

Removido: Sim

Localização: RUA ANTONIO MANOEL , 50, Complemento: PÁTIO DA EMDEC

Bairro: VILA INDUSTRIAL

Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13035280

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 34.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 34.000,00

Valor Lance mínimo (50%): R$ 17.000,00

Data da Avaliação: 05/04/2022

Data Penhora: 05/04/2022

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

REGULAMENTO E DISPOSIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO NA HASTA PÚBLICA UNIFICADA DA CIRCUNSCRIÇÃO DE CAMPINAS - TRT 15ª REGIÃO

1. CADASTRO PARA PARTICIPAR DO LEILÃO ELETRÔNICO:

1.1) Quem pretender arrematar os citados bens, deverá efetuar seu cadastro, que deverá ser feito antecipadamente no site: **www.picellileiloes.com.br**. O cadastro implicará a aceitação da integralidade das disposições do Provimento GP-CR Nº 04/2019, do TRT da 15ª Região, assim como das demais condições dispostas neste edital.

1.2) Após o cadastro, deverão ser encaminhados ao leiloeiro, no e-mail contato@picellileiloes.com.br, os arquivos digitalizados, com

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 08/06/2022 16:25:03 - f34fa86

imagens legíveis, dos seguintes documentos:

- TERMO DE ADESÃO, com cláusula específica de que o licitante presta as informações com veracidade, na forma da lei, sob pena de caracterização de crime, valendo o simples recebimento do e-mail como prova para este fim;
- carteira de identidade (RG) ou documento equivalente (carteira nacional de habilitação, documento de identidade expedido por entidades de classe ou órgãos públicos);
- cadastro de pessoa física (CPF);
- comprovante de estado civil;
- comprovante de residência em nome do interessado;
- contrato social e alterações, na hipótese de se tratar de pessoa jurídica.

1.2.1) Alternativamente, os citados documentos, em cópias autenticadas, poderão ser encaminhados no endereço físico: Rua Maria Angela, 390, conjunto 10 - Bairro Berlim - Jaguariúna/SP - Cep: 13.99-134

1.3) Os documentos acima discriminados deverão ser recepcionados pelo leiloeiro **até a data designada para o encerramento do leilão eletrônico, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado** (§3º, art. 12 do Provimento GP-CR nº 04/2019).

1.3.1) Considerando o distanciamento social decorrente da pandemia de COVID-19, que impede aglomerações, fica autorizado o envio dos documentos de identificação dos licitantes assinados digitalmente, de forma a poder submetê-los à veracidade das informações. A exceção é decorrente do distanciamento social da pandemia COVID-19, com compatibilidade com a realização da hasta pública exclusivamente digital/eletrônica/virtual.

1.4) O cadastro é pessoal e intransferível, sendo o interessado responsável pelo cumprimento dos prazos fixados neste edital, assim como pelos lances realizados com seu login e senha, sob pena de multa a ser fixada pelo Juízo responsável pela hasta.

1.5) O cadastro e a participação no leilão eletrônico constituem faculdade dos licitantes, eximindo-se o TRT da 15ª Região de eventuais problemas técnicos ou operacionais que obstem, no todo ou em parte, a efetiva participação do interessado no ato (art. 13 do Provimento GP-CR n. 04/2019).

2. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HASTA PÚBLICA:

2.1) O leilão será realizado EXCLUSIVAMENTE na modalidade eletrônica. Os bens serão anunciados no ambiente virtual do leiloeiro, no sítio eletrônico **http://www.picellileiloes.com.br/** e serão vendidos um a um em caráter *ad-corpus* e no estado de conservação em que se encontram.

2.2) A hasta estará a cargo do Leiloeiro Oficial designado JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO **– JUCESP nº 754,** o qual fica responsável por:

a) divulgar a hasta com especial enfoque para na publicidade da modalidade de sua realização, exclusivamente eletrônica **(art. 3º, § 3º, da Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR no 005/2020)**, em mídias eletrônicas, tais como redes sociais e portais de notícias, além da publicação do competente edital, com, no mínimo, 20 (vinte) dias úteis de antecedência no site nacional www.PUBLICJUD.com.br;

b) providenciar a remoção do(s) bem(ns), quando determinada pela Juíza, fazendo jus o leiloeiro ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução, mesmo nas hipóteses em que depois da remoção do(s) bem(ns) sobrevier substituição da penhora, pagamento, remição, conciliação ou adjudicação.

2.3) O leiloeiro fica responsável pelo regular funcionamento do site no que diz respeito às informações lá disponibilizadas, zelando pela regularidade, transparência e regular acesso dos interessados na igualdade de oportunidade de ofertas de lances.

2.4) O usuário cadastrado terá conhecimento dos lances ofertados, por meio de informação disponibilizada pelo leiloeiro na página eletrônica, assim como de eventual proposta de parcelamento;

2.5) O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente divulgado no ambiente virtual supramencionado, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados; Assim, a cada novo lance, o sistema permanecerá aberto para novo lance por mais 3 minutos, a fim de possibilitar a concorrência.

2.6) O ambiente de lances do leiloeiro deverá prever a aquisição do bem individualizado ou do lote integral, em condomínio de licitantes.

2.7) O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar o registro de data e hora dos lances para verificação e certificação da

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 08/06/2022 16:25:03 - f34fa86

ordem dos lances, tanto do arrematante vencedor quanto do arrematante vencido, assim como das condições de pagamento.

3. DOS LANCES

3.1) No primeiro pregão – totalmente eletrônico -- os bens serão anunciados junto ao site do leiloeiro por lotes, vendidos um a um, sem desmembramento, em caráter *ad corpus* e nas condições e no estado de conservação em que se encontram, até às 11 horas da data designada.

3.2) Os bens que não forem objeto de arrematação no primeiro pregão, serão apregoados novamente na mesma data, ao final da hasta, **durante o repasse,** ocasião em que os lotes poderão ser desmembrados e o pagamento poderá ser parcelado, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão.

3.3) Caso ainda assim não sejam apresentados lances, poderá o Magistrada autorizar, a partir de contato prévio realizado por iniciativa do leiloeiro, excepcionalmente, observadas as características e peculiaridades que envolvam os bens, aceitar propostas com valores inferiores ao lance mínimo previsto, nos termos do item 13. “i” deste edital.

3.4) Será observado como lance mínimo a percentagem sobre o valor da avaliação definida pelo Juízo da Execução. Não existindo definição pelo Juízo da Execução do lance mínimo, esse será de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

3.5) Desde a data da publicação do presente Edital, o leilão eletrônico estará disponível para recepção de lances por meio do site do leiloeiro na internet **http://www.picellileiloes.com.br/,** sendo certo que:

1. O leilão na forma de aquisição do lote integral, sem desmembramento e sem parcelamento, acontecerá a partir da data de publicação deste edital até o encerramento da hasta, que não tem horário marcado, dependendo da demanda de oferta e da procura;

2. A fim de garantir a plena isonomia entre os participantes, a realização dos lances deve ocorrer **exclusivamente** por meio do respectivo sítio eletrônico, através da utilização de login e senha;

3. O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente anunciado no ambiente virtual do leiloeiro, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados;

4. **Os licitantes que pretenderem arrematar em condomínio, deverão informar ao leiloeiro via e-mail, enviando as condições da proposta para pregão eletrônico e verbal**;

5. O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar a comunicação com os licitantes, inclusive com registro de data e hora, para verificação e certificação da ordem dos lances, do arrematante vencedor e do arrematante vencido assim como as condições de pagamento deste último

3.6) Para dirimir eventuais dúvidas e questionamentos, o leiloeiro deverá manter em seu site, em local de fácil visualização, telefones e formas para contato com a equipe do leiloeiro.

3.7) Compete ao Juízo responsável pela hasta pública, na forma do artigo 7º do Provimento GP-CR Nº 04/2019, proceder ao cancelamento de qualquer oferta quando não for possível autenticar a identidade do usuário, quando houver descumprimento das condições estabelecidas no Edital ou no referido Provimento ou quando a proposta apresentar irregularidade facilmente detectável.

4) Arrematado o bem, o leiloeiro enviará ao arrematante, por mensagem eletrônica, as guias de depósito e os dados bancários para pagamento imediato do valor da arrematação e da comissão, respectivamente, observados os percentuais devidos e a forma de pagamentos previstos neste edital.

5) Na data da Hasta Pública, sendo a arrematação para pagamento à vista, o arrematante deverá pagar parcela correspondente a, no mínimo 20% (vinte por cento) do valor do lance, além da comissão do leiloeiro, de 5% (cinco por cento) também sobre o valor do lance, admitindo-se pagamento em moeda corrente e comprovação de transferência online ou guia de depósito.

5.1) O saldo remanescente deverá ser pago no primeiro dia útil subsequente à data da realização da hasta, diretamente na agência bancária autorizada;

5.2) A **realização tempestiva dos pagamentos** deve ser comprovada até 24 horas após sua efetivação, mediante envio de mensagem eletrônica do arrematante acompanhada dos documentos, para o endereço eletrônico do Leiloeiro, que a encaminhará à Divisão de Execução de Campinas e ao Juízo da execução.

5.3) Cabe ao leiloeiro verificar a tempestividade dos pagamentos.

5.3.1) A não realização dos depósitos dos valores devidos no prazo fixado deverá ser comunicada imediatamente pelo leiloeiro à Divisão de Execução de Campinas, informando, ainda, os 3 (três) lances subsequentes, para que seus ofertantes possam exercer o

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 08/06/2022 16:25:03 - f34fa86

direito de opção, sem preJuízo da possibilidade de reparação de preJuízos prevista no disposto no caput do artigo 903 do Código de Processo Civil.

6) Ressalvada a hipótese do artigo 903, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, a desistência da arrematação ou a ausência do depósito do saldo remanescente no prazo fixado acarretará a perda, em favor da execução, do valor já pago, além da comissão destinada ao leiloeiro.

7) O credor que não adjudicar os bens constritos perante o Juízo da Execução antes de designada data para o leilão, só poderá adquiri-los em hasta pública na condição de arrematante, com preferência na hipótese de igualar o maior lance, respondendo, porém, pelo pagamento da comissão do leiloeiro, na forma do art. 6º do Provimento GP-CR nº 04/2019.

8) O credor que tiver interesse na arrematação, deverá fazer seu cadastro junto ao sítio eletrônico do leiloeiro e enviar e-mail através do endereço: **contato@picellileiloes.com.br**, informando que tem a intenção de exercer seu direito de preferência e encaminhando os documentos elencados no item 1.2 além de certidão de atualização do crédito expedida pela Vara do Trabalho, preferencialmente no mês da realização da hasta.

9) Caso o arrematante seja o próprio credor e o seu crédito seja inferior ao valor do lance mínimo, deverá ser efetuado, no prazo de 3 (três) dias, o depósito da diferença entre o valor do maior lance e do seu crédito ou da diferença entre o valor do seu crédito e o montante do lance mínimo, sob pena de tornar sem efeito a arrematação, realizando-se novo leilão à custa do exequente (art. 892, CPC) ou, se for o caso, de atribuí-la ao licitante concorrente. Nesta hipótese, a comissão do leiloeiro, calculada sobre o valor do lance, deverá ser paga por ocasião do encerramento da hasta pública.

10) Na hipótese de existir mais de um credor trabalhista com crédito em face dos executados, a arrematação poderá ocorrer respeitada a igualdade de condição, a quitação da comissão do leiloeiro e a quitação do crédito trabalhista do titular do processo que levou o bem à hasta caso seu titular não participe dos lances da hasta pública.

10.1) Em se tratando de ação coletiva com oferta de arrematação com créditos, dar-se-á preferência ao maior lance ofertado entre créditos e valores.

11) O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar proposta para parcelamento do pagamento da arrematação, observadas as seguintes regras:

a) Para bens imóveis: A proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado **em até** 30 (trinta) meses, quando se tratar de imóveis; nos casos de parcelamento de pagamento de bens imóveis, a carta de arrematação ficará condicionada ao pagamento integral das parcelas.

a.1) propostas com parcelamento maior serão apreciadas pelo Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas que utilizará o critério valor ofertado, e utilidade do ato para a execução;

a.b) eventual antecipação de entrega da carta de arrematação deverá ser requerida ao Juízo da Execução, a quem caberá a decisão.

b) Para bens móveis: a proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 6 (seis) meses. Nos casos de parcelamento de pagamento de bens móveis, a carta de arrematação ficará condicionada ao pagamento integral das parcelas.

b.1) Eventual antecipação de entrega da carta de arrematação deverá ser requerida ao Juízo da Execução, mediante caução idônea, ficando à decisão deste o deferimento da carta em comento;

c) Nos casos de parcelamento, será utilizado o índice SELIC para corrigir monetariamente as prestações ou outro índice que venha a substituir o fixado;

c.1) Casos excepcionais, o índice de atualização poderá ser diferenciado do constante no item “c”, a depender do deferimento do Magistrada responsável pela hasta, o que deverá estar consignado no Auto de Arrematação.

d) A apresentação da proposta de parcelamento não suspende o leilão.

e) A opção pelo parcelamento deve ser efetuada no momento do lance. Em não se fazendo neste momento, presume-se que o lance foi dado à vista, não podendo posteriormente o arrematante solicitar referido parcelamento.

f) Propostas de parcelamentos em condições iguais, prevalecerá a formulada em primeiro lugar.

g) A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de parcelamento, desde que os valores das propostas sejam iguais;

h) Havendo mais de uma proposta de parcelamento será considerada a mais vantajosa aquela que contenha maior valor real, devendo, entretanto, as propostas serem analisadas pelo leiloeiro e enviadas à Juíza Coordenadora para dirimir eventual dúvida.

i) Havendo ofertas que não observem o lance mínimo ou a forma de parcelamento estipulada, poderá a Magistrada responsável pela condução da hasta aceitar, **excepcionalmente**, **até o encerramento do certame**, proposta com valor inferior ao percentual de lance mínimo e/ou em parcelamento distinto da previsão no item 11. Nesta hipótese, o fato deverá ser devidamente

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 08/06/2022 16:25:03 - f34fa86

consignado no respectivo Auto, com as justificativas que lhe forem pertinentes.

j) Sempre que houver dúvidas na análise das propostas de pagamento por parte do leiloeiro, esse deverá realizar contato prévio com a Juíza para finalizar a arrematação.

k) A imissão na posse de bens arrematados parceladamente ficará condicionada ao pagamento total do valor do lance.

k.1.) O Juízo da Execução poderá decidir de forma distinta pela imissão da posse do bem arrematado, seguindo seu entendimento judicial.

l) Deferido o parcelamento, no caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, sendo que multa será revertida em favor do exequente;

m) O inadimplemento de uma ou mais parcelas da arrematação autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação perante o Juízo da execução;

n) Além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a cargo do arrematante, fará jus o (a) leiloeiro (a) ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução.

o) O executado ressarcirá as despesas, inclusive se, depois da remoção, sobrevier substituição da penhora, conciliação, pagamento, remição ou adjudicação. Se o valor da arrematação for superior ao crédito do exequente, as despesas poderão ser deduzidas do produto da arrematação.

p) Os bens que se enquadram na hipótese do art. 1.331 do Código Civil deverão observar as regras lá existente e, especificamente no tocante a vaga de garagem, deverá ser demonstrado no ato da arrematação (por e-mail enviado ao leiloeiro) a condição de condômino ou a expressa autorização para alienação a pessoa estranha ao condomínio na convenção do condomínio.

12) Não será devida a comissão ao (à) Leiloeiro (a) na hipótese de desistência de que trata o parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou se negativo o resultado da hasta.

12.1) Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, o (a) leiloeiro (a) devolverá ao arrematante o valor recebido a título de comissão corrigido pela taxa SELIC, imediatamente após o recebimento da comunicação pela Divisão de Execução de Campinas.

12.2) Na hipótese de acordo ou pagamento do débito após a publicação do edital, mas antes da data de encerramento da hasta pública, o leiloeiro fará jus à comissão no montante de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação do bem.

13) Concretizada a arrematação, o leiloeiro procederá à expedição do Auto de Arrematação, enviando-o assinado pelo leiloeiro e pelo arrematante, à Divisão de Execução de Campinas, por e-mail, para revisão e remessa à Juíza Coordenadora Interina.

13.1) Caberá ao leiloeiro, ao final do certamente, remeter ao e-mail institucional da Divisão de Execução de Campinas (divisaoexecucao.campinas@trt15.jus.br) assim como ao Juízo de cada execução, em mensagens individualizadas, os documentos dos arrematantes, os comprovantes de pagamento e a devolução do auto de arrematação assinado digitalmente tanto pelo leiloeiro como pelo arrematante ou seu representante/procurador.

14) Os participantes dos leilões judiciais promovidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluídos os eventuais arrematantes dos lotes oferecidos, não poderão alegar desconhecimento das condições do certame, dos encargos do bem, das condições e prazos de pagamento ou das despesas e custas relativas às Hastas Públicas.

15) Nos termos do Art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e de acordo com as Recomendações da Ata de Correição Ordinária/2020 da Divisão de Execução de Campinas, a arrematação em hasta pública se reveste de **natureza originária**, ficando o arrematante isento do pagamento com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente estejam ou não inscritos na dívida ativa, ao determinar a alienação de bem através de leilão judicial ou iniciativa particular.

16) As despesas de transferência do bem arrematado, tais como custo de registro no Cartório de Registro de Imóveis, transferência a órgão de trânsito, entre outras, não se enquadram na previsão das alíneas antecedentes, e serão suportadas pelo arrematante.

17) Em relação às despesas incidentes sobre veículos, tais como IPVA e multas, não serão imputadas ao arrematante. Nestes casos o veículo será entregue livre e desembaraçado de qualquer encargo.

18) Os Embargos à arrematação, de acordo com o artigo 903 do Novo Código de Processo Civil, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos.

19) O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da Hasta Pública, independentemente de nova

PJe Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 08/06/2022 16:25:03 - f34fa86

notificação.

20) Fica autorizado o(a) leiloeiro(a) ou pessoa por ele(a) expressamente designada a fazer a vistoria dos bens penhorados, podendo fotografá-los, bem como solicitar, em caráter de urgência, as respectivas certidões de regularidade nos órgãos de interesse, em especial Prefeitura, Detran, Ciretran, Cartórios de Registro de Imóveis, Cartório de Títulos e Documentos, INCRA, dentre outros que se fizerem necessários

20.1) É vedado aos depositários criar embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, em dias úteis, das 8h às 18h, ou por meio de serviço de agendamento de visitas, sob pena de ofensa ao artigo 77, inciso IV, do CPC, ficando, desde logo, autorizado o uso de força policial, se necessário.

20.2) O leiloeiro deverá envidar esforços para visitar e fotografar o bem, divulgando as fotos no site, disponibilizando também informações que sejam úteis quanto à localização dos lotes. A autorização para visitação do bem será enviada ao leiloeiro via e-mail, pela Divisão de Execução de Campinas.

21) O leiloeiro deverá publicar o presente edital em jornal de ampla circulação local, isto é, nas cidades que constituem a área da presente Divisão de Execução, a fim de respeitar o princípio da publicidade.

21.1) A divulgação dos lotes deverá ser feita também por outros meios eletrônicos a fim de ampliar o público-alvo.

22) Os casos omissos e as dúvidas quanto à aplicabilidade do Provimento GP-CR Nº 04/2019 serão resolvidos por ato conjunto da Presidência e da Corregedoria deste Tribunal, sendo as ocorrências ou problemas judiciais dirimidos pela Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas.

23) Por intermédio deste Edital, ficam intimadas as partes, respectivos patronos, em especial o(a) executado(a) e/ou sócios, inclusive cônjuges ou companheiros, bem como terceiros, suprindo eventual insucesso de qualquer outra forma legalmente estabelecida para notificação.

Publique-se.

Ciência às partes, cônjuges, credores hipotecários e fiduciários.

Oficiem-se os Juízos que determinaram averbações de ônus nos bens que estão incluídos nesta hasta, para ciência e providências que entenderem cabíveis.

Campinas, 01 de junho de 2.022

Cristiane Montenegro Rondelli

Juíza do Trabalho Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas

Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho Campinas
Notificação

Processo Nº ATSum-0011556-74.2019.5.15.0071

AUTOR	RODRIGO MENDONCA
ADVOGADO	SILVIO DA SILVA SANTOS(OAB: 294658-D/SP)
RÉU	F. H. DE SOUZA MOTORS
ADVOGADO	JOAO LUIS PORTA(OAB: 105274/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- F. H. DE SOUZA MOTORS

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID e5e6b1d proferido nos autos.

DESPACHO

Vistos, etc.

Tendo em vista a certidão de Id 6f42d2c, intime-se a parte reclamante para que no prazo de 5 dias envie vídeo em que demonstra ciência do valor total do acordo e sua forma de pagamento, sob pena de não homologação.

Intime-se.

CAMPINAS/SP, 03 de junho de 2022

RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS

Juiz do Trabalho Coordenador do CEJUSC-JT 1º Grau

Processo Nº ATOrd-0011197-78.2018.5.15.0130

AUTOR	LUIS CARLOS FERREIRA
ADVOGADO	PAULA SA CARNAUBA(OAB: 271148/SP)
RÉU	TEN FOUR INDUSTRIA E SERVICOS LTDA
ADVOGADO	TAISA PEDROSA LAITER(OAB: 161170/SP)
ADVOGADO	PAULO LUIZ DA SILVA MATTOS(OAB: 7688/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- TEN FOUR INDUSTRIA E SERVICOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Assinado eletronicamente por: SORAYA DE OLIVEIRA VIEIRA DA SILVA - Juntado em: 08/06/2022 16:25:03 - f34fa86
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22060816250020100000178485503?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 22060816250020100000178485503

TRT-15ª REGIÃO Campinas

Rosemira Garcia de Matos <rosemiramatos@trt15.jus.br>

Sistema de Execuções - Alteração na Hasta Pública 3/2022-CAMPINAS

1 mensagem

execucoes@trt15.jus.br <execucoes@trt15.jus.br> 9 de junho de 2022 20:31

Informamos que houve alteração na situação do seguinte item incluído na Hasta Pública 3/2022-CAMPINAS.
Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 - 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
Bem: Veículo - Placa: FGR3066 Renavam: 493554955 Chassi: KMHDH41EBDU555500
Descrição: VEÍCULO MARCA HYUNDAI, MODELO ELANTRA GLS, 1.8, 5 portas, PLACA: FGR3066, CHASSI: KMHDH41EBDU555500, RENAVAN 00493554955, ANO 2012 E MODELO: 2013, COR: BRANCA, DIREÇÃO: hidráulica; CÂMBIO: automático; MOTOR: gasolina, Pneus: meia vida, Pintura/ Lataria: com pequenos arranhões, em bom estado de uso e conservação.

Status anterior: Incluído
Status atual: Excluído
Motivo: Não consta no despacho de intimação para notificar o executado da penhor e sim para intimar a parte que estava de posse do veículo
Data modificação: 09/06/2022 20:31:21
Usuário que efetuou a operação: ROSEMIRA GARCIA DE MATOS
Lotação do usuário: 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
Sistema de Execuções - Mensagem Automática - Não responder
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

--
You received this message because you are subscribed to the Google Groups "Saj - 6a Vara Trabalhista de Campinas - Grupos Diversos" group.
To view this discussion on the web visit https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/saj.6vt.campinas/2145830697.433.1654817486307.JavaMail.tomcat%40sigep-pr-app-satelites.

PJe
Assinado eletronicamente por: ROSEMIRA GARCIA DE MATOS - Juntado em: 09/06/2022 20:37:23 - 64a4e20
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22060920325443300000178619170?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 22060920325443300000178619170

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

DESPACHO

Analisando detidamente os autos, percebo que o despacho que determina a intimação do executado (ID 6d719df), legítimo possuidor do veiculo penhorado nos autos, consta para notificar a parte Bianca Montoni Romero a qual se encontrava em posse do veículo quando da avaliação.

Dessa forma, para evitar futura nulidade, determino a retirada veículo de Placa FGR3066 da Hasta Pública (03/2022).

Após regularizadas todas as pendências dos autos, inclua-se novamente o bem em Hasta.

Intime-se.

CAMPINAS/SP, 09 de junho de 2022

RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 3dbe938 proferido nos autos.

DESPACHO

Analisando detidamente os autos, percebo que o despacho que determina a intimação do executado (ID 6d719df), legítimo possuidor do veiculo penhorado nos autos, consta para notificar a parte Bianca Montoni Romero a qual se encontrava em posse do veículo quando da avaliação.

Dessa forma, para evitar futura nulidade, determino a retirada veículo de Placa FGR3066 da Hasta Pública (03/2022).

Após regularizadas todas as pendências dos autos, inclua-se novamente o bem em Hasta.

Intime-se.

CAMPINAS/SP, 09 de junho de 2022

RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS
Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

DESPACHO

Diante da notícia do óbito do executado Carlos de Jesus Romero, cadastre-se a Sra. Edna Montoni Romero como inventariante, observando-se o regime de comunhão de bens.

Pleiteia a viúva meeira a metade do valor da avaliação do veículo penhorado nos autos.

Pois bem.

Dispõe o art. 843 do CPC que "*Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.*

§ 1º É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

§ 2º Não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação."

Outrossim, adoto as razões de decidir deste E.TRT:

"Dou parcial provimento ao agravo de petição para que seja observado o disposto no §2º do artigo 843 do CPC para que a efetivação da expropriação ocorra apenas se o valor auferido na hasta pública garanta aos co proprietários, ora agravantes, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação do bem." Acórdão - 0010839-94.2020.5.15.0049(AP) Data publicação: 11/02/2022, Ano do processo: 2020, Órgão Julgador: 6ª Câmara, Relator: MARIA DA GRACA BONANCA BARBOSA.

Contudo, resta evidente que eventual arrematação pelo lance de 50% reserva somente o direito da coproprietária.

PJe Assinado eletronicamente por: RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS - Juntado em: 20/07/2022 16:08:31 - 99588a7

Sendo assim, considerando o valor da execução, fixo o lance mínimo de 80%.

Por fim, diante da solicitação pelo setor de Hasta Pública deste Fórum Trabalhista, libere-se à Hasta Pública o Veículo I/Hyundai Elantra GLS, placa FGR3066 de propriedade do executado Carlos de Jesus Romero, observando-se o lance mínimo de 80%.

Por fim, com a publicação do respectivo edital de Hasta pública, intimem-se os executados e terceiros interessados.

CAMPINAS/SP, 20 de julho de 2022

RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS - Juntado em: 20/07/2022 16:08:31 - 99588a7
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22072015254434700000181626612?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 22072015254434700000181626612

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 99588a7 proferido nos autos.

DESPACHO

Diante da notícia do óbito do executado Carlos de Jesus Romero, cadastre-se a Sra. Edna Montoni Romero como inventariante, observando-se o regime de comunhão de bens.

Pleiteia a viúva meeira a metade do valor da avaliação do veículo penhorado nos autos.

Pois bem.

Dispõe o art. 843 do CPC que "*Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.*

§ 1º É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

§ 2º Não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação."

Outrossim, adoto as razões de decidir deste E.TRT:

"Dou parcial provimento ao agravo de petição para que seja observado o disposto no §2º do artigo 843 do CPC para que a efetivação da expropriação ocorra apenas se o valor auferido na hasta pública garanta aos co proprietários, ora agravantes, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o

valor da avaliação do bem." Acórdão - 0010839-94.2020.5.15.0049(AP) Data publicação: 11/02/2022, Ano do processo: 2020, Órgão Julgador: 6ª Câmara, Relator: MARIA DA GRACA BONANCA BARBOSA.

Contudo, resta evidente que eventual arrematação pelo lance de 50% reserva somente o direito da coproprietária.

Sendo assim, considerando o valor da execução, fixo o lance mínimo de 80%.

Por fim, diante da solicitação pelo setor de Hasta Pública deste Fórum Trabalhista, libere-se à Hasta Pública o Veículo I/Hyundai Elantra GLS, placa FGR3066 de propriedade do executado Carlos de Jesus Romero, observando-se o lance mínimo de 80%.

Por fim, com a publicação do respectivo edital de Hasta pública, intimem-se os executados e terceiros interessados.

CAMPINAS/SP, 20 de julho de 2022

RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS - Juntado em: 20/07/2022 16:09:31 - 4e7ab8d
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22072016082964600000181634539?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 22072016082964600000181634539

ANA LÚCIA BERNARDES AYQUE DE MEIRA
CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO

ADVOGADAS ASSOCIADAS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS-SP

PROCESSO 0011050-37.2016.5.15.0093

ROSANA DUARTE, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por sua advogada que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, face ao r. despacho id be66977, requerer seja mantida a penhora sobre a integralidade do bem, pelos motivos abaixo elencados:

Como pode ser verificado na certidão de casamento acostada pela viúva do executado (documento id 356b394) , o Sr. Carlos de Jesus Romero era casado em regime de comunhão universal com a Sra Edna Montoni Romero e, sendo assim, é certo que importa a comunicação dos bens e dívidas particulares dos cônjuges, conforme artigo 1667 do Código Civil Brasileiro:

> ***Art. 1.667. O regime de comunhão universal importa a comunicação de todos os bens presentes e futuros dos cônjuges e suas dívidas passivas, com as exceções do artigo seguinte.***

Ou seja, a esposa é meeira dos bens adquiridos pelo marido na constância do casamento, assim como dos ônus e prejuízos decorrentes de penhora que recaia sobre bens do casal.

É este o entendimento do E. Tribunal Superior do Trabalho:

> ***"A comunhão universal de bens envolve o compartilhamento em igual proporção de um mesmo patrimônio, presumindo-se a junção de esforços, a colaboração mútua e o proveito comum do casal, tanto na questão da aquisição de bens, quanto na contratação de dívidas. Nesse sentido, as dívidas conjugais são solidárias entre os cônjuges, e, à exceção de prova inequívoca em contrario, entende-se que são contraídas para atender as necessidades de ambos e da família.***
>
> ***(...)***

Rua Barão de Jaguara, 655 - Salas 904/905 - CEP: 13.015-001 - Centro - Campinas/SP - Tel. (19) 3239.2209 / Fax. (19) 3234.0606

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 22/07/2022 13:48:31 - 08c57fd
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22072213432680700000181790415
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 08c57fd - Pág. 1
Número do documento: 22072213432680700000181790415

ANA LÚCIA BERNARDES AYQUE DE MEIRA
CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO

ADVOGADAS ASSOCIADAS

Assim, os casos de casamento sobre o regime de comunhão universal de bens, os direitos e obrigações se comunicam, presumindo-se que os ônus e bônus da atividade empresarial foram contraídos em beneficio do casal. (...)" [1]

Ademais, além do regime de casamento ser o de comunhão total de bens, ainda há presunção de que o produto do trabalho do Sr. Carlos tenha revertido em prol da família, não tendo sido em qualquer momento desconstituída esta presunção.

Portanto, se faz imperiosa a manutenção da penhora integral do veículo de marca Hyundai modelo Elantra GLD 1.8, 5 portas placa FGR3066, conforme auto de penhora e avaliação id b5d784c.

Termos em que

Pede deferimento.

Campinas, 22 de julho de 2022.

Cristina Etter Abud Penteado

OAB-SP 148.086

[1] TST, agravo de instrumento em recurso de revista AIRR 894-82.2019.5.12.0023, 15-03-2021, Ministro Relator Mauricio Godinho Delgado,

Rua Barão de Jaguara, 655 - Salas 904/905 - CEP: 13.015-001 - Centro - Campinas/SP - Tel. (19) 3239.2209 / Fax. (19) 3234.0606

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 22/07/2022 13:48:31 - 08c57fd
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22072213432680700000181790415
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 08c57fd - Pág. 2
Número do documento: 22072213432680700000181790415

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

5- Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 - 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

5.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: FGR3066 Renavam: 493554955 Chassi: KMHDH41EBDU555500

Descrição: VEÍCULO MARCA HYUNDAI, MODELO ELANTRA GLS, 1.8, 5 portas, PLACA: FGR3066, CHASSI: KMHDH41EBDU555500, RENAVAN 00493554955, ANO 2012 E MODELO: 2013, COR: BRANCA, DIREÇÃO: hidráulica; CÂMBIO: automático; MOTOR: gasolina, Pneus: meia vida, Pintura/ Lataria: com pequenos arranhões, em bom estado de uso e conservação.

Ônus/Observação: DETERMINAÇÃO EM DESPACHO PARA LANCE MÍNIMO DE 80%

Proprietários:
CARLOS DE JESUS ROMERO
CPF: 304.632.628-91

Removido: Não

Localização: RUA DONA ANA EUFROSINA, 7, Complemento: CLINICA ODONTOLÓGICA MASTER PRIME
Bairro: JARDIM BRASIL
Cidade: CAMPINAS UF: SP
CEP: 13073023

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 45.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 45.000,00

Data da Avaliação: 09/11/2020

Data Penhora: 09/11/2020

Ordem da Penhora: 1

Anexo(s) do bem:
Não há anexos cadastrados para este bem.

CAMPINAS/SP, 08 de agosto de 2022.

DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES
Servidor

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 34c0a95 proferido nos autos.

DESPACHO

Vistos etc.

Assiste razão à executada quanto ao prazo para comprovação, visto que, conforme expressamente estabelecido na ata de audiência em que o acordo foi homologado, a executada deverá comprovar nos autos os recolhimentos previdenciários no prazo de dez dias a contar da última parcela do acordo.

As demais questões debatidas pela executada na petição ID 728e7f3 serão oportunamente apreciadas após a comprovação dos recolhimentos.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 17 de agosto de 2022

VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA

Juiz do Trabalho Substituto

Processo Nº ATOrd-0010231-10.2021.5.15.0131

AUTOR	DOM ROCK SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA
ADVOGADO	RENATO LUIS MARQUES PESSOA(OAB: 73320/MG)
ADVOGADO	EDUARDO PAOLIELLO NICOLAU(OAB: 313191/SP)
RÉU	LUIZ EDUARDO NISHINO GOMES DO AMARAL
ADVOGADO	RAPHAEL DAVID FARIAS MORAES(OAB: 75856/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- DOM ROCK SERVICOS EM TECNOLOGIA LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

Ficam V. Sa. intimadas do despacho ID.71ca571.

Processo Nº ATOrd-0011290-33.2021.5.15.0131

AUTOR	MOACYR LOPES JUNIOR
ADVOGADO	EDSON JERONIMO ALVES(OAB: 292394/SP)
RÉU	CMD AUTOMOVEIS LTDA
ADVOGADO	MARCELO DI DONATO SALVADOR(OAB: 160628/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CMD AUTOMOVEIS LTDA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

NOTIFICAÇÃO

CMD AUTOMOVEIS LTDA

Endereço desconhecido

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

Número do documento: 22071217383642500000181052572

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22071217383642500000181052572?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

DIVISÃO DE EXECUÇÃO DE CAMPINAS

Edital

Edital Hasta 04/2022

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Hasta Pública nº 04/2022 - CAMPINAS

Data da Hasta: 21/09/2022 – 11 horas

Leiloeiro: GILSON KENITI INUMARU

Endereço Eletrônico: www.gilsonleiloes.com.br

Endereço Físico: Rua Guiana Inglesa, 382, Vila Mariana, Ribeirão Preto/SP, CEP. 14075-210

A Excelentíssima Senhora Doutora **ANA CLAUDIA TORRES VIANNA**, Juíza do Trabalho Coordenadora Substituta da Divisão de Execução de Campinas, na forma da lei e nos termos do Provimento GP-CR nº 04/2019, faz saber que será realizada **HASTA PÚBLICA na modalidade EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA no dia 21 de setembro de 2022,** conforme autorizado na PORTARIA CONJUNTA GP-VPA-VPJ-CR Nº 005/2020.

PJe Assinado eletronicamente por: DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES - Juntado em: 22/08/2022 12:50:07 - a17b238

Observando a condição atual de hasta realizada apenas na modalidade eletrônica, os lotes que não receberem lances até o horário **das 11h do dia designado para a hasta (21/09/2022), serão levados ao repasse.**

A **partir das 11h00 do dia 21 de setembro de 2022** terá início o **repasse**, **quando os lotes poderão ser desmembrados e o pagamento poderá ser parcelado**, desde que mantido o percentual de lance mínimo fixado (art. 4º, parágrafo único, do Provimento GP-CR nº 04/2019).

Os lances dos bens dos processos abaixo discriminados serão recepcionados através do site **www.gilsonleiloes.com.br** a partir da data de publicação do edital, até o dia 21 de setembro de 2022, observado o horário de encerramento da hasta pública, que dependerá da demanda diante da oferta.

O PREGÃO DO REPASSE será transmitido online e ao vivo pelo Leiloeiro através do seu site, a partir das 11h00 do dia 21/09/2022, de acordo com o Regulamento das Hastas Públicas de Campinas, constante ao final deste Edital.

1- Processo: 0010200-37.2003.5.15.0093 - 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

1.1 Tipo do Bem: Imóvel.

Identificação: Matrícula: 8495 - 2º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Lote 06, da quadra 34, à Rua 30, do Loteamento Jardim Santa Genebra, Gleba II, Barão Geraldo, que mede 15,00m por 35,00m da frente aos fundos, e de ambos os lados, com a área total de 525,00 m², confrontações com os lotes 5, 7 e 20.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÃO 1: Imóvel de dois pavimentos, com mais de 30 anos de construção, sendo o 1º Pavimento composto de sala de 2 ambientes, 1 quarto/ escritório, lavabo, sala de jantar, cozinha e 2º Pavimento composto de 3 quartos, sendo 1 suíte, 1 banheiro social e 1 sala. Área externa fundos com piscina, área de apoio com 1 banheiro e quintal. Área externa frente com ampla garagem. O imóvel se encontra sem manutenção, pintura de paredes, portas e portões deteriorados, piso com imperfeições. Imóvel, como um todo, necessitando de reforma. DETERMINAÇÃO PARA LANCE MÍNIMO DE 75%.

Proprietários: ADYR DE OLIVEIRA CAMPOS - CPF: 023.351.828-20.

Removido: Não.

Localização: Rua Décio de Almeida Filho, 300, Campinas/SP.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 1.092.499,80.

Valor Total Penhorado: R$ 1.092.499,80.

Data da Avaliação: 27/08/2018.

Data Penhora: 22/04/2013.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (75%): R$ 819.374,85.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

2- Processo: 0216100-17.2003.5.15.0093 - 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

2.1 Tipo do Bem: Imóvel.

Identificação: Matrícula: 66018 - 3º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: 1) Imóvel constante da matrícula 66018 do 3º CRI de Campinas SP (documentos anexos), correspondendo ao lote 15 da Quadra L do Jardim Fernanda, com área de 250m². Situação: Sobre o terreno constante da matrícula há uma casa, que, de acordo com os dados da Administração Municipal (IPTU), possui 39 m². Há também uma edícula nos fundos em situação irregular. A casa está situada em um bairro periférico do Município de Campinas, sendo um imóvel muito simples, sem manutenção recente .

Proprietários: Maria Francisca dos Reis - CPF: 016.851.598-93.

Removido: Não.

Localização: Avenida Cid Guimarães Leme, 338, Jardim Fernanda, Campinas/SP.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 110.721,00.

Valor Total Penhorado: R$ 110.721,00.

Data da Avaliação: 29/01/2021.

Data Penhora: 19/03/2014.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (50%): R$ 55.360,50.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

3- Processo: 0000582-76.2012.5.15.0053 - 4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

3.1 Tipo do Bem: Veículo.

Identificação: Placa: NPE6396 - Renavam: 218136005 - Chassi: KMHSH81GDBU596934.

Descrição: Veículo I/Hyundai Santa Fé 3.5, placa: NPE6396, chassi KMHSH81GDBU596934, cor: preta, ano fabricação: 2010, ano modelo: 2011, combustível: gasolina, código Renavam: 218136005, em bom estado de conservação e em funcionamento.

PJe Assinado eletronicamente por: DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES - Juntado em: 22/08/2022 12:50:07 - a17b238

Proprietários: Adri Vicente Junior - CPF: 051.088.468-78.

Removido: Não.

Localização: Rua Elso Previtale, 645, Casa 337, Jardim Alto da Colina, Valinhos/SP – CEP: 13272300.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 52.090,00.

Valor Total Penhorado: R$ 52.090,00.

Data da Avaliação: 22/07/2022.

Data Penhora: 24/11/2017.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (50%): R$ 26.045,00.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

3.2 Tipo do Bem: Veículo.

Identificação: Placa: FMC1033 - Renavam: 528100327 - Chassi: WMWSV310XDT453604.

Descrição: Veículo I/Mini Cooper S, placa: FMC1033, chassi WMWSV310XDT453604, cor: branca, ano fabricação: 2012, ano modelo: 2013, combustível: gasolina, código Renavam: 00528100327, em bom estado de conservação e em funcionamento.

Proprietários: Adri Vicente Junior - CPF: 051.088.468-78.

Removido: Não.

Localização: Rua Elso Previtale, 645, Casa 337, Jardim Alto da Colina, Valinhos/SP, CEP: 13272300.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 82.225,00.

Valor Total Penhorado: R$ 82.225,00.

Data da Avaliação: 22/07/2022.

Data Penhora: 24/11/2017.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (50%): R$ 41.112,50.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

Valor total penhorado: R$ 134.315,00.

Valor total do lance mínimo: R$ 67.157,50.

4- Processo: 0010111-43.2016.5.15.0130 - 11ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

4.1 Tipo do Bem: Veículo.

Identificação: Placa: FXO5717.

Descrição: Veículo I/Ford Ranger XL3CD2 25B, placas: FXO5717, chassi: 8AFAR22F3FJ317645, Renavam: 01052811571, cor: prata, ano de fabricação: 2015, modelo: 2015, combustível: álcool/gasolina. O veículo encontra-se em funcionamento, com a lataria e pintura em bom estado, odômetro marcando 206.402 km rodados. O veículo encontra-se sem a grade frontal, sem os faróis de milha e sem as molduras/tampas/portinholas (apliques) laterais de entrada de ar e da tampa do tanque de combustível.

Ônus/Observação: Observe-se que o veículo está registrado em nome da esposa do executado, Claudia Viviane Fernandes da Silva (CPF: 028.650.965-21), e que decisão proferida nos Embargos de Terceiro, ajuizados pela depositária, Sra. Cláudia, julgou improcedente o pedido de desconstituição da penhora (Certidão de Trânsito Id9e63cc2).

Proprietários: Eronides Manoel Torres - CPF: 226.612.555-91.

Removido: Não.

Localização: Rua Professora Celeste Palandi de Melo, 97, Casa, Vila União, Campinas/SP - CEP: 13060703.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 75.000,00.

Valor Total Penhorado: R$ 75.000,00.

Data da Avaliação: 22/03/2022.

Data Penhora: 09/07/2018.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (50%): R$ 37.500,00.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

5- Processo: 0010368-48.2017.5.15.0093 - 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

5.1 Tipo do Bem: Imóvel.

Identificação: Matrícula: 84463 - 2º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Prédio residencial à Rua Major Luciano Teixeira, 360, Campinas, com 53,50 m² de construção, abrigo com 12,00 m² de construção e terreno com 250,00 m².

Ônus/Observação: Área construída conforme demonstrativo de IPTU ano 2022 da Prefeitura Municipal de Campinas é de 141,75m².

Proprietários: Confecções Celian Ltda - CNPJ: 46.026.134/0001-82.

Removido: Não.

Localização: Rua Major Luciano Teixeira, 360, Campinas/SP.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 350.000,00.

Valor Total Penhorado: R$ 350.000,00.

PJe Assinado eletronicamente por: DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES - Juntado em: 22/08/2022 12:50:07 - a17b238

Data da Avaliação: 17/01/2022.

Data Penhora: 30/07/2018.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (50%): R$ 175.000,00.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

6- Processo: 0105800-06.2006.5.15.0053 - 4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

6.1 Tipo do Bem: Veículo.

Identificação: Placa: DHQ4429 Renavam: 798840358 Chassi: 9BD27804632365367.

Descrição: Marca/Modelo FIAT/STRADA ADVENTURE, placa DHQ4429, chassi 9BD27804632365367, ano fabricação 2002, ano modelo 2003, cor branca.

Proprietários: Elio Aparecido dos Passos - CPF: 068.861.018-89.

Removido: Não.

Localização: Rua Manoel de Sá Fortes Junqueira Júnior, 651, Vinhedo/SP.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 16.123,00.

Valor Total Penhorado: R$ 16.123,00.

Data da Avaliação: 14/02/2019.

Data Penhora: 14/02/2019.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (50%): R$ 8.061,50.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

7- Processo: 0078700-58.2003.5.15.0093 - 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

7.1 Tipo do Bem: Imóvel.

Identificação: Matrícula: 32124 - 1º Cartório – AMPARO/SP.

Descrição: Unidade 30, Gleba A do Condomínio Fazenda Arcadas, unidade esta descrita no item Unidade nº 30 (Rs. 11 e 12/32.124). Fração Ideal de 0,5965% da matrícula 32124 CRI de Amparo-SP: - A unidade mede 30,17m em reta para a Via de Acesso 1; do lado direito de quem da via de acesso olha para o imóvel mede 44,24m e confronta com o terreno da Unidade 31; do lado esquerdo mede 37,66m e confronta com o terreno da Unidade 29; nos fundos mede 30,19m e confronta com a gleba reservada ao proprietário, encerrando a área total de 1.228,40m², com Área de Utilização Exclusiva de 1.228,40m²; Área comum real de 937,57m², Área total real de 2.165,97m² e Fração Ideal de Terreno de 0,5965%. Será edificada no terreno uma casa com 164,00m² de área construída, contendo dois pavimentos sendo o pavimento inferior constituído de varanda, hall, sala, lavabo, cozinha, área de serviço, banho de empregada e escada de acesso ao pavimento superior e o pavimento superior, constituído de três (03) dormitórios, sendo um com banho privativo e escada de acesso ao térreo.

Proprietários: Robson Camargo - CPF: 049.475.888-02.

Removido: Não.

Localização: Unidade 30, Gleba A, Condomínio Fazenda Arcadas, Distrito de Arcadas, Amparo/SP.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 350.000,00.

Valor Total Penhorado: R$ 350.000,00.

Data da Avaliação: 17/06/2019.

Data Penhora: 23/07/2019.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (50%): R$ 175.000,00.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

8- Processo: 0010498-35.2017.5.15.0094 - 7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

8.1 Tipo do Bem: Imóvel.

Identificação: Matrícula: 18407 - 1º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Lote de terreno nº 7 da unificação dos lotes 7, 8 e 9 da quadra "E" do loteamento Carlos Gomes, nesta cidade e 1º Subdistrito, medindo 16,30m de frente para Av Dr Jesuíno Marcondes Machado, do lado direito mede 32,40m confrontando com o lote 9; do lado esquerdo, mede 31,50m, confrontando com o lote 1; e nos fundos mede 16,00m confrontando com parte do lote 2, encerrando área total de 509,00m².

Sobre o terreno foi edificado um imóvel, com área construída de 594.40m², conforme demonstrativo de lançamento de IPTU 2018, da Prefeitura Municipal Local, contendo: Pavimento térreo: Recepção e secretaria., sala de tesouraria, saguão, sala de professores, 4 salas de aula, 3 áreas de luz, um banheiro coletivo, com 4 vasos e 3 pias e 2 banheiros com 1 vaso e 1 pia.; Pavimento Superior: 5 salas de aula, banheiro com 2 vasos e 1 pia, banheiro simples, sala pequena, área de luz e escada de acesso ao piso inferior; Subsolo: garagem, banheiro, 2 quartos de despejo,área de serviço, cozinha pequena, sala e 1 balcão com pia.

O prédio é usado, atualmente, como escola (curso) denominada Didatika Vestibulares.

Sobre o terreno foi edificado um imóvel, com área construída de 594.40m². Trata-se de um imóvel em péssimo estado de conservação, entretanto a estrutura do imóvel, com colunas grossas

PJe Assinado eletronicamente por: DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES - Juntado em: 22/08/2022 12:50:07 - a17b238

e bem estruturadas encontra-se intacta conforme constatação no local (fotos em anexo), tanto é que serve para alojamento de vários trabalhadores do prédio que está sendo construído ao fundo. Cumpre ressaltar que foram removidos; fiação elétrica, esquadrias, vidros e portas. Fui acompanhado na diligência pelo Sr. José Jairo de Farias Costa, encarregado da obra Prédio Still Nova Campinas, que usa o local penhorado como alojamento.

Ônus/Observação: Em 15/03/2022 foi feita reavaliação do imóvel constatando deterioração do mesmo. Trata-se de um imóvel em péssimo estado de conservação, foram removidos; fiação elétrica, esquadrias, vidros e portas. A estrutura do imóvel encontra-se intacta conforme constatação no local.

Proprietários: Adalberto Piovezanni - CPF: 107.783.068-87.

Removido: Não.

Localização: Av Jesuíno Marcondes Machado, 1464, Jd Carlos Gomes, Campinas/SP.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 3.466.000,00.

Valor Total Penhorado: R$ 3.466.000,00.

Data da Avaliação: 15/03/2022.

Data Penhora: 19/09/2019.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (50%): R$ 1.733.000,00.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

9- Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 - 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

9.1 Tipo do Bem: Veículo.

Identificação: Placa: FGR3066 - Renavam: 493554955 - Chassi: KMHDH41EBDU555500.

Descrição: Veículo marca Hyundai, modelo Elantra GLS, 1.8, 5 portas, placa: FGR3066, chassi: KMHDH41EBDU555500, Renavan: 00493554955, ano 2012 e modelo: 2013, cor: branca, direção: hidráulica; câmbio: automático; motor: gasolina, pneus: meia vida, pintura/ lataria: com pequenos arranhões, em bom estado de uso e conservação.

Ônus/Observação: DETERMINAÇÃO EM DESPACHO PARA LANCE MÍNIMO DE 80%.

Proprietários: Carlos de Jesus Romero - CPF: 304.632.628-91.

Removido: Não.

Localização: Rua Dona Ana Eufrosina, 7, Clínica Odontológica Master Prime, Jardim Brasil, Campinas/SP - CEP: 13073023.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 45.000,00.

Valor Total Penhorado: R$ 45.000,00.

Data da Avaliação: 09/11/2020.

Data Penhora: 09/11/2020.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (80%): R$ 36.000,00.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

10- Processo: 0011243-36.2019.5.15.0032 - 2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

10.1 Tipo do Bem: Imóvel.

Identificação: Matrícula: 151042 - 3º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: IMÓVEL: UM PRÉDIO sob nº. 126, pela Rua Manoel Fernandes Dias, edificado no Lote 14 da Quadra 51, oriundo da unificação dos lotes 12,13 e 14 do loteamento denominado Jardim Novo Campos Elísios, nesta cidade, assim descrito e caracterizado: 36,50m de frente para a referida Rua; 26,15m do lado direito, confrontando com o lote 15 e 32,00m nos fundos, confrontando com os lotes 6 e 7 e parte do lote 8, com área de 1.006,00 m², objeto da matrícula nº 151.042, do 3º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas.

Observações: O prédio possui, segundo Certidão de Valor Venal, o total de 1.151,74m² de construção e encontra-se sem reformas há mais de 20 anos. Prédio em estado de conservação mediano, construção bastante antiga, com pintura totalmente desgastada. Composto de um barracão principal, com entrada à Avenida Presidente Juscelino, mais mezanino sobre o forro de madeira, onde ficam salas de escritórios com divisórias. Há, ainda, um outro barracão, menor, separado do barracão principal.

Ônus/Observação: Penhora datada de 17 de Agosto de 2004 - 5ª Vara federal Especializada em Execuções Fiscais, Processo 2004.61.05.005074-1 de Campinas SP;

Penhora datada de 25 de Novembro de 2015 - TRT 15ª Região, Processo 0229500-93.2003.5.15.0094, 7ª Vara do Trabalho de Campinas/SP;

Penhora datada de 01 de Setembro de 2017 - 8ª Vara do Trabalho de Campinas/SP, Processo 0000678-62.2012.5.15.0095;

Penhora datada de 11 de Outubro de 2018 - 3ª Vara Federal de Campinas/SP (TRF da 3ª Região) - Processo 00080055820104036105;

Penhora datada de 11 de Outubro de 2018 - 3ª Vara Federal de Campinas/SP, (TRF da 3ª Região) - Processo 00024878220134036105;

Penhora datada de 13 de Junho de 2019 - 3ª Vara Federal de Campinas/SP, (TRF da 3ª Região) - Processo

PJe Assinado eletronicamente por: DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES - Juntado em: 22/08/2022 12:50:07 - a17b238

00219933920164036105;

Penhora datada de 28 de Junho de 2019 - 3ª Vara Federal de Campinas/SP, (TRF da 3ª Região) - Processo 00156255320124036105;

Penhora datada de 28 de Junho de 2019 - 3ª Vara Federal de Campinas/SP, (TRF da 3ª Região) - Processo 00108762220144036105;

Proprietários: Engesel Equipamentos de Segurança Ltda - CNPJ: 45.779.006/0001-47

Removido: Não.

Localização: Rua Manoel Fernandes Dias, 126, Prédio, Jardim Novo Campos Eliseos, Campinas/SP - CEP: 13060110.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 1.800.000,00.

Valor Total Penhorado: R$ 1.800.000,00.

Data da Avaliação: 20/08/2021.

Data Penhora: 09/02/2021.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (50%): R$ 900.000,00.

Anexo(s) do bem:

Fundos Rua Manoel Fernandes Dias: http://www.trt15.jus.br/nucleo_execucao/f/t/visualizarfotoman?modoJanelaPlc=popup&chPlc=1106

Barracao anexo: http://www.trt15.jus.br/nucleo_execucao/f/t/visualizarfotoman?modoJanelaPlc=popup&chPlc=1105

Foto barracao: http://www.trt15.jus.br/nucleo_execucao/f/t/visualizarfotoman?modoJanelaPlc=popup&chPlc=1102

Foto frente: http://www.trt15.jus.br/nucleo_execucao/f/t/visualizarfotoman?modoJanelaPlc=popup&chPlc=1101

Mezanino: http://www.trt15.jus.br/nucleo_execucao/f/t/visualizarfotoman?modoJanelaPlc=popup&chPlc=1104

Foto 3: http://www.trt15.jus.br/nucleo_execucao/f/t/visualizarfotoman?modoJanelaPlc=popup&chPlc=1103

11- Processo: 0000783-11.2013.5.15.0093 - 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

11.1 Tipo do Bem: Imóvel.

Identificação: Matrícula: 26663 - 1º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Prédio residencial com a área de 222,62 m², terreno com 267,60 m², situado à Rua Doutor José Ferreira de Camargo, 1243, Campinas.

Proprietários: Francisco de Assis de Toledo Mussi - CPF: 020.071.198-97.

Removido: Não.

Localização: Rua Doutor José Ferreira de Camargo, 1241, Jardim Planalto, Campinas/SP.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 780.000,00.

Valor Total Penhorado: R$ 780.000,00.

Data da Avaliação: 25/01/2022.

Data Penhora: 03/09/2021.

Lance Mínimo (50%): R$ 390.000,00.

Ordem da Penhora: 1.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

12- Processo: 0192400-93.2006.5.15.0129 - 10ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

12.1 Tipo do Bem: Imóvel.

Identificação: Matrícula: 9738 - 2º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Gleba de terras designada pelo número um (1), resultante da subdivisão do sítio São Donato, bairro do Tijuco das Telhas, 2ª Circunscrição, com área total de 60.500,00m² ou 6.05ha, com denominação atual de "Terra Prometida".

Ônus/Observação: Registro de Penhora: Processo Execução Civil 0073699-32.2007.8.26.0114, 2ª Vara do Central da Comarca de Campinas/SP e Processo Execução Civil n. 0011874-25.2002.4.03.6100, 22ªVara Cível de São Paulo/SP, conforme Av. 07 e 08 da matrícula.

Proprietários: José Roberto de Souza - CPF: 453.995.148-34.

Removido: Não.

Localização: Av. Eng. Antônio Laloni, s/n, Tijuco das Telhas, Campinas/SP, CEP: 1308670.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 11.274.175,00.

Valor Total Penhorado: R$ 11.274.175,00.

Data da Avaliação: 29/11/2021.

Data Penhora: 15/11/2021.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (50%): R$ 5.637.087,50.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

13- Processo: 0000783-19.2010.5.15.0092 - 5ª VARA DO

PJe Assinado eletronicamente por: DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES - Juntado em: 22/08/2022 12:50:07 - a17b238

TRABALHO DE CAMPINAS

13.1 Tipo do Bem: Imóvel.

Identificação: Matrícula: 1805 - 1º Cartório – VALINHOS/SP.

Descrição: PRÉDIO RESIDENCIAL assobradado (três pavimentos) em bom estado de conservação, situado na Rua José Ezequiel da Silva, 439, edificado no lote nº 11 da quadra "I" da Vila São José, em Valinhos/SP.

Proprietários: Márcia Gomes de Moraes - CPF: 276.374.628-46.

Removido: Não.

Localização: Rua Ezequiel da Silva, 439, Vila São José, Valinhos/SP - CEP: 13270294.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 700.000,00.

Valor Total Penhorado: R$ 700.000,00.

Data da Avaliação: 23/11/2021.

Data Penhora: 23/11/2021.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (50%): R$ 350.000,00.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

14- Processo: 0011419-89.2020.5.15.0093 - 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

14.1 Tipo do Bem: Veículo.

Identificação: Placa: EGK9763 - Renavam: 244610380 - Chassi: 9534N8249BR102134.

Descrição: Veículo VW/24.250 CNC 6X2, placa EGK9763, ano/modelo 2010/2011, cor branca, chassi 9534N8249BR102134, RENAVAM 244610380, de propriedade do executado FIORUCI EXPRESS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS ARMAZENAGEM E LOCAÇÃO EIRELI (CNPJ: 10.907.928/0001-08).

Proprietários: FIORUCI EXPRESS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS ARMAZENAGEM E LOCACAO LTDA CNPJ: 10.907.928/0001-08.

Removido: Não.

Localização: Avenida José de Oliveira Carneiro, 266, Chácara Santos Dumont, Campinas/SP -
CEP: 13056126.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 40.000,00.

Valor Total Penhorado: R$ 40.000,00.

Data da Avaliação: 07/01/2022.

Data Penhora: 07/01/2022.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (50%): R$ 20.000,00.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

15- Processo: 0010895-91.2014.5.15.0032 - 2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

15.1 Tipo do Bem: Imóvel.

Identificação: Matrícula: 73493 - 2º Cartório – CAMPINAS/SP.

Descrição: Lote de terreno sob nº 39, situado nesta cidade e comarca de Campinas, medindo 12,00ms de frente para Avenida Brasil, 19,00ms nos fundos confrontando com o lote nº37; 32,28ms de um lado, onde confronta com o lote 38, e 40,00ms do outro lado, onde confina com o lote 40, com área de 530,00 ms².

Ônus/Observação: PENHORA - 25ª Vara Cível do Fórum Central Cível João Mendes Júnior, Comarca de São Paulo/SP- Processo: 583.00.1996.535837-1.

Proprietários: J.C. Amaral Empreendimentos e Administração S/C Ltda - CNPJ: 57.653.602/0001-65.

Removido: Não.

Localização: Avenida Brasil, 1422, Jardim Chapadão, Campinas/SP.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 3.500.000,00.

Valor Total Penhorado: R$ 3.500.000,00.

Data da Avaliação: 04/04/2022.

Data Penhora: 03/02/2022.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (50%): R$ 1.750.000,00.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

16- Processo: 0012292-88.2014.5.15.0129 - 10ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

16.1 Tipo do Bem: Imóvel.

Identificação: Matrícula: 2780 - 1º Cartório – JALES/SP.

Descrição: Parte ideal correspondente a 50% de 2/3 de 3,5662% do imóvel, ou seja, 1,18873% do imóvel matrícula nº 2.780 do CRI de Jales/SP, Fazenda Ponte Pensa, Córrego da Iracema, Distrito de Santa Albertina, com 5,05 hectares. Localizado no loteamento Jacema (antiga Fazenda Ponte Pensa), s/nº, Zona Rural, Santa Albertina/SP: Tracto de 5,05 hectares, dentro do seguinte roteiro: tem início em marco denominado M-1, segundo daí margeando o remanso das águas represadas do Córrego do Iracema, descendo seu curso e percorrendo à distância de 218,50 metros, findo o qual se encontra a junção das águas do Córrego Iracema com as águas

PJe Assinado eletronicamente por: DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES - Juntado em: 22/08/2022 12:50:07 - a17b238

do Córrego Jacu, ponto denominado M-2; segue daí, margeando o remanso das águas represadas do Córrego Jacu, subindo seu curso, percorrendo à distância de 487,30 metros, indo encontrar o ponto denominado M-3; deflete à esquerda e com rumo de 73º30'NE, percorrendo à distância de 493,00 metros, confrontando nesse percurso com as terras de Jair ALves Viscaeno, encontrando ao final o marco M-1.

Sobre os 3,5662% do imóvel encontra-se edificada uma casa (rancho às margens do lago de represamento da Hidrelétrica de Ilha Solteira), contendo 01 sala, 02 quartos (sendo uma suíte), 01 cozinha, 01 banheiro interno, 01 cômodo tipo despejo (nos fundos), área externa em forma de "L", com churrasqueira, construção de tijolos, cobertura de telhas tipo romana, piso de cerâmica e uma garagem para barcos, com aproximadamente 07X3,5 metros, com cobertura de telhas do tipo romana, piso de cimento rústico, contendo duas paredes de tijolos (lateral e fundos), com pilares de concreto, envoltos por canos "PVC".

Ônus/Observação: Não será admitida a adjudicação e/ou arrematação mediante pagamento com utilização de créditos ou qualquer outro título, mas tão somente, mediante a utilização de dinheiro, que permita o imediato proveito econômico aos credores.

Proprietários: Adelvan Santos Melo - CPF: 602.812.518-00.

Removido: Não.

Localização: Fazenda Ponte Pensa, S/N, Córrego Iracema, Santa Albertina/SP - Cep: 17.500-00

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 70.000,00.

Valor Total Penhorado: R$ 70.000,00.

Data da Avaliação: 22/02/2022.

Data Penhora: 22/02/2022.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (50%): R$ 35.000,00.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

17- Processo: 0010494-25.2022.5.15.0093 - 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

17.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 102742 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Vaga de garagem nº 34, situado e localizado no Edifício Forte São Pedro, Campinas/SP, 1ª.circunscrição imobiliária, à Rua Major Sólon, nº 635, em construção com área útil de 7,48 ms², área comum de 2,43432 ms², área total de 9,91432 ms², e a fração ideal de 0,002064 no terreno do edifício, o qual corresponde ao lote nº 18, do quarteirão nº 247 do cadastro municipal, com uma área total de 803,90 ms², descrito e caracterizado na matrícula nº 57.345.

Ônus/Observação: Indisponibilidade processo nº 0011910-69.2017.5.03.0147; Indisponibilidade processo nº0010376-90.2017.5.03.0147.

Proprietários: Maria Elena Junqueira Alves - CPF: 562.440.026-87.

Removido: Não.

Localização: Rua Major Sólon, 635, Vaga de garagem nº 34 - Edifício Forte São Pedro, Cambui, Campinas/SP.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 60.000,00.

Valor Total Penhorado: R$ 60.000,00.

Data da Avaliação: 25/05/2022.

Data Penhora: 16/05/2022.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (50%): R$ 30.000,00.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

18- Processo: 0012054-15.2016.5.15.0092 - 5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

18.1 Tipo do Bem: Veículo.

Identificação: Placa: DXG6591 - Renavam: 930124111 - Chassi: 3N1AB61D78L603371.

Descrição: Veículo I/Nissan Sentra S, ano de fabricação 2007, modelo 2008, cor preta, a gasolina, placas DXG-6591, chassi 3N1AB61D78L603371, Código Renavam 00930124111, o qual apresentava lataria em razoável estado de conservação, com riscos e pintura com alguns pontos de queimadura de sol na parte do teto, pneus em ruim estado de conservação e murchos, bancos em razoável estado de conservação, ausência do motor e da grade de proteção, não tendo sido assim possível averiguar o seu estado de funcionamento.

Proprietários: Jacqueline Kassab - CPF: 360.620.778-60.

Removido: Não.

Localização: Rua Oswaldo Antônio Bossoni, 2.145, Campinas/SP.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 13.000,00.

Valor Total Penhorado: R$ 13.000,00.

Data da Avaliação: 16/05/2022.

Data Penhora: 16/05/2022.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (50%): R$ 6.500,00.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

PJe Assinado eletronicamente por: DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES - Juntado em: 22/08/2022 12:50:07 - a17b238

19- Processo: 0010374-10.2018.5.15.0129 - 10ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

19.1 Tipo do Bem: Máquina/Equipamento.

Descrição: Dobradeira G-Bend 60, marca Gasparine, ano de fabricação 2014, cor predominante azul e cinza, usada, em funcionamento.

Ônus/Observação: Não será admitida a adjudicação e/ou arrematação mediante pagamento com utilização de créditos ou qualquer outro título, mas tão somente, mediante a utilização de dinheiro, que permita o imediato proveito econômico aos credores.

Proprietários: Macro Painel Indústria e Comércio S.A. - CNPJ: 48.633.101/0001-26.

Removido: Não.

Localização: Rua Joaquim Francisco Castelar, 295, Parque Rural Fazenda Santa Cândida , Campinas/SP - CEP: 13087550.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 220.000,00.

Valor Total Penhorado: R$ 220.000,00.

Data da Avaliação: 30/05/2022.

Data Penhora: 30/05/2022.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (50%): R$ 110.000,00.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

20- Processo: 0010896-32.2021.5.15.0129 - 10ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS

20.1 Tipo do Bem: Imóvel.

Identificação: Matrícula: 626 - 1º Cartório – IBIUNA/SP.

Descrição: SITUAÇÃO: - Lugar conhecido como Sítio Capão Grande Parte da antiga Fazenda Piratuba, zona urbana. DENOMINAÇÃO: - SÍTIO DAS LUZES. DESCRIÇÃO: - UM TERRENO, com área de 64,73,80 has., ou sejam, 26 alqueires mais 18.180,00 ms², com as seguintes divisas e confrontações: - Começa no marco M-1, cravado a cota 830 da CBA, à margem do Reservatório de Itupararanga, e, divisas das terras remanescentes de propriedade de Wilhelmus Jacobus Verhagen, deste marco, defletindo a esquerda pelo eixo de uma estrada de acesso, segue com rumo magnético de 79º58 SW, numa distância de 452 metros, até o marco M-2, deste, defletindo a esquerda ainda pelo eixo da estrada, segue rumo magnético de 38º45 SW, numa distância de 442,00 ms, até o marco M-3; deste ainda pelo eixo da estrada de acesso, segue com rumo de 51º58 SW, numa distância de 180,00 ms, até o marco M-4, cravado no eixo da estrada projetada que liga a Rodovia SP-250, dividindo até aí com Wilhelmus Jacobus Verhagen; deste marco, defletindo a esquerda, segue pelo eixo da estrada projetada dividindo com a Lutfalla, sucessora da Fazenda Santa Elizabette S/A, no sentido à Rodovia SP-250, com rumo de 25º38 SW, numa distância 60,00 ms, até o marco M-5, deste com rumo de 2º21 SW, numa distância de 30,00 ms até o marco M-6, deste, segue com rumo de 9º57 SW, numa distância de 105,00 ms, até o marco M-7, deste segue ainda pelo eixo da estrada, com rumo de 9º10 SW, numa distância de 99,50 ms, até o marco M-8, também cravado no eixo da estrada, dividindo até ai com a Lutfalla, sucessora da Fazenda Santa Elizabette S/A., deste marco defletindo à esquerda, dividindo com o Dr. José Dias Aires, segue com rumo de 78º34 NE, numa distância de 16,00 ms, daí segue o rumo de 79º00 NE, numa distância de 218,50 ms, até o marco M-9, deste, defletindo à direita segue rumo de 51º26 SE, numa distância de 209,50 ms, até o marco M-10, cravado na cota 830 da CBA, até o marco M-1, onde teve início o presente levantamento, dividindo por esta cota com o Reservatório de Itupararanga". Laudo com fotos anexo ao sitema EXE15. O perímetro da área objeto encerra um total de 322.356,14 m² (trezentos e vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e seis metros quadrados e quatorze decímetros quadrados).

Ônus/Observação: Penhora nos processos: Processo 01746008819965020315 /Processo 00847005719975020316 / Processo 01179002919955020315 / Processo 0002452-46.2011.5.02.0315 / Processo 02325008119925150032/ Processo 02209001719965020313/ Processo da 6ª VT de Guarulhos - exequente Mirian Vitorino Jeronimo.

CONDÔMINOS: YEHUDA SZAPIRO (CPF 609.984.078-87) e RENEE SYLVIA SONDERMANN SZAPIRO (CPF 227.633.498-38). DETERMINAÇÃO PARA LANCE MÍNIMO DE 70%.

Proprietários: Claudio Sondermann - CPF: 791.804.858-04.

Removido: Não.

Localização: Sítio Capão Grande, Parte da antiga Fazenda Piratuba, Ibiúna/SP.

Quantidade: 1.

Percentual da Penhora: 100,00%.

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 4.145.518,99.

Valor Total Penhorado: R$ 4.145.518,99.

Data da Avaliação: 20/09/2021.

Data Penhora: 28/07/2022.

Ordem da Penhora: 1.

Lance Mínimo (70%): R$ 2.901.863,29.

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem.

PJe Assinado eletronicamente por: DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES - Juntado em: 22/08/2022 12:50:07 - a17b238

21- Processo: 0000175-70.2011.5.15.0129 - 10ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 21.1 Tipo do Bem: Veículo.
Identificação: Placa: EGW8678 - Chassi: 9BFZE55H998543761.
Descrição: Veículo FORD /ECOSPORT XLT 2.0 FLEX, ano de fabricação 2009, ano modelo 2009, cor prata, quatro portas.
Ônus/Observação: Durante a diligência, o veículo estava guardado em área coberta, sem batidas aparentes. Está com pneus em bom estado, inclusive o estepe, e estofamento dos bancos e interior em bom estado, sem rasgos. Automóvel aparentemente apto a funcionar (não pode ser testado). Veículo recolhido ao pátio em janeiro de 2018.
Não será admitida a adjudicação e/ou arrematação mediante pagamento com utilização de créditos ou qualquer outro título, mas tão somente, mediante a utilização de dinheiro, que permita o imediato proveito econômico aos credores.
Proprietários: Helica Serviços e Soluções Limitada – EPP - CNPJ: 07.135.370/0001-85.
Removido: Não.
Localização: Rua Dr. Sales de Oliveira, 1028, Pátio da Emdec, Vila Industrial, Campinas/SP - CEP: 13275270.
Quantidade: 1.
Percentual da Penhora: 100,00%.
Valor Unitário (% Penhorado): R$ 27.000,00.
Valor Total Penhorado: R$ 27.000,00.
Data da Avaliação: 25/08/2021.
Data Penhora: 25/08/2022.
Ordem da Penhora: 1.
Lance Mínimo (50%): R$ 13.500,00.
Anexo(s) do bem:
Não há anexos cadastrados para este bem.

REGULAMENTO E DISPOSIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO NA HASTA PÚBLICA UNIFICADA DA CIRCUNSCRIÇÃO DE CAMPINAS - TRT 15ª REGIÃO

1. CADASTRO PARA PARTICIPAR DO LEILÃO ELETRÔNICO:

1.1) Quem pretender arrematar os citados bens, deverá efetuar seu cadastro, que deverá ser feito antecipadamente no site: **www.gilsonleiloes.com.br**. O cadastro implicará a aceitação da integralidade das disposições do Provimento GP-CR Nº 04/2019, do TRT da 15ª Região, assim como das demais condições dispostas neste edital.

1.2) Após o cadastro, deverão ser encaminhados ao leiloeiro, no e-mail **contato@gilsonleiloes.com.br**, os arquivos digitalizados, com imagens legíveis, dos seguintes documentos:

TERMO DE ADESÃO, com cláusula específica de que o licitante presta as informações com veracidade, na forma da lei, sob pena de caracterização de crime, valendo o simples recebimento do e-mail como prova para este fim;

* carteira de identidade (RG) ou documento equivalente (carteira nacional de habilitação, documento de identidade expedido por entidades de classe ou órgãos públicos);

* cadastro de pessoa física (CPF);

* comprovante de estado civil;

* comprovante de residência em nome do interessado;

* contrato social e alterações, na hipótese de se tratar de pessoa jurídica.

1.2.1) Alternativamente, os citados documentos, em cópias autenticadas, poderão ser encaminhados no endereço físico: Rua Guiana Inglesa, 382, Vila Mariana, Ribeirão Preto/SP, CEP. 14075-210

1.3) Os documentos acima discriminados deverão ser recepcionados pelo leiloeiro **até a data designada para o encerramento do leilão eletrônico, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado** (§3º, art. 12 do Provimento GP-CR nº 04/2019).

1.3.1) Considerando o distanciamento social decorrente da pandemia de COVID-19, que impede aglomerações, fica autorizado o envio dos documentos de identificação dos licitantes assinados digitalmente, de forma a poder submetê-los à veracidade das informações. A exceção é decorrente do distanciamento social da pandemia COVID-19, com compatibilidade com a realização da hasta pública exclusivamente digital/eletrônica/virtual.

1.4) O cadastro é pessoal e intransferível, sendo o interessado responsável pelo cumprimento dos prazos fixados neste edital, assim como pelos lances realizados com seu login e senha, sob pena de multa a ser fixada pelo Juízo responsável pela hasta.

1.5) O cadastro e a participação no leilão eletrônico constituem faculdade dos licitantes, eximindo-se o TRT da 15ª Região de eventuais problemas técnicos ou operacionais que obstem, no todo ou em parte, a efetiva participação do interessado no ato (art. 13 do Provimento GP-CR n. 04/2019).

2. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HASTA PÚBLICA:

2.1) O leilão será realizado EXCLUSIVAMENTE na modalidade eletrônica. Os bens serão anunciados no ambiente virtual do leiloeiro, no sítio eletrônico **www.gilsonleiloes.com.br** e serão vendidos um a um em caráter *ad-corpus* e no estado de conservação em que se encontram.

2.2) A hasta estará a cargo do Leiloeiro Oficial designado **GILSON**

PJe Assinado eletronicamente por: DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES - Juntado em: 22/08/2022 12:50:07 - a17b238

KENITI INUMARU – JUCESP nº 762, o qual fica responsável por:

a) divulgar a hasta com especial enfoque para na publicidade da modalidade de sua realização, exclusivamente eletrônica **(art. 3º, § 3º, da Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR no 005/2020)**, em mídias eletrônicas, tais como redes sociais e portais de notícias, além da publicação do competente edital, com, no mínimo, 20 (vinte) dias úteis de antecedência no site nacional www.PUBLICJUD.com.br;

b) providenciar a remoção do(s) bem(ns), quando determinada pela Juíza, fazendo jus o leiloeiro ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução, mesmo nas hipóteses em que depois da remoção do(s) bem(ns) sobrevier substituição da penhora, pagamento, remição, conciliação ou adjudicação.

2.3) O leiloeiro fica responsável pelo regular funcionamento do site no que diz respeito às informações lá disponibilizadas, zelando pela regularidade, transparência e regular acesso dos interessados na igualdade de oportunidade de ofertas de lances.

2.4) O usuário cadastrado terá conhecimento dos lances ofertados, por meio de informação disponibilizada pelo leiloeiro na página eletrônica, assim como de eventual proposta de parcelamento;

2.5) O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente divulgado no ambiente virtual supramencionado, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados; Assim, a cada novo lance, o sistema permanecerá aberto para novo lance por mais 3 minutos, a fim de possibilitar a concorrência.

2.6) O ambiente de lances do leiloeiro deverá prever a aquisição do bem individualizado ou do lote integral, em condomínio de licitantes.

2.7) O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar o registro de data e hora dos lances para verificação e certificação da ordem dos lances, tanto do arrematante vencedor quanto do arrematante vencido, assim como das condições de pagamento.

3. DOS LANCES

3.1) No primeiro pregão – totalmente eletrônico - os bens serão anunciados junto ao site do leiloeiro por lotes, vendidos um a um, sem desmembramento, em caráter *ad corpus* e nas condições e no estado de conservação em que se encontram, até as 11 horas da data designada.

3.2) Os bens que não forem objeto de arrematação no primeiro pregão, serão apregoados novamente na mesma data, ao final da hasta, **durante o repasse,** ocasião em que os lotes poderão ser desmembrados e o pagamento poderá ser parcelado, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão.

3.3) Caso ainda assim não sejam apresentados lances, poderá a Magistrada autorizar, a partir de contato prévio realizado por iniciativa do leiloeiro, excepcionalmente, observadas as características e peculiaridades que envolvam os bens, aceitar propostas com valores inferiores ao lance mínimo previsto, nos termos do item 13. “i” deste edital.

3.4) Será observado como lance mínimo a percentagem sobre o valor da avaliação definida pelo Juízo da Execução. Não existindo definição pelo Juízo da Execução do lance mínimo, esse será de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

3.5) Desde a data da publicação do presente Edital, o leilão eletrônico estará disponível para recepção de lances por meio do site do leiloeiro na internet **www.gilsonleiloes.com.br,** sendo certo que:

O leilão na forma de aquisição do lote integral, sem desmembramento e sem parcelamento, acontecerá a partir da data de publicação deste edital até o encerramento da hasta, que não tem horário marcado, dependendo da demanda de oferta e da procura;

A fim de garantir a plena isonomia entre os participantes, a realização dos lances deve ocorrer **exclusivamente** por meio do respectivo sítio eletrônico, através da utilização de login e senha;

O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente anunciado no ambiente virtual do leiloeiro, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados;

Os licitantes que pretenderem arrematar em condomínio, deverão informar ao leiloeiro via e-mail, enviando as condições da proposta para pregão eletrônico e verbal;

O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar a comunicação com os licitantes, inclusive com registro de data e hora, para verificação e certificação da ordem dos lances, do arrematante vencedor e do arrematante vencido assim como as condições de pagamento deste último.

3.6) Para dirimir eventuais dúvidas e questionamentos, o leiloeiro deverá manter em seu site, em local de fácil visualização, telefones e formas para contato com a equipe do leiloeiro.

3.7) Compete ao Juízo responsável pela hasta pública, na forma do artigo 7º do Provimento GP-CR Nº 04/2019, proceder ao cancelamento de qualquer oferta quando não for possível autenticar a identidade do usuário, quando houver descumprimento das condições estabelecidas no Edital ou no referido Provimento ou quando a proposta apresentar irregularidade facilmente detectável.

4) Arrematado o bem, o leiloeiro enviará ao arrematante, por mensagem eletrônica, as guias de depósito e os dados bancários

PJe Assinado eletronicamente por: DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES - Juntado em: 22/08/2022 12:50:07 - a17b238

para pagamento imediato do valor da arrematação e da comissão, respectivamente, observados os percentuais devidos e a forma de pagamentos previstos neste edital.

5) Na data da Hasta Pública, sendo a arrematação para pagamento à vista, o arrematante deverá pagar parcela correspondente a, no mínimo 20% (vinte por cento) do valor do lance, além da comissão do leiloeiro, de 5% (cinco por cento) também sobre o valor do lance, admitindo-se pagamento em moeda corrente e comprovação de transferência online ou guia de depósito.

5.1) O saldo remanescente deverá ser pago no primeiro dia útil subsequente à data da realização da hasta, diretamente na agência bancária autorizada;

5.2) A **realização tempestiva dos pagamentos** deve ser comprovada até 24 horas após sua efetivação, mediante envio de mensagem eletrônica do arrematante acompanhada dos documentos, para o endereço eletrônico do Leiloeiro, que a encaminhará à Divisão de Execução de Campinas e ao Juízo da execução.

5.3) Cabe ao leiloeiro verificar a tempestividade dos pagamentos.

5.3.1) A não realização dos depósitos dos valores devidos no prazo fixado deverá ser comunicada imediatamente pelo leiloeiro à Divisão de Execução de Campinas, informando, ainda, os 3 (três) lances subsequentes, para que seus ofertantes possam exercer o direito de opção, sem prejuízo da possibilidade de reparação de prejuízos prevista no disposto no caput do artigo 903 do Código de Processo Civil.

6) Ressalvada a hipótese do artigo 903, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, a desistência da arrematação ou a ausência do depósito do saldo remanescente no prazo fixado acarretará a perda, em favor da execução, do valor já pago, além da comissão destinada ao leiloeiro.

7) O credor que não adjudicar os bens constritos perante o Juízo da Execução antes de designada data para o leilão, só poderá adquiri-los em hasta pública na condição de arrematante, com preferência na hipótese de igualar o maior lance, respondendo, porém, pelo pagamento da comissão do leiloeiro, na forma do art. 6º do Provimento GP-CR nº 04/2019.

8) O credor que tiver interesse na arrematação, deverá fazer seu cadastro junto ao sítio eletrônico do leiloeiro e enviar e-mail através do endereço: **contato@gilsonleiloes.com.br**, informando que tem a intenção de exercer seu direito de preferência e encaminhando os documentos elencados no item 1.2 além de certidão de atualização do crédito expedida pela Vara do Trabalho, preferencialmente no mês da realização da hasta.

9) Caso o arrematante seja o próprio credor e o seu crédito seja inferior ao valor do lance mínimo, deverá ser efetuado, no prazo de 3 (três) dias, o depósito da diferença entre o valor do maior lance e do seu crédito ou da diferença entre o valor do seu crédito e o montante do lance mínimo, sob pena de tornar sem efeito a arrematação, realizando-se novo leilão à custa do exequente (art. 892, CPC) ou, se for o caso, de atribuí-la ao licitante concorrente. Nesta hipótese, a comissão do leiloeiro, calculada sobre o valor do lance, deverá ser paga por ocasião do encerramento da hasta pública.

10) Na hipótese de existir mais de um credor trabalhista com crédito em face dos executados, a arrematação poderá ocorrer respeitada a igualdade de condição, a quitação da comissão do leiloeiro e a quitação do crédito trabalhista do titular do processo que levou o bem à hasta caso seu titular não participe dos lances da hasta pública.

10.1) Em se tratando de ação coletiva com oferta de arrematação com créditos, dar-se-á preferência ao maior lance ofertado entre créditos e valores.

11) O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar proposta para parcelamento do pagamento da arrematação, observadas as seguintes regras:

a) Para bens imóveis: A proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado **em até** 30 (trinta) meses, quando se tratar de imóveis; nos casos de parcelamento de pagamento de bens imóveis, a carta de arrematação ficará condicionada ao pagamento integral das parcelas.

a.1) propostas com parcelamento maior serão apreciadas pelo Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas que utilizará o critério valor ofertado, e utilidade do ato para a execução;

a.b) eventual antecipação de entrega da carta de arrematação deverá ser requerida ao Juízo da Execução, a quem caberá a decisão.

b) Para bens móveis: a proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 6 (seis) meses. Nos casos de parcelamento de pagamento de bens móveis, a carta de arrematação ficará condicionada ao pagamento integral das parcelas.

b.1) Eventual antecipação de entrega da carta de arrematação deverá ser requerida ao Juízo da Execução, mediante caução idônea, ficando à decisão deste o deferimento da carta em comento;

c) Nos casos de parcelamento, será utilizado o índice SELIC para corrigir monetariamente as prestações ou outro índice que venha a substituir o fixado;

c.1) Casos excepcionais, o índice de atualização poderá ser

PJe Assinado eletronicamente por: DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES - Juntado em: 22/08/2022 12:50:07 - a17b238

diferenciado do constante no item “c”, a depender do deferimento da Magistrada responsável pela hasta, o que deverá estar consignado no Auto de Arrematação.

d) A apresentação da proposta de parcelamento não suspende o leilão.

e) A opção pelo parcelamento deve ser efetuada no momento do lance. Em não se fazendo neste momento, presume-se que o lance foi dado à vista, não podendo posteriormente o arrematante solicitar referido parcelamento.

f) Propostas de parcelamentos em condições iguais, prevalecerá a formulada em primeiro lugar.

g) A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de parcelamento, desde que os valores das propostas sejam iguais;

h) Havendo mais de uma proposta de parcelamento será considerada a mais vantajosa aquela que contenha maior valor real, devendo, entretanto, as propostas serem analisadas pelo leiloeiro e enviadas à Juíza Coordenadora para dirimir eventual dúvida.

i) Havendo ofertas que não observem o lance mínimo ou a forma de parcelamento estipulada, poderá a Magistrada responsável pela condução da hasta aceitar, **excepcionalmente**, **até o encerramento do certame**, proposta com valor inferior ao percentual de lance mínimo e/ou em parcelamento distinto da previsão no item 11. Nesta hipótese, o fato deverá ser devidamente consignado no respectivo Auto, com as justificativas que lhe forem pertinentes.

j) Sempre que houver dúvidas na análise das propostas de pagamento por parte do leiloeiro, esse deverá realizar contato prévio com a Juíza para finalizar a arrematação.

k) A imissão na posse de bens arrematados parceladamente ficará condicionada ao pagamento total do valor do lance.

k.1.) O Juízo da Execução poderá decidir de forma distinta pela imissão da posse do bem arrematado, seguindo seu entendimento judicial.

l) Deferido o parcelamento, no caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, sendo que multa será revertida em favor do exequente;

m) O inadimplemento de uma ou mais parcelas da arrematação autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação perante o Juízo da execução;

n) Além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a cargo do arrematante, fará jus o (a) leiloeiro (a) ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução.

o) O executado ressarcirá as despesas, inclusive se, depois da remoção, sobrevier substituição da penhora, conciliação, pagamento, remição ou adjudicação. Se o valor da arrematação for superior ao crédito do exequente, as despesas poderão ser deduzidas do produto da arrematação.

p) Os bens que se enquadram na hipótese do art. 1.331 do Código Civil deverão observar as regras lá existente e, especificamente no tocante a vaga de garagem, deverá ser demonstrado no ato da arrematação (por e-mail enviado ao leiloeiro) a condição de condômino ou a expressa autorização para alienação a pessoa estranha ao condomínio na convenção do condomínio.

12) Não será devida a comissão ao (à) Leiloeiro (a) na hipótese de desistência de que trata o parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou se negativo o resultado da hasta.

12.1) Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, o (a) leiloeiro (a) devolverá ao arrematante o valor recebido a título de comissão corrigido pela taxa SELIC, imediatamente após o recebimento da comunicação pela Divisão de Execução de Campinas.

12.2) Na hipótese de acordo ou pagamento do débito após a publicação do edital, mas antes da data de encerramento da hasta pública, o leiloeiro fará jus à comissão no montante de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação do bem.

13) Concretizada a arrematação, o leiloeiro procederá à expedição do Auto de Arrematação, enviando-o assinado pelo leiloeiro e pelo arrematante, à Divisão de Execução de Campinas, por e-mail, para revisão e remessa à Juíza Coordenadora Interina.

13.1) Caberá ao leiloeiro, ao final do certamente, remeter ao e-mail institucional da Divisão de Execução de Campinas (divisaoexecucao.campinas@trt15.jus.br) assim como ao Juízo de cada execução, em mensagens individualizadas, os documentos dos arrematantes, os comprovantes de pagamento e a devolução do auto de arrematação assinado digitalmente tanto pelo leiloeiro como pelo arrematante ou seu representante/procurador.

14) Os participantes dos leilões judiciais promovidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluídos os eventuais arrematantes dos lotes oferecidos, não poderão alegar desconhecimento das condições do certame, dos encargos do bem, das condições e prazos de pagamento ou das despesas e custas relativas às Hastas Públicas.

PJe Assinado eletronicamente por: DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES - Juntado em: 22/08/2022 12:50:07 - a17b238

15) Nos termos do Art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e de acordo com as Recomendações da Ata de Correição Ordinária/2020 da Divisão de Execução de Campinas, a arrematação em hasta pública se reveste de **natureza originária**, ficando o arrematante isento do pagamento com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente estejam ou não inscritos na dívida ativa, ao determinar a alienação de bem através de leilão judicial ou iniciativa particular.

16) As despesas de transferência do bem arrematado, tais como custo de registro no Cartório de Registro de Imóveis, transferência a órgão de trânsito, entre outras, não se enquadram na previsão das alíneas antecedentes, e serão suportadas pelo arrematante.

17) Em relação às despesas incidentes sobre veículos, tais como IPVA e multas, não serão imputadas ao arrematante. Nestes casos o veículo será entregue livre e desembaraçado de qualquer encargo.

18) Os Embargos à arrematação, de acordo com o artigo 903 do Novo Código de Processo Civil, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos.

19) O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da Hasta Pública, independentemente de nova notificação.

20) Fica autorizado o(a) leiloeiro(a) ou pessoa por ele(a) expressamente designada a fazer a vistoria dos bens penhorados, podendo fotografá-los, bem como solicitar, em caráter de urgência, as respectivas certidões de regularidade nos órgãos de interesse, em especial Prefeitura, Detran, Ciretran, Cartórios de Registro de Imóveis, Cartório de Títulos e Documentos, INCRA, dentre outros que se fizerem necessários

20.1) É vedado aos depositários criar embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, em dias úteis, das 8h às 18h, ou por meio de serviço de agendamento de visitas, sob pena de ofensa ao artigo 77, inciso IV, do CPC, ficando, desde logo, autorizado o uso de força policial, se necessário.

20.2) O leiloeiro deverá envidar esforços para visitar e fotografar o bem, divulgando as fotos no site, disponibilizando também informações que sejam úteis quanto à localização dos lotes. A autorização para visitação do bem será enviada ao leiloeiro via e-mail, pela Divisão de Execução de Campinas.

21) O leiloeiro deverá publicar o presente edital em jornal de ampla circulação local, isto é, nas cidades que constituem a área da presente Divisão de Execução, a fim de respeitar o princípio da publicidade.

21.1) A divulgação dos lotes deverá ser feita também por outros meios eletrônicos a fim de ampliar o público-alvo.

22) Os casos omissos e as dúvidas quanto à aplicabilidade do Provimento GP-CR Nº 04/2019 serão resolvidos por ato conjunto da Presidência e da Corregedoria deste Tribunal, sendo as ocorrências ou problemas judiciais dirimidos pela Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas.

23) Por intermédio deste Edital, ficam intimadas as partes, respectivos patronos, em especial o(a) executado(a) e/ou sócios, inclusive cônjuges ou companheiros, bem como terceiros, suprindo eventual insucesso de qualquer outra forma legalmente estabelecida para notificação.

Publique-se.

Ciência às partes, cônjuges, credores hipotecários e fiduciários.

Oficiem-se os Juízos que determinaram averbações de ônus nos bens que estão incluídos nesta hasta, para ciência e providências que entenderem cabíveis.

Campinas, 11 de agosto de 2.022

ANA CLAUDIA TORRES VIANNA

Juíza do Trabalho Coordenadora Substituta da Divisão de Execução de Campinas

Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho Campinas
Notificação

Processo Nº ATSum-0010979-90.2020.5.15.0094

AUTOR	JOSE RIVALDO SIMOES DA COSTA
ADVOGADO	FLAVIA KAORI SUGANUMA(OAB: 385721/SP)
ADVOGADO	RODRIGO FRANCISCO SILVA(OAB: 300846/SP)
RÉU	CONDOMINIO EDIFICIO ANSELMO PITHON
ADVOGADO	TACILIO ALVES DA SILVA(OAB: 290688/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE RIVALDO SIMOES DA COSTA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO

NOTIFICAÇÃO

Assinado eletronicamente por: DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES - Juntado em: 22/08/2022 12:50:07 - a17b238
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22082212500416400000183972004?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 22082212500416400000183972004

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

DESPACHO

Intimem-se as partes, co-proprietários e terceiros interessados para tomarem ciência do leilão eletrônico do veículo placa FGR3066, cujo edital de Hasta Pública nº 4/2022 fora divulgado no DEJT nº 3540/2022, disponibilizado em 18/09/2022, págs. 10599/10612 (v. Id. a17b238 dos autos).

As intimações deverão ocorrer por intermédio dos patronos ou por carta com aviso de recebimento para as partes sem procurador constituído nos autos.

CAMPINAS/SP, 22 de agosto de 2022

ANA CLAUDIA TORRES VIANNA
Juíza do Trabalho Titular

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 412440f proferido nos autos.

DESPACHO

Intimem-se as partes, co-proprietários e terceiros interessados para tomarem ciência do leilão eletrônico do veículo placa FGR3066, cujo edital de Hasta Pública nº 4/2022 fora divulgado no DEJT nº 3540/2022, disponibilizado em 18/09/2022, págs. 10599/10612 (v. Id. a17b238 dos autos).

As intimações deverão ocorrer por intermédio dos patronos ou por carta com aviso de recebimento para as partes sem procurador constituído nos autos.

CAMPINAS/SP, 22 de agosto de 2022

ANA CLAUDIA TORRES VIANNA
Juíza do Trabalho Titular

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

NOTIFICAÇÃO

ADRIANO MONTONI ROMERO
RUA FRANCISCO FADIM , 520, AP 101, MORUMBI, PAULINIA/SP - CEP: 13140-726

Fica V. Sa. intimada para tomar ciência do leilão eletrônico do veículo placa FGR3066, cujo edital de Hasta Pública nº 4/2022 fora divulgado no DEJT nº 3540/2022, disponibilizado em 18/09/2022, págs. 10599/10612.

O teor dos documentos pode ser visualizado pelo acesso ao link:

(i) Edital Hasta Pública nº 4/2022: https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22082212500416400000183972004?instancia=1

(ii) Despacho determinando a intimação das partes: https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22082212505644700000183972177?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

NOTIFICAÇÃO

BIANCA MONTONI ROMERO
AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA , 550, Torre 6, Apto 116, VILA NOVA, CAMPINAS/SP - CEP: 13073-035

Fica V. Sa. intimada para tomar ciência do leilão eletrônico do veículo placa FGR3066, cujo edital de Hasta Pública nº 4/2022 fora divulgado no DEJT nº 3540/2022, disponibilizado em 18/09/2022, págs. 10599/10612.

O teor dos documentos pode ser visualizado pelo acesso ao link:

(i) Edital Hasta Pública nº 4/2022: https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22082212500416400000183972004?instancia=1

(ii) Despacho determinando a intimação das partes: https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22082212505644700000183972177?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

EM PDF

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 6° VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS ESTADO DE SÃO PAULO.

Processo n.º 0011050-37.2016.5.15.0093

FABRICIO AUGUSTO DE SOUZA GUIMARÃES, advogado, **na qualidade de terceiro interessado na arrematação do bem, ainda não habilitado nos** autos em epígrafe, vem, por meio desta, à presença de Vossa Excelência, expor e, ao final, requerer o que segue:

Por bem, o veículo Hyundai/Elantra GLS, 1.8, 5 portas, placa F**-**66, 12/13, cor branca, direção hidráulica, câmbio automático, gasolina, pneus meios vida, pintura/lataria c/ pequenos arranhões, em bom estado de uso e conservação foi leiloado na data de hoje, qual seja, 21/09/2022 com encerramento as 11:00hs da manhã, por intermédio do leiloeiro oficial Gilson Inumaru.

Ocorre excelência, que por questões burocráticas, não foi possível habilitar-se no precitado pregão em razão da falta de alguns documentos necessários para tal habilitação. O que veio ocorrer horas depois, após devidamente o envio dos documentos solicitados e necessários para habilitação, porém, já havia expirado e encerrado a data do pregão, SEM LICITANTES.

Dessa forma, na qualidade de terceiro interessado na arrematação e já devidamente habilitado para envio de lances, REQUER a apreciação e juntada da PROPOSTA (em anexo) que seria levantada no pregão realizado da presente data em 21/09/2022, bem como, caso seja recebido a presente proposta, requer a Habilitação nos autos.

Por fim, caso seja necessário entrar em contato com o arrematante, seguem dados abaixo:

Telefone: (17) 3525-0085/ (14) 9.81050925
E-mail: fabricioguimaraes.adv@hotmail.com

Termos em que,
Pede por deferimento.

Catanduva/SP, 21 de setembro de 2022.



1 - Identificação do Proponente

Nome **Fabricio Augusto de Souza Guimarães**			**CPF/CNPJ** **357.624.968-05**
Estado civil **Casado**	**Nome do cônjuge (se for ocaso)** **Danubia Alberganti de Angelo Guimarães**		**CPF** **352.230.618-02**
Endereço **Rua Hélcio Leme Sampaio, 165**			
Complemento **Casa**	**Bairro Cidade** **Pq. José Cury/ Catanduva/SP**	**UF** **SP**	**CEP** **15.802-323**
Telefone residencial Telefone comercial **(17)3525-0085**		**Celular** **(14) 9.8105-0925**	
E-mail **Fabricioguimaraes.adv@hotmail.com**			

2 - Imóvel Pretendido: Hyundai/Elantra GLS, 1.8, 5 portas, placa F**-**66, 12/13, cor branca, direção hidráulica, câmbio automático, gasolina, pneus meia vida, pintura/lataria c/ pequenos arranhões, em bom estado de uso e conservação.

Endereço do Bem Rua Dona Ana Eufrosina, 7, Clínica Odontológica Master Prime, Jardim Brasil, Campinas/SP - CEP: 13073023			
Bairro **Jardim Brasil**	**Cidade** **Campinas**	**UF** **SP**	**ID do leilão no site** **LOTE 009**

3 - Forma de Pagamento: A prazo sendo 25% na entrada e o saldo remanescente em 30x iguais corrigidas conforme determinação

Á Vista	**Entrada: R$ 9.000,00 + comissão leiloeiro e restante em 30 parcelas de 900,00 + correção**
Valor Total	**R$ 36.000,00**
Valor por extenso	TRINTA E SEIS MIL REAIS
Obs: PAGAMENTO CONDICIONADOA RETIRADA DOS DÉBITOS EXISTENTE DE IPVA, MULTAS E FINANCIAMENTO QUE POR VENTURA EXISTAM NO PRONTUARIO DO VEICULO. VEICULO LIVRE DE QUALQUER ONUS.	

4 - Declaração

Declaro conhecer as condições as quais devo satisfazer para realização do negócio e que me submeto a todas as condições constantes do Edital do Leilão. Declaro, ainda, que tenho conhecimento do estado físico em que se encontra o imóvel, assim como também que se encontra ocupado, e que me responsabilizo por demarcações e desmembramentos de áreas, averbações de benfeitorias e outras diferenças eventualmente existentes em relação ao imóvel adquirido, assim como, o pagamento da comissão do Leiloeiro sendo de 5% sobre o valor da proposta.

Local/Data Catanduva, 21 de SETEMBRO de 2022

Assinatura Proponente

Assinatura do Cônjuge (se for caso)

Fls.: 363

Este documento foi assinado digitalmente por Fabricio Augusto De Souza Guimaraes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código C1FE-97F7-7F88-18ED.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADO



NOME

FABRICIO AUGUSTO DE SOUZA GUIMARAES

INSCRIÇÃO
380464

FILIAÇÃO

JAIR APARECIDO GUIMARAES
VERA LUCIA DE SOUZA GUIMARAES

NATURALIDADE

JUNDIAÍ-SP

DATA DE NASCIMENTO

21/06/1986

RG

352254348 - SSPSP

CPF

357.624.968-05

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

NÃO

VIA

01

EXPEDIDO EM

21/07/2016



MARCOS DA COSTA
PRESIDENTE

Este documento foi assinado digitalmente por Fabricio Augusto De Souza Guimaraes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código C1FE-97F7-7F88-18ED.

Scanned with CamScanner

Assinado eletronicamente por: FABRICIO AUGUSTO DE SOUZA GUIMARAES - 22/09/2022 09:49:11 - b392a69
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22092209483985800000186522703
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 22092209483985800000186522703



Este documento foi assinado digitalmente por Fabricio Augusto De Souza Guimaraes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código C1FE-97F7-7F88-18ED.

Este documento foi assinado digitalmente por Fabricio Augusto De Souza Guimaraes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código C1FE-97F7-7F88-18ED.

Scanned with CamScanner

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C1FE-97F7-7F88-18ED ou vá até o site https://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C1FE-97F7-7F88-18ED

Hash do Documento

4BFE3F24632670C9DCA0FA9498C16733ACBC7A24B8D20E8009B18B3D77300148

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/09/2022 é(são) :

☑ FABRICIO AUGUSTO DE SOUZA GUIMARAES - 357.624.968-05
em 21/09/2022 11:23 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

Certifico que junto aos autos cópia do relatório de ocorrências da Hasta Pública nº 4/2022, enviada por e-mail pela equipe do leiloeiro Sr. Gilson Keniti Inumaru. Nada mais.

Relatório de Ocorrência 6ª VT CAMPINAS Caixa de entrada × pendentes ×

contato@gilsonleiloes.com.br qua., 21 de set. 16:46 (há 22 horas)
para saj.6vt.campinas

Prezados Boa Tarde,

Segue em anexo Relatórios de Ocorrências do leilão do Tribunal Regional da 15ª Região - Circunscrição de Campinas, realizado em 21 de setembro de 2022, pelo leiloeiro Sr. Gilson Keniti Inumaru.

Qualquer dúvida estou a disposição

Atenciosamente,
Equipe do Leiloeiro

--
You received this message because you are subscribed to the Google Groups "Saj - 6a Vara Trabalhista de Campinas - Grupos Diversos" group.
To view this discussion on the web visit https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/saj.6vt.campinas/43b12a13-aa92-b01c-0318-9ea2c3d3a448%40gilsonleiloes.com.br.

Relatório de Ocorrências TRT 6ª VT CAMPINAS.pdf
123 KB

Responder Encaminhar

CAMPINAS/SP, 22 de setembro de 2022.

DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES
Assessor

Assinado eletronicamente por: DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES - Juntado em: 22/09/2022 15:31:39 - 4e8a3bb
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22092215313324000000186576624?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 22092215313324000000186576624

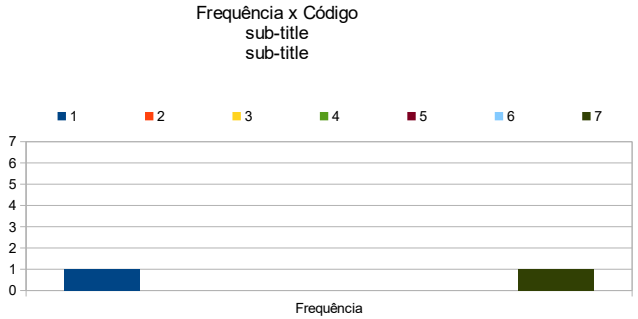
PLANILHA DE OCORRÊNCIAS

LEILÃO UNIFICADO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO – CAMPINAS

6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS, ESTADO DE SÃO PAULO

LEILOEIRO: GILSON KENITI INUMARU
JUCESP Nº: 762

Nº de Processo	Vara	Comarca	Data da hasta	OCORRÊNCIAS (códigos)		BEM
0078700-58.2003.5.15.0093	6ª VT	CAMPINAS	21/09/2022	7	bem com potencial para nova hasta;	Terreno c/ 1.228,40m², Cond. Fazenda Arcadas, Unidade 30, Gleba A, Dist. de Arcadas, 1º CRI 32.124, Amparo/SP.
0011050-37.2016.5.15.0093	6ª VT	CAMPINAS	21/09/2022	1	bem sem interesse comercial;	Hyundai/Elantra GLS, 1.8, 5 portas, placa F**-**66, 12/13, cor branca, direção hidráulica, câmbio automático, gasolina, pneus meia vida, pintura/lataria c/ pequenos arranhões, em bom estado de uso e conservação.



LEGENDA:	
1	bem sem interesse comercial;
2	bem com valor superestimado;
3	bem de uso específico;
4	bem antigo, obsoleto,
5	imóvel em localização desvalorizada;
6	descrição incompleta do bem ou impossibilidade de perfeita ir
7	bem com potencial para nova hasta;

Em 21 de setembro de 2022.

GILSON KENITI INUMARU
LEILOEIRO OFICIAL

Assinado eletronicamente por: DEBORA CRISTINA COSTA MAGALHAES - Juntado em: 22/09/2022 16:24:20 - 3f351fa
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22092216241248700000186588146?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 22092216241248700000186588146

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

DESPACHO

Considerando as informações prestadas pelo leiloeiro oficial (v. Id. 4e8a3bb) - que indicam que o automóvel penhorado nestes autos não possui interesse comercial para alienação judicial - fica o exequente intimado para indicar meios efetivos que viabilizem o prosseguimento da presente execução, nos termos do art. 11-A da CLT, cujo prazo terá início com a intimação dos termos do presente.

Registre-se que requerimentos genéricos de utilização de convênios de pesquisa avançada, sem a indicação de um mínimo indício de tentativa de fraude ou engenharia financeira por parte da executada, não tem utilidade e equivalem a omissão da parte. Ora, a utilização dos convênios judiciais são complexos e demandam horas de análise, envolvimento de servidores especializados e não podem ser utilizados aleatoriamente e como rotina nos processos.

A parte pode auxiliar na procura de bens de inúmeras formas, como pesquisas nas fontes abertas, postagens em redes sociais, busca de precedentes, identificação de demandas de igual natureza em face das executadas que pudessem justificar a reunião de execuções nas Divisões de execução Regionais, provas produzidas em outros autos, além de outras tantas providências.

Por fim, decorridos os prazos acima referidos, tornem conclusos para deliberações acerca da extinção da execução.

CAMPINAS/SP, 22 de setembro de 2022

ANA CLAUDIA TORRES VIANNA
Juíza do Trabalho Titular

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID fb3b05c proferido nos autos.

DESPACHO

Considerando as informações prestadas pelo leiloeiro oficial (v. Id. 4e8a3bb) - que indicam que o automóvel penhorado nestes autos não possui interesse comercial para alienação judicial - fica o exequente intimado para indicar meios efetivos que viabilizem o prosseguimento da presente execução, nos termos do art. 11-A da CLT, cujo prazo terá início com a intimação dos termos do presente.

Registre-se que requerimentos genéricos de utilização de convênios de pesquisa avançada, sem a indicação de um mínimo indício de tentativa de fraude ou engenharia financeira por parte da executada, não tem utilidade e equivalem a omissão da parte. Ora, a utilização dos convênios judiciais são complexos e demandam horas de análise, envolvimento de servidores especializados e não podem ser utilizados aleatoriamente e como rotina nos processos.

A parte pode auxiliar na procura de bens de inúmeras formas, como pesquisas nas fontes abertas, postagens em redes sociais, busca de precedentes, identificação de demandas de igual natureza em face das executadas que pudessem justificar a reunião de execuções nas Divisões de execução Regionais, provas produzidas em outros autos, além de outras tantas providências.

Por fim, decorridos os prazos acima referidos, tornem conclusos para deliberações acerca da extinção da execução.

CAMPINAS/SP, 22 de setembro de 2022

ANA CLAUDIA TORRES VIANNA
Juíza do Trabalho Titular

Assinado eletronicamente por: ANA CLAUDIA TORRES VIANNA - Juntado em: 22/09/2022 20:20:40 - 1786d7e
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22092220193981000000186616840?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 22092220193981000000186616840

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 6° VARA DO TRABALHO DA COMARCA DE CAMPINAS ESTADO DE SÃO PAULO.

Processo n.º 0011050-37.2016.5.15.0093

FABRICIO AUGUSTO DE SOUZA GUIMARÃES, advogado, **na qualidade de terceiro interessado na arrematação do bem, ainda não habilitado nos** autos em epígrafe, vem, por meio desta, à presença de Vossa Excelência, expor e, ao final, requerer o que segue:

Por bem, o veículo Hyundai/Elantra GLS, 1.8, 5 portas, placa F**-**66, 12/13, cor branca, direção hidráulica, câmbio automático, gasolina, pneus meios vida, pintura/lataria c/ pequenos arranhões, em bom estado de uso e conservação foi leiloado na data de hoje, qual seja, 21/09/2022 com encerramento as 11:00hs da manhã, por intermédio do leiloeiro oficial Gilson Inumaru.

Ocorre excelência, que por questões burocráticas, não foi possível habilitar-se no precitado pregão em razão da falta de alguns documentos necessários para tal habilitação. O que veio ocorrer horas depois, após devidamente o envio dos documentos solicitados e necessários para habilitação, porém, já havia expirado e encerrado a data do pregão, SEM LICITANTES.

Dessa forma, na qualidade de terceiro interessado na arrematação e já devidamente habilitado para envio de lances, REQUER a apreciação e juntada da PROPOSTA (em anexo) que seria levantada no pregão realizado da presente data em 21/09/2022, bem como, caso seja recebido a presente proposta, requer a Habilitação nos autos.

Por fim, caso seja necessário entrar em contato com o arrematante, seguem dados abaixo:

Telefone: (17) 3525-0085/ (14) 9.81050925
E-mail: fabricioguimaraes.adv@hotmail.com

Termos em que,
Pede por deferimento.

Catanduva/SP, 21 de setembro de 2022.

FABRÍCIO GUIMARÃES
OAB/SP - 380.464
(17)3525-0085/ (17)9.97170727
fabricioguimaraes.adv@hotmail.com

1 - Identificação do Proponente

Nome **Fabricio Augusto de Souza Guimarães**			**CPF/CNPJ** **357.624.968-05**
Estado civil **Casado**	**Nome do cônjuge (se for ocaso)** **Danubia Alberganti de Angelo Guimarães**		**CPF** **352.230.618-02**
Endereço **Rua Hélcio Leme Sampaio, 165**			
Complemento **Casa**	**Bairro Cidade** **Pq. José Cury/ Catanduva/SP**	**UF** **SP**	**CEP** **15.802-323**
Telefone residencial Telefone comercial **(17)3525-0085**		**Celular** **(14) 9.8105-0925**	
E-mail **Fabricioguimaraes.adv@hotmail.com**			

2 - Imóvel Pretendido: Hyundai/Elantra GLS, 1.8, 5 portas, placa F**-**66, 12/13, cor branca, direção hidráulica, câmbio automático, gasolina, pneus meia vida, pintura/lataria c/ pequenos arranhões, em bom estado de uso e conservação.

Endereço do Bem Rua Dona Ana Eufrosina, 7, Clínica Odontológica Master Prime, Jardim Brasil, Campinas/SP - CEP: 13073023			
Bairro **Jardim Brasil**	**Cidade** **Campinas**	**UF** **SP**	**ID do leilão no site** **LOTE 009**

3 - Forma de Pagamento: A prazo sendo 25% na entrada e o saldo remanescente em 30x iguais corrigidas conforme determinação

Á Vista	**Entrada: R$ 9.000,00 + comissão leiloeiro e restante em 30 parcelas de 900,00 + correção**
Valor Total	**R$ 36.000,00**
Valor por extenso	TRINTA E SEIS MIL REAIS
Obs: PAGAMENTO CONDICIONADOA RETIRADA DOS DÉBITOS EXISTENTE DE IPVA, MULTAS E FINANCIAMENTO QUE POR VENTURA EXISTAM NO PRONTUARIO DO VEICULO. VEICULO LIVRE DE QUALQUER ONUS.	

4 - Declaração

Declaro conhecer as condições as quais devo satisfazer para realização do negócio e que me submeto a todas as condições constantes do Edital do Leilão. Declaro, ainda, que tenho conhecimento do estado físico em que se encontra o imóvel, assim como também que se encontra ocupado, e que me responsabilizo por demarcações e desmembramentos de áreas, averbações de benfeitorias e outras diferenças eventualmente existentes em relação ao imóvel adquirido, assim como, o pagamento da comissão do Leiloeiro sendo de 5% sobre o valor da proposta.

Local/Data Catanduva, 21 de SETEMBRO de 2022

Assinatura Proponente

Assinatura do Cônjuge (se for caso)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS/SP

PROCESSO 0011050-37.2016.5.15.0093

ROSANA DUARTE, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por sua advogada que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, reiterar o pedido de id 08c57fd de 22 de julho de 2022.

Outrossim, tendo em vista o desinteresse comercial do bem, requer seja este **INTEGRALMENTE** adjudicado à Exequente.

Termos em que

Pede deferimento.

Campinas, 30 de setembro de 2022.

Cristina Etter Abud Penteado

OAB/SP 148.086

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - 30/09/2022 14:03:51 - 9457a1a
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=22093014024058200000187248964
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093 ID. 9457a1a - Pág. 1
Número do documento: 22093014024058200000187248964

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

DESPACHO

Vistos.

Considerando, (I) o montante em execução, (II) a existência de veículo penhorado, (III) o falecimento do executado proprietário do bem, (IV) o comparecimento da viúva meeira aos autos, e (V) o interesse do procurador da reclamante na aquisição do veículo penhorado, determino o encaminhamento dos presentes autos ao CEJUSC-JT de 1º grau, via plataforma PJe, por entender ser meu dever zelar por uma célere solução do processo, assim como de promover esforços no sentido de conciliar as partes, estimular o diálogo e reflexão sobre a cultura da paz. Esse juízo conclama as partes a refletirem sobre uma solução negociada, que melhor atenda aos seus interesses e promova pacificação mais ampla, trazendo a tão desejada paz.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 23 de novembro de 2022

ANA CLAUDIA TORRES VIANNA
Juíza do Trabalho Titular

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 8f16b1d proferido nos autos.

DESPACHO

Vistos.

Considerando, (I) o montante em execução, (II) a existência de veículo penhorado, (III) o falecimento do executado proprietário do bem, (IV) o comparecimento da viúva meeira aos autos, e (V) o interesse do procurador da reclamante na aquisição do veículo penhorado, determino o encaminhamento dos presentes autos ao CEJUSC-JT de 1º grau, via plataforma PJe, por entender ser meu dever zelar por uma célere solução do processo, assim como de promover esforços no sentido de conciliar as partes, estimular o diálogo e reflexão sobre a cultura da paz. Esse juízo conclama as partes a refletirem sobre uma solução negociada, que melhor atenda aos seus interesses e promova pacificação mais ampla, trazendo a tão desejada paz.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 23 de novembro de 2022

ANA CLAUDIA TORRES VIANNA
Juíza do Trabalho Titular

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

Certifico o envio dos presentes autos ao Cejusc, em cumprimento à determinação judicial.

CAMPINAS/SP, 24 de novembro de 2022.

GIULIANA KARINA RIBEIRO DE GODOY DEL NERO
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

DESPACHO

Considerando que a atividade de conciliar as partes é das mais relevantes, porque implica na célere solução do processo e na verdadeira pacificação social, finalidade precípua do Poder Judiciário;

Considerando que a tentativa de conciliar as partes em conflito pode ocorrer em qualquer momento processual;

Considerando a Portaria GP-CR nº 004/2022, em seu artigo 6º, §2º, que autoriza a realização de audiências híbridas;

Considerando a Ordem de Serviço nº 04/2022, de 02 de maio de 2022, que prevê a realização de audiências presenciais no Cejusc, com a presença dos conciliadores e, preferencialmente, dos partícipes;

Considerando, assim, a possibilidade de escolha de comparecimento presencial pelas partes e patronos;

Considerando a Resolução 354/2020 do CNJ que prevê a audiência telepresencial de conciliação e mediação em seu artigo 3º, IV;

Considerando, por fim, a existência de ferramenta eletrônica virtual gratuita, de amplo acesso, a qual permite a realização de videoconferências remotamente;

Designa-se audiência de tentativa de conciliação para o **dia 12/12/2022 14:22 horas, sala 2,** que será mediada presencialmente pelo próprio Magistrado ou por servidor(a) qualificado(a) e por ele supervisionado(a), a ser realizada na cobertura do Fórum Trabalhista de Campinas, localizado na Avenida José de Souza Campos, 422.

Fica deferida a participação das partes e patronos à distância, virtualmente, independente de manifestação nos autos, por intermédio da ferramenta ZOOM, disponível em versão para celular e para computador.

A fim de possibilitar a efetiva participação, a(s) parte(s) e advogado(s) deverão seguir o seguinte tutorial básico:

1)Para o acesso através do aplicativo Zoom Cloud Meeting:

Utilizando-se o computador ou o celular, os participantes deverão acessar a sala virtual através do endereço eletrônico (*link*), que será disponibilizado nos autos através de certidão, em até 1 (um) dia antes da audiência.

Antes de permitir o acesso à sala virtual, caso o programa Zoom Cloud Meeting não esteja instalado no equipamento, será automaticamente disponibilizada a opção da sua instalação.

Destaca-se que no celular é necessário instalar o programa Zoom.

2) Para o acesso através dos navegadores de internet (somente para computadores):

Em não querendo ou não sendo possível a instalação do programa Zoom, os participantes poderão ingressar na sessão virtual utilizando o navegador de internet, acessando o endereço eletrônico que será disponibilizado , e clicando em "*ingresse a partir do seu navegador*"

No horário da audiência, deverão as partes acessar o *link* para ingressar no ambiente virtual da audiência.

Lembrar de habilitar câmera e áudio a fim de que sua participação possa ser o mais próximo possível do que ocorre em uma audiência presencial.

PJe Assinado eletronicamente por: ANA CLAUDIA TORRES VIANNA - Juntado em: 30/11/2022 17:33:36 - a349e95

APENAS caso não apresentados, as partes deverão apresentar seus cálculos de liquidação, no **prazo de 08 (oito) dias**, sob pena de preclusão. No prazo sucessivo e comum de **8 (oito) dias**, independentemente de nova intimação, a(s) parte (s) poderá(ão) apresentar sua(s) impugnação(ões) fundamentada(s), com a indicação do (s) item(ns) e valor(es) objeto da discordância, sob pena de preclusão, tudo nos termos do §2º do art. 879 da CLT.

Ressalvado o entendimento do Juízo de origem, caso uma das partes já tenha apresentado cálculos, o **prazo será de 8 (oito) dias** para que a parte contrária os impugne e apresente os seus, nos mesmos moldes e sob igual pena do parágrafo anterior, podendo igual direito à impugnação ser exercido pela parte que primeiramente os apresentou, no **prazo subsequente de 8 (oito) dias**, tudo nos termos do §2º do art. 879 da CLT.

Ainda que já haja cálculos apresentados nos autos, as partes deverão trazê-los atualizados para a audiência, a fim de embasar e facilitar a negociação.

Havendo nos autos depósito(s) judicial(is) ou recursal(is), incumbe à parte interessada diligenciar junto à(s) instituição(ões) financeira(s) para obter o(s) valor(es) atualizado(s) do(s) Mesmo(s), até a data da audiência, sem prejuízo da mesma providência ser realizada pelo próprio Cejusc, se possível.

A participação das partes e advogados é imprescindível, tanto para a tentativa de conciliação como para encaminhamentos que visem a efetividade e o trâmite do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5 º inciso LXXVII da Constituição da República.

Independentemente da fase em que se encontrar o processo, a critério do Juízo de Origem, o não comparecimento injustificado de quaisquer das partes à audiência para tentativa de conciliação poderá ser considerado como ato atentatório à dignidade da Justiça, com as consequências previstas no art. 77, IV e §2º,

PJe Assinado eletronicamente por: ANA CLAUDIA TORRES VIANNA - Juntado em: 30/11/2022 17:33:36 - a349e95

CPC c/c 769, CLT, assim como nos termos do art. 17, Resolução Administrativa 04/2017, TRT 15ª Região

Ficam as partes cientes de que em caso de insucesso poderão ser praticados atos processuais, ficando também cientes de que as decisões adotadas na audiência não serão objeto de posterior notificação, porque serão tidas como proferidas nos termos da Súmula 197, TST.

Devolvam-se os autos à Vara do Trabalho de origem onde aguardarão a audiência designada no Cejusc. Retornarão oportunamente a essa unidade.

Intimem-se as partes, por seus patronos, aos quais incumbe informar os jurisdicionados sobre a necessidade de comparecimento à audiência. Fica a devedora cientificada de que, na data supra, deverá se fazer presente por meio de seu representante legal ou de preposto com poderes para transigir e receber citação.

CAMPINAS/SP, 30 de novembro de 2022

ANA CLAUDIA TORRES VIANNA
Juíza do Trabalho Coordenadora do CEJUSC-JT 1º Grau

Assinado eletronicamente por: ANA CLAUDIA TORRES VIANNA - Juntado em: 30/11/2022 17:33:36 - a349e95
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22113016314222900000191439585?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 22113016314222900000191439585

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID a349e95 proferido nos autos.

DESPACHO

Considerando que a atividade de conciliar as partes é das mais relevantes, porque implica na célere solução do processo e na verdadeira pacificação social, finalidade precípua do Poder Judiciário;

Considerando que a tentativa de conciliar as partes em conflito pode ocorrer em qualquer momento processual;

Considerando a Portaria GP-CR nº 004/2022, em seu artigo 6º, §2º, que autoriza a realização de audiências híbridas;

Considerando a Ordem de Serviço nº 04/2022, de 02 de maio de 2022, que prevê a realização de audiências presenciais no Cejusc, com a presença dos conciliadores e, preferencialmente, dos partícipes;

Considerando, assim, a possibilidade de escolha de comparecimento presencial pelas partes e patronos;

Considerando a Resolução 354/2020 do CNJ que prevê a audiência telepresencial de conciliação e mediação em seu artigo 3º, IV;

Considerando, por fim, a existência de ferramenta eletrônica virtual gratuita, de amplo acesso, a qual permite a realização de videoconferências remotamente;

Designa-se audiência de tentativa de conciliação para o **dia 12/12/2022 14:22 horas, sala 2,** que será mediada presencialmente pelo próprio Magistrado

ou por servidor(a) qualificado(a) e por ele supervisionado(a), a ser realizada na cobertura do Fórum Trabalhista de Campinas, localizado na Avenida José de Souza Campos, 422.

Fica deferida a participação das partes e patronos à distância, virtualmente, independente de manifestação nos autos, por intermédio da ferramenta ZOOM, disponível em versão para celular e para computador.

A fim de possibilitar a efetiva participação, a(s) parte(s) e advogado(s) deverão seguir o seguinte tutorial básico:

1)Para o acesso através do aplicativo Zoom Cloud Meeting:

Utilizando-se o computador ou o celular, os participantes deverão acessar a sala virtual através do endereço eletrônico (*link*), que será disponibilizado nos autos através de certidão, em até 1 (um) dia antes da audiência.

Antes de permitir o acesso à sala virtual, caso o programa Zoom Cloud Meeting não esteja instalado no equipamento, será automaticamente disponibilizada a opção da sua instalação.

Destaca-se que no celular é necessário instalar o programa Zoom.

2) Para o acesso através dos navegadores de internet (somente para computadores):

Em não querendo ou não sendo possível a instalação do programa Zoom, os participantes poderão ingressar na sessão virtual utilizando o navegador de internet, acessando o endereço eletrônico que será disponibilizado , e clicando em "*ingresse a partir do seu navegador*"

No horário da audiência, deverão as partes acessar o *link* para ingressar no ambiente virtual da audiência.

Assinado eletronicamente por: ANA CLAUDIA TORRES VIANNA - Juntado em: 30/11/2022 17:34:36 - e6b9b50

Lembrar de habilitar câmera e áudio a fim de que sua participação possa ser o mais próximo possível do que ocorre em uma audiência presencial.

APENAS caso não apresentados, as partes deverão apresentar seus cálculos de liquidação, no **prazo de 08 (oito) dias**, sob pena de preclusão. No prazo sucessivo e comum de **8 (oito) dias**, independentemente de nova intimação, a(s) parte (s) poderá(ão) apresentar sua(s) impugnação(ões) fundamentada(s), com a indicação do (s) item(ns) e valor(es) objeto da discordância, sob pena de preclusão, tudo nos termos do §2º do art. 879 da CLT.

Ressalvado o entendimento do Juízo de origem, caso uma das partes já tenha apresentado cálculos, o **prazo será de 8 (oito) dias** para que a parte contrária os impugne e apresente os seus, nos mesmos moldes e sob igual pena do parágrafo anterior, podendo igual direito à impugnação ser exercido pela parte que primeiramente os apresentou, no **prazo subsequente de 8 (oito) dias**, tudo nos termos do §2º do art. 879 da CLT.

Ainda que já haja cálculos apresentados nos autos, as partes deverão trazê-los atualizados para a audiência, a fim de embasar e facilitar a negociação.

Havendo nos autos depósito(s) judicial(is) ou recursal(is), incumbe à parte interessada diligenciar junto à(s) instituição(ões) financeira(s) para obter o(s) valor(es) atualizado(s) do(s) Mesmo(s), até a data da audiência, sem prejuízo da mesma providência ser realizada pelo próprio Cejusc, se possível.

A participação das partes e advogados é imprescindível, tanto para a tentativa de conciliação como para encaminhamentos que visem a efetividade e o trâmite do processo em tempo razoável, como preconizado pelo artigo 5 º inciso LXXVII da Constituição da República.

PJe Assinado eletronicamente por: ANA CLAUDIA TORRES VIANNA - Juntado em: 30/11/2022 17:34:36 - e6b9b50

Independentemente da fase em que se encontrar o processo, a critério do Juízo de Origem, o não comparecimento injustificado de quaisquer das partes à audiência para tentativa de conciliação poderá ser considerado como ato atentatório à dignidade da Justiça, com as consequências previstas no art. 77, IV e §2º, CPC c/c 769, CLT, assim como nos termos do art. 17, Resolução Administrativa 04/2017, TRT 15ª Região

Ficam as partes cientes de que em caso de insucesso poderão ser praticados atos processuais, ficando também cientes de que as decisões adotadas na audiência não serão objeto de posterior notificação, porque serão tidas como proferidas nos termos da Súmula 197, TST.

Devolvam-se os autos à Vara do Trabalho de origem onde aguardarão a audiência designada no Cejusc. Retornarão oportunamente a essa unidade.

Intimem-se as partes, por seus patronos, aos quais incumbe informar os jurisdicionados sobre a necessidade de comparecimento à audiência. Fica a devedora cientificada de que, na data supra, deverá se fazer presente por meio de seu representante legal ou de preposto com poderes para transigir e receber citação.

CAMPINAS/SP, 30 de novembro de 2022

ANA CLAUDIA TORRES VIANNA
Juíza do Trabalho Coordenadora do CEJUSC-JT 1º Grau

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCESSO: ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

NOTIFICAÇÃO

ADRIANO MONTONI ROMERO
RUA FRANCISCO FADIM , 520, AP 101, MORUMBI, PAULINIA/SP - CEP: 13140-726

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

Designa-se audiência de tentativa de conciliação para o dia 12/12 /2022 às 14:22 horas, sala 2, que será mediada presencialmente pelo próprio Magistrado ou por servidor(a) qualificado(a) e por ele supervisionado(a), a ser realizada na cobertura do Fórum Trabalhista de Campinas, localizado na Avenida José de Souza Campos, 422.

Fica deferida a participação das partes e patronos à distância, virtualmente, independente de manifestação nos autos, por intermédio da ferramenta ZOOM, disponível em versão para celular e para computador

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao /22113016314222900000191439585?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCESSO: ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

NOTIFICAÇÃO

BIANCA MONTONI ROMERO
AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA , 550, Torre 6, Apto 116, VILA NOVA, CAMPINAS/SP - CEP: 13073-035

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

Designa-se audiência de tentativa de conciliação para o dia 12/12 /2022 às 14:22 horas, sala 2, que será mediada presencialmente pelo próprio Magistrado ou por servidor(a) qualificado(a) e por ele supervisionado(a), a ser realizada na cobertura do Fórum Trabalhista de Campinas, localizado na Avenida José de Souza Campos, 422.

Fica deferida a participação das partes e patronos à distância, virtualmente, independente de manifestação nos autos, por intermédio da ferramenta ZOOM, disponível em versão para celular e para computador

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao /22113016314222900000191439585?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO CARTA_SIMPLES).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC CAMPINAS - JT CENTRO JUDICIÁRIO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO
PROCESSO: ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

LINK PARA ACESSO À AUDIÊNCIA - FERRAMENTA ZOOM

Certifico que a audiência de tentativa de conciliação designada poderá ser acessada por intermédio da ferramenta **ZOOM**.

O link para acesso segue abaixo:

https://trt15-jus-br.zoom.us/j/86798286355?pwd=VGVuai96SHhWd2NiSGVPZ2tBNkEvUT09

Para ingressar na sala virtual será necessário se identificar e fornecer os seguintes dados, **se solicitado**:

ID da reunião: 867 9828 6355

Senha de acesso: 152583

CAMPINAS/SP, 01 de dezembro de 2022.

MARIA ROBERTA SOARES DO NASCIMENTO
Secretário de Audiência

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CEJUSC JT em Campinas
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
RECLAMANTE: ROSANA DUARTE
RECLAMADO: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

TERMO DE MEDIAÇÃO JUDICIAL

CEJUSC-JT 1º GRAU CAMPINAS

6ª Vara do Trabalho de Campinas

PROCESSO Nº. 0011050-37.2016.5.15.0093

AUTOR(ES): ROSANA DUARTE

RÉU(S): MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME

RÉU(S): ADRIANO MONTONI ROMERO

RÉU(S): BIANCA MONTONI ROMERO

RÉU(S): CARLOS DE JESUS ROMERO

Fase do Processo: *( ) Conhecimento ( ) Liquidação (X) Execução*

Modalidade: *( ) Físico (X) Eletrônico "Pje/Migrado"*

Em **12/12/2022**, no CEJUSC-JT 1º GRAU CAMPINAS, situado à Avenida José de Souza Campos, nº 422, cobertura do Fórum Trabalhista de Campinas, de forma presencial /no ambiente virtual do TRT 15ª REGIÃO, sob a responsabilidade do(a) Exmo(a) Juiz(a) **Dr.(a) Rafael de Almeida Martins**, ora atuando como Mediadora, **Maria Roberta Soares do Nascimento**, ocorre a presente audiência de mediação e tentativa de conciliação e/ou homologação de acordo, com encaminhamento do feito.

Presente(s) o/a(s) reclamante(s)/exequente(s) **ROSANA DUARTE** CPF: **102.278.628-80** e presente seu/sua(s) advogado/a(s) Dr.(a) **CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO**, OAB n. **SP 148.086**.

Presente(s) o/a(s) reclamado/a(s)/executado/a(s) **MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME** CNPJ: **10.482.466/0001-24**, **ADRIANO MONTONI ROMERO** CPF: **160.925.588-74, CARLOS DE JESUS ROMERO** CPF: **304.632.628-91** representado/a (s) pelo/a(s) Sr.(a) **BIANCA MONTONI ROMERO** CPF: **325.741.678-48**, e presente(s) seu (s)/sua(s) advogado/a(s), Dr.(a) **MAURO PEZZUTTI**, OAB n.**SP 407.361**.

PJe Assinado eletronicamente por: RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS - Juntado em: 12/12/2022 21:53:32 - cbde834

Presente(s) o/a(s) reclamado/a(s)/executado/a(s) **BIANCA MONTONI ROMERO** CPF: **325.741.678-48** e presente(s) seu(s)/sua(s) advogado/a(s), Dr.(a) **MAURO PEZZUTTI,** OAB n.**SP 407.361.**

Ausente(s) o/a(s) TERCEIRO INTERESSADO **EDNA MONTONI ROMERO** e presente(s) seu(s)/sua(s) advogado/a(s), Dr.(a) **MAURO PEZZUTTI,** OAB n.**SP 407.361.**

Juntada de documentos:

Fica deferido, desde já, o prazo de **05 (cinco)** dias para juntada de quaisquer documentos de representação que se fizerem necessários, por **quaisquer das partes**, tais como carta de preposição, substabelecimento, procuração, contrato social e estatuto constitutivo.

INCONCILIADOS

Apesar dos esforços empreendidos e das ponderações realizadas, as partes ainda não puderam se conciliar.

Há nos autos petição de adjudicação do bem, ainda não apreciada pelo Juízo de origem.

Durante esta sessão, a reclamante reitera o pedido de adjudicação do bem (ID 9457a1a) bem como a petição de ID 08c57fd.

Informa a reclamante que o valor do seu crédito LÍQUIDO atualizado corresponde à R$ 31.400,00. Desse modo, considerando que, na última Hasta Pública, o lance mínimo foi de R$ 36.000,00, a reclamante apresenta como proposta a devolução do valor correspondente à diferença entre o valor do lance mínimo supramencionado e o valor de seu crédito líquido. Informa ainda que, em caso de existência de débitos sobre o bem, deverá ser abatido o respectivo valor do montante a ser pago. Requer ainda que seja certificado nos autos as demais penhoras e restrições em relação ao bem (VEÍCULO PLACAS FGR3066 RENAVAM 00493554955).

Diante do quanto requerido, devolvam-se os autos conclusos à vara de origem para deliberações.

Cumpra-se.

Cientes os presentes, tendo realizado a leitura da ata durante esta sessão.

Devolvam-se os autos conclusos à Secretaria para prosseguimento do feito, atentando-se para o cumprimento do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 2 e 3 de maio de 2019 que acrescentou o art. 2º -B no Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 1 de maio de 2018, servindo a presente ata como despacho, nos termos do artigo 15 da Ordem de Serviço CR-NUPEMEC nº 01/2021.

PJe Assinado eletronicamente por: RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS - Juntado em: 12/12/2022 21:53:32 - cbde834

*"JTe - APLICATIVO JUSTIÇA DO TRABALHO ELETRÔNICA - Acompanhe o andamento das pautas de audiência, inicie chat com outros usuários da ferramenta, verifique a tramitação, consulte decisões e sentenças e até selecione processos favoritos para recebimento de notificações acerca da movimentação. Frisa-se, porém, que as consultas realizadas pelo aplicativo JTe possuem caráter meramente informativo, não substituindo as intimações realizadas no PJe, nem ocasionando início da contagem de prazos processuais." **[Disponível** tanto para **Iphone,** quanto para **Android].***

RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS
Juiz(a) do Trabalho

Ata redigida por *MARIA ROBERTA SOARES DO NASCIMENTO*, *Secretário(a) de Audiência.*

Assinado eletronicamente por: RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS - Juntado em: 12/12/2022 21:53:32 - cbde834
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/22121216210395000000192142474?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 22121216210395000000192142474

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

Lista de Processos - Total: 10

Nro do Processo	Tribunal	Comarca/Município	Órgão Judiciário	Situação da Restrição	Ações
00105108820165150060	TRT15	AMPARO	VARA TRABALHISTA DE AMPARO	ATIVA(S)	
00110503720165150093	TRT15	CAMPINAS	6A VARA TRABALHISTA DE CAMPINAS	ATIVA(S)	
00108203220145150071	TRT15	MOGI-GUACU	VARA TRABALHISTA DE MOGI-GUACU	ATIVA(S)	
00101126020165150087	TRT15	PAULINIA	1A VARA TRABALHISTA DE PAULINIA	ATIVA(S)	
50037846320184036105	TRF03	CAMPINAS	JUIZO DA 5 VARA DO FORUM FEDERAL DE CAMPINAS - SP	ATIVA(S)	
00100245920155150086	TRT15	SANTA BARBARA D'OESTE	VARA TRABALHISTA DE SANTA BARBARA DOESTE	INATIVA(S)	
00109001420155150086	TRT15	SANTA BARBARA D'OESTE	VARA TRABALHISTA DE SANTA BARBARA DOESTE	INATIVA(S)	
00112709020155150086	TRT15	SANTA BARBARA D'OESTE	VARA TRABALHISTA DE SANTA BARBARA DOESTE	INATIVA(S)	
10064523020168260428	TJSP	PAULINIA	SETOR DE EXECUCOES FISCAIS DO FORO DISTRITAL DE PAULINIA	ATIVA(S)	
00015681020178260114	TJSP	CAMPINAS	9A VARA CIVEL DA COMARCA DE CAMPINAS	ATIVA(S)	

CAMPINAS/SP, 30 de março de 2023.

MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS
Diretor de Secretaria

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

DESPACHO

Penhorado o veículo de placa FGR3066, avaliado em R$ 45.000,00 em 09/11/2020, conforme auto de id: b5d784c.

A hasta pública restou infrutífera, mas há nos autos proposta de arrematação no valor de R$ 36.000,00 (id: f85885b) apresentada extemporaneamente, motivo pelo qual não foi recebida.

Em audiência realizada em 12/12/2022, a autora apresentou proposta de adjudicação do bem pelo mesmo preço de R$ 36.000,00 ofertado pelo proponente.

Deixo de receber a proposta porque é cediço que, nos termos do art. 876, CPC, o valor ofertado para adjudicação não pode ser inferior ao valor da avaliação.

Determino a expedição de mandado de reavaliação do bem penhorado.

Após a reavaliação, intimem-se as partes, sendo a exequente para que, no prazo de 5 dias, manifeste interesse na adjudicação do bem pelo novo valor.

Consigna-se que se o valor líquido do crédito trabalhista for inferior ao valor dos bens a diferença deverá ser depositada em juízo no prazo de cinco dias contados da intimação para tal ato. Se o valor líquido do crédito trabalhista for superior ao valor dos bens, a execução prosseguirá pela diferença.

A inércia do exequente ensejará o prosseguimento da execução com a alienação dos bens penhorados a terceiros.

Juiz do Trabalho Substituto

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 9f4821f proferido nos autos.

DESPACHO

Penhorado o veículo de placa FGR3066, avaliado em R$ 45.000,00 em 09/11/2020, conforme auto de id: b5d784c.

A hasta pública restou infrutífera, mas há nos autos proposta de arrematação no valor de R$ 36.000,00 (id: f85885b) apresentada extemporaneamente, motivo pelo qual não foi recebida.

Em audiência realizada em 12/12/2022, a autora apresentou proposta de adjudicação do bem pelo mesmo preço de R$ 36.000,00 ofertado pelo proponente.

Deixo de receber a proposta porque é cediço que, nos termos do art. 876, CPC, o valor ofertado para adjudicação não pode ser inferior ao valor da avaliação.

Determino a expedição de mandado de reavaliação do bem penhorado.

Após a reavaliação, intimem-se as partes, sendo a exequente para que, no prazo de 5 dias, manifeste interesse na adjudicação do bem pelo novo valor.

Consigna-se que se o valor líquido do crédito trabalhista for inferior ao valor dos bens a diferença deverá ser depositada em juízo no prazo de cinco dias contados da intimação para tal ato. Se o valor líquido do crédito trabalhista for superior ao valor dos bens, a execução prosseguirá pela diferença.

A inércia do exequente ensejará o prosseguimento da execução com a alienação dos bens penhorados a terceiros.

CAMPINAS/SP, 15 de junho de 2023

FRED MORALES LIMA
Juiz do Trabalho Substituto

Assinado eletronicamente por: FRED MORALES LIMA - Juntado em: 16/06/2023 13:33:01 - 22085a2
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23061613320138000000204549878?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 23061613320138000000204549878

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

MANDADO DE REAVALIAÇÃO

O(A) Exmo(a). Juiz(a) do Trabalho, FRED MORALES LIMA, MANDA ao(à) Oficial(a) de Justiça que, à vista do presente e em seu cumprimento proceda à **REAVALIAÇÃO** do(s) bem(ns) penhorado(s) no precitado feito, no auto de penhora (ID. b5d784c) datado de 09/11/2020, assim descrito(s): veículo marca HYUNDAI, modelo ELANTRA GLS, 1.8, 5 portas, placa FGR3066, ano 2012 e modelo 2013, cor branca, avaliado(s) em R$ 45.000,00 em 09/11/2020. Deverá, ainda, o(a) Oficial(a) de Justiça Avaliador(a) certificar no auto de reavaliação o atual estado de conservação e/ou de funcionamento dos bens supra detalhados.

DESTINATÁRIO:
CARLOS DE JESUS ROMERO
Endereço: AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA , 550, Torre 6, Apto 116, VILA NOVA, CAMPINAS/SP - CEP: 13073-035

A petição inicial e documentos poderão ser acessados pela página eletrônica (**https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao**) , digitando a(s) chave(s) abaixo:

Descrição	Tipo de documento	Chave de acesso**
Intimação	Intimação	23061613320138000000204549878
Despacho	Despacho	23061517115719500000204487761
Restrições Renajud	Certidão	23033016353428500000198715252
Ata da Audiência	Ata da Audiência	22121216210395000000192142474

PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 10/07/2023 14:49:31 - e8ac3b5

LINK PARA ACESSO À AUDIÊNCIA - FERRAMENTA ZOOM	Certidão	221201200011023 00000191567284
Notificação	Notificação	221130193423829 00000191463630
Notificação	Notificação	221130193423547 00000191463629
Intimação	Intimação	221130173336653 00000191451341
Despacho	Despacho	221130163142229 00000191439585
Envio ao Cejusc	Certidão	221124120009058 00000191023765
Intimação	Intimação	221123172549218 00000190960756
Despacho	Despacho	221123151804074 00000190937256
Petição diversa.pdf	Manifestação	220930140240582 00000187248964
Requerimento de Terceiro Interessado	Requerimento de Terceiro Interessado	220927102356955 00000186881879
Formulario. Proposta	Documento Diverso	220927102804050 00000186882294
Intimação	Intimação	220922201939810 00000186616840
Despacho	Despacho	220922163056029 00000186589817
Relatório ocorrências hasta 4 /2022	Documento Diverso	220922162412487 00000186588146
Relatório ocorrências hasta 4 /2022	Certidão	220922153133240 00000186576624
HABILITAÇÃO	Solicitação de Habilitação	220922094138570 00000186522138

Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)	Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)	220922094511864 00000186522397
Carteira de Identidade /Registro Geral (RG)	Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)	220922094732364 00000186522601
Procuração	Procuração	220922094839858 00000186522703
Intimação	Intimação	220822184840577 00000184047509
Intimação	Intimação	220822184840428 00000184047508
Intimação	Intimação	220822174101010 00000184038506
Despacho	Despacho	220822125056447 00000183972177
Edital - Hasta nº 4/2022	Certidão	220822125004164 00000183972004
Relatório Hasta 4/2022	Certidão	220808135124635 00000182934526
Petição diversa	Manifestação	220722134326807 00000181790415
Intimação	Intimação	220720160829646 00000181634539
Despacho	Despacho	220720152544347 00000181626612
Intimação	Intimação	220609213618647 00000178620724
Despacho	Despacho	220609202612997 00000178618968
Confirmação de retirada de bem de Hasta	Documento Diverso	220609203254433 00000178619170
Certidão	Certidão	220608162500201 00000178485503

Reserva de meação	Manifestação	220429113359745 00000175238868
Intimação	Intimação	220427152244873 00000175064288
Despacho	Despacho	220427112249515 00000175022297
Requerimento de Terceiro Interessado	Requerimento de Terceiro Interessado	220425125338808 00000174797420
Procuração	Procuração	220425125448133 00000174797472
Carteira de Identidade /Registro Geral (RG)	Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)	220425125503445 00000174797484
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	220425125540729 00000174797605
Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário	220425125554052 00000174797636
Certidão de óbito de Carlos	Documento Diverso	220425125634372 00000174797706
Certidão de Casamento de Carlos	Documento Diverso	220425125701076 00000174797757
Intimação	Intimação	220419065609523 00000174482867
Despacho	Despacho	220418203409929 00000174474985
desinteresse na adjudicação	Manifestação	210827112103375 00000159293152
Intimação	Intimação	210825190159966 00000159162620
Despacho	Despacho	210825175423958 00000159155680
Reserva de crédito VT Hortolândia	Ofício	210427140311466 00000150627503

Intimação	Intimação	210311203629072 00000147524287
Intimação	Intimação	210302205423231 00000146768212
Despacho	Despacho	210302203853473 00000146767694
ANEXO DE FOTOGRAFIAS 0011050-37.2016.5.15.0093	Fotografia	201110191839734 00000140916487
Auto de Penhora e Depósito	Auto de Penhora	201110191839498 00000140916486
Certidão de Oficial de Justiça	Certidão	201110191656918 00000140916425
Ferramenta Montoni e Romero	Documento Diverso	200826114803426 00000135816090
Certidão de Oficial de Justiça	Certidão	200826114700983 00000135815954
Mandado	Mandado	200309180031990 00000125912799
Decisão	Decisão	200210143346461 00000124075742
Intimação	Intimação	191017134538497 00000117979497
Intimação	Intimação	191017134538399 00000117979494
Despacho	Notificação	191015190405321 00000117842289
Despacho	Despacho	191015113311679 00000117774561
Despacho	Despacho	190930140311885 00000116748320
Impugnação	Impugnação	190930155109303 00000116770469

Procuração	Procuração	190930155247895 00000116770630
Extrato Bancário	Extrato Bancário	190930155304753 00000116770702
Extrato Bancário	Extrato Bancário	190930155318330 00000116770747
Extrato Bancário	Extrato Bancário	190930155323476 00000116770766
Extrato Bancário	Extrato Bancário	190930155330129 00000116770790
INSS julho	Documento Diverso	190930155357157 00000116770899
INSS junho	Documento Diverso	190930155410574 00000116770947
INSS maio	Documento Diverso	190930155446193 00000116771078
Resposta Parcial BacenJud	Certidão	190930140226084 00000116748179
GDO	Documento Diverso	190927181428260 00000116687123
GDO	Certidão	190927181344048 00000116687060
Planilha de cálculos	Certidão	190809172225090 00000113214988
Decisão	Decisão	190805140149516 00000112812409
Resposta Convênios	Certidão	190805135509238 00000112811704
Ficha Cadastral	Documento Diverso	190805135959594 00000112812079
Decisão	Decisão	190610155606237 00000109293251

Cálculos atualizados	Certidão	190610155454553 00000109292884
Decisão	Notificação	190509180654014 00000107069632
Decisão	Decisão	190509155448734 00000107048846
Despacho	Notificação	190314170551378 00000103348452
Despacho	Despacho	190314141629922 00000103315879
APRESENTAÇÃO DE CÁLCULOS reclamante	Apresentação de Cálculos	190213113405881 00000101312190
Planilha de Cálculos	Planilha de Cálculos	190213114016593 00000101312474
INFORMAÇÃO EMAIL COMUNICAÇÃO PERITO	Manifestação	190205103214586 00000100693772
Despacho	Notificação	190125182151818 00000100078569
Despacho	Despacho	190125164114241 00000100069013
envio dos ofícios	Certidão	190124174748363 00000100007635
Ofício	Ofício	181205144600741 00000098119248
Ofício	Ofício	181129172841243 00000097746319
Sentença	Notificação	181016101728902 00000094919263
Sentença	Sentença	180830104340511 00000091683582
Ata da Audiência	Ata da Audiência	180829164443105 00000091639470

Despacho	Notificação	18052809113862500000085372102
Despacho	Despacho	18052710244877500000085361029
Ata da Audiência	Ata da Audiência	18052510451240700000085274448
Habilitação em processo	Apresentação de Substabelecimento sem Reserva de Poderes	18033111024950500000081139238
Substabelecimento	Substabelecimento sem Reserva de Poderes	18033111035484400000081139239
Despacho	Notificação	18032712551721600000080941755
Despacho	Despacho	18032712434770300000080940579
Manifestação sobre provas	Manifestação	18031616115674000000080150037
INDICAÇÃO DE PROVAS	Manifestação	18031517161060500000080059844
certidão	Certidão	18030915234913600000079540406
Despacho	Notificação	18030806545457300000079381361
Despacho	Despacho	18030716440994800000079349429
pericia médica	Laudo Pericial	17110520515134000000072054886
Rosana Duarte (1)	Laudo Pericial	17110520535527900000072054891
Médico	Laudo Pericial	17092809404025300000069279424
Rosana Duarte	Laudo Pericial	17092809444651500000069279494

Despacho	Notificação	17063007433278900000062335234
Despacho	Despacho	17062917342338100000062319937
Honorários prévios periciais	Manifestação	16100517450467300000045374505
Guia depósito honorários prévios periciais	Comprovante de Pagamento de Honorários	16100517470050200000045374611
Quesitos e email para contato com Perito	Manifestação	16091617270146900000044068028
apresentação de quesitos	Manifestação	16091317105672100000043791875
comprovante entrega oficio inss	Manifestação	16091217474768200000043690150
Comprovante entrega ofício previdência0001	Documento Diverso	16091217534300200000043690332
Ata da Audiência	Ata da Audiência	16090615450812400000043371241
Manifestação Recda sobre prontuário médico	Manifestação	16090520055858000000043309186
manifestação prontuário médico	Manifestação	16090217154487800000043181186
Despacho	Notificação	16082913423194900000042757828
Despacho	Despacho	16082910144937200000042728173
Documentos	Certidão	16082910075377500000042727047
1 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910090379100000042727135
5 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910094897000000042727258

3 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	160829101008811 00000042727310
7 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	160829101022046 00000042727348
9 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	160829101034328 00000042727388
11 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	160829101048340 00000042727429
13 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	160829101114789 00000042727529
15 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	160829101137304 00000042727611
17 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	160829101150974 00000042727654
19 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	160829101205854 00000042727697
23 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	160829101221341 00000042727745
21 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	160829101234725 00000042727778
Manifestação	Manifestação	160819173706336 00000042198602
MANIFESTAÇÃO À CONTESTAÇÃO	Manifestação	160812140206344 00000041699587
Ata da Audiência	Ata da Audiência	160802173518984 00000041005148
Contestação	Contestação	160802114836398 00000040951806
Contrato social - Montoni	Contrato Social	160802120022615 00000040953473
DOC. 01 - Cartão de ponto	Controle de Frequencia	160802120035907 00000040953504

DOC. 02 - Exame demissional	Documento Diverso	160802120213451 00000040953733
Substabelecimento NCF	Documento Diverso	160802120238322 00000040953775
Habilitação em processo	Manifestação	160802114251706 00000040951360
Procuração	Procuração	160802114658118 00000040951366
Notificação	Notificação	160616090841170 00000037789341
Decisão	Notificação	160606090740156 00000037038302
Decisão	Decisão	160606090740156 00000037038302
Petição Inicial	Petição Inicial	160520170758442 00000036142252
Procuração0001	Procuração	160520220152430 00000036152799
CTPS0001	CTPS	160520220209843 00000036152804
CAT0001	Comunicação de Acidente de Trabalho/CAT	160520220230473 00000036152813
Atestado 30 junho0001	Atestado	160520220244804 00000036152821
Aviso prévio0001	Aviso Prévio	160520220303189 00000036152825
Demonstrativo de pagamento0001	Contracheque / Hollerith	160520220349657 00000036152835
Demonstrativo de pagamento0002	Contracheque / Hollerith	160520220414886 00000036152840
Relatório fisioterapeuta0001	Atestado	160520220520092 00000036152858

Relatório ortopedista0001	Atestado	16052022055421500000036152875
Ressonância Magnética0002	Exame Médico - Resultado	16052022062197300000036152885
Comunicação de decisão - Previdência social0001	Documento Diverso	16052022072940900000036152919
Ofício sindicato0001	Documento Diverso	16052022083232300000036152942
Ficha internação0001	Documento Diverso	16052022090407800000036152952
Ofício atraso homologação0001	Documento Diverso	16052022211888900000036153045
trct0001	Termo de Homologação de Rescisão do Contrato de Trabalho	16052022214046700000036153047
Declaração hipossuficiêmcia0001	Declaração de Hipossuficiência	16052022220980200000036153056

Caso Vossa Senhoria não consiga consultar os documentos via *internet* e deseje acessá-los ou receber orientações, deverá comparecer a esta Unidade Judiciária, sediada no seguinte endereço: AVENIDA JOSE DE SOUSA CAMPOS , 422, NOVA CAMPINAS, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123.

Autoriza-se, desde logo, que o(a) oficial(a) de justiça avaliador(a) se valha das prerrogativas previstas nos artigos 212, 249, 252, 253, 845 e 846, caput e § 2º, do CPC, autorizado o arrombamento e a requisição de força policial com a mera apresentação deste à autoridade policial. Havendo necessidade de remoção, nas hipóteses da parametrização, fica desde já autorizada a conclusão do ato iniciado durante o dia após as 20h, na forma do § 1º do art. 212.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei.

Este é assinado pelo(a) servidor(a), de ordem do(a) MM. Juiz(a) do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI, do CPC.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas - SP

Processo nº 0011050-37.2016.5.15.0093
VALOR DO DÉBITO: R$ 24.351,81 (vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e um centavos).

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 09 dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, à vista do Mandado de Penhora Id 8d25882, em que são partes ROSANA DUARTE, exequente, MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA-ME CNPJ:10.482.466/0001-24, CARLOS DE JESUS ROMERO CPF: 30463262891, ADRIANO MONTONI ROMERO CPF: 16092558874, BIANCA MONTONI ROMERO CPF: 32574167848, executados, procedi à penhora e avaliação do veículo de propriedade de CARLOS DE JESUS ROMERO, conforme descrito abaixo:
VEÍCULO MARCA HYUNDAI, MODELO ELANTRA GLS, 18, 5 portas, PLACA: FGR3066, CHASSI: KMHDH41EBDU555500, RENAVAN 00493554955 ANO 2012 E MODELO: 2013, COR: BRANCA, DIREÇÃO: hidráulica; CÂMBIO: automático; MOTOR: gasolina ——,.
ESTADO DE CONSERVAÇAO:
Pneus: meia - vida.
Pintura/ Lataria: com pequenos arranhões.
Funcionamento geral: em bom estado de uso e conservação
Valor da Avaliação: R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
E para constar, lavro o presente que assino. O referido é verdade e dou fé.

Berta Maria Leal Veloso,
Berta Maria Leal Veloso
Oficial de Justiça Avaliador Federal

PJe Assinado eletronicamente por: BERTA MARIA LEAL VELOSO - Juntado em: 10/11/2020 19:19:50 - b5d784c
PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 10/07/2023 14:49:31 - f8fc966

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas - SP

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que intimei o executado para a ciência da penhora referida no auto supra e, bem assim, de que tem o prazo de lei a contar desta data para apresentar embargos.

Recebeu a contrafé.

Em 09/11/2020.

Berta Maria Leal Veloso
Oficial de Justiça Avaliador Federal

AUTO DE DEPÓSITO

Aos 09 do mês de ~~outubro~~ novembro do ano de dois mil e vinte, fiz o depósito do bem penhorado em mãos de BIANCA MONTONI ROMERO, brasileiro(a), RG nº 54207537X e CPF Nº 325744167848, residente e domiciliado na Av. Imperatriz Leopoldina, nº 550, cidade de Campinas-SP, a qual como fiel depositário(a), se obriga a não abrir mão dos mesmos sem autorização do Juiz do Trabalho competente, sob as penas da lei. Feito, assim, o depósito, e para constar, lavrei o presente, que assino com o depositário.

Berta Maria Leal Veloso
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Depositário

Assinado eletronicamente por: BERTA MARIA LEAL VELOSO - Juntado em: 10/11/2020 19:19:50 - b5d784c
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20111019183949800000140916486?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 20111019183949800000140916486

Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 10/07/2023 14:49:31 - f8fc966
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23071014492544000000206372680?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 23071014492544000000206372680

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (4)

ID do mandado: {VAL $idMandado}
Destinatário: {VAL $nomeDestinatarioMandado}

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Id do Mandado: e8ac3b5

Certifico, para os devidos fins, que recebi o mandado de Id e8ac3b5 para proceder à reavaliação do veículo de Placa FGR3066, indicando como destinatário Carlos de Jesus Romero (falecido). Certifico que no momento da penhora o carro se encontrava na posse de Bianca Montoni Romero. Certifico que em 28/07/2023, às 15:14hs, dirigi-me à Avenida Imperatriz Leopoldina, 550, Vila Nova, nessa cidade de Campinas, endereço residencial da Sra. Bianca, sendo informada pela encarregada de portaria que ela não se encontrava no Apt 116 Torre 6. Que na oportunidade deixei o número de meu celular pedindo que entrasse em contato. Certifico que na mesma data a Sra Bianca manteve contato informando que não estava com o veículo, ficando de prestar a informação da localização posteriormente. Certifico que em 09/08/2023 mantive contato, novamente, pedindo que informasse onde estava o veículo penhorado. A referida senhora informou que o carro estava com seu irmão, Adriano Montoni Romero, que também é parte nesse processo. Em seguida passou o contato. Certifico que na mesma data mantive contato com Adriano Romero, via WhatsApp (tel. 19-99985-6171), que declarou que o veículo estava com ele em Paulínia e que não poderia trazer para Campinas para ser vistoriado pois estava com restrição de circulação. Ante o exposto e considerando a impossibilidade de realização de diligência em Paulínia, devolvo o mandado **para que seja expedido para cumprimento por um dos oficiais de justiça lotados na Central daquela cidade para fins de cumprimento no**

imóvel residencial de ADRIANO MONTONI ROMERO, RUA FRANCISCO FADIM, 520, BLOCO A, APARTAMENTO 101, BAIRRO MORUMBI, PAULÍNIA-SP, CEP 13.140-726. O referido é verdade e dou fé.

CAMPINAS/SP, 17 de agosto de 2023.

BERTA MARIA LEAL VELOSO
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Assinado eletronicamente por: BERTA MARIA LEAL VELOSO - Juntado em: 17/08/2023 18:07:04 - 0d0a1ac
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23081718065695000000209294721?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 23081718065695000000209294721

TRT-15ª REGIÃO Campinas

Viviam Oliveira da Silva Cantalejo <viviamcantalejo@trt15.jus.br>

Reserva de crédito - processo vosso 0011050-37.201.5.15.0093

1 mensagem

Jeanne Sanches Santos Bonifacio Romera <jeanneromera@trt15.jus.br> 5 de outubro de 2023 às 12:21
Para: Saj - 6a Vara Trabalhista de Campinas - Grupos Diversos <saj.6vt.campinas@trt15.jus.br>, "1a. Secao de Apoio a 3a. Assessoria de Execucao de Campinas" <s1ae3camp.3aecamp@trt15.jus.br>

Boa tarde!

Segue ofício com determinação de reserva de crédito.

--
Esclareço que eventual resposta à presente mensagem eletrônica deve ser encaminhada para **saj.1vt.paulinia@trt15.jus.br**

Atenciosamente.

Jeanne Sanches S. B. Romera
Diretora de Secretaria
1ª VT de Paulínia

--
You received this message because you are subscribed to the Google Groups "Saj - 6a Vara Trabalhista de Campinas - Grupos Diversos" group.
To view this discussion on the web visit https://groups.google.com/a/trt15.jus.br/d/msgid/saj.6vt.campinas/CAEXQH16wRNcBM5OYd_iQ4_oK0oPLA2ZU0n283Jv1p0cHyu4%2Bzw%40mail.gmail.com.

Documento_8018f57(1).pdf
67K

PJe
Assinado eletronicamente por: VIVIAM OLIVEIRA DA SILVA CANTALEJO - Juntado em: 05/10/2023 16:18:38 - d681218
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23100516170581600000213258260?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 23100516170581600000213258260

Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0010112-60.2016.5.15.0087

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 26/01/2016
Valor da causa: R$ 50.000,00

Partes:

AUTOR: JESSIKA RODRIGUES DA SILVA GABRIEL
ADVOGADO: IVANA RACHEL CASADEI
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME
ADVOGADO: MAURO PEZZUTTI
ADVOGADO: MAURICIO AUGUSTO SAPATA MARTINS
ADVOGADO: DANIELA DE FREITAS
RÉU: BUCAL HELP ASSISTENCIA ADMINISTRATIVA EM SAUDE LTDA - EPP
ADVOGADO: MAURO PEZZUTTI
ADVOGADO: DANIELA DE FREITAS
RÉU: ADRIANO MONTONI ROMERO
RÉU: BIANCA MONTONI ROMERO
RÉU: CARLOS DE JESUS ROMERO

PJe Assinado eletronicamente por: VIVIAM OLIVEIRA DA SILVA CANTALEJO - Juntado em: 05/10/2023 16:18:38 - fbd52bd

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE PAULÍNIA
ATOrd 0010112-60.2016.5.15.0087
AUTOR: JESSIKA RODRIGUES DA SILVA GABRIEL
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (5)

Documento em sigilo ou segredo de justiça
Usuário em visibilidade: JEANINE SANCHES SANTOS BONIFACIO ROMERA

DECISÃO

Tendo em vista o quanto certificado pelo senhor oficial de justiça, foi consultado o processo 0011050-37.2016.5.15.0093 em trâmite perante à 6ª Vara do Trabalho de Campinas - Assessoria de Execução III de Campinas, sendo verificado que o processo está pendente de expedição de mandado de reavaliação do veículo penhorado.

Assim, determino a **reserva de crédito** no rosto dos autos do processo nº 0011050-37.2016.5.15.0093, em trâmite na 6ª Vara do Trabalho de Campinas - Assessoria de Execução III de Campinas.

Com amparo nos princípios da economia e celeridade processuais, bem como no princípio de eficiência da administração pública, serve o presente despacho como OFÍCIO ao MM. Juízo da 6ª Vara do Trabalho de Campinas - Assessoria de Execução III de Campinas.

Valores atualizados para 14/09/2023, R$ 30.081,47.

Sem prejuízo, considerando que a execução do processo supra importa em R$ 24.351,81, conforme mandado de penhora expedido em 11/2020, ainda que restem valores a serem transferidos aos presentes autos, os valores certamente não garantem integralmente a execução, assim reitere-se as pesquisas para bloqueios de valores. Providencie a secretaria.

PAULINIA/SP, 14 de setembro de 2023.

GUSTAVO ZABEU VASEN
Juiz do Trabalho Substituto

JSSBR

Assinado eletronicamente por: GUSTAVO ZABEU VASEN - Juntado em: 15/09/2023 09:31:31 - 8018f57
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23091414274928200000211466141?instancia=1
Número do processo: 0010112-60.2016.5.15.0087
Número do documento: 23091414274928200000211466141

Assinado eletronicamente por: VIVIAM OLIVEIRA DA SILVA CANTALEJO - Juntado em: 05/10/2023 16:18:38 - fbd52bd
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23100516172190600000213258303?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 23100516172190600000213258303

PJe-Calc
Sistema de Cálculos Trabalhistas

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Cálculo: 122229

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **ROSANA DUARTE**
Reclamado: **MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME**
Período do Cálculo: **01/02/2019 a 01/02/2019** Data Ajuizamento: **20/05/2016** Data Liquidação: **17/11/2023**

Resumo da Atualização do Cálculo

Descrição do Saldo Devedor por Credor	Valor
LÍQUIDO DEVIDO AO RECLAMANTE	30.930,64
HONORÁRIOS LÍQUIDOS PARA CARLOS	2.067,26
IRRF SOBRE HONORÁRIOS PARA CARLOS	0,00
IRPF DEVIDO PELO RECLAMANTE	0,00
CUSTAS JUDICIAIS DEVIDAS PELO RECLAMADO	413,45
Total Devido Pelo Reclamado	**33.411,35**

Não houve eventos no período compreendido entre a data de liquidação do cálculo e a data de liquidação da atualização.

Critério da Atualização e Fundamentação Legal

1. Valores corrigidos pelo índice 'Tabela JT Diária', acumulado a partir do mês subsequente ao vencimento, conforme súmula nº 381 do TST. Última taxa 'Tabela JT Diária' relativa a 17/11/2023.
2. Juros simples de 1% a.m., pro rata die, a partir de 20/05/2016 (Art. 39 da Lei nº 8177/91).

Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - 17/11/2023 17:43:35 - b22161b
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=23111717433580500000216296822
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 23111717433580500000216296822

Processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Cálculo: 122229

PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO

Reclamante **ROSANA DUARTE**
Reclamado: **MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME**
Período do Cálculo: **01/02/2019 a 01/02/2019** Data Ajuizamento: **20/05/2016** Data Liquidação: **17/11/2023**

Demonstrativo da Atualização do Cálculo

Saldo Devedor em 17/11/2023

Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Principal Corrigido	-	-	15.756,10	1,033632235	16.286,01	0,00	16.286,01
Juros de Mora até 30/08/2019	-	-	6.195,71	1,033632235	6.404,09	0,00	6.404,09
Juros de Mora de 31/08/2019 até 17/11/2023	16.286,01	50,5989%	-	-	8.240,54	0,00	8.240,54
Total Parcial					**30.930,64**	**0,00**	**30.930,64**

Descontar dos Créditos do Reclamante	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
Imposto de Renda devido pelo Reclamante	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Total Parcial					**0,00**	**0,00**	**0,00**

Outros Débitos do Reclamado	Base	Taxa	Valor	Índice	Devido	Pago	Diferença
HONORÁRIOS PERICIAIS - OUTROS devidos para CARLOS	-	-	2.000,00	1,033632235	2.067,26	0,00	2.067,26
Custas Judiciais devidas pelo Reclamado	-	-	-	-	413,45	0,00	413,45
Total Parcial					**2.480,71**	**0,00**	**2.480,71**

Demonstrativo de Custas Judiciais

Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - 17/11/2023 17:43:35 - b22161b
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=23111717433580500000216296822
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 23111717433580500000216296822

Custas Judiciais devidas 17/11/2023

Custas pelo Reclamado

CUSTAS DE CONHECIMENTO

Ocorrência	Valor	Juros	Índice Corr.	Valor Corr.	Juros Corr.	Taxa	Juros	Total
30/08/2019	400,00	-	1,033632235	413,45	0,00	-	0,00	413,45

DIFERENÇA DE CUSTAS DO RECLAMADO

Ocorrência	Valor Corr	Juros	Devido	Pago	Dif. Custas	Dif. Juros	Total
17/11/2023	413,45	0,00	413,45	0,00	413,45	0,00	413,45

Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - 17/11/2023 17:43:35 - b22161b
https://pje.trt15.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=23111717433580500000216296822
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 23111717433580500000216296822

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Tendo em vista o conteúdo da certidão da Oficiala de Justiça juntada sob id: 0d0a1ac, expeça-se novo mandado de reavaliação do veículo de placa FGR3066, que está em posse do executado ADRIANO MONTONI ROMERO.

O mandado deverá ser cumprido no endereço RUA FRANCISCO FADIM, 520, BL. A, AP 101, MORUMBI, PAULINIA/SP, CEP: 13140-726

Após o cumprimento do mandado, cumpra-se as demais determinações de id: 9f4821f.

CAMPINAS/SP, 17 de novembro de 2023

MICHELE DO AMARAL
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (3)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 7bfd58b proferido nos autos.

DESPACHO

Tendo em vista o conteúdo da certidão da Oficiala de Justiça juntada sob id: 0d0a1ac, expeça-se novo mandado de reavaliação do veículo de placa FGR3066, que está em posse do executado ADRIANO MONTONI ROMERO.

O mandado deverá ser cumprido no endereço RUA FRANCISCO FADIM, 520, BL. A, AP 101, MORUMBI, PAULINIA/SP, CEP: 13140-726

Após o cumprimento do mandado, cumpra-se as demais determinações de id: 9f4821f.

CAMPINAS/SP, 17 de novembro de 2023

MICHELE DO AMARAL
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (3)

MANDADO DE REAVALIAÇÃO

DESTINATÁRIO: CARLOS DE JESUS ROMERO (espólio de)

Endereço: RUA FRANCISCO FADIM, 520, BL. A, AP 101, MORUMBI, PAULINIA/SP - CEP: 13140-726

O Exmo. Juiz(a) do Trabalho, FRED MORALES LIMA, MANDA ao(à) Oficial(a) de Justiça que, à vista do presente e em seu cumprimento proceda à REAVALIAÇÃO do bem penhorado no precitado feito, no auto de penhora (ID. b5d784c) datado de 09/11/2020, assim descrito: veículo marca HYUNDAI, modelo ELANTRA GLS, 1.8, 5 portas, placa FGR3066, ano 2012 e modelo 2013, cor branca, avaliado(s) em R$ 45.000,00 em 09/11/2020. Deverá, ainda, o(a) Oficial(a) de Justiça Avaliador(a) certificar no auto de reavaliação o atual estado de conservação e/ou de funcionamento dos bens supra detalhados.

OBS: O veículo está em posse do executado ADRIANO MONTONI ROMERO. CPF: 160.925.588-74, residente no endereço a ser diligenciado, conforme despacho ID. 7bfd58b.

A petição inicial e documentos poderão ser acessados pela página eletrônica (**https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao**) , digitando a(s) chave(s) abaixo:

Descrição	**Tipo de documento**	**Chave de acesso****
Intimação	Intimação	23112114561958700000216411358
Despacho	Despacho	23111717380872000000216296603

		5
Atualização	Planilha de Atualização de Cálculos	23111717433580500000216296822
Documento_8018f57(1)	Documento Diverso	23100516172190600000213258303
Reserva de crédito - processo vosso 0011050-37.201.5.15.0093.pdf	Documento Diverso	23100516170581600000213258260
Certidão de Oficial de Justiça	Certidão	23081718065695000000209294721
Auto de penhora e avaliação	Mandado	23071014492544000000206372680
Mandado de reavaliação	Mandado	23071014492521500000206372679
Intimação	Intimação	23061613320138000000204549878
Despacho	Despacho	23061517115719500000204487761
Restrições Renajud	Certidão	23033016353428500000198715252
Ata da Audiência	Ata da Audiência	22121216210395000000192142474
LINK PARA ACESSO À AUDIÊNCIA - FERRAMENTA ZOOM	Certidão	22120120001102300000191567284
		22113019342382

Notificação	Notificação	900000191463630
Notificação	Notificação	221130193423547000001914636229
Intimação	Intimação	221130173336653000001914513441
Despacho	Despacho	221130163142229000001914395845
Envio ao Cejusc	Certidão	221124120009058000001910237645
Intimação	Intimação	221123172549218000001909607556
Despacho	Despacho	221123151804074000001909372556
Petição diversa.pdf	Manifestação	220930140240582000001872489644
Requerimento de Terceiro Interessado	Requerimento de Terceiro Interessado	220927102356955000001868818799
Formulario. Proposta	Documento Diverso	220927102804050000001868822944
Intimação	Intimação	220922201939810000001866168440
Despacho	Despacho	220922163056029000001865898177

Relatório ocorrências hasta 4 /2022	Documento Diverso	22092216241248700000186588146
Relatório ocorrências hasta 4 /2022	Certidão	22092215313324000000186576624
HABILITAÇÃO	Solicitação de Habilitação	22092209413857000000186522138
Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)	Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)	22092209451186400000186522397
Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)	Carteira de Identidade /Registro Geral (RG)	22092209473236400000186522601
Procuração	Procuração	22092209483985800000186522703
Intimação	Intimação	22082218484057700000184047509
Intimação	Intimação	22082218484042800000184047508
Intimação	Intimação	22082217410101000000184038506
Despacho	Despacho	22082212505644700000183972177
Edital - Hasta nº 4/2022	Certidão	22082212500416400000183972004
Relatório Hasta 4/2022	Certidão	22080813512463500000182934 52

		6
Petição diversa	Manifestação	22072213432680700000181790415
Intimação	Intimação	22072016082964600000181634539
Despacho	Despacho	22072015254434700000181626612
Intimação	Intimação	22060921361864700000178620724
Despacho	Despacho	22060920261299700000178618968
Confirmação de retirada de bem de Hasta	Documento Diverso	22060920325443300000178619170
Certidão	Certidão	22060816250020100000178485503
Reserva de meação	Manifestação	22042911335974500000175238868
Intimação	Intimação	22042715224487300000175064288
Despacho	Despacho	22042711224951500000175022297
Requerimento de Terceiro Interessado	Requerimento de Terceiro Interessado	22042512533880800000174797420
		22042512544813

Procuração	Procuração	30000017479747 2
Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)	Carteira de Identidade /Registro Geral (RG)	22042512550344 50000017479748 4
Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência	22042512554072 90000017479760 5
Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário	22042512555405 20000017479763 6
Certidão de óbito de Carlos	Documento Diverso	22042512563437 20000017479770 6
Certidão de Casamento de Carlos	Documento Diverso	22042512570107 60000017479775 7
Intimação	Intimação	22041906560952 30000017448286 7
Despacho	Despacho	22041820340992 90000017447498 5
desinteresse na adjudicação	Manifestação	21082711210337 50000015929315 2
Intimação	Intimação	21082519015996 60000015916262 0
Despacho	Despacho	21082517542395 80000015915568 0
Reserva de crédito VT Hortolândia	Ofício	21042714031146 60000015062750 3

Intimação	Intimação	21031120362907 20000014752428 7
Intimação	Intimação	21030220542323 10000014676821 2
Despacho	Despacho	21030220385347 30000014676769 4
ANEXO DE FOTOGRAFIAS 0011050-37.2016.5.15.0093	Fotografia	20111019183973 40000014091648 7
Auto de Penhora e Depósito	Auto de Penhora	20111019183949 80000014091648 6
Certidão de Oficial de Justiça	Certidão	20111019165691 80000014091642 5
Ferramenta Montoni e Romero	Documento Diverso	20082611480342 60000013581609 0
Certidão de Oficial de Justiça	Certidão	20082611470098 30000013581595 4
Mandado	Mandado	20030918003199 00000012591279 9
Decisão	Decisão	20021014334646 10000012407574 2
Intimação	Intimação	19101713453849 70000011797949 7
Intimação	Intimação	19101713453839 90000011797949

		4
Despacho	Notificação	19101519040532 10000011784228 9
Despacho	Despacho	19101511331167 90000011777456 1
Despacho	Despacho	19093014031188 50000011674832 0
Impugnação	Impugnação	19093015510930 30000011677046 9
Procuração	Procuração	19093015524789 50000011677063 0
Extrato Bancário	Extrato Bancário	19093015530475 30000011677070 2
Extrato Bancário	Extrato Bancário	19093015531833 00000011677074 7
Extrato Bancário	Extrato Bancário	19093015532347 60000011677076 6
Extrato Bancário	Extrato Bancário	19093015533012 90000011677079 0
INSS julho	Documento Diverso	19093015535715 70000011677089 9
INSS junho	Documento Diverso	19093015541057 40000011677094 7
		19093015544619

INSS maio	Documento Diverso	30000011677107 8
Resposta Parcial BacenJud	Certidão	19093014022608 40000011674817 9
GDO	Documento Diverso	19092718142826 00000011668712 3
GDO	Certidão	19092718134404 80000011668706 0
Planilha de cálculos	Certidão	19080917222509 00000011321498 8
Decisão	Decisão	19080514014951 60000011281240 9
Resposta Convênios	Certidão	19080513550923 80000011281170 4
Ficha Cadastral	Documento Diverso	19080513595959 40000011281207 9
Decisão	Decisão	19061015560623 70000010929325 1
Cálculos atualizados	Certidão	19061015545455 30000010929288 4
Decisão	Notificação	19050918065401 40000010706963 2
Decisão	Decisão	19050915544873 40000010704884 6

Despacho	Notificação	19031417055137 80000010334845 2
Despacho	Despacho	19031414162992 20000010331587 9
APRESENTAÇÃO DE CÁLCULOS reclamante	Apresentação de Cálculos	19021311340588 10000010131219 0
Planilha de Cálculos	Planilha de Cálculos	19021311401659 30000010131247 4
INFORMAÇÃO EMAIL COMUNICAÇÃO PERITO	Manifestação	19020510321458 60000010069377 2
Despacho	Notificação	19012518215181 80000010007856 9
Despacho	Despacho	19012516411424 10000010006901 3
envio dos ofícios	Certidão	19012417474836 30000010000763 5
Ofício	Ofício	18120514460074 10000009811924 8
Ofício	Ofício	18112917284124 30000009774631 9
Sentença	Notificação	18101610172890 20000009491926 3
Sentença	Sentença	18083010434051 10000009168358

		2
Ata da Audiência	Ata da Audiência	18082916444310500000916394700
Despacho	Notificação	18052809113862500000085372102
Despacho	Despacho	18052710244877500000085361029
Ata da Audiência	Ata da Audiência	18052510451240700000085274448
Habilitação em processo	Apresentação de Substabelecimento sem Reserva de Poderes	18033111024950500000081139238
Substabelecimento	Substabelecimento sem Reserva de Poderes	18033111035484400000081139239
Despacho	Notificação	18032712551721600000080941755
Despacho	Despacho	18032712434770300000080940579
Manifestação sobre provas	Manifestação	18031616115674000000080150037
INDICAÇÃO DE PROVAS	Manifestação	18031517161060500000080059844
certidão	Certidão	18030915234913600000079540406
		18030806545457

Despacho	Notificação	30000007938136 1
Despacho	Despacho	18030716440994 80000007934942 9
pericia médica	Laudo Pericial	17110520515134 00000007205488 6
Rosana Duarte (1)	Laudo Pericial	17110520535527 90000007205489 1
Médico	Laudo Pericial	17092809404025 30000006927942 4
Rosana Duarte	Laudo Pericial	17092809444651 50000006927949 4
Despacho	Notificação	17063007433278 90000006233523 4
Despacho	Despacho	17062917342338 10000006231993 7
Honorários prévios periciais	Manifestação	16100517450467 30000004537450 5
Guia depósito honorários prévios periciais	Comprovante de Pagamento de Honorários	16100517470050 20000004537461 1
Quesitos e email para contato com Perito	Manifestação	16091617270146 90000004406802 8
apresentação de quesitos	Manifestação	16091317105672 10000004379187 5

comprovante entrega oficio inss	Manifestação	16091217474768200000043690150
Comprovante entrega ofício previdência0001	Documento Diverso	16091217534300200000043690332
Ata da Audiência	Ata da Audiência	16090615450812400000043371241
Manifestação Recda sobre prontuário médico	Manifestação	16090520055858000000043309186
manifestação prontuário médico	Manifestação	16090217154487800000043181186
Despacho	Notificação	16082913423194900000042757828
Despacho	Despacho	16082910144937200000042728173
Documentos	Certidão	16082910075377500000042727047
1 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910090379100000042727135
5 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910094897000000042727258
3 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910100881100000042727310
7 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910102204600000042727734

		8
9 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910103432800000042727388
11 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910104834000000042727429
13 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910111478900000042727529
15 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910113730400000042727611
17 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910115097400000042727654
19 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910120585400000042727697
23 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910122134100000042727745
21 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso	16082910123472500000042727778
Manifestação	Manifestação	16081917370633600000042198602
MANIFESTAÇÃO À CONTESTAÇÃO	Manifestação	16081214020634400000041699587
Ata da Audiência	Ata da Audiência	16080217351898400000041005148
		16080211483639

Contestação	Contestação	800000040951806
Contrato social - Montoni	Contrato Social	160802120022615000000409534 73
DOC. 01 - Cartão de ponto	Controle de Frequencia	160802120035907000000409535 04
DOC. 02 - Exame demissional	Documento Diverso	160802120213451000000409537 33
Substabelecimento NCF	Documento Diverso	160802120238322000000409537 75
Habilitação em processo	Manifestação	160802114251706000000409513 60
Procuração	Procuração	160802114658118000000409513 66
Notificação	Notificação	160616090841170000000377893 41
Decisão	Notificação	160606090740156000000370383 02
Decisão	Decisão	160606090740156000000370383 02
Petição Inicial	Petição Inicial	160520170758442000000361422 52
Procuração0001	Procuração	160520220152430000000361527 99

CTPS0001	CTPS	16052022020984300000036152804
CAT0001	Comunicação de Acidente de Trabalho/CAT	16052022023047300000036152813
Atestado 30 junho0001	Atestado	16052022024480400000036152821
Aviso prévio0001	Aviso Prévio	16052022030318900000036152825
Demonstrativo de pagamento0001	Contracheque / Hollerith	16052022034965700000036152835
Demonstrativo de pagamento0002	Contracheque / Hollerith	16052022041488600000036152840
Relatório fisioterapeuta0001	Atestado	16052022052009200000036152858
Relatório ortopedista0001	Atestado	16052022055421500000036152875
Ressonância Magnética0002	Exame Médico - Resultado	16052022062197300000036152885
Comunicação de decisão - Previdência social0001	Documento Diverso	16052022072940900000036152919
Ofício sindicato0001	Documento Diverso	16052022083232300000036152942
Ficha internação0001	Documento Diverso	16052022090407800000036152950

		2
Ofício atraso homologação0001	Documento Diverso	16052022211888900000036153045
trct0001	Termo de Homologação de Rescisão do Contrato de Trabalho	16052022214046700000036153047
Declaração hipossuficiêmcia0001	Declaração de Hipossuficiência	16052022220980200000036153056

Caso Vossa Senhoria não consiga consultar os documentos via *internet* e deseje acessá-los ou receber orientações, deverá comparecer a esta Unidade Judiciária, sediada no seguinte endereço: AVENIDA JOSE DE SOUSA CAMPOS, 422, NOVA CAMPINAS, CAMPINAS/SP - CEP: 13092-123.

Autoriza-se, desde logo, que o(a) oficial(a) de justiça avaliador(a) se valha das prerrogativas previstas nos artigos 212, 249, 252, 253, 845 e 846, caput e § 2º, do CPC, autorizado o arrombamento e a requisição de força policial com a mera apresentação deste à autoridade policial. Havendo necessidade de remoção, nas hipóteses da parametrização, fica desde já autorizada a conclusão do ato iniciado durante o dia após as 20h, na forma do § 1º do art. 212.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei.

Este é assinado pelo(a) servidor(a), de ordem do(a) MM. Juiz(a) do Trabalho, nos termos do artigo 250, inciso VI, do CPC.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas - SP

Processo nº 0011050-37.2016.5.15.0093
VALOR DO DÉBITO: R$ 24.351,81 (vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais e oitenta e um centavos).

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 09 dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, à vista do Mandado de Penhora Id 8d25882, em que são partes ROSANA DUARTE, exequente, MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA-ME CNPJ:10.482.466/0001-24, CARLOS DE JESUS ROMERO CPF: 30463262891, ADRIANO MONTONI ROMERO CPF: 16092558874, BIANCA MONTONI ROMERO CPF: 32574167848, executados, procedi à penhora e avaliação do veículo de propriedade de CARLOS DE JESUS ROMERO, conforme descrito abaixo:
VEÍCULO MARCA HYUNDAI, MODELO ELANTRA GLS, 18, 5 portas, PLACA: FGR3066, CHASSI: KMHDH41EBDU555500, RENAVAN 00493554955 ANO 2012 E MODELO: 2013, COR: BRANCA, DIREÇÃO: hidráulica; CÂMBIO: automático; MOTOR: gasolina ——,.
ESTADO DE CONSERVAÇAO:
Pneus: meia - vida.
Pintura/ Lataria: com pequenos arranhões.
Funcionamento geral: em bom estado de uso e conservação
Valor da Avaliação: R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
E para constar, lavro o presente que assino. O referido é verdade e dou fé.

Bom Retiro, SP,
Berta Maria Leal Veloso
Oficial de Justiça Avaliador Federal

PJe Assinado eletronicamente por: BERTA MARIA LEAL VELOSO - Juntado em: 10/11/2020 19:19:50 - b5d784c
PJe Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 10/07/2023 14:49:31 - f8fc966
PJe Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 12/01/2024 14:55:41 - 6670999

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
6ª Vara do Trabalho de Campinas - SP

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que intimei o executado para a ciência da penhora referida no auto supra e, bem assim, de que tem o prazo de lei a contar desta data para apresentar embargos.

Recebeu a contrafé.

Em 09 /11/2020.

Berta Maria Leal Veloso
Oficial de Justiça Avaliador Federal

AUTO DE DEPÓSITO

Aos 09 do mês de ~~outubro~~ novembro do ano de dois mil e vinte, fiz o depósito do bem penhorado em mãos de BIANCA MONTONI ROMERO, brasileiro(a), RG nº 34207537-8 e CPF Nº 325741678-48, residente e domiciliado na Av. Imperatriz Leopoldina, nº 550, cidade de Campinas -SP, a qual como fiel depositário(a), se obriga a não abrir mão dos mesmos sem autorização do Juiz do Trabalho competente, sob as penas da lei. Feito, assim, o depósito, e para constar, lavrei o presente, que assino com o depositário.

Berta Maria Leal Veloso
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Depositário

Assinado eletronicamente por: BERTA MARIA LEAL VELOSO - Juntado em: 10/11/2020 19:19:50 - b5d784c
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/20111019183949800000140916486?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 20111019183949800000140916486

Assinado eletronicamente por: MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS - Juntado em: 10/07/2023 14:49:31 - f8fc966
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23071014492544000000206372680?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 23071014492544000000206372680

Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 12/01/2024 14:55:41 - 6670999
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24011214542772700000219166306?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 24011214542772700000219166306

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Tendo em vista o conteúdo da certidão da Oficiala de Justiça juntada sob id: 0d0a1ac, expeça-se novo mandado de reavaliação do veículo de placa FGR3066, que está em posse do executado ADRIANO MONTONI ROMERO.

O mandado deverá ser cumprido no endereço RUA FRANCISCO FADIM, 520, BL. A, AP 101, MORUMBI, PAULINIA/SP, CEP: 13140-726

Após o cumprimento do mandado, cumpra-se as demais determinações de id: 9f4821f.

CAMPINAS/SP, 17 de novembro de 2023

MICHELE DO AMARAL
Juíza do Trabalho Substituta

Assinado eletronicamente por: MICHELE DO AMARAL - Juntado em: 21/11/2023 14:56:19 - 7bfd58b
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/23111717380872000000216296035?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 23111717380872000000216296035

Assinado eletronicamente por: FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA - Juntado em: 12/01/2024 14:55:41 - 69088d5
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24011214542774600000219166307?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 24011214542774600000219166307

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (3)

CERTIDÃO DE DEVOLUÇÃO DE MANDADO

Id do Mandado: f0e5343

CERTIDÃO OFICIAL JUSTIÇA AVALIADOR

Assessoria de Execução III de Campinas

Processo nº 0011050-37.2016.5.15.0093

Certifico para os devidos fins que em cumprimento ao presente Mandado dirigi-me no dia 31/01/2024, às 08:40 horas, à Rua Francisco Fadim 520, e à Rua Santa Cruz, Paulínia /SP, e sendo aí, fui atendida pelo sr. Adriano Montoni Romero, procedi à reavaliação do veículo indicada (Auto de Reavaliação anexo), ficando o mesmo de tudo ciente. Paulínia, 31 de janeiro de 2024. Juliana de Oliveira – Oficial Justiça Avaliador Federal

Custas diligência zona urbana: R$ 11,06 (onze reais e seis centavos)

CAMPINAS/SP, 05 de fevereiro de 2024.

JULIANA DE OLIVEIRA REZENDE SILVA
Oficial de Justiça Avaliador Federal

Assinado eletronicamente por: JULIANA DE OLIVEIRA REZENDE SILVA - Juntado em: 05/02/2024 10:23:39 - 8f33d34
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24020510223186600000220561648?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 24020510223186600000220561648

AUTO DE REAVALIAÇÃO

Assessoria de Execução III de Campinas
Processo nº 0011050-37.2016.5.15.0093

Aos TRINTA E UM dias do mês de janeiro de 2024, eu, Oficial Justiça Avaliador Federal abaixo assinado, em cumprimento ao presente Mandado, passado a favor de ROSANA DUARTE, exequente, contra MONTONI E ROMERO CLÍNICA ODONTOLÓGICA LTDA ME E OUTROS, executado, procedi à **REAVALIAÇÃO** do veículo HYUNDAI ELANTRA GLS 1.8, 5 PORTAS, PLACA FGR3066, ANO 2012/2013, COR BRANCA, localizado na Rua Francisco Fadim 520 bl A ap 101, Morumbi,Paulínia/SP, em **R$**.58.000,00 (cinquenta e oito mil reais). Para constar, lavrei o presente. Paulínia, 31/01/2024 Juliana de Oliveira – Oficial Justiça Avaliador Federal

EM TEMPO: O referido veículo encontra-se em bom estado de conservação e funcionamento.

1

Assinado eletronicamente por: JULIANA DE OLIVEIRA REZENDE SILVA - Juntado em: 05/02/2024 10:23:39 - e1787d3
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24020510233566000000220561831?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 24020510233566000000220561831

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

intimem-se as partes para ciência da reavaliação do veículo penhorado (Id 8f33d34 e anexo), sendo a exequente para que, no prazo de 5 dias, manifeste interesse na adjudicação do bem pelo novo valor, conforme determinado em ID i9f4821f.

Consigna-se que se o valor líquido do crédito trabalhista for inferior ao valor dos bens a diferença deverá ser depositada em juízo no prazo de cinco dias contados da intimação para tal ato. Se o valor líquido do crédito trabalhista for superior ao valor dos bens, a execução prosseguirá pela diferença.

A inércia do exequente ensejará o prosseguimento da execução com a alienação dos bens penhorados a terceiros.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 14 de agosto de 2024

FERNANDA CONSTANTINO DE CAMPOS
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (3)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 2693ba2 proferido nos autos.

DESPACHO

intimem-se as partes para ciência da reavaliação do veículo penhorado (Id 8f33d34 e anexo), sendo a exequente para que, no prazo de 5 dias, manifeste interesse na adjudicação do bem pelo novo valor, conforme determinado em ID i9f4821f.

Consigna-se que se o valor líquido do crédito trabalhista for inferior ao valor dos bens a diferença deverá ser depositada em juízo no prazo de cinco dias contados da intimação para tal ato. Se o valor líquido do crédito trabalhista for superior ao valor dos bens, a execução prosseguirá pela diferença.

A inércia do exequente ensejará o prosseguimento da execução com a alienação dos bens penhorados a terceiros.

Intimem-se.

CAMPINAS/SP, 14 de agosto de 2024

FERNANDA CONSTANTINO DE CAMPOS
Juíza do Trabalho Substituta

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP

Processo nº 0011050-37.2016.5.15.0093

EDNA MONTONI ROMERO, já devidamente qualificada no processo em epígrafe, na qualidade de terceiro interessado, vem**,** respeitosamente, perante Vossa Excelência, manifestar-se acerca do Despacho de 14/08/2024, Id 2693ba2.

O r. despacho intima a exequente para que, no prazo de 5 dias, manifeste interesse na adjudicação do bem pelo novo valor, conforme determinado em ID i9f4821f.

Consigna que "*se o valor líquido do crédito trabalhista for inferior ao valor dos bens a diferença deverá ser depositada em juízo no prazo de cinco dias contados da intimação para tal ato. Se o valor líquido do crédito trabalhista for superior ao valor dos bens, a execução prosseguirá pela diferença"*.

Ocorre que o valor da reavaliação foi de R$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), porém conforme já reconhecido em Despacho de 20/07/2022, Id 99588a7, **pertence à viúva meeira a metade do valor da avaliação do veículo penhorado nos autos**.

Desta forma, caso a Exequente tenha interesse na adjudicação do bem pelo novo valor, deverá depositar em juízo a parte da viúva, isto é, R$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), devendo a execução prosseguir pela diferença, já que de acordo com

PJe Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - Juntado em: 15/08/2024 16:07:09 - 4d04c5b

a PLANILHA DE ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULOS juntada em 17/11/2023, Id b22161b, o Total Devido Pelo Reclamado era de R$ 33.411,35.

Caso ocorra o prosseguimento da execução com a alienação do bem penhorado a terceiros, tal quinhão também deverá ser reservado para o direito da coproprietária, devendo ser fixado lance mínimo superior à 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação.

Termos em que,
Pede deferimento.
Campinas, 15 de agosto de 2024.

MAURO PEZZUTTI
OAB/SP 407.361

Assinado eletronicamente por: MAURO PEZZUTTI - Juntado em: 15/08/2024 16:07:09 - 4d04c5b
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24081516070017400000236986760?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 24081516070017400000236986760

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS-SP

PROCESSO 0011050-37.2016.5.15.0093

ROSANA DUARTE, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por sua advogada que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, face ao r. despacho id2693ba2, informar que não tem interesse na adjudicação do bem, requerendo o prosseguimento da execução, com a designação de hasta.

Outrossim, reitera petição id 08c57fd a fim de que seja mantida penhora integral do veículo de marca Hyundai modelo Elantra GLD 1.8, 5 portas placa FGR3066, conforme auto de penhora e avaliação id b5d784c.

Termos em que

Pede deferimento.

Campinas, 22 de agosto de 2024

Cristina Etter Abud Penteado

OAB-SP 148.086

Assinado eletronicamente por: CRISTINA ETTER ABUD PENTEADO - Juntado em: 22/08/2024 15:49:22 - 99bf2da
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24082215490819500000237615165?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 24082215490819500000237615165

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (3)

é NOTIFICAÇÃO

ADRIANO MONTONI ROMERO
RUA FRANCISCO FADIM, 520, AP 101, MORUMBI, PAULINIA/SP - CEP: 13140-726

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24081409183451500000236791464?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: ATOrd 0011050-37.2016.5.15.0093
AUTOR: ROSANA DUARTE
RÉU: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (3)

é NOTIFICAÇÃO

BIANCA MONTONI ROMERO
AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 550, Torre 6, Apto 116, VILA NOVA, CAMPINAS/SP - CEP: 13073-035

Fica V. Sa. notificada do ato/ despacho/ sentença proferido neste processo.

O teor do documento pode ser visualizado pelo acesso ao link:

https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/24081409183451500000236791464?instancia=1

NAO APAGAR NENHUM CARACTERE DESTA LINHA. ESTE DOCUMENTO SERA ENVIADO VIA ECARTA (TIPO COM_AR).

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0011050-37.2016.5.15.0093
: ROSANA DUARTE
: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Petições ids. 4d04c5b e 99bf2da: Mantida a penhora de 100% do veículo por ser bem indivisível, porém o Juízo já deliberou sobre o direito da cônjuge sobrevivente ao produto da venda do bem no importe de 50% do valor da avaliação, que equivale a R$ 29.000,00.

Tendo em vista o desinteresse na adjudicação do veículo, determino a realização de HASTA ÚNICA através da ferramenta eletrônica dos Leilões Judiciais, na forma do provimento GP-CR 04/2019 TRT 15, e alterações subsequentes, a cargo dos leiloeiros oficiais sorteados.

O lance mínimo fica estipulado em 75% do valor da avaliação.

Quem pretender remir a dívida, nos termos do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e na forma da nova redação do artigo 826 do NCPC, aqui de aplicação supletiva, por força do artigo 769 da CLT, deverá comprovar o depósito do valor integral do crédito exequendo, **incluindo aquele proveniente de reservas de numerário e demais execuções trabalhistas a que a parte esteja sujeita no âmbito deste Fórum Trabalhista de Campinas**, acrescido das demais despesas processuais, tais como custas, editais, honorários periciais, despesas com a hasta pública, despesas processuais fixadas no art. 789-A da CLT e outras, até a data e hora designados para a hasta pública. Nesse caso, arcará com o pagamento de comissão ao leileoeiro no importe de **2% (dois por cento)** do valor da avaliação, conforme art. 25, § 4°, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

Na hipótese de acordo celebrado entre as partes com desconstituição da penhora e consequente retirada do feito da pauta de hastas públicas, ficará a parte executada responsável pelo pagamento da comissão de **2% (dois por cento)** sobre o valor da avaliação ao leileoeiro, conforme art. 25, § 4, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

Os Embargos à arrematação, de acordo com o art. 903 do NCPC, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos.

PJe Documento assinado eletronicamente por FERNANDA CONSTANTINO DE CAMPOS, em 19/03/2025, às 16:59:38 - 4dd7121

Conforme dispõe o parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional CTN, nas hipóteses de arrematação judicial de bens imóveis os créditos tributários sobre eles incidentes sub-rogam-se no respectivo preço. No caso de bens móveis, observar-se-á as disposições do edital.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da hasta pública, independentemente de nova notificação.

A publicação do edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Ciência às partes.

CAMPINAS/SP, 12 de março de 2025

FERNANDA CONSTANTINO DE CAMPOS
Juíza do Trabalho Substituta

Documento assinado eletronicamente por FERNANDA CONSTANTINO DE CAMPOS, em 19/03/2025, às 16:59:38 - 4dd7121
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25031215134458300000253676861?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 25031215134458300000253676861

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0011050-37.2016.5.15.0093
: ROSANA DUARTE
: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (3)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 4dd7121 proferido nos autos.

DESPACHO

Petições ids. 4d04c5b e 99bf2da: Mantida a penhora de 100% do veículo por ser bem indivisível, porém o Juízo já deliberou sobre o direito da cônjuge sobrevivente ao produto da venda do bem no importe de 50% do valor da avaliação, que equivale a R$ 29.000,00.

Tendo em vista o desinteresse na adjudicação do veículo, determino a realização de HASTA ÚNICA através da ferramenta eletrônica dos Leilões Judiciais, na forma do provimento GP-CR 04/2019 TRT 15, e alterações subsequentes, a cargo dos leiloeiros oficiais sorteados.

O lance mínimo fica estipulado em 75% do valor da avaliação.

Quem pretender remir a dívida, nos termos do artigo 13 da Lei nº 5.584/70 e na forma da nova redação do artigo 826 do NCPC, aqui de aplicação supletiva, por força do artigo 769 da CLT, deverá comprovar o depósito do valor integral do crédito exequendo, **incluindo aquele proveniente de reservas de numerário e demais execuções trabalhistas a que a parte esteja sujeita no âmbito deste Fórum Trabalhista de Campinas**, acrescido das demais despesas processuais, tais como custas, editais, honorários periciais, despesas com a hasta pública, despesas processuais fixadas no art. 789-A da CLT e outras, até a data e hora designados para a hasta pública. Nesse caso, arcará com o pagamento de comissão ao leileoeiro no importe de **2% (dois por cento)** do valor da avaliação, conforme art. 25, § 4°, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

Na hipótese de acordo celebrado entre as partes com desconstituição da penhora e consequente retirada do feito da pauta de hastas públicas, ficará a parte executada responsável pelo pagamento da comissão de **2% (dois por cento)** sobre o valor da avaliação ao leileoeiro, conforme art. 25, § 4, do Provimento GP-CR nº 04-2019.

PJe Documento assinado eletronicamente por FERNANDA CONSTANTINO DE CAMPOS, em 19/03/2025, às 17:00:38 - 8aba52d

Os Embargos à arrematação, de acordo com o art. 903 do NCPC, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os Embargos.

Conforme dispõe o parágrafo único do art. 130 do Código Tributário Nacional CTN, nas hipóteses de arrematação judicial de bens imóveis os créditos tributários sobre eles incidentes sub-rogam-se no respectivo preço. No caso de bens móveis, observar-se-á as disposições do edital.

O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da hasta pública, independentemente de nova notificação.

A publicação do edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Ciência às partes.

CAMPINAS/SP, 12 de março de 2025

FERNANDA CONSTANTINO DE CAMPOS
Juíza do Trabalho Substituta

Documento assinado eletronicamente por FERNANDA CONSTANTINO DE CAMPOS, em 19/03/2025, às 17:00:38 - 8aba52d
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25031916593832200000254399523?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 25031916593832200000254399523

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: 0011050-37.2016.5.15.0093
: ROSANA DUARTE
: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (3)

Certifico que liberei o bem no sistema EXE-PJe para inclusão em hasta pública a ser designada pela Divisão de Execução de Campinas.

CAMPINAS/SP, 19 de março de 2025.

MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS
Diretor de Secretaria

RECORRIDO	SKALA SOLUCAO EM SERVICOS - EIRELI
ADVOGADO	MARIA APARECIDA RIBEIRO LIMA(OAB: 411467/SP)
PERITO	HENRIQUE COUTINHO PEREIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- CLAUDIO APARECIDO GARCIA
- HENRIQUE COUTINHO PEREIRA
- MUNICIPIO DE INDAIATUBA
- SKALA SOLUCAO EM SERVICOS - EIRELI

Processo Nº ROT-0012269-30.2023.5.15.0129

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	JULIANA BENATTI
Revisor	JULIANA BENATTI
RECORRENTE	DIOGO DIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)
RECORRENTE	REDE EDUCACIONAL DECISAO S.A.
ADVOGADO	JOEL FERREIRA VAZ FILHO(OAB: 169034/SP)
RECORRIDO	DIOGO DIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO	MARCO AUGUSTO DE ARGENTON E QUEIROZ(OAB: 163741/SP)
RECORRIDO	REDE EDUCACIONAL DECISAO S.A.
ADVOGADO	JOEL FERREIRA VAZ FILHO(OAB: 169034/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- DIOGO DIAS DE OLIVEIRA
- REDE EDUCACIONAL DECISAO S.A.

Processo Nº AP-0148700-50.2005.5.15.0049

Complemento	Processo Eletrônico - PJE
Relator	JULIANA BENATTI
Revisor	JULIANA BENATTI
AGRAVANTE	POLIMIX CONCRETO LTDA
ADVOGADO	CELIO AMARAL(OAB: 80931/SP)
ADVOGADO	IGOR HENRY BICUDO(OAB: 222546/SP)
AGRAVADO	ANGELO FERNANDO PORTA
ADVOGADO	GUILHERME NORI(OAB: 196470/SP)
AGRAVADO	UNIÃO FEDERAL (PGF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGELO FERNANDO PORTA
- POLIMIX CONCRETO LTDA
- UNIÃO FEDERAL (PGF)

Os embargos de declaração eventualmente interpostos em face dos acórdãos poderão ser julgados na forma prevista no artigo 1º da Resolução Administrativa nº 21/2015, publicado no DEJT de 10 de dezembro de 2015.

DIVISÃO DE EXECUÇÃO DE CAMPINAS - TRT15

Edital

ERRATA - Edital Hasta Pública 01/2025 - Campinas

Hasta Pública nº 01/2025 - CAMPINAS

Data da Hasta: 22/05/2025 14:00

Leiloeiro: Gilberto Fortes do Amaral Filho

Endereço Eletrônico: www.grupolance.com.br

Endereço Físico: Avenida Miguel Stefano, nº 3335, Balneário Cidade Atlântica, Guarujá/SP, CEP 11.440-533.

A EXcelentíssima Juíza do Trabalho **BRUNA MÜLLER STRAVINSKI,** Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas, na forma da Lei e nos termos do Provimento nº GP-CR nº 04/2019 e Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR 05/2020, ambas com as alterações subsequentes, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, FAZ SABER que será realizada **HASTA PÚBLICA, na modalidade EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA, no dia 22 de maio de 2025**, nos termos do artigo 11 e seguintes do normativo supra.

Os lances dos bens dos processos abaixo discriminados serão recepcionados através do site **www.grupolance.com** a partir da data de publicação do edital, até o dia **22/05/2025**, observado o horário de encerramento da hasta pública, que dependerá da demanda diante da oferta.

O PREGÃO DO REPASSE será transmitido online e ao vivo pelo Leiloeiro através do seu site, a partir das **11h00** do dia **22/05/2025**, de acordo com o Regulamento das Hastas Públicas de Campinas, constante ao final deste Edital.

1: 0119800-21.2002.5.15.0095 - Assessoria de Execução III de Campinas

1.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 26231 - 1º Cartório - SAO JOSE DO RIO PARDO/SP

Descrição: Um terreno, sem benfeitorias, situado com frente para a Rua Major Pacheco, na cidade de São Sebastião da Grama, nesta comarca de São José do Rio Pardo, medindo 14,50 metros de frente, igual medida nos fundos, por 31,00 metros da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando com a mencionada via pública, Elias de Andrade Dias, Hélio Giacon, José Senhoras, Alexandre Taramelli e Leonídio de Andrade Dias.

Av. 03: Edificação - (...) é esta para ficar constando que no imóvel retro descrito, anteriormente ao exercício de 1966, foi edificada uma casa de morada, com a área de 211,00 metros quadrados, situada com frente para a Rua Major Pacheco, na cidade de São Sebastião da Grama, a qual recebeu o número 253"

Ônus/Observação: OBS: Lance mínimo: 75% do valor da avaliação

Ônus: R.23: Hipoteca em favor de Banco do Brasil S/A R.24: Hipoteca em favor de Banco do Brasil S/A Av.26: Penhora - processo 00009634120125150 35 (Carta Precatória Executória) - Vara do Trabalho de São José do Rio Pardo-SP

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

Proprietários: CELIA MARIA DOS REIS DIAS VEIGA CELESTE
CPF: 024.654.068-09
Removido: Não
Localização: Rua Major Pacheco Número: 253 Cidade: SAO SEBASTIAO DA GRAMA UF: SP
Quantidade: 1
Percentual da Penhora: 100,00%
Valor Unitário (% Penhorado): R$ 500.000,00
Valor Total Penhorado: R$ 500.000,00
Data Avaliação: 28/07/2023
Data Penhora: 19/12/2012
Ordem da Penhora: 1
Valor do lance mínimo (75%): R$ 375.000,00
Anexo(s) do bem:
Não há anexos cadastrados para este bem

2: 0079800-96.2004.5.15.0001 - Assessoria de Execução III de Campinas
2.1 Tipo do Bem: Imóvel
Identificação: Matrícula: 33581 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP
Descrição: Lote de terreno nº 20 da quadra "G" do loteamento Jardim Guarany, com área de 288,35 metros quadrados, de frente para a Rua Antonio Encarnação Junior.
1) Imóvel constante da matrícula 33581 do 1º CRI de Campinas, SP, consistindo no lote de terreno nº 20 da quadra G do loteamento Jardim Guarani, Rua Antônio Encarnação Júnior, 35, com área de 288,35m 2.
Observações: Sobre o terreno há um sobrado com 332,43m² de área construída, de acordo com informações do cadastro municipal. O executado informou que o terreno somente possui 250m² de terreno, pois já estava ocupado em pequena parte pela construção dos fundos, quando foi adquirido. O imóvel possui 3 pavimentos, 6 banheiros (dois na parte de baixo, um na área de lazer, e três na área superior, sendo dois deles em 2 suítes); na parte inferior há uma garagem e um depósito, além do hall de entrada. No piso médio, há uma cozinha, área de serviço, despensa, duas salas de visita e uma sala de jantar, no piso superior há quatro quartos, sendo duas suítes.
Ônus/Observação: Av.10: Penhora no processo 1011861-27.2014 (4ª Vara Cível de Campinas) Av. 11: Penhora no processo 0001425-40.2015.5.15.0118 (Vara do Trabalho de Itapira) Av. 12: Indisponibilidade no processo 00014254020125150118 (Vara do Trabalho de Itapira) Av. 13: Penhora de 50% no processo 00072118520128260114 (1º Ofício Cível da Comarca de Campinas) Av. 14: Penhora de 50% no processo 0039280-34.2017.8.26.0114 (9º Ofício Cível da Comarca de Campinas) Av. 15: Arresto de 50% no processo nº 0065347-12.2012 (1º Ofício Cível da Comarca de Campinas)
Removido: Não
Localização: Rua Antonio Encarnação Júnior Número: 35
Bairro: Jardim Guarany Cidade: CAMPINAS UF: SP
CEP: 13100216
Quantidade: 1
Percentual da Penhora: 100,00%
Valor Unitário (% Penhorado): R$ 1.330.000,00
Valor Total Penhorado: R$ 1.330.000,00
Data Avaliação: 16/09/2024
Data Penhora: 29/04/2013
Ordem da Penhora: 1
Valor do lance mínimo (50%): R$ 665.000,00
Anexo(s) do bem:
fotos do imóvel de matrícula 33581 https://pje.trt15.jus.br/exe-pje/execucao/publico/download-bem-anexo/19410

3: 0020300-98.2008.5.15.0053 - Assessoria de Execução III de Campinas
3.1 Tipo do Bem: Imóvel
Identificação: Matrícula: 63898 - 1º Cartório - TATUI/SP
Descrição: Um lote de terreno, sem benfeitorias, sob nº 08-A da quadra GG, com frente para a rua 27, no loteamento denominado Jardim Rosa Garcia, nesta cidade de Tatui-SP, com as seguintes medidas e confrontações: medindo 5,00m de frente para a referida rua, 5,00m nos fundos onde divide com o lote 19, do lado direito de quem da rua olha para o imóvel mede 25,00m da frente aos fundos e divide com o lote 08, do lado esquerdo de quem da rua olha para o imóvel, mede 25,00m da frente aos fundos e divide com o lote 09, encerrando a área total de 125,00m², existindo nos fundos do imóvel uma faixa de 3,00m de largura reservado para Viela Sanitária.
Ônus/Observação: Co Proprietária: MARIA STELLA SALVUCCI RODRIGUES **OBSERVAÇÃO**: Lance mínimo de 90% do valor da avaliação. **ÔNUS**: Av.2 - penhora no processo nº 1535/2006 - execução fiscal Av. 3 - penhora no processo nº 5.383/2005 - execução fiscal Av.4 - contrato padrão, arquivado no próprio CRI de Tatuí, constando restrições de uso do imóvel a serem observadas pelos proprietários Av.5 - penhora no processo nº 0020300-98.2008.5.15.0053.
Proprietários: PAULO EDUARDO FRANCO ABDALLA
CPF: 017.268.908-21
PEDRO HENRIQUE DELAMAIN PUPO NOGUEIRA
CPF: 024.999.548-41
Removido: Não

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

Localização: Rua Vicente Manoel de Oliveira Bairro: Jardim Rosa Garcia Cidade: TATUI UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 65.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 65.000,00

Data Avaliação: 19/12/2023

Data Penhora: 03/06/2015

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (90%): R$ 58.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

4: 0001210-47.2010.5.15.0114 - Assessoria de Execução III de Campinas

4.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 81154 - 1º Cartório - SUMARÉ/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 06 da quadra 57 do loteamento denominado JARDIM MARIA ANTONIA, situado no distrito de Nova Veneza, município e comarca de Sumaré/SP, medindo 10,00 metros de frente para a rua 10; igual medida nos fundos onde confronta com o lote 37, por 25,00 metros da frente aos fundos de ambos os lados, confrontando pelo lado direito de quem da rua olha para o imóvel com o lote 05 e pelo lado esquerdo confronta com o lote 07, com a área total de 250,00 metros quadrados, existindo nos fundos viela sanitária.

Ônus/Observação: Obs. 1: consta em certidão de OJ de id: 4046bee que: "O imóvel recebeu os números 817 e 831 pela rua Nice Maria Consulin dos Reis e sendo duas casas geminadas de padrão baixo na frente e uma edícula nos fundos, imóvel de alvenaria coberto com telhas de fibrocimento. Obs. 2: há terceira co proprietário Obs. 3: lance mínimo de 90% do valor da avaliação Ônus: Av.4 - penhora no processo nº 0001210-47.2010.5.15.0114 (este) Av.5 - indisponibilidade no processo nº 0160400-17.2007.5.15.0093.

Proprietários:

JOAO BATISTA SATIRO DA SILVA

CNPJ: 68.001.353/0001-40

Removido: Não

Localização: Rua Nice Maria Consulin dos Reis Bairro, Nova Veneza Complemento, nºs 817 e 831, SUMARÉ UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 255.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 255.000,00

Data Avaliação: 19/09/2023

Data Penhora: 09/09/2015

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (90%): R$ 229.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

5: 0078300-34.2009.5.15.0093 - Assessoria de Execução III de Campinas

5.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 35282 - 18º Cartório - SÃO PAULO/SP

Descrição: Um terreno situado à rua F-Dois, constituído pelo Lote n. 27 da Quadra n. 3, Gleba A, da Vila Perus, no distrito de Perus, medindo 10m de frente para a referida rua, do lado esquerdo de quem estando na rua F-Dois olha para o lote; 25 m confinando com o Lote 26. do lado direito 25 m confinando com o Lote 3, todos da mesma quadra com a área de 250 m2.

Ônus/Observação: Observação: Oficial de Justiça constatou que há uma casa em regular estado de conservação construída sobre o terreno Há coproprietário (ANDERSON PEDRONI) Lance mínimo de 85% do valor da avaliação Ônus: Av.05 - penhora no processo nº 0209800-23.2006.5.15.0129 Av.06 - penhora no processo nº 1000545-45.2017.5.02.0012 (averbada por ordem do processo nº 0078300-34.2009.5.15.0093).

Proprietários:

ALAYDE ALVES PEDRONI

CPF: 100.346.998-13

Removido: Não

Localização: Rua Xavier de Castro, Número 129, VL Perus, SÃO PAULO/SP, CEP: 05208-200

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 480.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 480.000,00

Data Avaliação: 03/12/2022

Data Penhora: 31/10/2015

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (85%): R$ 408.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

6: 0012095-39.2017.5.15.0094 - Assessoria de Execução III de Campinas

6.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 106706 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 75 (setenta e cinco), localizado no 7º andar ou pavimento do Edifício Habitat Cambuí, situado à Rua

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

Barreto Leme nº 1.920, nesta cidade e 1ª Circunscrição Imobiliária, constituído de sala de jantar / estar, dois (2) dormitórios, cozinha com lavanderia, banheiro e varanda, com área total de 104.0275m², sendo 52,7200m² de área privativa e 51,3075m² de área comum, da qual uma área de 10,3500 m² corresponde à área comum de garagem não proporcional - com direito a uma vaga de garagem indeterminada para guarda e estacionamento de um veículo, cabendo a esse apartamento uma fração ideal de 0,953126% no terreno do edifício, terreno este designado por Lote 14, do quarteirão 605 do cadastro municipal, com a área de 1.779,70 m², descrito e caracterizado na matrícula 95.302.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 60% do valor da execução. Há terceira co proprietária (MARIA OTILIA VIEIRA AGRESTE DOS SANTOS) Ônus: Av.2 - penhora na CP nº 0012095 -39.2017.5.15.0094 (por determinação do processo nº 0001347-32.2015.5.06.0008 - 8ª VT Recife/PE) Av.3 - penhora no processo nº 0005200-97.2008.5.02.0075 Av.4 - penhora no processo nº 0011692-49.2017.5.15.0004

Proprietários:

RODOLFO MARTINES DOS SANTOS

CPF: 184.267.308-41

Removido: Não

Localização: Rua Barreto Leme Número: 1920, Cambuí, Complemento: Ap. 75, CAMPINAS, SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 600.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 600.000,00

Data Avaliação: 20/02/2018

Data Penhora: 20/02/2018

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (60%): R$ 360.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

7: 0001928-96.2013.5.15.0095 - Assessoria de Execução III de Campinas

7.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 66540 - 1º Cartório - SUMARÉ/SP

Descrição: Lote 06, da Quadra 38 do Loteamento denominado Jardim Nova Hortolândia, Comarca de Sumaré-SP, medindo 5,00 metros de frente para a Rua 25, 14,00 metros nos fundos onde confronta com o Lote 07, por 16,00 metros da frente aos fundos do lado direito, confrontando de quem da rua olha para o imóvel da Rua 30 e pelo lado esquerdo mede 26,00 metros onde confronta com o Lote 05, medindo 14,14 metros no arco de esquina formado pelas Ruas 25 e 30, com área de 346,62 metros quadrados.

Ônus/Observação: Lance mínimo: 69% do valor da avaliação. AV.3: PENHORA - PROCESSO 0010781-92.2014.5.15.0051 AV.4: PENHORA- PROCESSO 0001928-96.2013.5.15.0095 AV.5: PENHORA PROCESSO 0010387-54.2015.5.15.0051 AV.6: PENHORA- PROCESSO 0010091-66.2014.5.15.0051 AV.7: PENHORA- PROCESSO 0010729-64.2016.5.15.0137 AV.8: INDISPONIBILIDADE - PROCESSO 0010745-47.2018.5.15.0137 AV.9: INDISPONIBILIDADE - PROCESSO 0010039-98.2017.5.15.0137 AV.10: PENHORA - PROCESSO 0011490-19.2015.5.15.0012

Proprietários:

CLAUDETE PERES DA SILVA

CPF: 137.653.898-97

Removido: Não

Localização: Rua 25, lote 06 da quadra 38 Bairro: Jardim Nova Hortolândia Cidade: HORTOLÂNDIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 332.684,70

Valor Total Penhorado: R$ 332.684,70

Data Avaliação: 28/09/2023

Data Penhora: 01/10/2018

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (69%): R$ 229.552,44

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

8: 0010782-36.2016.5.15.0043 - Assessoria de Execução III de Campinas

8.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 8721 - 1º Cartório - CAFELÂNDIA/SP

Descrição: Um (1) lote de terreno, de formato regular, sem qualquer benfeitoria, situado nesta cidade, distrito de Paz, município e comarca de Cafelândia, Estado de São Paulo, identificado como sendo o lote 25 (vinte e cinco) da quadra B, do Loteamento denominado JARDIM ALTO CAFEZAL, com as seguintes medidas e confrontações: - pela frente mede 10,00m (dez) metros com frente para a Avenida A, confrontando: à esquerda, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 24; à direita, 26,00 (vinte e seis) metros com o lote 26; e aos fundos, 10,00 (dez) metros com Constantino Fabricio Junior, perfazendo uma área de 260,00m² (duzentos e sessenta metros quadrados).

Ônus/Observação: Obs.: conforme consta no auto de penhora e avaliação de id: cf6d834 do processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043: "Dados Municipais - consta edificação no total

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

de 175,82m², certidão do valor venal em anexo; Benfeitorias - Conforme vistoria in loco e fotos em anexo, trata-se de dois imóveis edificados no mesmo terreno. Aos fundos uma residência e na frente um prédio inacabado onde funciona uma vidraçaria de propriedade dos executados que trabalham no local; Ocupação: Residem no imóvel aos fundos os executados (EMERSON RODRIGUES DE OLIVEIRA e FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA) e sua família, razão pela qual procedi com a penhora somente do imóvel da frente, comercial que possui 124,92m², tendo em vista a proteção da lei 8009/90." Ônus: R04 - penhora no processo nº 0010782-36.2016.5.15.0043 em trâmite pela 3ª Vara do Trabalho de Campinas/SP

Proprietários:

FRANCISCO APARECIDO DE OLIVEIRA

CPF: 100.935.398-51

Removido: Não

Localização: Av. Miguel Jeronymo Guerreiro Número: 338

Bairro: Jd. Alto Cafezal Cidade: CAFELÂNDIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 158.600,00

Valor Total Penhorado: R$ 158.600,00

Data Avaliação: 15/02/2024

Data Penhora: 30/10/2018

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 79.300,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

9: 0002800-98.2006.5.15.0114 - Assessoria de Execução III de Campinas

9.1 Tipo do Bem: Imóvel - REMIÇÃO/ACORDO

Identificação: Matrícula: 6737 - 1º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Lote de terreno n. 11 (onze), da quadra 15 (quinze), do loteamento denominado "Jardim Sant´Ana - 1ª Parte", nesta cidade o qual possui a área total de 420,00 mts 2, medindo: 12,00 mts de frente para a avenida Ester Moretzshon Camargo; mesma medida nos fundos; por 35,00 mts da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando na integridade, com os lotes n.s 10, 12, 25 e 26, existindo em toda a extensão dos fundos, uma viela sanitária, com a largura de 3,00 mts.

Ônus/Observação: Av.23: Penhora - processo 0002800-98.2006.5.15.0114 - 9ª Vara do Trabalho de Campinas

Proprietários:

MARIA ANGELICA LEAL SANDOVAL

CPF: 102.139.368-10

SÉRGIO PARREIRA SANDOVAL

CPF: 014.607.578-15

Removido: Não

Localização: Av. Esther Moretzshon Camargo Número: 686

Bairro: Vila Nogueira Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13088-010

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 510.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 510.000,00

Data Avaliação: 24/03/2023

Data Penhora: 15/08/2019

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 255.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

10: 0012380-93.2014.5.15.0043 - Divisão de Execução de Campinas

10.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 10355 - 1º Cartório - JAGUARIÚNA/SP

Descrição: DESCRIÇÃO: Imóvel Matriculado sob o nº 10.355, no Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariúna/SP (medidas e confrontações especificadas na certidão do referido cartório, que faz parte integrante dos autos), com a seguinte descrição: UM IMÓVEL RURAL, CONSTITUÍDO PELA GLEBA DE TERRAS, DESIGNADA "B", DENOMINADA SÍTIO FRANCISCO DE ASSIS, situado neste distrito, município e comarca de Jaguariúna-SP., com a área de 139,110.00 m2. (cento e trinta e nove mil, cento e dez metros quadrados), equivalentes a 13,91,10 has (treze hectares, noventa e um ares e dez centiares) de terras. O referido imóvel rural apresenta acesso sem asfalto, topografia em desnível, com declives e aclives, estrutura de pesqueiro e haras, com edificações, na maioria de padrão simples, sendo a casa sede em padrão médio de construção, em razoável estado de conservação, no geral, que foram consideradas na avaliação.

UM IMÓVEL RURAL, CONSTITUÍDO PELA GLEBA DE TERRAS, DESIGNADA 'B', DENOMINADA SÍTIO FRANCISCO DE ASSIS, situado neste distrito, município e comarca de JAGUARIÚNA – SP, com a área de 139.110,00 m² (cento e trinta e nove mil, cento e dez metros quadrados), equivalentes a 13,91,10 has (treze hectares, noventa e um ares e dez centiares) de terras, contendo uma casa de morada e um rancho construídos de tijolos e cobertos de telhas, compreendida dentro das seguintes divisas e confrontações: inicia-se no ponto "C", assinalado em planta e cravado na vértice formado pela gleba aqui descrita, com propriedade de Francisco Carlos de

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

Santis e a Gleba “A” (remanescente); daí, segue na extensão de 758,10m (setecentos e cinquenta e oito metros e dez centímetros) com rumo de 5º45’SW até o ponto “D”, situado à margem direita do Rio Camanducaia, confrontando desde o ponto “C” até o ponto “D” com propriedade de Francisco Carlos de Santis; daí segue rio acima à distância de 382,00 m (trezentos e oitenta e dois metros) até encontrar o ponto “E”, situado no vértice formado pela propriedade aqui descrita com propriedade de Antonio Carvalhal dos Santos e margem direita do rio Camanducaia; daí segue, na extensão de 625,70 m (seiscentos e vinte e cinco metros e setenta centímetros) com rumo de 3º25”NE até o ponto “F”, daí segue na extensão de 32,50m (trinta e dois metros e cinquenta centímetros) com rumo de 86º25”SW, até o ponto “G”, daí segue na extensão de 95,00 m (noventa e cinco metros) com rumo de 5º45’NE até o ponto “H”, daí segue na extensão de 73,80 m (setenta e três metros e oitenta centímetros) com rumo de 18º45’NE até o ponto “I”, daí segue na extensão de 17,60 m (dezessete metros e sessenta centímetros) com rumo de 2º25’NE até o ponto “J”, daí segue a extensão de 69,00 m (sessenta e nove metros) com rumo de 17º25’NE até o ponto “K”, confrontando desde o ponto “E” até o ponto “K”, com propriedade de Antonio Carvalhal dos Santos; daí segue a extensão de 151,00 m (cento e cinquenta e um metros) com rumo de 81º05’NE até o ponto “N”, daí segue na extensão de 100,00m (cem metros), com rumo de 87º55’ NE até o ponto “M”, daí segue na extensão de 82,00m (oitenta e dois metros) com rumo de 57º45’ NE até o ponto “C”, onde teve início esta descrição, confrontando desde o ponto “K” até o ponto “C”, com a Gleba “A” (remanescente). Identificação Cadastral: Cadastrado no INCRA sob nº 624.101.007.471-0, com os seguintes dados: denominação do imóvel rural: SÍTIO SÃO FRANCISCO DE ASSIS – área total: 13.9000 ha, indicações para a localização do imóvel rural: Estrada Municipal Jaguariúna ao bairro Jardim – município sede do imóvel rural: Jaguariúna – módulo rural: 30,2222 ha, nº módulos rurais 0,45, módulo fiscal: 10,0000 ha, nº módulos fiscais: 1,3900, fração mínima de parcelamento 2,0000 ha, área registrada 13,9000 ha, posse a justo título: 0,0000, posse por simples ocupação: 0,0000, em nome de Moacir Bagarolli Filho, nº do CCIR: 11918294091, número do imóvel na Receita Federal – NIRF: 0.327.410-1. Cadastro Nacional de Matrícula (CNM) nº 146282.2.0010355-02. Imóvel matriculado sob nº 10.355 do RGI de Jaguariúna – SP. OBS: 1) Conforme Av.05/10.355 a alienação feita pelo executado, registrada sob o nº 01 da matrícula supra, foi declarada ineficaz em decorrência da declaração de fraude à execução. 2) Conforme Auto de Avaliação, o imóvel apresenta acesso sem asfalto, topografia em desnível, com declives e aclives. 3) Conforme Auto de Reavaliação, o imóvel está localizado em área rural (Sítio São Francisco de Assis), Bairro Bom Jardim, em Jaguariúna/SP. Trata-se de um imóvel rural, sendo seu acesso através de estrada de terra. Há edificações em padrão simples de construção, em razoável estado de conservação/manutenção. O imóvel conta com muitas áreas verdes, com diversas árvores e pastos.

Ônus/Observação: Nos termos do parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional e artigo 122 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a aquisição através de alienação judicial (expropriação), tem natureza jurídica de AQUISIÇÃO ORIGINÁRIA, ou seja, o arrematante e o bem adquirido não respondem por nenhum débito que incida sobre o bem (seja ele móvel ou imóvel), especialmente IPTU, IPVA, MULTAS E JUROS, DÉBITOS CONDOMINIAIS, que são de responsabilidade do executado, nos termos dos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil. Conforme já decidiu o TST (TST-RO-6626-42.2013.5.15.0000; TST REENEC E RO - 75700- 07.2009.5.05.0000; TST-ReeNec e RO-12600-56.2009.5.09.0909; TST-RXOF e ROAG - 58400-44.2005.5.06.0000; TST-RXOF e ROMS-25600-26.2006.5.06.0000). VALOR MÍNIMO: 70% (setenta por cento) da avaliação. DA ARREMATAÇÃO “COM CRÉDITOS”: Se o crédito dos exequentes for suficiente para a aquisição do bem na alienação por iniciativa particular, e os exequentes desejarem oferecer proposta de arrematação utilizando tal crédito, serão observadas as seguintes regras: a) Na hipótese de o exequente ser o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos da execução em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se, por ocasião da realização da alienação por iniciativa particular, apresentar ao Corretor responsável a certidão atualizada do seu crédito, até o dia útil imediatamente anterior à data da alienação, bem como certidão que comprove ser ele/a o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, tendo em vista o disposto no §1º do art. 892 do Código de Processo Civil (“Se o exequente arrematar os bens e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão, à custa do exequente”); b) Na hipótese de existir mais de um credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se todos os credores trabalhistas se fizerem presentes, pessoalmente ou devidamente representados por procurador com poderes específicos para tal ato, e manifestarem o desejo de arrematar conjuntamente o bem, hipótese na qual cada

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

um deles adquirirá uma parte ideal proporcional ao seu crédito, cabendo-lhes pagar proporcionalmente à comissão fixada ao Corretor Judicial. c) Na hipótese da alínea anterior, caso não haja a concordância de arrematação conjunta de todos os credores, será indeferida a arrematação por crédito. d) Na hipótese da alínea b, em que a arrematação será feita coletivamente por todos os credores trabalhistas, os interessados e/ou seus procuradores deverão informar ao Corretor responsável da aquisição coletiva naqueles exatos moldes, apresentando ao gestor nomeado as respectivas procurações e certidões atualizadas dos seus créditos, até o dia útil imediatamente anterior à data da alienação, bem como certidão que comprove serem eles/as os únicos credores trabalhistas com créditos habilitados no processo piloto.

Proprietários:

CARLOS GUEDES DE CARVALHO

CPF: 188.183.308-96

Removido: Não

Localização: Estrada Municipal Jaguariúna ao Bairro Bom Jardim, s/nº, Rua Primo Dal'Bo, Número: s/nº Bairro: Rural Complemento: - Centro Equestre/Pesqueiro Monte Bello, JAGUARIÚNA UF: SP, CEP: 13913192

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 15.000.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 15.000.000,00

Data Avaliação: 16/04/2024

Data Penhora: 04/12/2019

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (70%): R$ 10.500.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

11: 0011050-37.2016.5.15.0093 - Assessoria de Execução III de Campinas

11.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: FGR3066 Renavam: 493554955 Chassi: KMHDH41EBDU555500

Descrição: VEÍCULO MARCA HYUNDAI, MODELO ELANTRA GLS, 1.8, 5 portas, PLACA: FGR3066, CHASSI: KMHDH41EBDU555500, RENAVAM 00493554955, ANO 2012 E MODELO: 2013, COR: BRANCA, DIREÇÃO: hidráulica; CÂMBIO: automático; MOTOR: gasolina, Pneus: meia vida, Pintura/ Lataria: com pequenos arranhões, em bom estado de uso e conservação.

Proprietários:

CARLOS DE JESUS ROMERO

CPF: 304.632.628-91

Removido: Não

Localização: RUA FRANCISCO FADIM Número: 520

Bairro: MORUMBI Complemento: BL. A, AP 101

Cidade: PAULINIA UF: SP

CEP: 13140-726

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 58.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 58.000,00

Data Avaliação: 31/01/2024

Data Penhora: 09/11/2020

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 29.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

12: 0025600-47.2001.5.15.0001 - Assessoria de Execução III de Campinas

12.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 76047 - 1º Cartório - SÃO PAULO/SP

Descrição: Apartamento nº35 3º ou 4º andar do pavimento do EDIFÍCIO JOSÉ ADOLPHO CHAVES AMARANTE, área útil 33,84M2, área comum 14,14M2, área total construída 47,96M2 e fração ideal do terreno 12,62m2.

Ônus/Observação: Observação: lance mínimo no valor de 50% do valor da avaliação Ônus: R-3: Hipoteca em favor da Caixa Econômica Federal Av.04 - indisponibilidade - processo 482004320025150093 - 6ª Vara do Trabalho de Campinas. Av 05 - indisponibilidade - processo 00007637320135070018 - 18ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Av.06 - penhora - processo 00025141920145020077 - 7ª Vara do Trabalho de São Paulo. Av.07 - indisponibilidade - processo 00007637320135070018 - 18ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Av.08 - indisponibilidade - processo 01230000219975150066 - 3ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto. Av.09 - indisponibilidade - processo 01009005019975150067 - 4ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto. Av.10 - indisponibilidade - processo 00018957420135070016 - 16ª Vara do Trabalho de Fortaleza. Av.11 - indisponibilidade - processo 00358000620085050015 - 15ª Vara do Trabalho de Salvador. Av.12 - indisponibilidade - processo 01230000219975150066 - 3ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto. Av.13 - penhora - processo 0025600-47.2001.5.15.0001 - 1ª Vara do Trabalho de Campinas.

Proprietários:

SILVANA MARIA SANTOS SOARES

CPF: 106.529.238-44

Removido: Não

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

Localização: Rua Barão de Iguape Número: 546

Bairro: Liberdade Complemento: apto 35 Ed. José Adolpho Chaves Amarante

Cidade: SAO PAULO UF: SP, CEP: 01507001

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 215.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 215.000,00

Data Avaliação: 28/04/2024

Data Penhora: 20/08/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 107.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

13: 0010624-57.2018.5.15.0092 - Assessoria de Execução III de Campinas

13.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 91410 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 114 do 11º andar, do CONDOMÍNIO EDIFÍCIO "PARATI", situado à Rua Jorge Miranda nº 104, Centro, nesta Cidade e Comarca de Campinas, 2ª Circunscrição Imobiliária, composto de uma sala de estar e jantar, um WC, um dormitório com banheiro (suíte), cozinha e área de serviço, e com as seguintes áreas: útil de 52,4600 m², comum de 17,08517 m², total de 69,54517 m², fração ideal no terreno de 8,61218 m² ou 1,28041%.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 75% do valor da avaliação Ônus: Av.06 - penhora no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092 Av.07 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092 Av.08 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092

Proprietários:

THAMAR SUELLY HENRRIQUE

CPF: 674.007.798-34

Removido: Não

Localização: Rua Jorge Miranda Número: 104

Bairro: Centro Complemento: Ap. 114, 11º andar

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 300.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 300.000,00

Data Avaliação: 22/05/2023

Data Penhora: 13/09/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 225.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

13.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 30639 - 4º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 707, localizado no 6º andar ou 7º pavimento, no bloco 6, do Parque Patagônia, construído com frente para a Avenida Brasília, nº 1760, situado no Município de Paulínia-SP, nesta comarca de Campinas, e 4ª Circunscrição Imobiliária, composto da seguinte forma: 02 dormitórios, escritório, banheiro, sala, cozinha, circulação, confronta sua integridade, considerando quem de dentro do apartamento, olha para o hall, pela frente com o hall social e apartamento final 5 do andar, lado direito com o apartamento final 8 do andar, lado esquerdo e fundos áreas comuns do condomínio, com a área real total de 107,64000m², área real privativa coberta de 60,77m², área real de estacionamento 12,00m², área real de uso comum de 34,87000m², e fração ideal do terreno de 0,006561783%, cabendo a essa unidade a vaga de garagem nº 50.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 75% do valor da avaliação Ônus: Av.07 - penhora no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092. Av.08 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092. Av.09 - indisponibilidade no processo nº 0010624-57.2018.5.15.0092.

Proprietários:

THAMAR SUELLY HENRRIQUE

CPF: 674.007.798-34

Removido: Não

Localização: Avenida Brasília Número: 1760

Complemento: Ap. 707, Bloco 6

Cidade: PAULINIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 275.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 275.000,00

Data Avaliação: 30/05/2023

Data Penhora: 13/09/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 206.250,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 575.000,00

Lance mínimo total do lote: R$ 431.250,00

14: 0010145-80.2019.5.15.0043 - Assessoria de Execução III de Campinas

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

14.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 157899 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Apartamento nº 67, localizado no 6º andar, do Condomínio "EDIFÍCIO INAÍRA", situado na Rua Culto à Ciência, nº 257, nesta Comarca de Campinas/SP, 2ª Circunscrição Imobiliária, com a seguinte descrição: área privativa de 32,13m², comum de 12,7884m², área total de 44,9184m², fração ideal do terreno de 5,7220m² ou 0,8346%.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: 1) Lance mínimo no importe de 75% do valor da avaliação; 2) Há terceira co proprietário; 3) Deve ser adquirido em conjunto com o imóvel de Matrícula nº 157.900 do 2º CRI de Campinas/SP (vaga de garagem).

Proprietários:

WALTERCIDES BATISTA DA SILVEIRA

CPF: 189.079.386-87

Removido: Não

Localização: Rua Culto à Ciência Número: 257

Complemento: Ap. 67

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 128.520,00

Valor Total Penhorado: R$ 128.520,00

Data Avaliação: 25/03/2024

Data Penhora: 02/12/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 96.390,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

14.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 157900 - 2º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Box de Estacionamento nº 06, localizado no subsolo do Condomínio "EDIFÍCIO INAÍRA", situado na Rua Culto à Ciência, nº 257, nesta Comarca de Campinas/SP, 2ª Circunscrição Imobiliária, com a seguinte descrição: área útil de 16,00m², comum de 17,5200m², total de 33,52m², fração ideal do terreno de 1,7446m² ou 0,2545%.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: 1) Lance mínimo no importe de 75% do valor da avaliação; 2) Há terceira co proprietário; 3) Deve ser adquirido em conjunto com o imóvel de Matrícula nº 157.899 do 2º CRI de Campinas/SP (apartamento).

Proprietários:

WALTERCIDES BATISTA DA SILVEIRA

CPF: 189.079.386-87

Removido: Não

Localização: Rua Culto à Ciência Número: 257

Complemento: Box de estacionamento nº 06

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 35.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 35.000,00

Data Avaliação: 25/03/2024

Data Penhora: 02/12/2021

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 26.250,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 163.520,00

Lance mínimo total do lote: R$ 122.640,00

15: 0010396-28.2019.5.15.0131 - Assessoria de Execução III de Campinas

15.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 70425 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 11, da quadra 51, do loteamento denominado Novo Campos Elíseos, tendo as seguintes medidas, mais ou menos e confrontações: faz frente para a rua 48, para a qual mede 37,00ms em curva, de um lado confronta com o lote 12, onde mede 26,15ms, de outro lado com os lotes 10, 9 e 8, onde mede 25,80ms, nos fundos forma vértice, tendo a área de 350,00ms2.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES ATENÇÃO: Lance mínimo de 75% do valor da avaliação. Co Proprietária: ELISABETH AMARAL DA SILVA ÔNUS: Av.02 - penhora no processo nº 00103962820195150131 em trâmite pela 12ª Vara do Trabalho de Campinas/SP.

Proprietários:

WALMIR VIDA DA SILVA

CPF: 098.995.108-15

Removido: Não

Localização: Rua Manuel Fernandes Dias Número: 170

Bairro: Jardim Novo Campos Elíseos Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13060110

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 500.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 500.000,00

Data Avaliação: 12/12/2024

Data Penhora: 21/02/2022

Ordem da Penhora: 1

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

Valor do lance mínimo (75%): R$ 375.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

16: 0000949-37.2013.5.15.0095 - Assessoria de Execução III de Campinas

16.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 10200 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: Prédio, respectivo terreno e quintal, a rua Francisco Teodoro 587, medindo em seu todo 5,00m de frente, igual largura nos fundos, por 40,00m da frente aos fundos, com área de 200,00m2, confrontando com o prédio 595 de Francisco Said ou sucessores e Marta Prestes ou sucessores.

Ônus/Observação: Observação: Co-proprietário: MARIO TRENTIN, Valor do lance mínimo: 75% da avaliação Certidão de id: a420fe3 do Processo nº 0000949-37.2013.5.15.0095: "imóvel fechado e desabitado há muito tempo (aproximadamente 18 anos), existindo no terreno edificação inacabada; fachada do imóvel fechada por dois portões de metal (garagem e acesso), pintados na cor amarela, e vizinhos informam tratar-se de uma construção “embargada” por irregularidades na obra" Ônus: Av.04: Ação de Execução de Título Extrajudicial - 6ª Vara Cível da Comarca de Itapira-SP - processo 1041397-49.2015.8.26.0114 Av.05: Penhora - 6ª Vara Cível da Comarca de Itapira-SP - processo 1041397-49.2015.8.26.0114 Av. 06: Penhora - 8ª Vara do Trabalho de Campinas - processo 0000949-37.2013.5.15.0095 Av.07: Averbação Premonitória - 1ª Vara Regional de Vila Mimosa da Comarca de Campinas - processo 1000551-46.2016.8.26.0084.

Proprietários:

MARIA MADALENA PINTO CATAO TRENTIN

CPF: 099.729.678-08

Removido: Não

Localização: Rua Francisco Teodoro Número: 587

Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 420.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 420.000,00

Data Avaliação: 14/01/2025

Data Penhora: 06/05/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 315.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

17: 0086300-67.2002.5.15.0093 - Assessoria de Execução III de Campinas

17.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 17758 - 1º Cartório - IGUAPE/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 56 (cinquenta e seis), da quadra nº 5 (cinco), do loteamento denominado 'Balneários dos Meninos', situado na Ilha Comprida, neste município de Iguape, medindo 10,00m por 10,00m com a área de 270,00m², fazendo frente para a Rua 'B', confrontando do lado direito com o lote nº 55 (cinquenta e cinco), do lado esquerdo com o lote nº 57 (cinquenta e sete), e nos fundos com o lote nº 9 (nove).

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: Lote está em local sem infraestrutura, desprovido de acesso à luz elétrica e água, em área de vegetação nativa, inóspita, encravado em região de proteção ambiental (APA), de difícil licenciamento para ocupação e edificação. Há terceira co proprietária; Lance mínimo de 100% do valor da avaliação ÔNUS: Ônus: Av.3 - restrição ambiental - imóvel inserido em área de proteção ambiental denominada APA da Ilha Comprida Av.4 - indisponibilidade no processo nº 02507003120035020027 Av.5 - penhora no processo nº 0086300-67.2002.5.15.0093

Proprietários:

MAURICIO MILNER

CPF: 025.379.588-53

Removido: Não

Localização: QUADRA 05, LOTE 56 Bairro: Balneario dos Meninos Cidade: ILHA COMPRIDA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 15.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 15.000,00

Data Avaliação: 21/07/2023

Data Penhora: 29/06/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (100%): R$ 15.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

17.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 45749 - 1º Cartório - COTIA/SP

Descrição: Unidade autônoma nº 36, do Condomínio das Graças, situado no Bairro da Graça, neste Município e Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, que assim se descreve: com a área total de 659,50 m², medindo 15,00 metros de frente para a Passagem 01, pelo lado direito de quem da frente da passagem olha para a unidade autônoma mede 44,00 metros e confronta com a unidade autônoma nº 36, pelo lado esquerdo mede 34,00 metros e confronta

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

com a unidade autônoma nº 34 e nos fundos, onde também faz frente para a Passagem 02, mede 21,50 metros, correspondente a uma fração ideal no terreno de 0,01742%.

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: Há terceira co proprietária; Lance mínimo de 100% do valor da avaliação. ÔNUS: Av.03 - penhora no processo nº 0086300-67.2002.5.15.0093 Av.04 - indisponibilidade no processo nº 0086300-67.2002.5.15.0093 Av.05 - indisponibilidade no processo nº 0015700- 51.2004.5.02.0048 Av.06 - indisponibilidade no processo nº 0227000-69.2003.5.02.0433 Av.07 - indisponibilidade no processo nº 0250700-31.2003.5.02.0027

Proprietários:

MAURICIO MILNER

CPF: 025.379.588-53

Removido: Não

Localização: RUA DAS DÁLIAS Número: 13

Bairro: CONDOMINIO DAS GRAÇAS, Complemento: Ap. 36

Cidade: COTIA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 62.916,30

Valor Total Penhorado: R$ 62.916,30

Data Avaliação: 27/06/2023

Data Penhora: 29/06/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (100%): R$ 62.916,30

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 77.916,03

Valor mínimo total do lote: R$ 77.916,03

18: 0011335-78.2019.5.15.0043 - Assessoria de Execução III de Campinas

18.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 30808 - 1º Cartório - PEDREIRA/SP

Descrição: Lote de terreno sob nº 02 (dois) da Quadra E, com a área de 250,00 metros quadrados, com a frente para a Rua 04, para a qual mede 10,00m (dez metros), igual largura na linha do fundo, confrontando com o lote nº 45; 25,00m (vinte e cinco metros) da frente ao fundo, em ambos os lados, confrontando do lado direito com o lote nº 03 e do lado esquerdo com o lote nº 01, possuindo faixa "non aedificandi", destinada a viela sanitária, com largura de 3,00 metros, localizada no fundo do lote.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 60% do valor da execução. Sobre o lote há uma edificação térrea (residencial), padrão médio de construção.

Proprietários:

ANTÔNIO CARLOS DURANTE

CPF: 247.781.808-28

Removido: Não

Localização: Rua Otávio Antoniacci Número: 89

Bairro: Jardim Pinheiros Cidade: JAGUARIÚNA UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 550.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 550.000,00

Data Avaliação: 08/08/2023

Data Penhora: 07/12/2022

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (60%): R$ 330.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

19: 0010520-46.2022.5.15.0053 - Assessoria de Execução III de Campinas

19.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: AHX6489

Descrição: Veículo VW Fusca 1600, 1994, placa AHX 6489, cor prata.

Ônus/Observação: Observação: Lance mínimo de 100% do valor da avaliação

Proprietários:

FRANCISCO RODRIGUES NETO

CPF: 179.005.168-16

VANDA HELOIZA DE SYLLOS ROSA RODRIGUES

CPF: 126.567.888-03

Removido: Não

Localização: Av. ENGENHEIRO JOSÉ FRANCISCO HOMEM DE MELO Número: 1155 Cidade: CAMPINAS UF: SP

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 28.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 28.000,00

Data Avaliação: 25/01/2023

Data Penhora: 25/01/2023

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (100%): R$ 28.000,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

20: 0011635-33.2020.5.15.0131 - Assessoria de Execução III de Campinas

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

20.1 Tipo do Bem: Veículo

Identificação: Placa: FGU4734

Descrição: Veículo Marca Honda city EX CVT, placas 4734

Ônus/Observação: Veículo em bom estado e em funcionamento. Lance mínimo de 75% do valor da avaliação (0011635-33.2020.5.15.0131)

Proprietários:

DANUBIA DOMINGUES FERREIRA

CNPJ: 19.164.236/0001-91

Removido: Não

Localização: Av. dos Pioneiros Número: 450

Bairro: Parque Villa Flores Complemento: casa 25

Cidade: SUMARÉ UF: SP

CEP: 13175-668

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 62.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 62.000,00

Data Avaliação: 20/02/2024

Data Penhora: 20/02/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (75%): R$ 46.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

21: 0010614-76.2019.5.15.0092 - Assessoria de Execução III de Campinas

21.1 Tipo do Bem: Imóvel - EXCLUÍDO

Identificação: Matrícula: 201653 - 3º Cartório - CAMPINAS/SP

Descrição: imóvel de matrícula 201.653, do 3o CRI de Campinas, lote 27, quadra D, loteamento Jardim Santa Maria. Conforme croqui informado pela Prefeitura no site zoneamento on line, através do código cartográfico 514221850373-00000, estive no local e constatei tratar-se de terreno sem construção, situado à rua Prof. Paulo Freire, bairro Vista Alegre.

Um terreno designado por Lote 27 da Quadra 'D' do loteamento denominado Jardim Santa Maria, nesta cidade, assim descrito e caracterizado: medindo 12,00m de frente para a rua 01; 12,60m nos fundos, por 25,00m de ambos os lados confrontando com os lotes 26, 28, e 20, encerrando a área de 307,00m².

Ônus/Observação: OBSERVAÇÕES: Código cartográfico correto: 5124.6340.0335.00000 Certidão de id. 0f76761 da CP 0010614-76.2019.5.15.0092: O bairro (onde se encontra o imóvel) está situado na periferia da cidade, parcialmente urbanizado, com alto índice de violência e lotes invadidos e sem regularização. ÔNUS: Av.01 - penhora Av.03 - indisponibilidade Av.05 - arresto Av.06 a 10 - indisponibilidade Av.11 - penhora Av.12 e 13 - indisponibilidade Av.14 - penhora Av.15 - indisponibilidade Av.16 - penhora Av.17 a 21- indisponibilidade Av.22 - penhora Av.23 e 24 - indisponibilidade Av.25 - penhora Av.26 a 54 - indisponibilidade Av.55 - penhora Av.56 a 84 - indisponibilidade Av.85 - penhora Av.86 e 87 - indisponibilidade Av.88 – penhora.

Removido: Não

Localização: Rua Pedro Colombari Bairro: Bairro Vista Alegre Complemento: Em frente à esquina da Rua Lourival de Almeida Cidade: CAMPINAS UF: SP

CEP: 13055603

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 115.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 115.000,00

Data Avaliação: 04/03/2022

Data Penhora: 13/05/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 57.500,00

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

22: 0010399-24.2017.5.15.0043 - Divisão de Execução de Campinas

22.1 Tipo do Bem: Imóvel – EFEITO SUSPENSO

Identificação: Matrícula: 4835 - 1º Cartório - VINHEDO/SP

Descrição: Terreno constituído pelo Lote 11, Quadra 09, do Loteamento denominado Residencial Reserva Sapucaia II, Município de Louveira/SP, com área de 525,00 metros quadrados. Cadastro de contribuinte: 41143-41-62-06096-00011.

Proprietários:

IVONE MARIA SALES

CPF: 103.038.308-16

Removido: Não

Localização: Alameda dos Hibiscos Número: 0

Bairro: Santa Isabel Cidade: LOUVEIRA UF: SP

CEP: 13291-174

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 397.000,00

Valor Total Penhorado: R$ 397.000,00

Data Avaliação: 07/06/2024

Data Penhora: 07/06/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 198.500,00

Anexo(s) do bem:

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

Não há anexos cadastrados para este bem

23: 0010722-52.2023.5.15.0129 - Divisão de Execução de Campinas

23.1 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 152723 - 1º Cartório - ITANHAÉM/SP

Descrição: TERRENO, LOTE 05, QUADRA R (LADO MORRO), COM 264 METROS QUADRADOS; LOTE DE TERRENO SEM DEMARCAÇÃO, COM MATA NATIVA E SEM ACESSO; NO BAIRRO BALNEÁRIO MARTINEZ, RUA JOSÉ MARTINEZ, 0, MONGAGUÁ/SP, CEP: 11730-000.

Proprietários:

IAC DO BRASIL REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 65.408.114/0001-10

Removido: Não

Localização: RUA JOSÉ MARTINEZ Número: 0

Bairro: BALNEÁRIO MARTINEZ Complemento: LOTE 05 QUADRA R

Cidade: MONGAGUÁ UF: SP

CEP: 11730-000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 5.475,00

Valor Total Penhorado: R$ 5.475,00

Data Avaliação: 15/10/2024

Data Penhora: 29/10/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 2.737,50

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

23.2 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 152724 - 1º Cartório - ITANHAÉM/SP

Descrição: TERRENO, LOTE 06, QUADRA R (LADO MORRO), COM 264 METROS QUADRADOS; LOTE DE TERRENO SEM DEMARCAÇÃO, COM MATA NATIVA E SEM ACESSO; NO BAIRRO BALNEÁRIO MARTINEZ, MONGAGUÁ/SP, CEP: 11730-000

Proprietários:

IAC DO BRASIL REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 65.408.114/0001-10

Removido: Não

Localização: RUA JOSÉ MARTINEZ Número: 0

Bairro: BALNEÁRIO MARTINEZ Complemento: LOTE 06 QUADRA R

Cidade: MONGAGUÁ UF: SP

CEP: 11730-000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 5.475,00

Valor Total Penhorado: R$ 5.475,00

Data Avaliação: 15/10/2024

Data Penhora: 29/10/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 2.737,50

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

23.3 Tipo do Bem: Imóvel

Identificação: Matrícula: 152725 - 1º Cartório - ITANHAÉM/SP

Descrição: TERRENO, LOTE 12, QUADRA R (LADO MORRO), COM 264 METROS QUADRADOS; LOTE DE TERRENO SEM DEMARCAÇÃO, COM MATA NATIVA E SEM ACESSO; NO BAIRRO BALNEÁRIO MARTINEZ, MONGAGUÁ/SP, CEP: 11730-000.

Proprietários:

IAC DO BRASIL REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA

CNPJ: 65.408.114/0001-10

Removido: Não

Localização: RUA JOSÉ MARTINEZ Número: 0

Bairro: BALNEÁRIO MARTINEZ Complemento: LOTE 12 QUADRA R

Cidade: MONGAGUÁ UF: SP

CEP: 11730-000

Quantidade: 1

Percentual da Penhora: 100,00%

Valor Unitário (% Penhorado): R$ 5.475,00

Valor Total Penhorado: R$ 5.475,00

Data Avaliação: 15/10/2024

Data Penhora: 29/10/2024

Ordem da Penhora: 1

Valor do lance mínimo (50%): R$ 2.737,50

Anexo(s) do bem:

Não há anexos cadastrados para este bem

Valor total do lote: R$ 16.425,00

Valor mínimo total do lote: R$ 8.212,50

REGULAMENTO E DISPOSIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO NA HASTA PÚBLICA UNIFICADA DA CIRCUNSCRIÇÃO DE CAMPINAS - TRT 15ª REGIÃO

1. CADASTRO PARA PARTICIPAR DO LEILÃO ELETRÔNICO:

Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

1.1) Quem pretender arrematar os citados bens, deverá efetuar seu cadastro, que deverá ser feito antecipadamente no site: **www.grupolance.com.br.** O cadastro implicará a aceitação da integralidade das disposições do Provimento GP-CR Nº 04/2019, do TRT da 15ª Região, assim como das demais condições dispostas neste edital.

1.2) Após o cadastro, deverão ser encaminhados ao leiloeiro, no e-mail **contato@grupolance.com.br,** os arquivos dos seguintes documentos:

- **TERMO DE ADESÃO** assinado e com firma reconhecida em cartório ou encaminhado por arquivo eletrônico com a devida assinatura digital válida no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil), com cláusula específica de que o licitante presta as informações com veracidade, na forma da lei, sob pena de caracterização de crime, valendo o simples recebimento do e-mail como prova para este fim;
- Cópia autenticada da Carteira de identidade (RG) ou documento equivalente (carteira nacional de habilitação, documento de identidade expedido por entidades de classe ou órgãos públicos);
- Cópia autenticada do Cadastro de pessoa física (CPF);
- Original ou cópia autenticada do Comprovante de estado civil;
- Cópia autenticada dos documentos do cônjuge (RG/CPF);
- Comprovante de residência em nome do interessado;
- E-mail para intimação processual e telefone para contato.
- **Na hipótese de se tratar de pessoa jurídica:**
- Cópia autenticada do Contrato social e alterações;
- Cartão CNPJ;
- Cópia autenticada dos documentos do representante (RG/CPF);
- Comprovante de endereço em nome da empresa;

Alternativamente os documentos previstos nos itens acima podem ser enviados em arquivo eletrônico, desde que permitam a aferição de sua autenticidade pela Internet. Todos os documentos referidos deverão ser recepcionados pelo leiloeiro até a data designada para a realização do leilão eletrônico, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado.

É obrigação do arrematante fornecer e-mail e telefone para localização, em qualquer caso. Na omissão, o leiloeiro será responsável pela juntada aos autos dos documentos pessoais e de representação do arrematante, comprovante de pagamento das parcelas, transferência do bem e imissão de posse.

1.2.1) Alternativamente, os citados documentos, em cópias autenticadas, poderão ser encaminhados no endereço físico: Avenida Miguel Stefano, nº 3335, CEP 11.440-533, Balneário Cidade Atlântica, Guarujá-SP.

1.3) Os documentos acima discriminados deverão ser recepcionados pelo leiloeiro **até a data designada para o encerramento do leilão eletrônico, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado** (§3º, art. 12 do Provimento GP-CR nº 04/2019).

1.3.1) Considerando que a hasta será realizada exclusivamente na modalidade eletrônica não haverá possibilidade do cadastro presencial. Caso o participante necessite de auxílio ou estrutura para participação no leilão, poderá comparecer ao Fórum Trabalhista de Campinas, situado na Avenida José de Souza Campos, nº 422, Chácara da Barra, 8º andar, com uma hora de antecedência para que seja providenciada a estrutura e o auxílio necessários à sua participação.

1.4) O cadastro é pessoal e intransferível, sendo o interessado responsável pelo cumprimento dos prazos fixados neste edital,

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

assim como pelos lances realizados com seu login e senha, sob pena de multa a ser fixada pelo Juízo responsável pela hasta.

1.5) O cadastro e a participação no leilão eletrônico constituem faculdade dos licitantes, eximindo-se o TRT da 15ª Região de eventuais problemas técnicos ou operacionais que obstem, no todo ou em parte, a efetiva participação do interessado no ato (art. 13 do Provimento GP-CR n. 04/2019).

2. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HASTA PÚBLICA:

2.1) O leilão será realizado EXCLUSIVAMENTE na modalidade eletrônica. Os bens serão anunciados no ambiente virtual do leiloeiro, no sítio eletrônico **www.grupolance.com.br** e serão vendidos um a um em caráter *ad-corpus* e no estado de conservação em que se encontram.

2.2) A hasta estará a cargo do Leiloeiro Oficial designado **Gilberto Fortes do Amaral Filho,** o qual fica responsável por:

a) divulgar a hasta com especial enfoque para na publicidade da modalidade de sua realização, exclusivamente eletrônica, em mídias eletrônicas, tais como redes sociais e portais de notícias, além da publicação do competente edital, com, no mínimo, 20 (vinte) dias úteis de antecedência, nos termos do art. 2ª do Provimento GP-CR Nº 04/2019, no site nacional www.PUBLICJUD.com.br;

b) providenciar a remoção do(s) bem(ns), quando determinada pela Juíza, fazendo jus o leiloeiro ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução, mesmo nas hipóteses em que depois da remoção do(s) bem(ns) sobrevier substituição da penhora, pagamento, remição, conciliação ou adjudicação.
Consoante o art. 826 e 903 do CPC/2015, a remição pode ocorrer enquanto não assinado o auto de arrematação pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, momento em que a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável.

2.3) O leiloeiro fica responsável pelo regular funcionamento do site no que diz respeito às informações lá disponibilizadas, zelando pela regularidade, transparência e regular acesso dos interessados na igualdade de oportunidade de ofertas de lances.

2.4) O usuário cadastrado terá conhecimento dos lances ofertados, por meio de informação disponibilizada pelo leiloeiro na página eletrônica, assim como de eventual proposta de parcelamento;

2.5) O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente divulgado no ambiente virtual supramencionado, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados; assim, a cada novo lance, o sistema permanecerá aberto para novo lance por mais 3 minutos, a fim de possibilitar a concorrência.

2.6) O ambiente de lances do leiloeiro deverá prever a aquisição do bem individualizado ou do lote integral, em condomínio de licitantes.

2.7) O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar o registro de data e hora dos lances para verificação e certificação da ordem dos lances, tanto do arrematante vencedor quanto do arrematante vencido, assim como das condições de pagamento.

3. DOS LANCES

3.1) O leilão ocorrerá conforme o seguinte cronograma:

1. **Abertura do leilão para recepção de lances:** dar-se-á a partir do dia 23/04/2025, sendo os lances recebidos no ambiente virtual disponibilizado pelo Leiloeiro Oficial.

1. **Realização do 1º Pregão:** o primeiro pregão será realizado no dia **22/05/2025, às 14h00**, com transmissão ao vivo, pelo Leiloeiro Oficial, ocasião em que serão analisados os lances já existentes. **Os lotes serão apregoados e encerrados um a um, com a declaração do lance vencedor, ou o repasse do lote para o 2º pregão.**

1. **Realização do 2º Pregão (repasse):** o segundo pregão será realizado no mesmo dia, após o encerramento do 1º pregão, depois de curto intervalo a ser definido, no ato, pelo Leiloeiro Oficial, durante a transmissão ao vivo. No repasse, os lotes serão anunciados e encerrados, um a um, com o registro dos lances, no ambiente virtual, ocasião em que poderão ser desmembrados e o pagamento poderá ser parcelado, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão. Por

Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

ocasião do repasse, os interessados poderão fazer outras propostas exclusivamente através do site do leiloeiro, tais propostas estarão sujeitas a aprovação, no ato, pela Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas, conforme critérios estabelecidos neste edital.

1. **Ajuste das Propostas:** durante o anúncio de cada lote, conforme item “c” acima, as propostas serão analisadas pela Juíza Coordenadora, que poderá, por intermédio do Leiloeiro Oficial, contatar as(os) licitantes para ajustarem suas propostas, caso não atendam aos critérios de aprovação. Tal período findará com a aprovação ou rejeição das propostas existentes. Poderá a Juíza Coordenadora, neste momento, adiar o encerramento de determinado lote, passando à análise e encerramento dos lotes seguintes, caso as circunstâncias exijam maior tempo para o ajuste de propostas.

1. **Encerramento do 2º Pregão:** analisadas todas as propostas e declaradas(os) as(os) vencedoras(es), será encerrado o 2º pregão.

1. **Encerramento do Leilão:** ocorrerá no mesmo dia, 22/05/2025, após o cumprimento de todas as etapas acima.

3.2) Será observado como lance mínimo a percentagem sobre o valor da avaliação definida pelo Juízo da Execução. Não existindo definição pelo Juízo da Execução do lance mínimo, esse será de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação para bens imóveis e veículos e 50% (cinquenta por cento) para os demais bens.

3.3) Desde a data da publicação do presente Edital, o leilão eletrônico estará disponível para recepção de lances por meio do site do leiloeiro na internet **www.grupolance.com.br**, sendo certo que:

1. O leilão na forma de aquisição do lote integral, sem desmembramento e sem parcelamento, acontecerá a partir da data de publicação deste edital até o encerramento da hasta, **que tem horário marcado, podendo prorrogar a depender** da demanda de oferta e da procura;

1. A fim de garantir a plena isonomia entre os participantes, a realização dos lances deve ocorrer **exclusivamente** por meio do respectivo sítio eletrônico, através da utilização de login e senha;

1. O usuário cadastrado poderá ofertar novo lance, que será devidamente anunciado no ambiente virtual do leiloeiro, propiciando a concorrência em igualdade de condições aos interessados;

1. Os licitantes que pretenderem arrematar em condomínio deverão informar ao leiloeiro via e-mail, enviando as condições da proposta para pregão eletrônico e verbal;

1. O aludido ambiente virtual do leiloeiro deve possibilitar a comunicação com os licitantes, inclusive com registro de data e hora, para verificação e certificação da ordem dos lances, do arrematante vencedor e do arrematante vencido, assim como as condições de pagamento deste último.

3.4) Para dirimir eventuais dúvidas e questionamentos, o leiloeiro deverá manter em seu site, em local de fácil visualização, telefones e formas para contato com a equipe do leiloeiro.

3.5) Compete ao Juízo responsável pela hasta pública, na forma do artigo 7º do Provimento GP-CR Nº 04/2019, proceder ao cancelamento de qualquer oferta quando não for possível autenticar a identidade do usuário, quando houver descumprimento das condições estabelecidas no Edital ou no referido Provimento ou quando a proposta apresentar irregularidade facilmente detectável.

4) Arrematado o bem, o leiloeiro enviará ao arrematante, por mensagem eletrônica, as guias de depósito e os dados bancários para pagamento imediato do valor da arrematação e da comissão, respectivamente, observados os percentuais devidos e a forma de

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

pagamentos previstos neste edital.

5) Na data da Hasta Pública, sendo a arrematação para pagamento à vista, o arrematante deverá pagar parcela correspondente a, no mínimo 20% (vinte por cento) do valor do lance, além da comissão do leiloeiro, de 5% (cinco por cento) também sobre o valor do lance, admitindo-se pagamento em moeda corrente e comprovação de transferência online ou guia de depósito.

5.1) O saldo remanescente deverá ser pago no primeiro dia útil subsequente à data da realização da hasta, diretamente na agência bancária autorizada;

5.2) A realização tempestiva dos pagamentos deve ser comprovada até 24 horas após sua efetivação, mediante envio de mensagem eletrônica do arrematante acompanhada dos documentos, para o endereço eletrônico do Leiloeiro, que a encaminhará à Central de Mandados de Campinas e ao Juízo da execução.

5.3) Cabe ao leiloeiro verificar a tempestividade dos pagamentos.

5.3.1) A não realização dos depósitos dos valores devidos no prazo fixado deverá ser comunicada imediatamente pelo leiloeiro à Central de Mandados de Campinas, informando, ainda, os 3 (três) lances subsequentes, para que seus ofertantes possam exercer o direito de opção, sem prejuízo da possibilidade de reparação de prejuízos prevista no disposto no caput do artigo 903 do Código de Processo Civil.

6) Ressalvada a hipótese do artigo 903, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil, a desistência da arrematação ou a ausência do depósito do saldo remanescente no prazo fixado acarretará a perda, em favor da execução, do valor já pago, além da comissão destinada ao leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante (art.897 do CPC).

7) O credor que não adjudicar os bens constritos perante o Juízo da Execução antes de designada data para o leilão pela Corregedoria Regional, com sorteio de leiloeiro e geração de relatório por sistema eletrônico, só poderá adquiri-los em hasta pública na condição de arrematante, com preferência na hipótese de igualar o maior lance, respondendo, porém, pelo pagamento da comissão do leiloeiro, na forma do art. 6º do Provimento GP-CR nº 04/2019.

8) Se o crédito do (s) exequente(s) for(em) suficiente(s) para a aquisição do bem na hasta e o exequente que tiver interesse na arrematação, deverá observar as seguintes regras:

a) fazer seu cadastro junto ao sítio eletrônico do leiloeiro e enviar e-mail através do endereço: **contato@grupolance.com.br**, informando que tem a intenção de exercer seu direito de preferência e encaminhando os documentos elencados no item 1.2.

b) Não haver determinação expressa no juízo da execução que impeça a arrematação nesta modalidade;

c) Na hipótese de o exequente ser o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos da execução em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se, por ocasião da realização da hasta pública, apresentar certidão atualizada do seu crédito, até o dia útil imediatamente anterior à data da hasta pública, bem como certidão que comprove ser ele/a o único credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado.

d) Na hipótese de existir mais de um credor trabalhista com crédito habilitado nos autos em que foi determinada a alienação do bem penhorado, a arrematação com a utilização dos créditos somente será deferida se houver petição no aludido processo (PJE) de todos os credores manifestando o desejo de arrematar conjuntamente o bem, hipótese na qual cada um deles adquirirá uma parte ideal proporcional ao seu crédito, cabendo-lhes pagar, também de forma proporcional, a comissão fixada ao leiloeiro;

e) Na hipótese da alínea anterior, caso não haja a concordância de arrematação conjunta de todos os credores, o exequente que pretender arrematar os bens estará obrigado a exibir a integralidade do preço (diferença entre seu crédito e o lance eventualmente ofertado ou, se não houver, entre o seu crédito e o valor do lance mínimo), sob pena de indeferimento do pedido de arrematação.

9) Caso o arrematante seja o próprio credor e o seu crédito seja inferior ao valor do lance mínimo, deverá ser efetuado, no prazo de 3 (três) dias, o depósito da diferença entre o valor do maior lance e do seu crédito ou da diferença entre o valor do seu crédito e o montante do lance mínimo, sob pena de tornar sem efeito a arrematação, realizando-se novo leilão à custa do exequente (§1º do art. 892 do Código de Processo Civi) ou, se for o caso, de atribuí-la ao licitante concorrente. Nesta hipótese, a comissão do leiloeiro, calculada sobre o valor do lance, deverá ser paga por ocasião do encerramento da hasta pública.

10) Exclusivamente para o repasse, o interessado que adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar proposta para

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

parcelamento do pagamento da arrematação, observadas as seguintes regras:

a) Para bens imóveis: A proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos **30%** (trinta por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado no máximo em 11 (onze) parcelas, quando se tratar de imóveis; nos casos de parcelamento de pagamento de bens imóveis, a carta de arrematação será expedida com hipoteca judiciária, que só será extinta após a integral quitação das parcelas.

b) Para bens móveis: a proposta conterá oferta de pagamento de pelo menos **30%** (trinta por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado no máximo em 11 (onze) parcelas. Nos casos de parcelamento de pagamento de bens móveis, a carta de arrematação ficará condicionada ao pagamento integral das parcelas.

b.1) Eventual antecipação de entrega da carta de arrematação deverá ser requerida ao Juízo da Execução, mediante caução idônea, ficando à decisão deste o deferimento da carta em comento;

c) Nos casos de parcelamento, será utilizado o índice SELIC (Receita Federal) para corrigir monetariamente as prestações ou outro índice que venha a substituir o fixado;

c.1) Casos excepcionais, o índice de atualização poderá ser diferenciado do constante no item "c", a depender do deferimento da Magistrada responsável pela hasta, o que deverá estar consignado no Auto de Arrematação.

d) A apresentação da proposta de parcelamento não suspende o leilão.

e) A opção pelo parcelamento deve ser efetuada no momento do lance. Em não se fazendo neste momento, presume-se que o lance foi dado à vista, não podendo posteriormente o arrematante solicitar referido parcelamento.

f) Propostas de parcelamentos em condições iguais, prevalecerá a formulada em primeiro lugar.

g) A proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de parcelamento, desde que os valores das propostas sejam iguais;

h) Havendo mais de uma proposta de parcelamento será considerada a mais vantajosa aquela que contenha maior valor real, devendo, entretanto, as propostas serem analisadas pelo leiloeiro e enviadas à Juíza Coordenadora para dirimir eventual dúvida.

i) Não será aceito lance que ofereça preço inferior ao mínimo estipulado pelo juiz da execução e constante do edital.

j) Sempre que houver dúvidas na análise das propostas de pagamento por parte do leiloeiro, esse deverá realizar contato prévio com a Juíza para finalizar a arrematação.

k) A imissão na posse de bens arrematados parceladamente ficará condicionada ao pagamento total do valor do lance.

k.1.) O Juízo da Execução poderá decidir de forma distinta pela imissão da posse do bem arrematado, seguindo seu entendimento judicial.

l) Deferido o parcelamento, no caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, sendo que multa será revertida em favor do exequente;

m) O inadimplemento de uma ou mais parcelas da arrematação autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação perante o Juízo da execução;

n) Além da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a cargo do arrematante, fará jus o (a) leiloeiro (a) ao ressarcimento das despesas ocorridas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, bem como a armazenagem, na forma do artigo 789-A, VIII, da CLT, que serão acrescidas à execução.

o) O executado ressarcirá as despesas, inclusive se, depois da remoção, sobrevier substituição da penhora, conciliação, pagamento, remição ou adjudicação. Se o valor da arrematação for superior ao crédito do exequente, as despesas poderão ser deduzidas do produto da arrematação.

p) Os bens que se enquadram na hipótese do art. 1.331 do Código Civil deverão observar as regras lá existente e, especificamente no tocante a vaga de garagem, deverá ser demonstrado no ato da

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

arrematação (por e-mail enviado ao leiloeiro) a condição de condômino ou a expressa autorização para alienação a pessoa estranha ao condomínio na convenção do condomínio.

11) A alienação de bens cuja propriedade não seja apenas do devedor ou devedores, sendo o bem em parte de pessoas não executada, será realizada observando-se as regras abaixo:
11.1) Caso o interessado não seja coproprietário do bem oferecido, terá de oferecer quanto à cota-parte de propriedade da pessoa não executada lance à vista, não se admitindo quanto a essa parcela do bem qualquer tipo de parcelamento. Será admitido apenas o parcelamento da cota-parte correspondente ao devedor ou devedores da ação trabalhista, a qual seguirá as regras já previstas neste edital para tal tipo de arrematação;
11.2) Caso o(s) coproprietário(s) não executado deseje adquirir o bem, estará desobrigado de depositar o valor referente à sua cota-parte e, em optando por assim agir, também nada receberá no Juízo de Execução quando da eventual distribuição de valores em favor de outros coproprietários não devedores.
11.3) Caberá ao interessado comprovar documentalmente, no momento da hasta, a sua condição de coproprietário, bem como a de não executado, apresentando, obrigatoriamente, certidão da matrícula do imóvel atualizada (em prazo não superior a 30 dias contados da data da realização da hasta pública) e certidão emitida pela Vara do Trabalho no máximo de 10 (dez) dias contados da data da realização da hasta pública, da qual conste o nome de todos os executados do processo em que o bem está sendo alienado.

12) Não será devida a comissão ao (à) Leiloeiro (a) na hipótese de desistência de que trata o parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou se negativo o resultado da hasta.

12.1) Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no parágrafo 5º do artigo 903 do Código de Processo Civil, o (a) leiloeiro (a) devolverá ao arrematante o valor recebido a título de comissão corrigido pela taxa SELIC (Receita Federal), imediatamente após o recebimento da comunicação pela Central de Mandados de Campinas.

12.2) Na hipótese de acordo ou pagamento do débito após a publicação do edital, mas antes da data de encerramento da hasta pública, o leiloeiro fará jus à comissão no montante de **2% (dois por cento) sobre o valor do ACORDO.**

13) Concretizada a arrematação, o leiloeiro procederá à expedição do Auto de Arrematação, enviando-o assinado pelo leiloeiro e pelo arrematante, à Central de Mandados de Campinas, por e-mail, para revisão e remessa à Juíza Coordenadora da Divisão de Execução de Campinas.

13.1) Caberá ao leiloeiro, ao final do certamente, remeter ao e-mail institucional da Divisão de Execução de Campinas (divisaoexecucao.campinas@trt15.jus.br) assim como ao Juízo de cada execução, em mensagens individualizadas, os documentos dos arrematantes, os comprovantes de pagamento e a devolução do auto de arrematação assinado digitalmente tanto pelo leiloeiro como pelo arrematante ou seu representante/procurador.

14) Os participantes dos leilões judiciais promovidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, incluídos os eventuais arrematantes dos lotes oferecidos, não poderão alegar desconhecimento das condições do certame, dos encargos do bem, das condições e prazos de pagamento ou das despesas e custas relativas às Hastas Públicas.

15) Nos termos do Art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e de acordo com as Recomendações da Ata de Correição Ordinária/2020 da Central de mandados de Campinas, a arrematação em hasta pública se reveste de **natureza originária**, ficando o arrematante isento do pagamento com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente estejam ou não inscritos na dívida ativa, ao determinar a alienação de bem através de leilão judicial ou iniciativa particular.

Do mesmo modo, nos termos do disposto nos artigos 1.430 do Código Civil e 908, § 1º do Código de Processo Civil, por força da aquisição originária da coisa, eventuais débitos que recaiam sobre o bem até a data da hasta pública, inclusive os de natureza *propter rem* (Ex.: débitos condominiais), sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência.

16) As despesas de transferência do bem arrematado, tais como emolumentos de registro no Cartório de Registro de Imóveis, transferência a órgão de trânsito, entre outras, não se enquadram na previsão das alíneas antecedentes, e serão suportadas pelo arrematante.

17) Em relação às despesas incidentes sobre veículos, tais como

PJe Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9

IPVA e multas, não serão imputadas ao arrematante. Nestes casos o veículo será entregue livre e desembaraçado de qualquer encargo.

18) Os Embargos à arrematação, de acordo com o artigo 903 do Novo Código de Processo Civil, não terão efeito suspensivo da venda realizada, considerando-se perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos.

19) O prazo para eventuais embargos à arrematação ou adjudicação passará a fluir da data da Hasta Pública, independentemente de nova notificação.

20) Fica autorizado o(a) leiloeiro(a) ou pessoa por ele(a) expressamente designada a fazer a vistoria dos bens penhorados, podendo fotografá-los, bem como solicitar, em caráter de urgência, as respectivas certidões de regularidade nos órgãos de interesse, em especial Prefeitura, DETRAN, CIRETRAN, Cartórios de Registro de Imóveis, Cartório de Títulos e Documentos, INCRA, dentre outros que se fizerem necessários.

20.1) É vedado aos depositários criar embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, em dias úteis, das 8h às 18h, ou por meio de serviço de agendamento de visitas, sob pena de ofensa ao artigo 77, inciso IV, do CPC, ficando, desde logo, autorizado o uso de força policial, se necessário.

20.2) O leiloeiro deverá envidar esforços para visitar e fotografar o bem, divulgando as fotos no site, disponibilizando também informações que sejam úteis quanto à localização dos lotes. A autorização para visitação do bem será enviada ao leiloeiro via e-mail, pela Central de Mandados de Campinas.

21) O leiloeiro deverá publicar o presente edital em jornal de ampla circulação local, isto é, nas cidades que constituem a área da presente da Circunscrição, a fim de respeitar o princípio da publicidade.

21.1) A divulgação dos lotes deverá ser feita também por outros meios eletrônicos a fim de ampliar o público-alvo.

22) Os casos omissos e as dúvidas quanto à aplicabilidade do Provimento GP-CR Nº 04/2019 serão resolvidos por ato conjunto da Presidência e da Corregedoria deste Tribunal, sendo as ocorrências ou problemas judiciais dirimidos pela Juíza Coordenadora da Central de Mandados de Campinas.

22) Por intermédio deste Edital, ficam intimadas as partes, respectivos patronos, em especial o(a) executado(a) e/ou sócios, inclusive cônjuges ou companheiros, bem como terceiros, suprindo eventual insucesso de qualquer outra forma legalmente estabelecida para notificação.

Publique-se.

Ciência às partes, cônjuges, credores hipotecários e fiduciários.

Oficiem-se os Juízos que determinaram averbações de ônus nos bens que estão incluídos nesta hasta, para ciência e providências que entenderem cabíveis.

Campinas, 07 de abril de 2025

BRUNA MÜLLER STRAVINSKI
JUÍZA DO TRABALHO COORDENADORA DA DIVISÃO DE EXECUÇÃO DE CAMPINAS

VARA DO TRABALHO DE TEODORO SAMPAIO

Despacho

Despacho

Processo Nº RTOrd[rt]-0014000-10.1999.5.15.0127

Processo Nº RTOrd[rt]-00140/1999-127-15-00.4

RECLAMANTE	Alcides Godoi
Advogado	Antonio Gonzaga Ribeiro Jardim(OAB: 121506SPD)
RECLAMANTE	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
RECLAMADO	Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.
Advogado	Raquel Cristina da Silva Medina(OAB:)

Ao(s) advogado(s) do(s) RECLAMADO(s): Ciência do ofício 68/2025, determinando a transferência de valores para o processo 0101077-90.2017.5.01.0038, da 38ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ. -

Despacho

Processo Nº RTOrd[rt]-0080800-83.2000.5.15.0127

Processo Nº RTOrd[rt]-00808/2000-127-15-00.9

RECLAMANTE	Salvador Pereira de Lima
Advogado	Antonio Gonzaga Ribeiro Jardim(OAB: 121506SPD)
RECLAMANTE	Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
RECLAMADO	Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.
Advogado	Raquel Cristina da Silva Medina(OAB:)

Ao(s) advogado(s) do(s) RECLAMADO(s): Ciência do ofício

Documento assinado eletronicamente por FABIANA DE ARAUJO GUERRA GRANGEIA, em 09/04/2025, às 09:29:48 - 72a2bb9
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040909294404700000256385082?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 25040909294404700000256385082

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP

Processo nº 0011050-37.2016.5.15.0093

EDNA MONTONI ROMERO, já devidamente qualificada no processo em epígrafe, na qualidade de terceiro interessado, vem**,** respeitosamente, perante Vossa Excelência, manifestar-se acerca do Edital de Hasta Pública 01/2025, juntado em 09/04/2025, Id 72a2bb9.

O r. edital em sua fl. 46, informa como "*Valor do lance mínimo (50%): R$ 29.000,00*".

Ocorre que o Despacho de 19/03/2025, Id 4dd7121 determina que "*O lance mínimo fica estipulado em 75% do valor da avaliação*", pois conforme o mesmo despacho, "*o Juízo já deliberou sobre o direito da cônjuge sobrevivente ao produto da venda do bem no importe de 50% do valor da avaliação, que equivale a R$ 29.000,00*".

Requer a retificação do r. edital.

Termos em que,
Pede deferimento.
Campinas, 09 de abril de 2025.

MAURO PEZZUTTI
OAB/SP 407.361

Documento assinado eletronicamente por MAURO PEZZUTTI, em 09/04/2025, às 11:33:21 - fe7c4d2
https://pje.trt15.jus.br/pjekz/validacao/25040911330480700000256408287?instancia=1
Número do processo: 0011050-37.2016.5.15.0093
Número do documento: 25040911330480700000256408287

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0011050-37.2016.5.15.0093
: ROSANA DUARTE
: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (3)

DESPACHO

Petição id. fe7c4d2: Razão assiste à peticionária.

Solicite-se os devidos préstimos ao Juízo Coordenador da Divisão de Execução de Campinas para que retifique o edital para constar como lance mínimo 75% do valor da avaliação do bem.

CAMPINAS/SP, 10 de abril de 2025

FERNANDA CONSTANTINO DE CAMPOS
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
0011050-37.2016.5.15.0093
: ROSANA DUARTE
: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (3)

INTIMAÇÃO

Fica V. Sa. intimado para tomar ciência do Despacho ID 942f04e proferido nos autos.

DESPACHO

Petição id. fe7c4d2: Razão assiste à peticionária.

Solicite-se os devidos préstimos ao Juízo Coordenador da Divisão de Execução de Campinas para que retifique o edital para constar como lance mínimo 75% do valor da avaliação do bem.

CAMPINAS/SP, 10 de abril de 2025

FERNANDA CONSTANTINO DE CAMPOS
Juíza do Trabalho Substituta

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ASSESSORIA DE EXECUÇÃO III DE CAMPINAS
PROCESSO: 0011050-37.2016.5.15.0093
: ROSANA DUARTE
: MONTONI E ROMERO CLINICA ODONTOLOGICA LTDA - ME E OUTROS (3)

Certifico, para os devidos fins, que encaminhei cópia do despacho de id: 942f04e à Divisão de Execução de Campinas. Era o que me cumpria certificar.

CAMPINAS/SP, 15 de abril de 2025.

MAURICIO MUCIACITO DE VASCONCELLOS
Diretor de Secretaria

SUMÁRIO

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
41b884c	20/05/2016 22:23	Petição Inicial	Petição Inicial
05d9b94	20/05/2016 22:23	Procuração0001	Procuração
a1a3256	20/05/2016 22:23	CTPS0001	CTPS
eaebe6b	20/05/2016 22:23	CAT0001	Comunicação de Acidente de Trabalho/CAT
bf63d7c	20/05/2016 22:23	Atestado 30 junho0001	Atestado
572b16c	20/05/2016 22:23	Aviso prévio0001	Aviso Prévio
5b9d89b	20/05/2016 22:23	Demonstrativo de pagamento0001	Contracheque / Hollerith
b497fa4	20/05/2016 22:23	Demonstrativo de pagamento0002	Contracheque / Hollerith
725d637	20/05/2016 22:23	Relatório fisioterapeuta0001	Atestado
ab8a77c	20/05/2016 22:23	Relatório ortopedista0001	Atestado
04bbb8c	20/05/2016 22:23	Ressonância Magnética0002	Exame Médico - Resultado
f581560	20/05/2016 22:23	Comunicação de decisão - Previdência social0001	Documento Diverso
65549b0	20/05/2016 22:23	Ofício sindicato0001	Documento Diverso
960e467	20/05/2016 22:23	Ficha internação0001	Documento Diverso
16c8098	20/05/2016 22:23	Ofício atraso homologação0001	Documento Diverso
de7a3e1	20/05/2016 22:23	trct0001	Termo de Homologação de Rescisão do Contrato de Trabalho
00206bf	20/05/2016 22:23	Declaração hipossuficiêmcia0001	Declaração de Hipossuficiência
16e31da	15/06/2016 10:27	Decisão	Decisão
5cdf449	16/06/2016 09:08	Decisão	Notificação
8524c67	16/06/2016 09:08	Notificação	Notificação
a0831b8	02/08/2016 11:47	Habilitação em processo	Manifestação
6005d72	02/08/2016 11:47	Procuração	Procuração
cd6e341	02/08/2016 12:03	Contestação	Contestação
6628775	02/08/2016 12:03	Contrato social - Montoni	Contrato Social
0f58b4c	02/08/2016 12:03	DOC. 01 - Cartão de ponto	Controle de Frequencia
f5f3dcb	02/08/2016 12:03	DOC. 02 - Exame demissional	Documento Diverso
ee91d2c	02/08/2016 12:03	Substabelecimento NCF	Documento Diverso
d8ae7a4	02/08/2016 17:49	Ata da Audiência	Ata da Audiência
540fe1d	12/08/2016 14:02	MANIFESTAÇÃO À CONTESTAÇÃO	Manifestação
731a520	19/08/2016 17:37	Manifestação	Manifestação

a2dd5cf	29/08/2016 10:13	Documentos	Certidão
eb53a7e	29/08/2016 10:13	1 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso
a9dadf4	29/08/2016 10:13	5 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso
c968b8c	29/08/2016 10:13	3 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso
356587b	29/08/2016 10:13	7 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso
3698090	29/08/2016 10:13	9 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso
0d5ffbc	29/08/2016 10:13	11 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso
0d6a4ea	29/08/2016 10:13	13 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso
2ae3670	29/08/2016 10:13	15 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso
8032df3	29/08/2016 10:13	17 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso
f5130ca	29/08/2016 10:13	19 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso
5c0c2e2	29/08/2016 10:13	23 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso
a9eb805	29/08/2016 10:13	21 pdfsam 11050-37.2015	Documento Diverso
b9b109a	29/08/2016 13:42	Despacho	Despacho
f92b02a	29/08/2016 13:42	Despacho	Notificação
6ab3e65	02/09/2016 17:15	manifestação prontuário médico	Manifestação
4b3f8a1	05/09/2016 20:05	Manifestação Recda sobre prontuário médico	Manifestação
1f7cc61	06/09/2016 16:29	Ata da Audiência	Ata da Audiência
cdfff58	12/09/2016 17:54	comprovante entrega oficio inss	Manifestação
17cbba5	12/09/2016 17:54	Comprovante entrega ofício previdência0001	Documento Diverso
863f325	13/09/2016 17:10	apresentação de quesitos	Manifestação
2244919	16/09/2016 17:27	Quesitos e email para contato com Perito	Manifestação
3eb1616	05/10/2016 17:47	Honorários prévios periciais	Manifestação
b019760	05/10/2016 17:47	Guia depósito honorários prévios periciais	Comprovante de Pagamento de Honorários
003e2f0	30/06/2017 07:43	Despacho	Despacho
761dfd4	30/06/2017 07:43	Despacho	Notificação
3eafdbc	28/09/2017 09:45	Médico	Laudo Pericial
537df18	28/09/2017 09:45	Rosana Duarte	Laudo Pericial
76f50d9	05/11/2017 20:54	pericia médica	Laudo Pericial
2e8cae4	05/11/2017 20:54	Rosana Duarte (1)	Laudo Pericial
c09eb0c	08/03/2018 06:54	Despacho	Despacho
a91b34d	08/03/2018 06:54	Despacho	Notificação
2c658b8	09/03/2018 15:23	certidão	Certidão
be672c7	15/03/2018 17:16	INDICAÇÃO DE PROVAS	Manifestação
ebc35c7	16/03/2018 16:13	Manifestação sobre provas	Manifestação
0650d6a	27/03/2018 12:55	Despacho	Despacho
413d012	27/03/2018 12:55	Despacho	Notificação

9527557	31/03/2018 11:04	Habilitação em processo	Apresentação de Substabelecimento sem Reserva de Poderes
d86c6fc	31/03/2018 11:04	Substabelecimento	Substabelecimento sem Reserva de Poderes
562c938	25/05/2018 10:50	Ata da Audiência	Ata da Audiência
d135741	28/05/2018 09:11	Despacho	Despacho
9184d79	28/05/2018 09:11	Despacho	Notificação
100a75d	29/08/2018 17:23	Ata da Audiência	Ata da Audiência
14580f1	16/10/2018 10:17	Sentença	Sentença
877f689	16/10/2018 10:17	Sentença	Notificação
7136e56	30/11/2018 14:03	Ofício	Ofício
33d9505	05/12/2018 17:16	Ofício	Ofício
9aa10cb	24/01/2019 17:47	envio dos ofícios	Certidão
861e8f1	25/01/2019 18:21	Despacho	Despacho
8388192	25/01/2019 18:21	Despacho	Notificação
0bc43dd	05/02/2019 10:32	INFORMAÇÃO EMAIL COMUNICAÇÃO PERITO	Manifestação
a44b1c6	13/02/2019 11:42	APRESENTAÇÃO DE CÁLCULOS reclamante	Apresentação de Cálculos
2f5e0e7	13/02/2019 11:42	Planilha de Cálculos	Planilha de Cálculos
e3aafc7	14/03/2019 17:05	Despacho	Despacho
339a519	14/03/2019 17:05	Despacho	Notificação
79872d4	09/05/2019 18:06	Decisão	Decisão
098b489	09/05/2019 18:06	Decisão	Notificação
80cc29d	10/06/2019 15:54	Cálculos atualizados	Certidão
b771505	10/06/2019 18:09	Decisão	Decisão
8de7a5e	05/08/2019 14:00	Resposta Convênios	Certidão
cc13a3e	05/08/2019 14:00	Ficha Cadastral	Documento Diverso
69d252c	06/08/2019 09:48	Decisão	Decisão
a934160	09/08/2019 17:22	Planilha de cálculos	Certidão
1502a8e	27/09/2019 18:14	GDO	Certidão
bedb70d	27/09/2019 18:14	GDO	Documento Diverso
6aa5275	30/09/2019 14:02	Resposta Parcial BacenJud	Certidão
a38bc9c	30/09/2019 15:55	Impugnação	Impugnação
b55c843	30/09/2019 15:55	Procuração	Procuração
8f4861a	30/09/2019 15:55	Extrato Bancário	Extrato Bancário
1ff4454	30/09/2019 15:55	Extrato Bancário	Extrato Bancário
31b9488	30/09/2019 15:55	Extrato Bancário	Extrato Bancário
af1f0d2	30/09/2019 15:55	Extrato Bancário	Extrato Bancário

5ce175a	30/09/2019 15:55	INSS julho	Documento Diverso
ea60b0e	30/09/2019 15:55	INSS junho	Documento Diverso
d2bb47c	30/09/2019 15:55	INSS maio	Documento Diverso
553e7e6	30/09/2019 17:48	Despacho	Despacho
ea8da75	15/10/2019 19:04	Despacho	Despacho
b93181f	15/10/2019 19:04	Despacho	Notificação
e389b0d	17/10/2019 13:46	Intimação	Intimação
d070ace	17/10/2019 13:46	Intimação	Intimação
2a530fa	10/02/2020 19:56	Decisão	Decisão
8d25882	09/03/2020 18:00	Mandado	Mandado
5668512	26/08/2020 11:48	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão
5069007	26/08/2020 11:48	Ferramenta Montoni e Romero	Documento Diverso
c51b8e2	10/11/2020 19:19	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão
b5d784c	10/11/2020 19:19	Auto de Penhora e Depósito	Auto de Penhora
4060b3e	10/11/2020 19:19	ANEXO DE FOTOGRAFIAS 0011050-37.2016.5.15.0093	Fotografia
6d719df	02/03/2021 20:54	Despacho	Despacho
0a1e2f8	02/03/2021 20:55	Intimação	Intimação
5435bd4	11/03/2021 20:36	Intimação	Intimação
13430e4	27/04/2021 14:03	Reserva de crédito VT Hortolândia	Ofício
4a85ded	25/08/2021 19:02	Despacho	Despacho
99b650a	25/08/2021 19:03	Intimação	Intimação
5580c53	27/08/2021 11:21	desinteresse na adjudicação	Manifestação
71546ac	19/04/2022 06:56	Despacho	Despacho
e46f57a	19/04/2022 06:57	Intimação	Intimação
61bcf9f	25/04/2022 13:01	Requerimento de Terceiro Interessado	Requerimento de Terceiro Interessado
193592a	25/04/2022 13:01	Procuração	Procuração
45128a5	25/04/2022 13:01	Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)	Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)
ce52595	25/04/2022 13:01	Declaração de Hipossuficiência	Declaração de Hipossuficiência
9de5e17	25/04/2022 13:01	Contracheque/Recibo de Salário	Contracheque/Recibo de Salário
c9462a4	25/04/2022 13:01	Certidão de óbito de Carlos	Documento Diverso
356b394	25/04/2022 13:01	Certidão de Casamento de Carlos	Documento Diverso
be66977	27/04/2022 15:22	Despacho	Despacho
0271daf	27/04/2022 15:23	Intimação	Intimação
47390e5	29/04/2022 11:35	Reserva de meação	Manifestação
f34fa86	08/06/2022 16:25	Certidão	Certidão
64a4e20	09/06/2022 20:37	Confirmação de retirada de bem de Hasta	Documento Diverso

3dbe938	09/06/2022 21:36	Despacho	Despacho
8a71450	09/06/2022 21:37	Intimação	Intimação
99588a7	20/07/2022 16:08	Despacho	Despacho
4e7ab8d	20/07/2022 16:09	Intimação	Intimação
08c57fd	22/07/2022 13:48	Petição diversa	Manifestação
0b28c62	08/08/2022 13:51	Relatório Hasta 4/2022	Certidão
a17b238	22/08/2022 12:50	Edital - Hasta nº 4/2022	Certidão
412440f	22/08/2022 17:41	Despacho	Despacho
a72cf46	22/08/2022 17:42	Intimação	Intimação
8a69c42	22/08/2022 18:48	Intimação	Intimação
194d8bf	22/08/2022 18:48	Intimação	Intimação
9660d17	22/09/2022 09:49	HABILITAÇÃO	Solicitação de Habilitação
ebe636a	22/09/2022 09:49	Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)	Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)
fa204cc	22/09/2022 09:49	Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)	Carteira de Identidade/Registro Geral (RG)
b392a69	22/09/2022 09:49	Procuração	Procuração
4e8a3bb	22/09/2022 15:31	Relatório ocorrências hasta 4/2022	Certidão
3f351fa	22/09/2022 16:24	Relatório ocorrências hasta 4/2022	Documento Diverso
fb3b05c	22/09/2022 20:19	Despacho	Despacho
1786d7e	22/09/2022 20:20	Intimação	Intimação
78e2077	27/09/2022 10:28	Requerimento de Terceiro Interessado	Requerimento de Terceiro Interessado
f85885b	27/09/2022 10:28	Formulario. Proposta	Documento Diverso
9457a1a	30/09/2022 14:03	Petição diversa.pdf	Manifestação
8f16b1d	23/11/2022 17:25	Despacho	Despacho
e876919	23/11/2022 17:26	Intimação	Intimação
ce27e2a	24/11/2022 12:00	Envio ao Cejusc	Certidão
a349e95	30/11/2022 17:33	Despacho	Despacho
e6b9b50	30/11/2022 17:34	Intimação	Intimação
a922943	30/11/2022 19:34	Notificação	Notificação
5b0f907	30/11/2022 19:34	Notificação	Notificação
251aff5	01/12/2022 20:00	LINK PARA ACESSO À AUDIÊNCIA - FERRAMENTA ZOOM	Certidão
cbde834	12/12/2022 21:53	Ata da Audiência	Ata da Audiência
55e8ee0	30/03/2023 16:35	Restrições Renajud	Certidão
9f4821f	16/06/2023 13:32	Despacho	Despacho
22085a2	16/06/2023 13:33	Intimação	Intimação
e8ac3b5	10/07/2023 14:49	Mandado de reavaliação	Mandado
f8fc966	10/07/2023 14:49	Auto de penhora e avaliação	Mandado

0d0a1ac	17/08/2023 18:07	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão
d681218	05/10/2023 16:18	Reserva de crédito - processo vosso 0011050-37.201.5.15.0093.pdf	Documento Diverso
fbd52bd	05/10/2023 16:18	Documento_8018f57(1)	Documento Diverso
b22161b	17/11/2023 17:43	Atualização	Planilha de Atualização de Cálculos
7bfd58b	21/11/2023 14:56	Despacho	Despacho
89b2bf0	21/11/2023 14:57	Intimação	Intimação
f0e5343	12/01/2024 14:55	Mandado de Reavaliação	Mandado de Citação, Penhora e Avaliação
6670999	12/01/2024 14:55	Documento_b5d784c)	Mandado de Citação, Penhora e Avaliação
69088d5	12/01/2024 14:55	Documento_7bfd58b	Mandado de Citação, Penhora e Avaliação
8f33d34	05/02/2024 10:23	Certidão de Oficial de Justiça	Certidão
e1787d3	05/02/2024 10:23	Auto Reavaliação Carlos Jesus Romero	Documento Diverso
2693ba2	14/08/2024 16:54	Despacho	Despacho
dc88a9e	14/08/2024 16:55	Intimação	Intimação
4d04c5b	15/08/2024 16:07	Reserva de meação	Manifestação
99bf2da	22/08/2024 15:49	Manifestação	Manifestação
7f17f3b	28/08/2024 10:06	Intimação	Intimação
ff7e986	28/08/2024 10:06	Intimação	Intimação
4dd7121	19/03/2025 16:59	Despacho	Despacho
8aba52d	19/03/2025 17:00	Intimação	Intimação
8818e42	19/03/2025 17:09	Liberação de bem para hasta pública	Certidão
72a2bb9	09/04/2025 09:29	Edital de Hasta Pública 01/2025	Documento Diverso
fe7c4d2	09/04/2025 11:33	Retificação de Edital de Leilão	Impugnação
942f04e	14/04/2025 19:44	Despacho	Despacho
5312c01	14/04/2025 19:45	Intimação	Intimação
f209353	15/04/2025 16:23	Certidão	Certidão